



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PROPAD

ANGÉLICA PEREIRA SOARES

RESISTIR PARA EXISTIR:

O organizar político dos entregadores de plataformas digitais

Recife

2022

ANGÉLICA PEREIRA SOARES

RESISTIR PARA EXISTIR:

O organizar político dos entregadores de plataformas digitais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração. Área de concentração: Organização e Sociedade.

Orientador(a): Dra. Débora Coutinho Paschoal Dourado

Recife

2022

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S676r	Soares, Angélica Pereira Resistir para existir: o organizar político dos entregadores de plataformas digitais / Angélica Pereira Soares. – 2022. 239 folhas: il. 30 cm. Orientadora: Profª. Dra Débora Paschoal Coutinho Dourado. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2022. Inclui referências e apêndices. 1. Organização política. 2. Resistência. 3. Mobilização política. I. Dourado, Débora Paschoal Coutinho (Orientadora). II. Título. 658 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2022 – 050)
-------	--

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

RESISTIR PARA EXISTIR: O organizar político dos entregadores de plataformas digitais

Angélica Pereira Soares

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 30 de maio de
2022.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Débora Coutinho Paschoal Dourado, Dr^ª., UFPE (Orientadora e Examinadora
interna)

Prof. Diogo Henrique Helal, Dr., UFPE (Examinador Interno)

Prof. Sébastien Antonie, Dr., UCLouvain e UFPE (Examinador Externo)

AGRADECIMENTOS

A trajetória que iniciei no mestrado foi um dos caminhos mais instigantes que pude trilhar até o momento. Hoje me encontro em um lugar que não seria o esperado, dada a situação social da qual parto. Mas Deus sempre me surpreendeu com oportunidades e pessoas maravilhosas no meu caminho.

Apesar de não ter compartilhado da presença física da maioria das pessoas que me acompanharam durante o mestrado, principalmente por conta da pandemia de Covid-19, seria uma injustiça da minha parte afirmar que esse foi um processo solitário. Ao longo dessa trajetória, inúmeras pessoas estiveram presentes e me auxiliariam, muitas vezes, até sem saber. As ideias trocadas, os livros indicados, as conversas com os entregadores e entregadoras, as discussões e falas marcantes de alguns docentes, os questionamentos feitos, tudo isso foi dando forma a este trabalho.

Agradeço ao apoio e amor incondicionais da minha querida e amada mãezinha, Teresinha, você sempre será uma das minhas maiores motivações para continuar. À minha amada irmã, Ana Paula, minha pequena que sempre esteve ao meu lado e torceu por mim, obrigada por tudo. Ao meu pai Edson (*in memoriam*), de quem herdei um certo espírito questionador, acredito que estaria feliz ao me ver nesse momento.

Ao meu grande amor, Rudy Camilo, à nossa parceria e profundidade, alguém que sempre me apoiou e me forneceu meios objetivos e subjetivos a fim de possibilitar e facilitar a minha caminhada. Uma das minhas primeiras referências acadêmicas e que desperta o melhor que há em mim. Nossas discussões acaloradas sobre ciência, conhecimento, possibilidades de outros mundos (ou não), certamente me fizeram refletir, questionar meus próprios argumentos e me auxiliaram na construção de quem tenho sido hoje.

À professora Débora Dourado, minha querida orientadora, alguém que quero levar para a minha vida. Obrigada pela sua sensibilidade, ética, apoio, pelo tempo dedicado e por ser tão gentil e ao mesmo tempo tão cirúrgica em todas as suas colocações. Por me abrir os olhos para tantas coisas que eu não conseguia enxergar em determinado momento.

Ao professor Sébastien Antoine, pelas trocas, pela gentileza e disponibilidade, pelas leituras indicadas e comentários que ampliaram minhas leituras de mundo.

Ao professor Diogo Helal, por quem nutro grande admiração, agradeço pela disponibilidade, pelo olhar atento e comentários que permitiram avançar no meu trabalho.

Ao professor Hélano Diógenes, da Universidade Estadual do Piauí, por me incentivar e dividir seu conhecimento.

Aos meus queridos e queridas do Observatório da Realidade Organizacional (Pernambuco), obrigada pelo carinho, pelas leituras feitas ao meu trabalho e por dividirem a experiência de vocês. Ao Newton Claizoni, pela leitura atenta ao meu trabalho, por ter me recebido tão bem quando cheguei na UFPE, pelos comentários tão apropriados e leituras indicadas, pelos questionamentos instigantes que me tiram do meu lugar comum. Ao Francisco Ricardo, uma das pessoas mais gentis e educadas que pude conhecer, sempre disposto a ajudar, obrigada por dividir seu conhecimento e experiências. Agradeço por todas as vezes que me ajudou e me inspirou a reproduzir o mesmo comportamento gentil com outros colegas. À Mariana Larissa e Taynãh Marques, pela cumplicidade e por dividirmos as dúvidas, angústias e alegrias dessa trajetória.

Também agradeço ao Instituto Federal do Piauí por me possibilitar cursar este mestrado, em especial, a figura do professor Raimundo Nonato Alves, obrigada pelo apoio recebido e pela confiança depositada. Agradeço à Janaína Peres, pela sensibilidade de enxergar e mobilizar o potencial de quem está ao seu redor.

Aos meus amigos da vida e irmãos de alma de Goiânia (GO), de Pedro II (PI), de Porto Alegre (RS) e de São Luís (MA), vocês sabem quem são, e independente de conversas cotidianas ou anos sem se falar, a nossa irmandade permanece sólida. Obrigada por me incentivarem e tornarem a caminhada da vida mais leve.

Agradeço aos atores centrais desse trabalho, cada compa entregador e compa entregadora, que gentilmente compartilharam suas histórias, vivências e saberes comigo, que disponibilizaram do seu tempo e me ajudaram a construir o conhecimento aqui produzido. Tentei produzir um conhecimento **com** e não **sobre**, mas reconheço as minhas próprias limitações e dificuldades nesse processo.

O meu otimismo trágico resulta, pois, desta dupla ideia de que são enormes as dificuldades em imaginar e mais ainda em construir uma sociedade mais justa e equilibrada, não só nas relações entre humanos, mas também nas relações entre estes e a natureza, e de que, por outro lado, essas dificuldades não são tão inelutáveis que eliminem de todo a possibilidade das alternativas [...]. O rebelde dos nossos dias sabe que a esmagadora maioria da população do mundo tem carências que não lhe permite esperar por futuros longínquos. Muitos deles e delas estão vivos hoje mas não sabem se estarão amanhã, têm comida hoje mas não sabem se terão amanhã, estão sãos hoje mas podem morrer amanhã de uma doença curável, estão hoje nas suas terras mas podem amanhã ser expulsos por uma empresa mineira. Nestas condições, as mudanças urgentes não parecem menos importantes que as mudanças civilizacionais. Daí a necessidade de abandonar a ideia de uma sociedade totalmente distinta e lutar aqui e agora por uma sociedade com mais dignidade, com mais justiça, com mais solidariedade, não só com os outros, como com a própria natureza. Não Alternativa, mas sim alternativas. As possibilidades não serão radicais, mas há que radicalizar as que realmente existem (SANTOS, 2012, p. 686-687).

RESUMO

Em um contexto envolvendo uma força de trabalho geograficamente dispersa, sob demanda, altamente dependente das plataformas de entrega como única opção de renda e imersos na ideologia do empreendedor de si, ações de resistência e movimentos de organização política parecem menos prováveis do que várias formas de individualismo. No entanto, durante a pandemia de Covid-19, os entregadores organizaram no Brasil quatro paralisações nacionais, denominadas de Breque dos Apps, foram criadas cooperativas e coletivos de luta como forma de reivindicar melhores condições de trabalho ou para criar outros modos de trabalho por fora das plataformas digitais. Nesse sentido, o objetivo desta dissertação consiste em compreender a construção do organizar político dos entregadores que atuam subordinados às plataformas digitais. As premissas das epistemologias do Sul (SANTOS, 2010a, 2019) me guiaram para traduzir as experiências organizativas silenciadas e os movimentos de resistência emergentes construídos de baixo para cima pelos próprios entregadores e entregadoras. Para tanto, realizei uma pesquisa netnográfica, por meio da qual busquei articular o conhecimento científico ao conhecimento artesanal. Os instrumentos utilizados para a coleta dos saberes foram a observação participante e entrevistas narrativas e a análise se baseou na hermenêutica diatópica (SANTOS, 2002). Os achados indicam um organizar autonomista, emergente e plurifacetado, são diferentes saberes, temporalidades e modos que constituem esse organizar, que podem tomar a forma de cooperativas, associações, coletivos autogestionados e movimentos que surgem sem uma estrutura definida, em que os contornos vão se desenhando ao longo do processo de luta. Os modos de organizar identificados trazem luz sobre os movimentos políticos de trabalhadores, usualmente, considerados despolitizados e sub-representados pelas organizações políticas tradicionais. O estudo contribui para evidenciar a capacidade de ação e de articulação dos coletivos pesquisados, muitas vezes, ignorados por serem pequenos e locais, além de descrever formas emergentes de resistir e organizar dos trabalhadores inseridos no capitalismo de plataforma.

Palavras-chave: Organizar político; Resistência; Mobilização coletiva; Entregadores; Plataformas digitais; Epistemologias do sul.

ABSTRACT

In a context involving a geographically dispersed, on-demand workforce, highly dependent on delivery platforms as the only option for income, which is immersed in the ideology of the self-entrepreneur, resistance actions and political organization movements seem less likely than various forms of individualism. However, during the Covid-19 pandemic, delivery workers organized four national strikes in Brazil, called the Apps' Brake, with cooperatives and struggle collectives being created as a way to demand better working conditions or to create other ways of working outside digital platforms. In this sense, the aim of this dissertation is to understand the construction of the political organizing of delivery workers who operate in subordination to digital platforms. The premises of epistemologies of the South (SANTOS, 2010a, 2019) led me to translate the silenced organizational experiences and the emerging resistance movements built from the bottom up by the delivery men and women themselves. For this purpose, I carried out a netnographic study, whereby I sought to articulate scientific knowledge to artisanal knowledge. The instruments used to collect knowledge were participant observation and narrative interviews, while the analysis was based on diatopic hermeneutics (SANTOS, 2002). The findings indicate an autonomist, emergent and multifaceted organizing, with different forms of knowledge, temporalities and modes that constitute this organizing, which can take the form of cooperatives, associations, self-managed collectives and movements that emerge without a defined structure, where the outlines are drawn along the process of struggle. The identified ways of organizing shed light on the political movements of workers who are usually considered depoliticized and under-represented by traditional political organizations. This study contributes to highlighting the capacity of action and articulation of the investigated collectives, often made ignored because of being small and local, in addition to describing emerging forms of resisting and organizing workers inserted in the platform capitalism.

Keywords: Political organizing; Resistance; Collective mobilization; Delivery workers; Digital platform; Epistemologies of the south.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 (2) – Inter-relacionamento entre capitalismo de plataforma, uberização do trabalho e viração	48
Figura 2 (3) – Procedimento de investigação	62
Figura 3 (3) – <i>Corpus</i> de pesquisa.....	67
Figura 4 (3) – Sistematização da análise hermenêutica	79
Figura 5 (3) – Resumo da pesquisa	84
Figura 6 (4) – Cooperativa Despatronados.....	92
Figura 7 (4) – Trechos da carta de dissolução do EAF-RJ.....	93
Figura 8 (4) – Atuação da AMAPPE.....	97
Figura 9 (4) – Sobre o Magricela Entregas.....	103
Figura 10 (4) – Apresentação e princípios do C.I.T.A	105
Figura 11 (4) – Posicionamento dos Entregadores Antifascistas	107
Figura 12 (4) – Algumas ações empreendidas visando a manutenção do coletivo	111
Figura 13 (4) – Manifestação e Breques: Participação dos Entregadores Antifascistas.....	111
Figura 14 (4) – Interesse dos Entregadores Antifascistas pelo cooperativismo	113
Figura 15 (4) – Algumas manifestações e paralisações que a Despatronados participou.....	117
Figura 16 (4) – Cartilha CLT ou MEI (Cooperativa Despatronados)	119
Figura 17 (4) – Comentários de alguns seguidores sobre o Breque	121
Figura 18 (4) – Cronologia dos Breques	122
Figura 19 (4) – Reivindicações dos entregadores.....	126
Figura 20 (4) – Quem paga o seu frete grátis?	128
Figura 21 (4) – Aumento de taxa dado pelo iFood.....	131
Figura 22 (4) – Principais desafios para o organizar político.....	136
Figura 23 (4) – Redes alternativas de produção e consumo	144
Figura 24 (4) – Articulação de lutas nos Entregadores Antifascistas.....	145
Figura 25 (4) – Convocatória <i>Design</i> ativista.....	146
Figura 26 (4) – Trabalhadores de aplicativos unidos contra a precarização	148
Figura 27 (4) – Paralisação Internacional dos Entregadores	149

Figura 28 (4) – Declaração Internacional dos Entregadores	150
Figura 29 (4) – Práticas de resistência adotadas.....	152
Figura 30 (4) – Convocações para greves e paralisações	153
Figura 31 (4) – Locais brechados	156
Figura 32 (4) – <i>Lives</i> como ação direta para a divulgação da luta do EAF.....	156
Figura 33 (4) – Greve dos entregadores de São José dos Campos	157
Figura 34 (4) – Greve Jundiaí.....	158
Figura 35 (4) – Apagão dos Apps.....	160
Figura 36 (4) – Luta colaborativa	161
Figura 37 (4) – Tuitaço como prática de resistência	162
Figura 38 (4) – Boicote e <i>Shitstorm</i> como prática de resistência	163
Figura 39 (4) – Denúncia como prática de resistência	165
Figura 40 (4) – Charges como prática de resistência.....	165
Figura 41 (4) – Formação política como prática de resistência.....	167
Figura 42 (4) – Pressão política como prática de resistência	170
Figura 43 (4) – Rejeição ao sindicalismo nas paralisações	183
Figura 44 (4) – Pontes entre os movimentos	189
Figura 45 (5) – Síntese do organizar político	208

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 (3) – Identificação e seleção da comunidade	63
Quadro 2 (3) – Observação participante	70
Quadro 3 (3) – Relação dos entrevistados e das entrevistadas	73
Quadro 4 (3) – Sistemática utilizada para a estruturação do <i>corpus</i> referente aos vídeos coletados no Youtube	74
Quadro 5 (3) – Vídeos que compõem o <i>corpus</i> de pesquisa	76
Quadro 6 (3) – Quadro analítico	80
Quadro 7 (4) – Movimentos grevistas e manifestações dos entregadores entre maio de 2020 a outubro de 2021	154

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA	20
1.1.1 Objetivo geral.....	20
1.1.2 Objetivos específicos.....	21
1.2 JUSTIFICATIVA	21
2 FUNDAMENTAÇÃO E CONTEXTO.....	23
2.1 O ORGANIZAR.....	23
2.2 EPISTEMOLOGIAS DO SUL.....	26
2.3 PARA ALÉM DO FORMAL <i>versus</i> INFORMAL.....	33
2.4 O ORGANIZAR DOS TRABALHADORES NO CONTEXTO BRASILEIRO: DOS PRIMÓRDIOS DOS SINDICATOS AO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO....	37
2.4.1 Novas dinâmicas organizativas: entre o local e o global	43
2.5 O TRABALHO NO CAPITALISMO DE PLATAFORMA	47
2.5.1 O trabalho nas plataformas de entrega	54
3 TRILHA METODOLÓGICA	59
3.1 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO	60
3.2 ACESSO AO CAMPO E CAMINHOS PERCORRIDOS.....	64
3.3 COLETA DOS SABERES	66
3.3.1 Observação Participante.....	68
3.3.2 Entrevistas.....	71
3.3.3 Documentos	74
3.4 ANÁLISE HERMENÊUTICA.....	77
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	85
4.1 “O HOMEM COLETIVO SENTE A NECESSIDADE DE LUTAR”	86
4.2 DESORGANIZANDO PARA ORGANIZAR.....	95
4.2.1 O organizar por meio de associações	95
4.2.2 O organizar por meio do cooperativismo e coletivos de luta.....	100
4.2.3 O organizar por meio de redes de indignação e esperança.....	119
4.3 “A LUTA ERA PRA EXISTIR, NÓIS NÃO EXISTIA” – REIVINDICAÇÕES E AVANÇOS.....	126
4.4 “NESSA GUERRA SOMOS UMA FORMIGUINHA TENTANDO REMAR CONTRA A MARÉ” – DESAFIOS DO ORGANIZAR	135

4.5 REDES DE LUTAS	142
4.6 RESISTIR PARA EXISTIR.....	151
4.7 “ÀS VEZES ELES FALAM, MAS NA PRÁTICA É OUTRA COISA”.....	181
4.8 INVENTAR FUTUROS.....	188
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	205
REFERÊNCIAS.....	213
APÊNDICE A – ROTEIRO ABERTO DA ENTREVISTA NARRATIVA	236
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	237

1 INTRODUÇÃO

Quando pedimos comida pelo aplicativo de entrega possivelmente gostamos da praticidade e comodidade proporcionadas, principalmente quando há alguma promoção ou frete grátis. Todavia, quantas vezes refletimos sobre o que está por trás dessa praticidade e das promoções? Quantas vezes questionamos sobre quem é o sujeito que carrega a *bag*¹ com a sua comida?

Ao olharmos para as ruas de diversas cidades do Brasil, percebemos inúmeros entregadores e entregadoras, seja circulando com suas *bags* ou aguardando a próxima entrega em frente aos *shoppings* ou onde há uma concentração maior de estabelecimentos comerciais. Esses trabalhadores se inserem nas novas dinâmicas que afetam o mundo do trabalho e no circuito urbano econômico de circulação de mercadorias. Nesse contexto, há uma ampliação da relevância da logística e aceleração da circulação de mercadorias, processos que são impulsionados pelas plataformas digitais (CINI; TASSINARI, 2018).

Diversas denominações têm sido dadas para caracterizar as novas formas de trabalho que se desenvolvem pelas plataformas digitais, que representam infraestruturas digitais que permitem a interação entre dois ou mais grupos e se posicionam como intermediários, reunindo diferentes tipos de usuários, fornecedores, clientes, anunciantes e trabalhadores (SRNICEK, 2016). O sucesso das plataformas de trabalho se relaciona com a capacidade de se manterem como intermediárias (MULDOON, 2022), o que possibilita ganhos de escala. Grohmann (2020) utiliza o termo *plataformização* para descrever a dependência tanto de trabalhadores como de consumidores das plataformas digitais. Já Abílio (2019) utiliza o termo *uberização* para se referir aos novos processos de gerenciamento, organização e controle do trabalho que envolvem o avanço e consolidação do trabalhador *just-in-time*, “é uma tendência que precede e ultrapassa as plataformas digitais” (ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021, p. 28). Ressalto que o termo não se refere apenas aos trabalhadores vinculados à empresa Uber e tem sido utilizado por representar um arquétipo dessa forma de trabalho.

Utilizo o termo *uberização* como um modo de organização do trabalho, intermediado por plataformas digitais, que utiliza o gerenciamento algorítmico como maneira de gerenciar e

¹ Mochila térmica utilizada pelos entregadores para a entrega de comida ou qualquer outro item solicitado pelo cliente.

controlar os processos de trabalho, sendo caracterizado por utilizar trabalhadores sob demanda (ABÍLIO, 2019, 2020a). Esses trabalhadores permanecem à disposição das empresas e recebem apenas quando o serviço é efetivado (ANTUNES, 2018).

Esses processos não representam um fenômeno totalmente novo, “a uberização deve ser compreendida como a tendência à generalização de características dos mercados de trabalho do Sul Global, os quais agora ganham visibilidade ao se espriarem por países centrais do capitalismo” (ABÍLIO, 2020a, p. 14). Em outras palavras, o que era considerado trabalho atípico, informal e intermitente tem ultrapassado as barreiras geográficas e se expandido para o Norte Global. Segundo Graham e Anwar (2019), as plataformas digitais possibilitaram acesso a uma força de trabalho em uma escala global. Esse fato possibilita às empresas a remodelação das suas redes de produção por um custo baixíssimo.

Diante desse cenário, os países que são denominados pela narrativa hegemônica como periféricos, como o Brasil e os países da América Latina, representam locais atraentes para o investimento das empresas globais, que são detentoras das plataformas digitais, principalmente as que atuam no ramo de entregas. Conforme demonstra Moed (2018), a América Latina possui uma série de fatores que a tornam um local ideal para o domínio de aplicativos de entrega sob demanda. Os fatores apontados são desigualdade de renda, crescimento do número de migrantes, principalmente da Venezuela, alta densidade populacional, infraestrutura de transporte público deficitária e avanço da tecnologia móvel. Tais aspectos apontados pelo autor se traduzem em uma alta oferta de mão de obra que, muitas vezes, se vê sem opções, diante dos altos índices de desemprego. Tais aspectos também são um retrato das condições históricas, econômicas e políticas marcadas pela herança colonial, pelo capitalismo e pela globalização neoliberal, que busca consolidar a ideologia empreendedora como um horizonte desejável (FRANCO, 2021).

Diante dessa realidade exposta acima, a utilização do termo empreendedorismo vem adquirindo novos significados. A ideologia do Vale do Silício, considerado como centro da tecnologia digital mundial, localizado na Califórnia, e sede de inúmeras empresas proprietárias das plataformas digitais, tem sido propagada como modelo a ser seguido. O seu discurso, baseado na meritocracia e na cultura empreendedora, se dissemina e é reproduzido como verdade universal e sinônimo de progresso e modernidade. Os entregadores que trabalham através das plataformas digitais são imersos no discurso do empreendedor de si (ABÍLIO, 2019), e são considerados pelas empresas como “autônomos”, “empreendedores” e “microempresários”.

Apesar do *status* de autônomo, esse trabalhador não possui o controle sobre a distribuição e valor do seu trabalho, que segue em uma relação de subordinação, no entanto, é apresentado como empreendedor (ABÍLIO, 2019). A classificação desses trabalhadores como autônomos, a utilização de expressões que retiram o conteúdo laboral das atividades desenvolvidas e a centralidade dada a tecnologia tendem a obscurecer a figura do trabalhador e contribuir para invisibilizar as suas condições de trabalho (KALIL, 2019). Parece haver uma tentativa de apagamento da história, conhecimentos e identidade dos trabalhadores e trabalhadoras que atuam nesse contexto.

No entanto, no ano de 2020, os entregadores que atuam subordinados às plataformas digitais ganham uma maior visibilidade no mundo inteiro, em decorrência de mais uma crise mundial. Essa crise não surgiu diretamente do sistema financeiro e, sim, do mundo biológico. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia de Covid-19, e, apesar de se constituir em uma crise sanitária, a pandemia não pode ser limitada apenas a um evento natural e biológico (ANTUNES, 2020a; MASCARO 2020). Conforme aponta Harvey (2020), essa pandemia possui todas as características de classe, gênero e raça, e representa não apenas uma crise de saúde, mas uma crise humanitária, aprofundando as desigualdades históricas.

Os impactos da pandemia ressaltam a vulnerabilidade dos trabalhadores brasileiros, com destaque para os trabalhadores informais (JORNAL DA USP, 2020). Conforme demonstra uma pesquisa realizada pela Rede de Políticas Públicas & Sociedade (2020), 81% da força de trabalho brasileira experimentou algum nível de vulnerabilidade pela pandemia de Covid-19. Os governos, em maior ou menor intensidade, implantaram medidas de distanciamento social e impuseram quarentenas para evitar a propagação do vírus.

Nesse cenário de isolamento social, revelou-se, então, uma divisão entre os trabalhadores, entre aqueles que podem ficar em casa e permanecem recebendo as suas remunerações e aqueles que não possuem essa opção, seja por serem essenciais e/ou por não terem opções e garantias de renda. Sendo assim, esses últimos precisaram dispor-se a trabalhar e submeter-se ao risco da contaminação, colocando a sua vida e dos seus familiares em risco.

Dentre os trabalhadores expostos, situam-se os entregadores que trabalham sob demanda subordinados às plataformas digitais de entrega. Em março de 2020, houve um aumento significativo de entregadores cadastrados nessas plataformas. Nesse período, só a empresa iFood recebeu 175 mil inscrições de trabalhadores interessados em atuar como

entregadores². No período, o setor de entregas por aplicativos no Brasil registrou uma alta de 3,5% no número de entregadores (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT, 2021).

Somado a esse incremento, temos que considerar que o mercado de trabalho brasileiro, que já demonstrava resultados insatisfatórios, teve uma piora significativa durante a pandemia de Covid-19. No período, mais da metade da população no Brasil com idade para trabalhar ficou sem ocupação, além de um aumento relevante nas possibilidades de transitar para a inatividade. Tal situação atingiu de forma mais intensa os mais vulneráveis e que possuem maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, como os negros, mulheres, jovens e trabalhadores com menor qualificação (COSTA; BARBOSA; HECKSHER, 2021). Diante da intensificação das dificuldades para entrar no mercado de trabalho, somado ao contexto de crise econômica e política pelo qual já se encontrava o Brasil, diversos trabalhadores encontraram nessas plataformas de entrega uma das poucas, senão a única alternativa imediata para obterem as suas rendas.

O trabalho prestado pelos entregadores se tornou essencial nesse período, permitindo que outras pessoas pudessem ficar em casa, reduzindo, assim, os riscos de contaminação. Esse aumento da visibilidade durante a pandemia não foi acompanhado da valorização desses trabalhadores, conforme aponta uma pesquisa realizada por Abílio *et al.* (2020b) sobre os impactos da Covid-19 para os entregadores. A pesquisa indicou que houve uma queda na remuneração e elevação da carga horária de trabalho. O estudo ainda apontou que os entregadores têm arcado com os custos de proteção à saúde, como álcool em gel e máscaras. Durante a pandemia, esses entregadores viram o valor da sua hora de trabalho e a sua bonificação serem diminuídas. Provavelmente, essas empresas diminuíram o valor da hora de trabalho no período da pandemia, em decorrência da maior disponibilidade e do aumento do número de trabalhadores cadastrados nessas plataformas, somado ao desemprego e à paralisação da maior parte das atividades econômicas (ABÍLIO *et al.*, 2020b).

Esse processo de deterioração das condições de trabalho vem provocando insatisfações e mobilizações coletivas, “bem como esboçando novas formas de representação, todas procurando responder ao intenso processo de corrosão dos direitos sociais do trabalho” (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p. 40). Condições de menor remuneração, de intensificação do trabalho, de medo e insegurança têm implicado em ações de resistência e de organização

²Disponível em: <https://exame.com/negocios/candidatos-a-entregador-do-ifood-mais-que-dobram-com-coronavirus/>. Acesso em: 31 de out. 2020.

coletiva. Essas respostas, conforme Santos (2001), acontecem via criação de novos formatos de trabalho e de luta. A partir da convivência com a necessidade e com o outro, e da necessidade de permanecer existindo, esses trabalhadores elaboram uma política que parte de baixo, a partir dos subalternos, formada pelas suas visões de mundo e do cotidiano, que independe do modelo de política institucional (SANTOS, 2001; SANTOS, 2003).

Como parte desse movimento, em julho de 2020 ocorreram no Brasil duas paralisações nacionais promovidas pelos entregadores de aplicativos, denominada de “Breque dos Apps” (ABÍLIO, 2020c). Os trabalhadores reivindicaram, dentre outras coisas, aumento de taxas, melhores condições de trabalho e maior transparência nas formas de pagamento realizadas pelas plataformas. O movimento foi articulado pelos espaços virtuais, como redes sociais e aplicativos de mensagem instantânea. No período, ocorreu uma intensificação nas lutas desses trabalhadores, surgiram outras iniciativas plurais de luta, como cooperativas e coletivos autogestionados. Esses modos de organizar dos trabalhadores aparentam ter emergido como um movimento alternativo aos sindicatos tradicionais. Se a uberização cria formas de gerenciamento e controle do trabalho, também implicam em novas formas de organizar por parte dos trabalhadores. A lógica da racionalidade econômica torna muito difícil a consolidação de outras lógicas, além da hegemônica, “mas não impede tentativas, fissuras ou brechas, ainda que mínimas – com limites, dilemas e contradições –, de alternativas ao cenário do trabalho digital” (GROHMANN, 2020, p. 118).

Essas alternativas não partem de um modelo pré-determinado, de uma única forma organizacional. As experiências organizativas que têm emergido pelos entregadores e entregadoras mobilizam diversos saberes, ações de resistência, utilização criativa das tecnologias digitais e formas de luta que são, muitas vezes, invisibilizadas ou descredibilizadas pelas epistemologias hegemônicas, que tendem a reforçar a narrativa de que não existem alternativas ao cenário atual. Boaventura de Sousa Santos aspira uma proposta epistemológica que “pretende identificar e validar os conhecimentos nascidos nas lutas contra a opressão, que foram produzidas por três formas de dominação: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. São epistemologias porque procuram validar conhecimentos, conhecimentos outros” (SANTOS, 2020, [s.p]).

Santos (2019) denomina essa proposta de epistemologias do Sul, que parte dos conhecimentos incorporados em práticas sociais concretas, conhecimentos construídos por meio de ações de resistência e políticas plurais. O Sul abordado por Boaventura não é necessariamente um sul geográfico, representa um conjunto de conhecimentos nascidos das lutas de diversos grupos e movimentos sociais excluídos e oprimidos. São conhecimentos,

experiências e modos de viver que não são reconhecidos (SANTOS, 2020). Tal epistemologia pretende um cosmopolitismo subalterno (SANTOS, 2019), que representa uma resistência ativa emergente que se manifesta por diversos movimentos e ações que se posicionam contra a exclusão trabalhista, econômica, social e política a que estão submetidos (SANTOS, 2010a). São resistências construídas por atores que são “desqualificados enquanto sujeitos políticos” (FELTRAN, 2005, p. 9), como se não pudessem ou não tivessem o conhecimento necessário para construir o seu próprio organizar.

As mobilizações dos entregadores que até então ocorreram, parecem sugerir novos modos de organizar, uma tendência à espontaneidade e a fragmentação (MATTOS, 2019), “o caminho escolhido não é o esperado” (FELTRAN, 2005, p. 10). Atores tradicionalmente relevantes nas relações de trabalho modernas parecem ausentes, como os sindicatos ou partidos políticos. As premissas das epistemologias do Sul me guiaram para traduzir as experiências organizativas silenciadas e os movimentos de resistência emergentes construídos pelos próprios entregadores e entregadoras.

Para tanto, se faz necessário exercer uma escuta profunda e traduzir quais são as demandas desses entregadores, qual a relação dos movimentos construídos pelos entregadores com os sindicatos? Como se organizam para reivindicar melhores condições de trabalho e como se organizam em contraposição ao modelo de trabalho imposto pelas empresas detentoras das plataformas digitais? Como se articulam e geram conhecimentos que surgem da luta? Muitos desses questionamentos surgiram a partir de um levantamento, feito pelo grupo de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional, do qual sou integrante, de 4.054 notícias relacionadas com o mundo do trabalho veiculadas durante a pandemia de Covid-19 (DOURADO *et al.*, no prelo). Algumas dessas notícias evidenciavam ações de resistência, protestos e mobilizações políticas construídos pelos trabalhadores que atuam subordinados às plataformas digitais. Tal fato direcionou o meu olhar para compreender quem são esses atores, quais são suas histórias e como se organizam. Além de ter me auxiliado na criação das categorias de análise (o organizar político, práticas de resistências, aproximações e distanciamentos com os sindicatos) que utilizo nesse estudo.

Os atores centrais dessa pesquisa são representados por entregadores e entregadoras que estão associados a movimentos de mobilização política, coletivos e cooperativas que se propõem a lutar por melhores condições de trabalho ou para criarem outras formas de produção e trabalho que se distancie do modelo vivenciado nas principais plataformas de entrega, ou seja, representam um recorte desse amplo e heterogêneo conjunto de trabalhadores e trabalhadoras, que possuem um conhecimento que emerge de suas experiências e lutas concretas. Nessa

pesquisa pretendi captar a construção desse organizar político, buscando compreender como ele acontece no cotidiano. Parto da premissa de que os modos de organizar dos entregadores são constituídos por experiências diversas, que estão em constante movimento e que não podem ser capturados através de modelos genéricos e universais (COUTO; HONORATO; SILVA, 2019). Utilizo o termo “organizar” ao invés de “organização”, conforme proposto por Czarniawska (2004) e Weick (1979), tendo em vista a maior heterogeneidade, pluralidade e complexidade do primeiro, em contraposição à representação de uma estrutura estática e homogênea do segundo. O foco é deslocado da entidade “organização”, para o ato de organizar, passa-se do substantivo ao verbo (DUARTE; ALCADIPANI, 2016). Essa perspectiva em diálogo com as epistemologias do Sul permite visualizar os entregadores como atores ativos que constroem os seus modos de organizar.

Conforme argumentam Vieira e Silva (2011), os estudos em Administração tendem a se centrar em um único modelo de organização, que é representado pela “empresa”, desconsiderando tanto outras formas de organização quanto a pluralidade de outros modos de trabalho e objetivos que se contraponham ao ideal de eficiência organizacional. Dessa forma, os autores supracitados nos convidam a pensar outras possibilidades de construções teóricas, que ampliem a nossa visão dos fenômenos organizacionais e produzam um conhecimento situado. Busquei compreender, a partir do contexto brasileiro, sem ignorar as influências dos processos globais, e sob a perspectiva das epistemologias do Sul, como se dá o organizar político e os processos de resistência dos entregadores que atuam inseridos no capitalismo de plataforma.

Diante do exposto, surgiu o seguinte questionamento que direcionou essa dissertação:

Como os entregadores que atuam por meio das plataformas digitais têm se organizado politicamente, a fim de resistir e criar alternativas às suas condições de trabalho?

1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

Nesta subseção apresento os objetivos gerais e específicos que buscaram responder à questão central deste estudo.

1.1.1 Objetivo geral

Compreender a construção do organizar político dos entregadores que atuam por meio das plataformas digitais.

1.1.2 Objetivos específicos

- Descrever o organizar político desenvolvido por coletivos de entregadores;
- Identificar as práticas de resistência adotadas pelos entregadores;
- Compreender as aproximações e distanciamentos entre o movimento sindical e os movimentos políticos dos entregadores.

1.2 JUSTIFICATIVA

Uma pesquisa se justifica por inúmeros fatores de ordem teórica, prática, social e pessoal que estão inter-relacionados. Durante a pandemia de Covid-19, o meu olhar se voltou para tentar compreender quais os impactos da pandemia no mundo do trabalho e como os diferentes trabalhadores em localizações geográficas diversas seriam afetados. Li inúmeras notícias publicadas nas mídias nacionais e internacionais, como parte de um levantamento realizado pelo grupo de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional, conforme já relatado na introdução. Através das notícias levantadas, percebemos que diferentes grupos de trabalhadores se mobilizaram politicamente para protestar e expor as condições de trabalho precárias a que estavam expostos. Termos como “greve virtual”, movimento “gig workers collective” e “boicote à aplicativos” despertaram a minha atenção. Essas práticas sociais me fizeram questionar sobre novas possibilidades organizativas, nesse sentido, meu interesse pessoal pelo assunto nasce dessa observação do mundo empírico e do meu interesse em pesquisar modos de organizar que não se restrinjam às empresas.

Diversas pesquisas têm sido desenvolvidas abordando o mundo do trabalho no contexto das plataformas digitais, como estudos sobre gerenciamento e controle algorítmico (CHERRY, 2016; NEVES; VIANNA; SUTIL, 2021); gamificação (VAN DOORN; CHEEN, 2021); uberização (ABÍLIO, 2019, 2020a); resistências e organização dos trabalhadores (CANT; WOODCOCK, 2020; CANT, 2021; ABÍLIO; GROHMANN; WEISS, 2021); emergência de redes de solidariedade (TASSINARI; MACCARRONE, 2020); utilização das mídias sociais na comunicação e articulação das lutas (FERNÁNDEZ; BARREIRO, 2020); No entanto, no campo da Administração e, especificamente, na área de Estudos Organizacionais, área que esse trabalho se encontra inserido, mais estudos precisam ser desenvolvidos. O motivo não se refere, necessariamente, ao fato de terem poucos estudos na área, mas pela importância de desenvolver análises que demonstrem formas emergentes de organizar e que explorem as diversas formas e camadas que envolvem o organizar político dos entregadores.

Conforme propõem Misoczky, Flores e Böhm (2008), os pesquisadores que adotam perspectivas críticas para compreender as organizações possuem a responsabilidade de investigar os movimentos e lutas de resistência que são ignorados pelo *management*. Em termos teóricos, esse estudo buscou contribuir para uma reflexão crítica na área de Estudos Organizacionais, por meio da desfamiliarização dos modos de organizar, a partir das epistemologias do Sul, em consonância com Santos (2010a, 2019). A desfamiliarização envolve a ampliação do olhar para novos aspectos e significados dos fenômenos organizacionais considerados comuns (PRASAD, 2003). Nesse sentido, busquei compreender as possibilidades organizativas alternativas construídas pelos entregadores, ampliando o nosso olhar para além das empresas e das formas tradicionais de organização dos trabalhadores.

A relevância prática se relaciona ao fato de dar visibilidade para a luta dos entregadores, o que pode contribuir para evidenciar a sua capacidade de ação e formas de resistir. Dessa forma, os entregadores poderão visualizar os desafios e as potencialidades associados aos movimentos e coletivos auto-organizados por eles. Ademais, este estudo buscou destacar as possibilidades alternativas que se constroem no Sul Global, a fim de promover uma reflexão crítica e evidenciar as possibilidades de articulação entre diferentes coletivos de entregadores, a partir dos pontos em comum identificados.

Outra contribuição prática se relaciona ao fato do estudo descrever formas emergentes de representação dos trabalhadores uberizados que, em muitos casos, não se sentem representados pelos sindicatos. Nesse sentido, o estudo pode trazer contribuições para os sindicatos ao permitir uma melhor compreensão sobre os trabalhadores uberizados e como forma dos dirigentes sindicais refletirem sobre a necessidade de novas formas de organização e articulação.

Por fim, por meio dessa dissertação de mestrado pretendi identificar e evidenciar os conhecimentos que surgem da luta, demonstrando as possibilidades organizativas que se manifestam nas margens, destacando os trabalhadores como atores políticos, a partir da investigação do organizar político dos entregadores.

2 FUNDAMENTAÇÃO E CONTEXTO

Nesta seção apresento os argumentos teóricos que serviram de lente para a consecução desta dissertação e uma contextualização mais aprofundada da temática.

A presente seção está dividida em cinco subseções: Na primeira, apresento uma abordagem processual das organizações, a partir da noção do organizar, que busca abarcar uma pluralidade de modos de organizar para além dos modelos hegemônicos de organização e gestão. Na segunda, destaco os principais conceitos e caminhos teóricos trilhados neste trabalho e a sua relação com o estudo desenvolvido. Na terceira, descrevo brevemente alguns modos de organizar e as resistências empregadas pelos trabalhadores que atuam na informalidade. Na quarta, abordo as organizações sindicais no contexto brasileiro. Em seguida, trato sobre novas dinâmicas organizativas. Na quinta subseção, apresento um panorama da organização e gerenciamento do trabalho no contexto do capitalismo de plataforma e, finalmente, como o trabalho tem sido desenvolvido, especificamente, nas plataformas de entrega.

2.1 O ORGANIZAR

O termo organização tem sido comumente relacionado a ideia de uma estrutura fixa, linear, associada a racionalidade econômica e lógica de mercado. A ciência moderna apresenta as organizações como realidades naturais, cuja noção tende a se restringir às instituições formalmente estabelecidas. Pensar as organizações somente nesses termos nos impede de enxergar outros modos de organizar e outras racionalidades.

A partir do neoliberalismo, o termo organização passou a fazer parte do linguajar cotidiano. Nesse contexto, ocorreu o que Ibarra-Colado (2006) denominou de processo de falsificação, situação em que o conhecimento organizacional produzido no Norte Global foi transferido para o Sul Global, sendo reproduzido como um modelo universal a ser seguido (IBARRA-COLADO, 2006).

[...] por meio do artifício terminológico representado pelo termo ‘organização’, e com a nova linguagem que surgiu dele, a corporação moderna recuperou sua legitimidade social a ponto de se tornar o exemplo a ser seguido em todos os modos de organização. Assim, o sucesso econômico da corporação e suas contribuições tecnológicas impressionantes para a sociedade projetaram-se como o laboratório preferido para especialistas em organização; sua tarefa era ‘descobrir’ os ‘princípios universais’ de *design* e gestão estrutural que garantissem o funcionamento racional de qualquer organização formal (IBARRA-COLADO, 2006, p. 473).

Há, assim, uma naturalização dos conhecimentos sobre a gestão, reforçando a ideia de que só é possível pensar nas organizações a partir de uma única lógica (COUTO; HONORATO; SILVA, 2019). Todavia, a realidade organizacional é marcada pela pluralidade e não é composta unicamente por organizações com uma estrutura hierárquica definida, práticas formalizadas, áreas funcionais delimitadas, foco na eficiência e na ideia de progresso e desenvolvimento contínuos. A organização pensada dessa forma silencia outras realidades organizacionais, outras racionalidades, ignora o contexto histórico e invisibiliza as estratégias de resistência e práticas cotidianas (IBARRA-COLADO, 2006).

Couto, Honorato e Silva (2019, p. 252) nos convidam a pensarmos os modos de organizar a partir de uma “lógica que sugere fluidez, estados de alternância entre estabilidade-instabilidade e desconstrução-construção cotidiana, sem que essa perspectiva implique [...] a busca por um organizar universal”. Busca-se, assim, entender as organizações como elas acontecem (SCHATZKI, 2006), não de forma estrutural, mas de modo processual e temporal. Conforme essa perspectiva, a organização pode ser melhor entendida se estudada como verbo, do termo “organização” passa-se ao verbo “organizar”. Essa perspectiva foi introduzida por Weick (1979), que considera o organizar um conjunto de ações que são desenvolvidas coletivamente a partir das interações entre os atores envolvidos.

A utilização do substantivo “organização” pode deturpar a compreensão da realidade ao transformar a organização em uma entidade real independente dos processos que nela se desenvolvem (BAKKEN; HERNES, 2006). A análise organizacional hegemônica se baseia na ontologia do ser, ou seja, parte do pressuposto que existe uma realidade *a priori*. Já o organizar, se baseia na ontologia do **vir a ser**, que se traduz em ações heterogêneas e constantes (MACHADO, 2018; DUARTE; ALCADIPANI, 2016; TSOUKAS; CHIA, 2002). Sobre a noção do organizar:

[...] assumimos uma visão processual das organizações, de modo que essas não mais são entendidas como substantivos, no sentido de serem entidades fixas, homogêneas e estáveis, mas sim como verbos ou processos, ou seja, passam a ser compreendidas como processos ou práticas de organização (*organizing*), os quais se mostram heterogêneos, difusos e complexos, em constante fluxo e transformações. É essa a postura ontológica que sustenta a noção do organizar (DUARTE; ALCADIPANI, 2016, p. 60).

Weick (1979) chama a atenção para a natureza fluída das organizações e destaca que a organização é formada através de comportamentos entrelaçados que são desenvolvidos pelos atores organizacionais. Conforme essa perspectiva, as organizações são vistas como sistemas interpretativos em que as ações dos atores são escolhidas tendo como base as interpretações

feitas (WEICK, 1979; DAFT; WEICK, 2005). Os atores organizacionais constroem e representam o ambiente no qual estão inseridos, ou seja, os atores não são limitados apenas a reagir ao ambiente, mas são capazes de interferir nesse ambiente (GLYNN; WATKISS, 2020).

Para Czarniawska (2004), a abordagem proposta por Weick para estudar as organizações representou um grande avanço teórico. No entanto, a autora aponta para uma dificuldade em defender o postulado de Weick na prática, visto que ao estudar o “organizar” os pesquisadores encontram os processos prontos e acabados, isto é, já se tornaram reificados em “organizações”. Czarniawska (2004) propõe uma combinação entre substantivo e verbo, pela proposição do termo redes de ação, como forma de compreender como as ações estão conectadas entre si. Duarte e Alcadipani (2016) ao falarem sobre a perspectiva de redes de ação desenvolvida por Czarniawska, citam que:

Sem ambições analíticas, o conceito de redes de ação representa uma tentativa inicial de minimizar o que é tido como certo antes que a análise seja iniciada [...]. Nessa abordagem o organizar é visto como a conexão, reconexão e desconexão de várias ações coletivas em relação umas às outras [...], tais ações coletivas não precisam ser executadas dentro dos limites de uma organização formal [...]. Estudar redes de ação significa responder a uma pergunta dupla: o que está sendo feito e como isso se conecta a outras coisas que estão sendo feitas no mesmo contexto? (DUARTE; ALCADIPANI, 2016, p. 66-67).

Para a compreensão do organizar não basta estudar eventos isolados. É fundamental o entendimento de como eles se relacionam com outros eventos (CZARNIAWSKA, 2004). A autora argumenta que o organizar corresponde a uma ação contínua, que se desenvolve em vários lugares e de forma concomitante pela articulação de elementos humanos e não humanos. “Nesse contexto, torna-se necessário repensar a noção de gestão e vê-la a partir da ideia de práticas cotidianas dos indivíduos, que compõem o *organizing*” (SANTOS; HELAL, 2018, p. 634).

Afastando-se dos binarismos, a perspectiva do organizar amplia o nosso olhar ao considerar a coexistência e a alternância da continuidade e descontinuidade, construção e desconstrução, local e global, consentimento e resistência, mudança e permanência (COUTO; HONORATO; SILVA, 2019; BAKKEN; HERNES, 2006). Essa perspectiva abre margem para as possibilidades emergentes, para as práticas que estão sendo construídas a partir da ação coletiva.

Conforme apontam Duarte e Alcadipani (2016), diferentes teorias podem dialogar com a abordagem do organizar, como as práticas e arranjos materiais de Schatzki (2006), teoria ator-rede (LATOUR, 1999) e redes de ação (CZARNIAWSKA, 2004, 2010). Outros autores (COUTO; HONORATO; SILVA, 2019) propõem um alinhamento teórico entre as perspectivas

decoloniais e as teorias da prática. Neste estudo, proponho uma aproximação do organizar com as epistemologias do Sul desenvolvida por Santos (2010a, 2019). Ambas as perspectivas questionam a hegemonia da organização moderna. A abordagem que adoto neste trabalho centra-se no Outro, no dito subalterno, nos modos de organizar e nas práticas de resistência empregadas pelos atores sociais, “a visão de tais práticas ficaria limitada quando associada às organizações formais” (COUTO; HONORATO; SILVA, 2019, p. 263).

A partir do organizar, as mobilizações políticas dos entregadores são vistas como um processo contínuo, em constante construção, que se desenvolvem a partir das múltiplas interações e práticas empregadas por esses atores. Me proponho explorar o organizar político dos entregadores para além das análises sindicais, que são de fundamental importância, mas isoladamente não nos permite compreender as dinâmicas organizativas contemporâneas empregadas por trabalhadores que vivenciam um trânsito entre a formalidade e a informalidade (ABÍLIO, 2021), entre a regulamentação e o empresariamento da informalidade (VACLAVIK; OLTRAMARI; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2022).

A seguir, apresento a lente teórica que me direcionou para analisar o organizar político dos entregadores.

2.2 EPISTEMOLOGIAS DO SUL

Ao buscar compreender como se dá o organizar político dos entregadores muitos caminhos teóricos poderiam ter sido tomados. A perspectiva que adoto é apenas uma das formas de interpretar a realidade. Ressalto que o objetivo não era encontrar uma teoria geral que fornecesse todas as respostas aos questionamentos expostos, o organizar político dos trabalhadores não se limita a uma teoria ou a uma forma organizacional específica. “Em vez de uma teoria que unifique a variedade imensa de lutas e movimentos, o que precisamos é uma teoria que traduza esses movimentos e organizações, e procure promover uma compreensão mútua entre as diversas lutas” (SANTOS, 2003, p. 33). Para a construção desta dissertação utilizei os pressupostos das epistemologias do Sul, a partir das concepções propostas por Boaventura de Sousa Santos (2010a, 2018, 2019).

As epistemologias do Sul exigem um exercício de imaginação política (SANTOS *et al.*, 2016) e representa uma “epistemologia experiencial” (SANTOS, 2019, p. 18) que se opõe a hierarquia entre saberes, lutas, modos de trabalho e produção desenvolvidos pelas epistemologias hegemônicas. Conforme aponta Meneses (2018), a sua base envolve um exercício de teorização política e epistemológica de toda a pluralidade que compõe o Sul

Global. Este Sul não se restringe apenas a uma definição geográfica e geopolítica, apesar de Sul epistemológico e Sul geográfico estarem sobrepostos de modo parcial (SANTOS, 2019), representa uma metáfora do sofrimento humano, das opressões e exclusões decorrentes do capitalismo e colonialismo, não se limitando aos trabalhadores explorados (SANTOS, 2010a; PORTO *et al.*, 2021; SANTOS; MARTINS, 2021). As epistemologias do Sul se apoia em quatro premissas:

A compreensão do mundo excede em muito a compreensão europeia do mundo; não faltam alternativas no mundo, o que falta é um pensamento alternativo das alternativas; a diversidade do mundo é infinita e nenhuma teoria geral a pode captar; a alternativa à teoria geral é a promoção de uma ecologia de saberes em conjunto com a tradução intercultural (SANTOS *et al.*, 2016, p. 19).

Meneses (2018) afirma que essa perspectiva parte de uma série de questionamentos que envolvem a constituição e validade dos conhecimentos que surgem da luta, dos plurais saberes desenvolvidos por grupos e movimentos sociais afetados pelas desigualdades e exclusões. Cumpre destacar o que Boaventura de Sousa Santos entende como luta, tendo como base os pressupostos das epistemologias do Sul. Segundo Santos (2019), as lutas dos oprimidos assume um número sem fim de formas, as mais visíveis envolvem movimentos sociais, organizações e grupos que se organizam para lutar contra a exclusão e opressão, os termos do confronto são claramente evidenciados. Há outras lutas que não necessariamente envolvem um confronto direto, e, ocasionalmente, são consideradas como políticas, por vezes se confundem com o próprio cotidiano dos envolvidos, como destruir as ferramentas de trabalho (SCOTT, 2011), desligar o aplicativo, boicote às empresas, “o fato de não haver confronto não significa, porém, que exista cumplicidade, consentimento ou falta de consciência da injustiça da situação” (SANTOS, 2019, p. 107). Ambas as lutas, tanto as que envolvem confronto direto quanto as que nem sempre são explícitas e declaradas políticas, estão inter-relacionadas e mobilizam diferentes saberes.

Na vida dos grupos sociais que resistem à opressão, existe um tempo para as lutas ativas e confrontacionais e um tempo (provavelmente mais longo) para lutas passivas e não confrontacionais; e ainda há um tempo em que as lutas passivas preparam pacientemente as lutas ativas (SANTOS, 2019, p. 108).

O objetivo das epistemologias do Sul “é permitir que os grupos sociais oprimidos representem o mundo como seu e nos seus próprios termos, pois apenas desse modo serão capazes de o transformar de acordo com as suas próprias aspirações” (SANTOS, 2019, p. 16). Nestes termos, as epistemologias do Sul representam um regaste das experiências de luta e resistência tornadas invisíveis e não credíveis. Questiona o discurso naturalizado de que não há

alternativas ao *status quo* e visa identificar e valorizar conhecimentos e práticas invisibilizados pelas epistemologias hegemônicas.

Muitas dessas práticas foram invisibilizadas pelo pensamento abissal, “o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal, que consiste em um sistema de distinções visíveis e invisíveis” (SANTOS, 2010a, p. 30). O pensamento abissal divide o mundo entre o que existe e o inexistente, são linhas imaginárias que possuem efeitos concretos que separam o Norte Global (visível) do Sul Global (invisível), que dividem a humanidade e o colonial (SANTOS, 2010a). O pensamento abissal invisibiliza experiências, práticas, modos de pensar, produzir e organizar que se desenvolvem do “outro lado da linha”.

Esse modelo de pensamento se reproduz na ciência moderna, que se desenvolveu como um modelo totalizante eurocêntrico que define o que é verdadeiro e o que é falso (SANTOS, 2010a). Para se contrapor a essa lógica binária e excludente, Santos (2019) propõe o pensamento pós-abissal a fim de aprendermos com o Sul utilizando as epistemologias do Sul, partindo de um diálogo entre o conhecimento científico e o conhecimento artesanal, este último se fundamenta no senso comum e se desenvolve nas lutas cotidianas. Tal diálogo entre os conhecimentos é denominado pelo autor como ecologia dos saberes e trata-se de uma minga epistêmica (SANTOS, 2019). Minga se refere a um termo utilizado pelos indígenas andinos que representa a ideia de agricultura colaborativa voltada para o bem comum (SANTOS, 2019). O autor utiliza o termo para se referir a uma epistemologia dialógica e cooperativa.

Essa cooperação se baseia em três pressupostos: todos os conhecimentos envolvidos são incompletos (1), existe um interesse em promover a cooperação em torno de dois interesses diferentes (2), “não é um interesse intelectual variável, mas antes um interesse em capacitar e fortalecer as lutas contra a dominação capitalista, colonialista e patriarcal, tratando-se de um interesse metacognitivo” (3) (SANTOS, 2019, p. 214).

Conforme as epistemologias do Sul, o conhecimento científico pode contribuir esclarecendo sobre as diferentes formas de opressão e dominação e sobre os modos como os grupos sociais têm se organizado para resistir as diferentes formas de dominação, esclarecendo sobre os sucessos e insucessos. Já o conhecimento artesanal pode contribuir com:

[...] a experiência vivida [...], com as características específicas e as vicissitudes da luta e resistência, as consequências dos erros e dos acertos [...], as oscilações ao longo do tempo entre o sentir-pensar com medo e o sentir-pensar com esperança” (SANTOS, 2019, p. 215).

Para superar o pensamento abissal e desenvolver as epistemologias do Sul, Boaventura propõe a utilização da sociologia das ausências e sociologia das emergências (Santos *et al.*,

2016). A primeira visa transformar sujeitos produzidos como ausentes em sujeitos presentes, e a segunda, identificar as possibilidades concretas e expectativas futuras (SANTOS, 2002, 2019). A sociologia das ausências busca evidenciar que o que tem sido tratado como invisível na nossa sociedade, na verdade, é produzido como tal. Além disso, visa identificar como a linha abissal produz a não existência (SANTOS, 2019). O objetivo principal de tal sociologia é “transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças” (SANTOS, 2002, p. 246). Já a sociologia das emergências, “consiste em substituir o vazio do futuro, segundo o tempo linear, por um futuro de possibilidades reais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente” (SANTOS, 2002, p. 254). A sociologia das emergências nos leva a ampliar as experiências sociais possíveis. O objetivo central de ambas as sociologias propostas “são as exclusões abissais e a resistência e lutas a que dão origem” (SANTOS, 2019, p. 53).

Santos (2002, 2010a) propõe a sociologia das ausências como forma de ampliar o presente e evidenciar as experiências que são desqualificadas, ignoradas e tratadas como insignificantes. Busca evidenciar que os sujeitos, conhecimentos, experiências que são tratados como inexistentes são produzidos para o serem. “Há produção de não existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de modo irreversível” (SANTOS, 2002, p. 247).

Conforme aponta o autor, a não existência se dá de variadas formas, entre elas, a monocultura do saber que transformou a ciência moderna e a alta cultura como fundamentos únicos da verdade, os conhecimentos e modos que não se enquadram nos parâmetros do conhecimento hegemônico são tidos como inexistentes e não-válidos (Santos, 2002). A segunda forma envolve a monocultura do tempo linear, que se apoia na concepção de que o futuro já está definido e tem um único rumo, que passa pelo progresso, globalização, desenvolvimento, indústria 4.0, capitalismo de plataforma. É considerado como não existente, o atrasado, periférico, subdesenvolvido, em comparação com o assinalado como moderno e desenvolvido. Todo esse processo se baseou na dicotomia produzida que apresentava o europeu como um cidadão moderno e avançado, e do outro lado, havia o nativo, atrasado, primitivo e não moderno.

A terceira lógica pela qual se baseia a inexistência é a lógica da classificação social, que naturaliza as diferenças, as desigualdades, as hierarquias raciais e sexuais. A não existência é produzida por meio da inferioridade naturalizada, se manifesta, por exemplo, por meio do racismo e desqualificação social. A quarta lógica denominada pelo autor de escala dominante se manifesta por meio do universal e global, tudo aquilo que é local e particular é produzido

como inexistente, não pode ser considerado uma alternativa viável e crível. A quinta forma de produção da não existência se apoia na lógica produtivista, que se baseia na ideia de crescimento econômico e na exploração da produtividade, seja da natureza ou do trabalho humano, tal lógica considera legítimos apenas os processos de produtividade capitalistas (Santos, 2002). A não existência é produzida “sobre a forma de improdutividade” (SANTOS, 2002, p. 248) e da desqualificação profissional.

A sociologia das ausências propõe a recuperação e valorização das experiências, conhecimentos, lutas, modos de trabalho e sistemas alternativos de produção que foram desqualificados e desacreditados na nossa sociedade. Tal sociologia “trata-se de uma versão ampla de realismo, que inclui realidades ausentes por via de silenciamento, da supressão e da marginalização, isto é, as realidades que são ativamente produzidas como não existentes” (SANTOS, 2002, p. 253). Essa sociologia transgressiva e, inicialmente, desacreditada como possibilidade epistemológica, se vale de um exercício de ampliação das experiências críveis que já existem, além de ampliar o nosso olhar para as possibilidades futuras de experimentação (SANTOS, 2002).

Já a sociologias das emergências é proposta como forma de contrair o futuro. Segundo Santos (2002), essa sociologia questiona o futuro dado como certo, como se não existissem alternativas críveis ao modo de produção e trabalho atuais, a sociologia das emergências critica o fato do futuro ser tratado como uma renovação automática do presente (VERONESE, 2020). Conforme a racionalidade econômica hegemônica, o capitalismo de plataforma, a uberização, a extração de dados para gerar valor são tratados como processos inevitáveis, a sociologia das emergências visa confrontar essa inevitabilidade. As emergências envolvem experiências embrionárias e se relacionam com uma natureza prefigurativa (SANTOS, 2019).

A sociologia das emergências se apoia no conceito de “ainda-não”, que Santos (2002) toma emprestado de Ernst Bloch:

O Ainda-não exprime o que existe apenas como tendência [...], o Ainda-não é o modo como o futuro se inscreve no presente e o dilata. Não é um futuro indeterminado e nem infinito. É uma possibilidade e uma capacidade concretas que nem existem no vácuo, nem estão completamente determinadas [...]. O Ainda-não inscreve no presente uma possibilidade incerta, mas nunca neutra; pode ser a possibilidade da utopia ou da salvação (*Heil*) ou a possibilidade do desastre ou perdição (*Unheil*) (SANTOS, 2002, p. 255).

A sociologia das emergências não se trata de um otimismo vazio, mas sim de uma ampliação simbólica dos saberes, experiências, movimentos de luta, modos de organizar que poderiam vir a ser. Tal ampliação envolve analisar “em uma dada prática, experiência ou forma

de saber o que nela existe apenas como tendência ou possibilidade futura” (SANTOS, 2002, p. 258).

A ampliação simbólica proposta pela sociologia das emergências visa identificar e ampliar pistas, tendências de futuro (ainda-não), a partir de experiências plurais e concretas que surgem das margens para questionar e se contrapor ao pensamento abissal. Santos (2018) utiliza o termo “cosmopolitismo” para definir as práticas e discursos de resistência, as lutas sociais que se desenvolvem nas margens, a partir dos de baixo, que podem ser melhor explicadas através desse contramovimento que Santos (2003, 2010a, 2018) denomina de “cosmopolitismo subalterno”.

O cosmopolitismo subalterno representa um uso alternativo do termo cosmopolitismo e reflete um projeto político e social ainda em fase de desenvolvimento, consiste em amplas iniciativas, redes de lutas, organizações políticas, sociais, movimentos locais, nacionais e transnacionais, que lutam contra a exclusão econômica, social, política e cultural gerada pelo capitalismo global (SANTOS, 2003, 2010a, 2018). O autor inclui nesse movimento, lutas sociais que se desenvolvem e se articulam tanto nos âmbitos regionais, locais, nacionais e internacionais. Se constitui em movimentos de resistência, organizações que buscam alternativas ao capitalismo global, representa as experiências subalternas que são tornadas irrelevantes por serem consideradas marginais, fragmentadas ou impossíveis.

Segundo Santos (2010a), para captar o cosmopolitismo subalterno é necessário utilizar a sociologia das emergências, ou seja, investigar as alternativas que podem se tornar uma realidade concreta no futuro, mesmo que embrionárias e fragmentárias. Nesse sentido, o cosmopolitismo subalterno representa um conjunto de possibilidades plurais de luta e resistência criadas por sujeitos que foram produzidos como marginalizados e subalternizados.

O cosmopolitismo subalterno emerge de grupos sociais afetados pelas trocas desiguais e se caracteriza por um sentido de incompletude, sem, contudo, objetivar a completude (SANTOS, 2010a). É um cosmopolitismo que visa o entendimento mútuo e diálogos possíveis entre as lutas que visam eliminar ou reduzir essas relações desiguais de poder (SANTOS; MARTINS, 2021). O cosmopolitismo proposto por Santos envolve a troca de experiências, articulação entre lutas locais, nacionais, globais, lutas e resistências que “revelam estar conectados de diferentes modos com lutas paralelas travadas em outros lugares” (SANTOS, 2003, p. 27).

Nestes termos, a prática de resistir excede a lógica opositiva, “representa a afirmação de uma outra visão [...], se caracteriza como a defesa de projetos em espaços de lutas onde há

cruzamento de várias ordens: mútuo apoio, reforço [...], objetivos compartilhados e antagônicos, convivência e hostilização (MISOCZKY; FLORES; BÖHM, 2008, p. 185).

Resistir na perspectiva das epistemologias do Sul é uma afirmação da pluralidade de pensamentos, de histórias dos trabalhadores, migrantes, indígenas, mulheres, negros, pluralidade de formas de trabalhar, de conhecer e ver o mundo, pluralidade de outros modos de produção que tentam resistir a mercadorização da força de trabalho e do meio ambiente. “Tal como são muitos os rostos da opressão, assim também são variadas as lutas e propostas de resistência” (SANTOS, 2003, p. 31).

Quando partimos desse entendimento há uma ampliação na forma como enxergamos as lutas e formas de organizar dos trabalhadores, indo além de um modelo ou forma organizacional pré-definida. “A resistência consiste em transformar trocas desiguais em trocas de autoridade compartilhadas e traduz-se em lutas contra a exclusão, a inclusão subalterna, a dependência [...], envolve uma heterogeneidade de movimentos e organizações [...] para além das classes operárias descritas por Marx” (SANTOS, 2018, p. 444-445).

As atividades cosmopolitas envolvem organizações e movimentos que emergem do Sul Global, representa uma política a partir de baixo, redes de solidariedade entre Norte-Sul, Sul-Sul. Tais redes de solidariedade são facilitadas pelas tecnologias digitais, que geram oportunidades de articulações entre os trabalhadores (WEBSTER; LAMBERT, 2005). Essas articulações locais e transnacionais podem aumentar o potencial emancipatório das lutas e não envolvem necessariamente uma base classista, englobam grupos sociais diversos afetados pela xenofobia, racismo, discriminação sexual, religiosa, precarização do trabalho e outros (SANTOS, 2018).

Essas conexões entre lutas e movimentos de resistência não podem ser determinados de forma abstrata (SANTOS, 2018, 2019), exigem um exercício de traduzir lutas concretas, saberes que emergem da luta, modos de organizar e articulações que se desenvolvem no cotidiano. Nesse sentido, analisei as lutas concretas desenvolvidas pelos entregadores pelas lentes das epistemologias do Sul e de alguns dos seus conceitos centrais (sociologia das ausências, sociologia das emergências e cosmopolitismo subalterno). Que me auxiliaram na tradução do organizar político dos entregadores, suas práticas de resistência e as aproximações e distanciamentos com as organizações sindicais, que se constituem em categorias que me auxiliaram na compreensão das experiências organizativas e movimentos emergentes dos entregadores.

A seguir, contextualizo sobre alguns modos de organizar levando em consideração o contexto histórico do mundo do trabalho no Brasil e as resistências nem sempre evidenciadas na história.

2.3 PARA ALÉM DO FORMAL *versus* INFORMAL

O trabalho informal tem sido frequentemente tratado em oposição ao trabalho formal, sendo associado ao atraso, menores rendimentos e uma situação a ser superada por meio da inserção no mercado de trabalho formal (PEREIRA, 2018). Todavia, a divisão entre trabalho formal/informal é insuficiente para o entendimento do mercado de trabalho brasileiro, que possui múltiplas particularidades e pode ser melhor compreendido por meio do fenômeno denominado de *viração*, que se constitui em modos de sobrevivência que envolvem o trânsito entre o trabalho formal e informal, e atividades que nem sempre são visualizadas como trabalho (ABÍLIO, 2021). Abordagens que tratam separadamente emprego padrão e não padrão, trabalho formal e informal talvez não sejam suficientes para o entendimento da complexa rede de poderes que influenciam e moldam as relações de trabalho na contemporaneidade (HEROD; LAMBERT, 2016). Há um “*continuum* de situações que se colocam entre a formalidade completa e informalidade absoluta” (VACLAVIK; ROCHA-DE-OLIVEIRA; OLTRAMARI, 2018, p. 19).

Vaclavik, Rocha-de-Oliveira e Oltramari (2018) defendem a tese de que há no contexto do mercado de trabalho digital um empresariamento da informalidade. O trabalho informal é reestruturado e ampliado para uma escala global, se constituindo em um aspecto fundamental para a operacionalização do modelo de negócio das plataformas digitais que atuam globalmente. Nessa mesma linha, Abílio, Amorim e Grohmann (2021) argumentam que parece haver uma generalização dos modos de vida periféricos. A informalidade passa a ser legitimada pelas empresas detentoras das plataformas digitais e pelo próprio Estado, que considera o trabalho informal como uma alternativa ao desemprego e como forma de estimular o crescimento da economia (ABÍLIO, 2021).

O emprego considerado padrão assalariado não se constitui em um “padrão” no Sul Global. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (2016), em torno de 51% da força de trabalho na América Latina atua na economia informal. A informalidade é atravessada por diversas estruturas de poder, que se relacionam “com classe, gênero, idade, raça, etnia e religião, tais aspectos se inter-relacionam produzindo modelos particulares de vantagem e desvantagem” (LINDELL, 2010, p. 211).

Algumas concepções analisam os trabalhadores que atuam na informalidade como uma “multidão bastante indiferenciada [...], como se todos fossem movidos por um único propósito ou intenção comum e carregassem identidades singulares e unificadas. Tais pontos de vista, tendem a considerar suas identidades e preferências políticas como garantidas” (LINDELL, 2010, p. 211). No Brasil e nos demais países periféricos, os movimentos políticos e resistências dos trabalhadores assumiu contornos diferenciados e diversificados. Assim, não se pode verificar uma homogeneidade histórica na luta dos trabalhadores, o trabalho assalariado, escravo, da pequena produção mercantil, do artesão, o trabalho rural coexiste no mesmo espaço-tempo, “todos se articulam entre si e com o capital” (QUIJANO, 2010, p. 82). Diversas resistências que se desenvolveram no Brasil “tem muito a nos dizer sobre as estruturas da nossa sociedade [...] e sobre a carga que pesa mais nos corpos de alguns” (VELLOSO; FONSECA, 2019).

Em 1857 ocorreu uma das primeiras greves que se tem conhecimento no Brasil, o movimento foi construído por atores considerados inorganizáveis. A greve que durou dez dias foi empreendida pelos denominados ganhadores e ganhadoras, que eram trabalhadores que atuavam nas ruas de Salvador. Esses trabalhadores se constituíam em escravos, tanto libertos quanto não libertos e seus descendentes, e eram os responsáveis pela circulação de mercadorias no espaço urbano. A greve foi motivada pela imposição de regras pelo Estado que limitavam a autonomia no cotidiano de trabalho (REIS, 2019).

A cidade simplesmente parou. A greve — termo aqui usado no sentido de paralisação do trabalho, e apenas isso — nada deveu aos modelos de mobilização da classe operária europeia que iriam predominar pouco mais tarde entre os proletários brasileiros e imigrantes. Mas seria um episódio todo ele recheado de significações locais e africanas, um estilo de mobilização até então inédita, surpreendendo seus contemporâneos, que não conseguiram atinar sobre o episódio e como enfrentá-lo. As autoridades ficaram desnorteadas. Não era revolta, não era quilombo, as formas clássicas de resistência escrava, não era sequer um protesto contra a escravidão, mas uma suspensão do trabalhador africano, e não apenas o escravizado, contra o Estado (REIS, 2019, p. 11).

Trazer tais recortes históricos é fundamental para visualizarmos os movimentos organizados pelos próprios trabalhadores, que foram, durante um bom tempo, invisibilizados na história. Além disso, nos auxilia a compreender que as resistências dos trabalhadores não se limitam ao conflito intra-fabrica e ao operariado industrial. As lutas dos operários incorporaram características de movimentos e mobilizações que os precederam, como as lutas dos camponeses, escravos e artesãos (COGGIOLLA, 2010).

O processo de abolição da escravidão estava associado ao desejo das elites políticas brasileiras em promover o progresso e a modernização no país, no entanto, a escravidão não era compatível com a configuração social desejada (SILVA, 2013). Nesse novo cenário era necessário ressignificar tanto o trabalho quanto o trabalhador, o trabalho escravo passou a significar atraso e baixa produtividade, e os trabalhadores negros foram estigmatizados como incapazes e indisciplinados, “toda esta subjetividade caracterizadora do trabalhador negro lhe era atribuída como sendo intrínseca, imutável” (SILVA, 2013, p. 95). Além da estigmatização de tais trabalhadores, foi-lhes negado “o acesso à educação, à propriedade, a crédito a todo recurso relevante para [...] operação no lado formal da economia. Não restou a negros e negras senão a viração [...] todo um modo de sobreviver fora de relações de trabalho normatizadas” (MICK; NOGUEIRA, 2021, p. 208).

Nesse contexto, a consolidação da visão, de cunho racista, de que o progresso do país só se daria com o “branqueamento”, suscitou a adoção de medidas e ações governamentais que findaram por desenhar a exclusão, a desigualdade e a pobreza que se reproduzem no país até os dias atuais [...]. Não houve a valorização dos antigos escravos ou mesmo dos livres e libertos com alguma qualificação. O nascimento do mercado de trabalho ou, dito de outra forma, a ascensão do trabalho livre como base da economia foi acompanhada pela entrada crescente de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas. Esse processo vai dar origem ao que, algumas décadas mais tarde, viria a ser denominado “setor informal”, no Brasil (THEODORO, 2008, p. 15, 24-25).

Apesar da condição marcada pela não existência e exclusão, os trabalhadores negros e trabalhadores livres resistiam às opressões sofridas, dentre outros, por meio das paredes, que se tratava das primeiras formas de paralisação coletiva dos trabalhadores (NEGRO; GOMES, 2016). Os estudos dominantes sobre a organização política dos trabalhadores tendem a se apoiar na Teoria das Relações Industriais, que se baseia em uma perspectiva homogênea e universalizante que envolve a institucionalização das lutas dos trabalhadores (BRAGA; GUELERMAN, 2021). De acordo com essa interpretação, as mobilizações políticas e greves que se desenvolvem no Sul Global e não se enquadram no modelo institucionalizado, são consideradas como desvios, por conta das características presentes nos países periféricos ou das interferências de partidos considerados populistas (BRAGA; GUELERMAN, 2021). Conforme essa visão é como se a luta dos trabalhadores obedecesse a um estágio evolucionista, culminando no seu modelo mais desenvolvido que seria representado pelos sindicatos.

É inegável a importância histórica dos sindicatos para as conquistas e avanço nas lutas das classes trabalhadoras. O que se questiona é a ideia de que existe apenas uma forma de organizar os trabalhadores, marginalizando movimentos espontâneos, mobilizações e modos de

organizar empreendidos pelos mais diversos tipos de trabalhadores (BRAGA; GUELERMAN, 2021).

Abordagens que olham para o campo da economia informal reduzindo-a a mero espelho negativo do trabalho formal, acabam por invisibilizar as estratégias, as formas de organização política, as resistências cotidianas sobre sua exploração, assim como as opções e decisões dos atores sociais que se encontram na informalidade (ABÍLIO, 2021, p. 18).

Kalil (2012) analisou as formas de organização coletiva dos trabalhadores informais, o autor identificou três formas mais comumente utilizadas: associações, sindicatos e cooperativas. As associações são uma das formas de atuação coletiva dos trabalhadores informais e envolve a união de pessoas físicas ou jurídicas que possuem objetivos semelhantes e se organizam sem objetivos econômicos (KALIL, 2012), por exemplo, associação de vendedores ambulantes, de domésticas, de artesãos, de motoboys. Abílio (2021) aponta que as associações de motoboys geralmente possuem como foco trazer algum benefício para este trabalhador, como pagamento facilitado na compra de motos, descontos em oficinas, troca de óleo e apoio jurídico. Lindell (2010) também aponta para a formação de associações como forma de organização dos trabalhadores informais. A autora questiona a imagem que se tem das associações dos trabalhadores informais como sendo restritas ao âmbito local e isoladas, Lindell (2010) cita vários exemplos de associações que ampliaram o escopo para uma atuação nacional e até para a formação de redes internacionais, se conectando com diversos movimentos sociais.

A *StreetNet International* é um exemplo dessas redes, e se constitui em uma aliança de vendedores ambulantes formada por inúmeras organizações, entre cooperativas, sindicatos e associações, localizadas na África, Ásia e América Latina (LINDELL, 2010; STREETNET INTERNATIONAL, [s.d]). Outros exemplos são o Sindicato de La Economía Informal de Centroamerica y Panamá (SEICAP) na América Central e a Rede Latino-Americana de Catadores de Materiais Recicláveis (Red Lacre) (CHOUDHARY, 2022). São formadas alianças entre associações, sindicatos e movimentos de luta como forma de resistirem ao efeito do neoliberalismo, globalização e da própria ausência de políticas públicas nos âmbitos locais.

Já as cooperativas representam uma união entre indivíduos que se reúnem para atingir objetivos em comum e que possui fins econômicos. Uma das suas características centrais é que os cooperativados não são empregados, mas sim donos da própria cooperativa, ou seja, todos participam dos lucros advindos do trabalho executado (MAIOR, 1995). As cooperativas de trabalho podem ser divididas em cooperativas de produção, “quando constituída por sócios que contribuem com trabalho para a produção em comum de bens e a cooperativa detém, a qualquer título, os meios de produção” e cooperativas de serviço “quando constituída por sócios para a

prestação de serviços especializados a terceiros, sem a presença dos pressupostos da relação de emprego” (BRASIL, 2012, [s.p]). Os cooperativados geralmente se reúnem para criar formas de sobrevivência, baseadas no trabalho e na geração de renda (GOHN, 2011). O cooperativismo se desenvolve na América Latina como uma resistência ao próprio neoliberalismo e como forma de construir um modo alternativo de desenvolvimento econômico, tais esforços permitiram a emergência de novos modelos de organizações de base, pautados na economia solidária (CHOUDHARY, 2022).

A terceira forma apresentada por Kalil (2012) são os sindicatos, que são um modelo de organização que visa representar os interesses de determinada categoria de trabalhadores. Tais organizações são diretamente afetadas pela informalidade, tendo em vista que, usualmente, representam os trabalhadores formais (KALIL, 2012). Além da falta de conhecimento sobre como organizar os trabalhadores informais, há um certo receio por parte de alguns dirigentes sindicais de que a ampliação da representação seria uma forma de legitimar o trabalho informal (JAKOBSEN, 2000). Nesse sentido, Lopes (2014) observa que tem sido criados movimentos sindicais específicos com o foco nas atividades informais.

Levando em consideração a importância histórica e política do movimento sindical e partindo da visão de que formal/informal não se constituem em lados opostos, é fundamental compreender as transformações pelas quais os próprios sindicatos foram passando ao longo do século XX e início do XXI. E que acabaram, em alguma medida, influenciando o organizar emergente dos trabalhadores no contexto contemporâneo. Nesse sentido, abordo na próxima subseção um breve panorama dessas organizações no contexto brasileiro.

2.4 O ORGANIZAR DOS TRABALHADORES NO CONTEXTO BRASILEIRO: DOS PRIMÓRDIOS DOS SINDICATOS AO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Após a abolição da escravidão, o governo brasileiro criou programas para incentivar a imigração de trabalhadores europeus. Dessa forma, a classe operária brasileira, em seu estágio inicial, foi formada em sua grande parte por trabalhadores estrangeiros (COSTA, 2016). Os trabalhadores imigrantes eram apontados como um modelo a ser seguido, no que diz respeito a mobilizações e organização política, em contraste com a aparente falta de consciência de classe dos trabalhadores brasileiros (COSTA, 2016; HALL; PINHEIRO, 2012).

Os imigrantes foram de fato determinantes na formação do mercado de trabalho brasileiro, “tanto a nível de composição da força de trabalho, quanto a nível de movimento operário nascente, é certo que a imigração contribuiu significativamente” (LEONARDI;

HARDMAN, 1991, p.172). No entanto, o peso específico dos operários imigrantes concentrava-se no eixo Rio-São Paulo, nas regiões Norte e Nordeste predominavam os trabalhadores brasileiros. “A ressalva vale para que não se pense que havia apenas trabalhadores imigrantes nesses períodos iniciais, como afirmavam tradicionalmente certos autores” (LEONARDI; HARDMAN, 1991, p. 99).

Hall e Pinheiro (2012) propõem um alargamento da visão das lutas sociais e mobilizações no Brasil. No início do século XX, a classe operária brasileira era vista como apática, imatura, desorganizada e ausente de uma consciência política. Essa perspectiva não considera as ações de resistência cotidianas e as ações coletivas independentes dos diversos grupos de trabalhadores. “As imagens do trabalhador estrangeiro, branco, anarquista e rebelde, assim como a do trabalhador brasileiro longe das lutas, não passam de uma representação caricata do operariado do início do século XX” (NEGRO; GOMES, 2013, p. 56). Essas interpretações, segundo apontam Hall e Pinheiro (2012), são limitadas e simplistas, visto que consideram a classe operária separada de outros trabalhadores e também desconsideram as mobilizações e militância de outros grupos de trabalhadores.

Ademais, os supracitados autores tecem críticas aos pesquisadores que interpretam a apatia dos trabalhadores brasileiros como algo inato, sem relacioná-la ao contexto social, histórico e colonial. Nesse sentido, haveria uma tendência em interpretar as lutas e ações coletivas com base na visão eurocêntrica, considerando que apenas a classe operária europeia possuía consciência de classe e projetos políticos.

Leonardi e Hardman (1991, p. 84) afirmam que no ano de 1904, quando havia sido fundado o Centro Industrial do Brasil, “o proletariado, já vinha tentando, há mais de dez anos, organizar-se em partido político próprio”. As ações dos trabalhadores não se limitavam ao contexto urbano, anterior a esse período, ocorreram diversas greves e mobilizações entre os trabalhadores rurais, as primeiras datam do final da década de 1870.

Em 1913, cerca de 10.000 trabalhadores rurais entraram em greve em Ribeirão Preto. Em Pernambuco, em 1919, os trabalhadores entraram em greve para reivindicarem melhores salários, reconhecimento sindical, fim das jornadas exaustivas e violência física. Diante do ocorrido, os latifundiários buscaram o Estado para intervir nessa situação, o que ocasionou o fechamento dos sindicatos rurais (HALL; PINHEIRO, 2012). Tais fatos contradizem a tese que pressupõe a apatia e falta de consciência política do trabalhador brasileiro.

Os ideais anarquistas tiveram forte influência na organização do operariado brasileiro, destacando-se o anarcossindicalismo, cujas estratégias se baseavam na ação direta dos trabalhadores (COSTA, 2016). Para os anarcossindicalistas, os sindicatos representavam o

meio e o fim da ação libertária, e a greve representava um instrumento de reivindicação. No entanto, não reconheciam a necessidade dos trabalhadores se organizarem em um partido revolucionário, limitavam-se ao conflito intra-fábrica (ANTUNES, 1980; LEONARDI; HARDMAN, 1991). O anarcossindicalismo contribuiu para as inúmeras greves que ocorreram no Brasil no início do século XX.

Em 1917 ocorreu uma grande greve em São Paulo, que se iniciou em uma indústria têxtil e expandiu para outras fábricas, a polícia reprimiu de forma violenta os protestos e Antonio Martinez, sapateiro anarquista, foi morto. Esse fato acabou por despertar uma greve espontânea, 45 mil trabalhadores entraram em greve na cidade de São Paulo, posteriormente, espalhou-se para o interior do estado e para o Rio de Janeiro. Algumas reivindicações foram atendidas, no entanto, a greve foi violentamente reprimida pela polícia, que prendeu trabalhadores, deportou imigrantes e fechou sindicatos. No início do século XX, as tentativas de organização autônoma por parte dos trabalhadores foram fortemente reprimidas pelo Estado (LEONARDI; HARDMAN, 1991; HALL; PINHEIRO, 2012).

Essa forte repressão está associada, dentre outros, a incapacidade da burguesia brasileira em se organizar politicamente para além de um regime autoritário. Apesar do autoritarismo foi necessário realizar concessões para além da repressão. Nesse sentido, a legislação trabalhista elaborada antes do governo de Getúlio Vargas representa um “ensaio geral do que seria a política sistemática do Estado em relação a questão social após 1930” (LEONARDI; HARDMAN, 1991, p. 266).

As formas mais organizadas de luta dos trabalhadores articulavam e impulsionavam o papel dos sindicatos no embate político com o Estado. Extinguir a função política dos sindicatos representou uma das principais respostas do Estado à organização política dos trabalhadores (LEONARDI; HARDMAN, 1991). Em março de 1931, o governo de Getúlio Vargas regulamentou as condições de organização dos sindicatos, através do Decreto nº 19.770 foi implantado um novo modelo de sindicalismo que passou de um movimento autônomo, organizado pelos trabalhadores de baixo para cima, para um sindicalismo estatal e burocrático, atrelado ao recém-criado Ministério do Trabalho. Os sindicatos passaram a ser subordinados ao Estado e foram estabelecidas restrições relacionadas com a atuação de estrangeiros, além da proibição de atividades políticas e ideológicas (ANTUNES, 1980).

Os movimentos mais articulados resistiram incansavelmente a essas novas determinações. Essa resistência manifestou-se principalmente nos dois primeiros anos após a vigência do referido Decreto, a luta centrava-se na reorganização e necessidade dos sindicatos se manterem autônomos. Diante da forte repressão sofrida e da recusa das entidades patronais

em reconhecer a legitimidade dos sindicatos autônomos, somado a um conjunto de benefícios legais (férias; jornada de trabalho de 8 horas) oferecidos aos sindicatos oficiais, esses movimentos de resistência acabaram por mudar sua atitude diante das regras para organização sindical impostas pelo Estado (ARAÚJO, 2002).

Em 1935, portanto, o sindicalismo corporativo já estava implantado na maioria dos Estados da Federação e nos maiores centros urbanos do país, sendo que nestes as principais categorias de trabalhadores, muitas das quais com tradição anterior de luta e organização, já tinham substituído suas uniões e sindicatos autônomos por sindicatos oficiais [...]. No entanto, esse processo foi marcado por uma dinâmica conflitiva e contraditória. Em primeiro lugar, mostrou a eficácia das medidas adotadas pelo Ministério do Trabalho na promoção direta da sindicalização e o êxito de suas estratégias inclusivas. Em segundo, mostrou que, se de um lado a adesão e atuação das lideranças sindicais independentes, principalmente das correntes de esquerda, foi fundamental para legitimar e consolidar os sindicatos oficiais dos trabalhadores, de outro, ao transformar esses sindicatos em órgãos de luta e politizá-los, levando-os a assumir o papel destacado na condução das greves e do movimento antifascista, constituiu uma ameaça à realização do projeto de incorporação dos trabalhadores, sob controle do Estado (ARAÚJO, 2002, p. 53).

A intervenção estatal nos sindicatos tinha como objetivo desarticular a organização dos trabalhadores e manter greves, mobilizações e pautas sob o controle do Estado. Com o objetivo de prevenir e controlar as mobilizações dos trabalhadores e de diminuir o conflito entre as classes foi regulamentada a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Apesar de ter sido regulamentada como forma de promover a colaboração de classes, representou também uma conquista para os trabalhadores, tendo em vista que a CLT atendia diversas reivindicações pelas quais os trabalhadores lutavam (Sandoval, 1994). O governo de Vargas diminuiu o poder de atuação das organizações dos trabalhadores, que deveriam se afastar do sindicalismo atrelado a questões políticas e atuar somente dentro das limitações legais (DUARTE, 2007).

A partir da década de 1950 se intensificou o processo de industrialização no Brasil, criando as bases que possibilitaram a acumulação capitalista, através do incremento da produção industrial e da ampliação do proletariado industrial, que representou a principal base do novo sindicalismo (ANTUNES; SILVA 2015a). Diante de um cenário de reestruturação produtiva, o controle dos sindicatos pelo mercado seria mais adequado do que o controle exercido pelo Estado (ALVES, 2000a). O novo sindicalismo surgiu no período da ditadura militar, a partir de 1978, e visava se opor aos sindicatos oficiais e sua burocracia. Inicialmente, fora organizado a partir de movimentos de base, com os trabalhadores sendo representados através das comissões de fábrica. Várias concepções se articulavam em torno de um sindicalismo de massa, de classe, que confrontasse a ideia de colaboração de classes e que

tivesse autonomia em relação ao Estado (BOITO JÚNIOR, 1994; ALVES, 2000a; ANTUNES; SILVA, 2015a).

O objetivo maior do novo sindicalismo era criar uma central sindical autônoma, em oposição aos sindicatos oficiais, que foram acusados de se acomodarem e não lutarem pelos trabalhadores. A partir de 1978, o cenário político brasileiro foi marcado por uma grande intensidade de lutas contra o governo e entidades patronais, lutas contra a política salarial implementada pela ditadura e em defesa da democracia política e salarial (ALVES, 2000a). Em 1979, o Movimento de Oposição Sindical de São Paulo (MOMSP) representou uma das primeiras ações que visava reunir os trabalhadores que se opunham ao sindicato oficial.

Em 1980, a Associação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS) realizou congressos em que foram apresentadas pautas voltadas para a democratização dos sindicatos, direito de greve e fim da intervenção estatal. Também houve um aumento de greves promovidas pelos trabalhadores rurais, ocorrendo um avanço na organização sindical destes (ANTUNES; SILVA, 2015a). Segundo os referidos autores, nesse contexto de lutas e resistência operária nasceu a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com uma posição combativa que visava romper com as velhas práticas sindicais. A CUT passou a representar a maior central sindical do Brasil e com maior poder de mobilização. No âmbito político, as lutas se relacionavam com o fim da ditadura e a realização de uma Assembleia Constituinte, diversas estratégias eram empregadas, piquetes, assembleias, greves parciais e gerais e ocupações nas fábricas.

Diversos autores (BOITO JÚNIOR, 1994; RODRIGUES, 1995; ALVES, 2000a, ALVES, 2000b; ANTUNES; SILVA, 2015a) defendem a tese de que a partir do final da década 1980, a CUT passou de uma postura combativa para uma postura negociativa, de um sindicalismo de confronto para um sindicalismo corporativo. Essa mudança na postura da CUT pode ser atribuída a vitória à presidência da República de Fernando Collor, fato que abalou a CUT, visto que o ex-presidente tinha uma postura anti-sindical e alinhada ao neoliberalismo. Segundo Alves (2000a, 2000b), apenas esses fatos não são suficientes para entendermos as mudanças ocorridas na CUT e na própria dinâmica da organização dos trabalhadores após a década de 1990.

O supracitado autor acredita que vivemos uma crise do sindicalismo, que deve ser entendida para além da perspectiva político-ideológica e deve ser vista como reflexo do novo e precário mundo do trabalho, resultado, dentre outros, da reestruturação produtiva do capital que se iniciou nos anos 1970 nos países centrais do capitalismo. As mudanças decorrentes da reestruturação produtiva do capital a partir da década de 1970 não podem ser entendidas como

algo totalmente novo, como uma ruptura radical com outras formas de produção e trabalho, esse contexto é caracterizado por continuidades e descontinuidades em relação aos períodos anteriores (ANTUNES, 2018).

O avanço das políticas neoliberais, da globalização e do desenvolvimento das novas tecnologias aplicadas à produção delineia novos contornos ao mundo do trabalho, ampliando a terceirização, o desemprego estrutural, o subemprego, a flexibilização das relações de trabalho, além de promover a desarticulação das lutas coletivas dos trabalhadores, objetivando torná-las cada vez mais individualizadas, “instigando seus sentimentos corporativos, debilitando a solidariedade de classe e contribuindo para o desenvolvimento de uma crise no sindicalismo” (ALVES, 2000b, p. 231).

Nesse contexto, o poder de negociação dos sindicatos foi reduzido e o sindicalismo passou a assumir uma postura defensiva, pautados em um comportamento neocorporativista e com o foco em resultados imediatos, buscando estratégias de sobrevivência ante a mundialização do capital (ALVES, 2000a). Boito Júnior, Galvão e Marcelino (2009) contradizem a tese de que vivemos uma crise do sindicalismo. Para os autores, as mudanças políticas, tecnológicas e ideológicas ocorridas nos anos 2000 foram capazes de promover um retorno de ações e greves ofensivas por parte dos sindicatos, com ampliação das formas de atuação. No entanto, afirmam que o ativismo se resume à base do sindicato, enquanto a sua cúpula estaria acomodada politicamente por conta da conjuntura política e econômica favorável do início dos anos 2000.

Alves (2000a, 2000b) e Antunes (2018) tecem algumas críticas aos sindicatos atuais, que mantêm uma estrutura organizacional verticalizada, limitando sua atuação à classe assalariada, além de apontar para uma ineficácia estrutural em suas estratégias. A representação dos trabalhadores desempregados e informais traria desafios aos sindicatos, por conta das dificuldades relacionadas com a contribuição financeira e a definição de ações e estratégias de luta.

Antunes (2018) questiona se atualmente haverá espaço para a organização dos trabalhadores através do sindicalismo, ele pontua alguns fatores fundamentais para renovar esse modelo de organização, dentre eles: a necessidade de ampliar a representação para outras categorias de trabalhadores, como os intermitentes, subempregados, informais, desempregados e falsos autônomos; incorporar questões relacionadas com gênero, raça e etnia, dando a sua contribuição a fim de reverter o racismo estrutural, xenofobia e o patriarcado; rompimento com o neocorporativismo que visa buscar privilégios apenas para as respectivas categorias

profissionais; incorporação dos jovens trabalhadores periféricos e do proletariado de serviços; implementação de uma estrutura organizacional mais horizontalizada, que atue em redes.

Diante da conjuntura mundial da precarização do trabalho, crise econômica e desemprego, Estanque (2009) defende um movimento sindical de novo tipo, associado aos movimentos sociais e que leve em consideração diversificados formatos organizacionais, envolvendo os excluídos e os trabalhadores subalternos do Sul Global, historicamente marginalizados e racializados. Dessa forma, cabe discorrer sobre novos formatos de ação e modos de organizar dos trabalhadores, além das diversas lutas que se inter cruzam a fim de constituir um cosmopolitismo subalterno (SANTOS, 2010a), tema que abordo a seguir.

2.4.1 Novas dinâmicas organizativas: entre o local e o global

Abordo nessa subseção formas de organizar que não se limitam ao assalariado industrial ou assalariado de serviços. Para entendermos as novas dinâmicas organizativas e formas de ação dos trabalhadores, especificamente, dos entregadores, faz-se necessário ampliar a nossa visão para as lutas sociais que ocorrem tanto em contextos locais quanto em contextos globais, visto que estas se interligam direta ou indiretamente com a própria luta dos trabalhadores e suas (antigas) e novas configurações.

Para Braga (2017), as formas de representação da classe trabalhadora têm passado por transformações, ao tempo que novas formas organizativas se encontram em estágios nascentes. Para o referido autor, o encontro entre as políticas neoliberais, precarização do trabalho, aumento do desemprego estrutural e o crescimento da força de trabalho, “tem sido acompanhado pela intensificação das lutas sociais em diferentes regiões do planeta (BRAGA, 2017, p. 38-39). Nesse cenário, emergem movimentos organizados por jovens desempregados e subempregados, esses movimentos associam a luta contra a mercantilização do trabalho com outras pautas como o patriarcado, imperialismo, racismo e cidadania.

Em 2007 foi criado em Lisboa (Portugal) os Precários Inflexíveis (PIs), que trata-se de uma associação de trabalhadores aberta a quem queira lutar contra a exploração dos trabalhadores e a degradação das condições de trabalho. O movimento associa-se à diversas lutas sociais que visam questionar a globalização e seus efeitos negativos e buscam construir uma identidade coletiva a partir da precariedade (ASSOCIAÇÃO DE COMBATE À PRECARIÉDADE – PRECÁRIOS INFLEXÍVEIS, 2012).

Os PIs utilizam diversas estratégias de ação que não se limitam às greves e paralisações, promovem *workshops*, palestras para conscientizar os trabalhadores de seus direitos e exposições artísticas que valorizem os saberes dos trabalhadores. Atuam através da ação direta, como invasões de *call centers* até pichações de empresa como forma de aumentar a visibilidade para suas causas (BRAGA, 2017). As lutas travadas não se limitam a questões relacionadas ao mundo do trabalho e nem negam o poder de atuação sindical. No manifesto publicado pelos PIs defendem a integração de diversas lutas e a formação de redes de solidariedade:

[...] entendemos a nossa luta de forma aberta, com intervenção e capacidade própria, mas ligada a muitas outras pessoas e organizações que se envolvam na luta pelo trabalho e pelos direitos sociais. Por isso nos encontramos e reconhecemos o movimento sindical combativo e nos envolvemos nas mobilizações do movimento social. Recusamos, portanto, a segregação das lutas e dos seus momentos: sabemos que é no encontro dessas lutas – pelo trabalho, pela democracia, pelos direitos – que pode ser enfrentada a ofensiva atual. Queremos continuar a estar onde existe a esperança da mobilização que faz avançar, enfrentando a desigualdade, as opressões e os preconceitos. Seguimos afirmando solidariedades. Solidariedade nas lutas e solidariedade europeia e internacional, numa procura constante de aprendizagem e de reforço mútuo (ASSOCIAÇÃO DE COMBATE À PRECARIIDADE – PRECÁRIOS INFLEXÍVEIS, 2012, [s.p]).

O movimento dos Precários Inflexíveis foge das formas tradicionais de organização dos trabalhadores ao se conectar com lutas diversas e englobar um conjunto de trabalhadores que foram excluídos do contrato social. Entre 2011 e 2013, uma onda de manifestações tomou as ruas de Portugal, ficando conhecida como Geração à Rasca. A convocação se deu através das redes sociais e sem a participação dos sindicatos, reunindo trabalhadores desempregados, informais, intermitentes, falsos autônomos, terceirizados e estagiários (BRAGA, 2017).

Esse movimento se inspirou nos inúmeros protestos que ocorreram pelo mundo a partir de 2010 e que se disseminaram através da internet. Os protestos se iniciaram no norte da África e se espalharam posteriormente para a Europa, Estados Unidos, Chile e Brasil. Esses movimentos de resistência social, como o *Occupy Wall Street*, Geração à Rasca e Indignados, questionavam o mau gerenciamento da crise econômica e reivindicavam justiça e democracia social (CASTELLS, 2012). A crise de 2008, que se iniciou no Norte Global, espalhou-se pelo restante do mundo ampliando a pobreza e desigualdade. “Os diferentes movimentos insurgentes em escala nacional que se multiplicaram pelo Sul Global após 2008, se apoia, principalmente, nos setores precários das classes trabalhadoras nacionais” (BRAGA, 2017, p. 363).

Esses movimentos se caracterizam pela “diversidade social e pela universalização da condição de proletariedade” (ALVES, 2012, p. 31). Caracterizam-se por serem pacíficos e utilizarem as redes sociais como estratégia para mobilização e ampliação das lutas. São

representados por jovens desempregados, estudantes sem perspectivas, trabalhadores precarizados, intermitentes, informais, sindicalistas, trabalhadores organizados, jovens anticapitalistas que atuam em torno de demandas difusas (ALVES, 2012).

Tais movimentos e as novas configurações das lutas sociais dos trabalhadores ainda são embrionários e carecem de uma plataforma política mínima (ALVES, 2012). No caso do Brasil, o autor considera que os eventos que ocorreram em 2013 e se iniciaram contra o aumento da passagem do transporte público, se configuraram em um gatilho para uma onda de mobilização popular. “Que expressou uma profunda falta de confiança em toda forma política e na categoria de políticos, destaca-se nesses protestos uma crise de representação social e de legitimidade das instituições públicas” (GOHN, 2014, p. 435).

Santos (2015, p. 68) argumenta que essas lutas, apesar de parecerem distintas, possuem muitas convergências. Essas revoltas buscam o reconhecimento de sujeitos que são desconsiderados pelos modelos sociopolíticos e pelas estruturas sindicais clássicas: “jovens sem militância política prévia, desempregados, grupos que têm sido despolitizados e invisibilizados pelas teorias elitistas da democracia, centradas na sociedade civil organizada”.

Essas mobilizações sociais foram abordadas por terem representado, a princípio, novas dinâmicas de organização que mesclaram reivindicações sociais mais amplas, como a luta contra a corrupção e melhores condições de vida, com lutas mais específicas, que envolvem a defesa de direitos trabalhistas e melhores salários. Representam uma “conjugação de movimentos, desde os mais moleculares àqueles mais estruturados, sem hierarquia previamente definidas” (ANTUNES, 2015b, p. 24).

O cenário em que se desenvolvem esses protestos é marcado por elevação nos índices de desemprego, flexibilização das relações trabalhistas e a emergência de novas formas de trabalho intermediadas por plataformas digitais. As características encontradas nessas mobilizações, que envolvem ativismo através das redes sociais, estruturas organizativas sem uma liderança definida, lutas que se desenvolvem fora dos espaços institucionais e conexão entre várias lutas sociais, parecem representar novas tendências que irão se refletir no organizar dos trabalhadores que atuam por meio das plataformas digitais.

Antunes (2020b) pontua que novas formas de representação estão emergindo no contexto de uberização do trabalho, o autor nos traz o exemplo brasileiro do Movimento Infoproletários, que engloba os trabalhadores e trabalhadoras de T.I que se reuniram a fim de denunciar e combater a exploração a que estão expostos. Na Argentina, os trabalhadores que atuam como entregadores nas empresas Rappi e Glovo se organizaram para criar a *Asociación de Personal de Plataformas* para lutar por melhores condições de trabalho (NEGRI, 2020).

Em 2020 foi criado na Colômbia o *Movimiento Nacional de Repartidores de Plataformas Digitales*, que além das formas tradicionais de ação, como protestos e mobilizações, utilizam novas formas de ação, como o apagão virtual internacional, em que convocam todos os trabalhadores de plataformas digitais a se desconectarem de seus aplicativos em determinados horários como forma de pressionar as empresas e como estratégia de comunicação para chamar atenção da sociedade para as suas lutas. Em maio de 2019, os motoristas que trabalham para Uber tentaram realizar uma paralisação em nível mundial que foi articulada através das redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020).

Ainda não se pode prever qual o futuro desses movimentos e dos novos modos de organizar dos trabalhadores, autores como Santos e Costa (2005) defendem a reinvenção do sindicalismo e a emergência de um novo internacionalismo operário que englobe as diversas categorias de trabalhadores marginalizados e outras lutas sociais. Diante de um contexto de globalização neoliberal e de empregadores que não são mais locais e nem nacionais, e, sim, globais, é necessário que o “movimento dos trabalhadores construa a sua própria versão de governança global” (EVANS, 2015, p. 469). Um dos grandes desafios é analisar como as lutas internacionais dos trabalhadores podem fortalecer as lutas locais (FILHO, 2016).

Os impérios de corporações multinacionais nunca se limitam a conectar unicamente dois mercados nacionais. O movimento global dos trabalhadores tampouco pode dar-se por satisfeito com as conexões bilaterais. As conexões nacionais devem ser eventualmente imersas em estruturas mais amplas se querem exercer um poder real na economia global (EVANS, 2015, p. 469).

Os exemplos de movimentos auto-organizados pelos trabalhadores que foram apresentados nessa subseção representam formas embrionárias de organização, que misturam velhas e novas formas de mobilização coletiva, sejam espontâneas ou mais organizadas, que trazem reivindicações de atores, muitas vezes, invisibilizados ou não representados pelas formas de organização tradicionais dos trabalhadores. Diante do desenvolvimento de novas formas de trabalho e da mundialização do capital, “os trabalhadores estão forjando novos modelos de organização e novas formas de ação. Eles não se limitam a uma cidade ou país, mas saltam de um lugar para outro, indefinidamente” (CANT, 2019, p. 12). De diferentes formas, os trabalhadores socialmente excluídos têm resistido, a partir de novos mecanismos ou de formas tradicionais, seja para reorganizarem o trabalho conforme outra lógica e/ou para melhorarem as condições existentes.

Nesse contexto, as tecnologias da informação e comunicação (TICs) possuem um papel fundamental ao possibilitar articulações e o envolvimento de diferentes categorias profissionais, além de facilitar o compartilhamento de informações e ser um meio para amplificar as vozes dos trabalhadores. Os modos de organizar dos trabalhadores não podem ser vistos dissociados das relações socioeconômicas e do processo de globalização. Ao buscarmos entender como os entregadores que atuam subordinados às plataformas digitais se organizam, faz-se necessário antes compreender as novas dinâmicas do capitalismo no contexto das plataformas digitais e as transformações nas relações de trabalho resultantes do desenvolvimento tecnológico e comunicacional (SANTOS; COSTA 2005). Diante do exposto, abordo na próxima subseção a dinâmica do capitalismo de plataforma e as relações de trabalho que se configuram em torno dessa lógica.

2.5 O TRABALHO NO CAPITALISMO DE PLATAFORMA

A partir da década de 2000, com maior intensidade após a crise de 2008, o desenvolvimento das TICs aliada com a disseminação da *internet* permitiu a emergência de novos modelos de negócio, novos contratos e formas de trabalho que já estavam em curso. Existem inúmeras denominações para os desdobramentos dessa nova dinâmica social, econômica e organizacional possibilitada pelas TICs, entre elas, capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2016; KALIL, 2019); economia de plataforma (MORAES; OLIVEIRA; ACCORSI, 2019); *gig economy* (FRIEDMAN, 2014; DE STEFANO, 2016); economia compartilhada (SUNDARARAJAN, 2016); uberização (ABÍLIO, 2019; ANTUNES, 2020b) e plataformização (GROHMANN, 2020).

Adotei nesta dissertação os termos capitalismo de plataforma e uberização do trabalho. Para Abílio (2020d), o termo uberização não se restringe a empresa Uber, a atuação da empresa representa um arquétipo que nos permite visualizar a uberização do trabalho. Conforme aponta Abílio (2020a), não há termos precisos para abordar essas transformações do mundo do trabalho e das novas dinâmicas do capitalismo, o importante é destacar os processos já consolidados dentro dessa nova dinâmica e indicar qual “o horizonte crítico que as guia” (ABÍLIO, 2020a, p.18).

Para compreender o capitalismo de plataforma e a uberização do trabalho não podemos olhar para esses fenômenos de forma isolada ou como se fossem algo totalmente novo, faz-se necessário realizarmos um movimento duplo, tanto olhar para as particularidades brasileiras,

como a viração e o próprio modo como fomos colonizados, quanto olhar para o contexto mais amplo numa perspectiva geopolítica.

Nesse sentido, se faz necessário compreender o inter-relacionamento do capitalismo de plataforma e uberização do trabalho com as próprias dinâmicas nacionais e locais e os processos históricos-políticos que se refletem nas relações de trabalho no Brasil. Conforme aponta Shestakofsky (2020), a introdução e as consequências da inteligência artificial, do controle algorítmico, *big data* e das plataformas digitais vão variar conforme os contextos sociais em que se desenvolvem. O capitalismo se desenvolve no Brasil associado ao processo de viração, que representa o constante movimento dos trabalhadores entre atividades formais e informais (SILVA, 2011; FRANCO, 2021; ABÍLIO, 2021). “A viração se situa em uma área cinzenta, onde quaisquer distinções entre emprego e desemprego, tempo de trabalho e tempo de lazer [...] e a autonomia e heteronomia dos trabalhadores são irremediavelmente confusas” (FRANCO, 2021, p. 799).

Figura 1 (2) – Inter-relacionamento entre capitalismo de plataforma, uberização do trabalho e viração



Fonte: Elaborada pela autora com base em Abílio (2019; 2021); Srnicek (2016); Couldry e Mejias (2019); Franco (2021).

É fundamental entender esse processo de viração e da constante insegurança vivenciada pelos trabalhadores brasileiros, pois a uberização evidencia esses aspectos que já são

característicos do nosso mercado de trabalho. A novidade é que isso aparenta ser intensificado no contexto atual (ABÍLIO, 2020a) e passa a ser legitimado por meio do empresariamento da informalidade, “criando um novo estatuto laboral em que são mescladas características de atividade formal, como controle, avaliação de desempenho e incentivos financeiros, e informal, pela natureza autônoma e pela falta de vínculos trabalhistas” (VACLAVIK; OLTRAMARI; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2022, p. 247). Ocorre, assim, um cruzamento entre a racionalidade neoliberal e os modos de viver dos trabalhadores da periferia (ABÍLIO, 2019), processo que foi impulsionado após a crise de 2008.

Após a crise financeira de 2008, várias tendências relacionadas com o mundo do trabalho, que já estavam sendo observadas anteriormente, acabaram convergindo na criação de novas formas de organização do trabalho (HUWS, 2016). No entanto, não podemos atribuir essas mudanças, exclusivamente, a crise que ocorreu em 2008, elas já vinham sendo desenvolvidas pelas políticas neoliberais, pela globalização das cadeias produtivas e pelo desenvolvimento de novas tecnologias (VAN DOORN, 2017; ABÍLIO, 2020a).

Diante de uma crise o capital tende a ser reestruturado, nesse cenário, a sua dinâmica se altera a fim de manter o seu funcionamento e expansão (HARVEY, 2011; SRNICEK, 2016). Nessa tentativa de reestruturação emerge o que tem sido denominado de capitalismo de plataforma, que “representa uma nova forma da organização da produção e prestação de serviços, com enfoque na economia digital, dados e internet, além das plataformas como infraestruturas que viabilizam os negócios” (KALIL, 2019, p. 18). As plataformas digitais “permitem uma redução substancial nos custos de transação” (VANDAELE, 2018, p. 5) e representam infraestruturas digitais que se posicionam como intermediárias entre seus usuários, são organizadas através de algoritmos que utilizam diferentes formas de extração de valor, suas políticas são definidas pelas empresas que são proprietárias da plataforma (SRNICEK, 2016; GROHMANN; QIU, 2020). O capitalismo de plataforma se estrutura por meio do capital fictício e se baseia na extração de dados e trabalho humano como forma de acumular capital (SRNICEK, 2016). Porém, nem tudo é inovação nessa etapa do capitalismo, os modos, as formas, as tecnologias mudaram, mas a função permanece a mesma, que é espoliar (COULDRY; MEJIAS, 2019).

Também devemos nos atentar para o fato de que nem todo capital opera de acordo com a mesma lógica [...], investidores de capital de risco investem em empresas de alto risco, mas que possuem alto potencial de recompensa, tais investidores sabem que a maioria dessas empresas financiadas por eles vão falir, mas que um pequeno número fornecerá retornos exponenciais ao investimento inicial feito (SHESTAKOVSKY, 2020, p. 131, tradução nossa).

A lógica descrita acima se aplica ao modelo de negócios das plataformas enxutas, como a Uber, Rappi e Airbnb, que tem como estratégia o crescimento antes do lucro (SRNICEK, 2016). Seus investidores se apoiam em uma expectativa de lucro. As plataformas enxutas, modelo das plataformas de entrega, “operam por meio de um modelo hiper terceirizado, em que os trabalhadores, o capital fixo, os custos de manutenção e o treinamento são terceirizados” (SRNICEK, 2016, p. 47).

Os trabalhadores que desenvolvem suas atividades através das plataformas são, usualmente, denominados de autônomos, e os riscos da atividade econômica são transferidos ao trabalhador. Nesse contexto, observamos uma tentativa de desconstrução da figura do trabalhador, a fim de substituí-lo pela figura do empreendedor, indivíduo livre e autônomo. Nesse sentido, a palavra “turno” é substituída por “entrega” ou “missão”; salário e renda são substituídos pelo termo “pagar pelo serviço”; as plataformas não utilizam a palavra “obrigatório” para se comunicar com os trabalhadores, em vez disso, é utilizada a palavra “disponibilidade” (FERNÁNDEZ; BARREIRO, 2020). Ao se abandonar a linguagem do trabalho, as lutas e mobilizações dos trabalhadores são esquecidas e a discussão se torna despolitizada (SCHOLZ, 2017).

A narrativa tradicional em torno do capitalismo de plataforma aponta que as plataformas são capazes de promover mercados de trabalho mais justos, visto que permitem a entrada com custos mais baixos; quebram a rigidez das estruturas organizacionais hierarquizadas e centralizadas; possuem alta qualidade nos serviços ofertados; possibilitam o crescimento econômico através da oferta de trabalho aos desempregados e subempregados; promovem flexibilidade de horários para os trabalhadores. No entanto, a contra narrativa ressalta que as plataformas reduzem o poder de negociação dos trabalhadores e reforçam as desigualdades existentes; concentram recursos nas mãos de poucas plataformas, o que permite o aumento da influência e poder diante dos governos; sua entrada no mercado se deu por conta dos baixos custos, *lobby* e falta de regulação; à medida que a concorrência entre os trabalhadores se intensifica os valores pagos são reduzidos; os trabalhadores que dependem da plataforma para sua sobrevivência precisam estar sempre disponíveis, caso não queiram perder oportunidades de trabalho (PASQUALE, 2016).

Cumprе ressaltar que a dinâmica das plataformas não é homogênea, assim como os trabalhos realizados por meio dessas plataformas, além disso, possui impactos diferentes tendo em vista o contexto em que se desenvolve. Os próprios trabalhadores são impactados de

maneiras diferentes, dependendo do sexo, idade, raça, local onde vivem e trabalho que desenvolvem (HUWS, 2019).

Nos países do Sul Global, especialmente no Brasil, torna-se atraente uma forma de trabalho que prometa uma maior autonomia, renda e flexibilidade. Tendo em vista a realidade marcada por altos índices de desemprego, mercado de trabalho historicamente baseado na informalidade, na viração e no crescimento econômico baseado em mão-de-obra barata. O Brasil nunca teve um Estado de Bem-Estar Social plenamente desenvolvido, o crescimento econômico que ocorreu na década de 2000 se baseou em mão-de-obra barata. Conforme aponta Pochmann (2012), 94% dos empregos criados no período de 2004 a 2010 foram de até 1,5 salário-mínimo. Para Braga (2005), o nosso modelo econômico de desenvolvimento é incapaz de promover a mobilidade social. Os trabalhadores transitam entre formalidade e informalidade, entre bicos e empreendimentos familiares (ABÍLIO, 2020d). Tudo isso deve ser levado em conta ao pensarmos no trabalho nas plataformas digitais no contexto brasileiro e latino-americano.

Conforme aponta Casilli (2018), a economia baseada nas plataformas se caracteriza por ser irregular e polarizada, com uma clara divisão entre quem compra e vende mão de obra. “Essas relações geográficas replicam os padrões políticos e históricos de dominação que afetam os usuários de diferentes maneiras segundo a sua localização” (CASILLI, 2018, p. 29). O trabalho tem sido utilizado como uma mercadoria acessível em nível global, no entanto, os mercados de trabalho permanecem em níveis locais. Tudo isso impulsionado pelos constantes avanços tecnológicos que permitem a “criação de riqueza, sem a criação de emprego [...], o trabalho se encontra atualmente globalizado, no entanto, os salários e os mercados de trabalho encontram-se tão segmentados e territorializados quanto no passado” (SANTOS, 2003, p. 54).

Ao analisarem os dados da *Online Labour Index* (OLI) Grohmann e Qiu (2020) identificaram diferentes dinâmicas entre as plataformas do Norte e do Sul Global. Segundo os autores, os Estados Unidos eram o maior empregador de trabalhos *freelance* na área de tecnologia, no entanto, a maioria dos trabalhadores estavam localizados na Índia. Os referidos autores argumentam que o trabalho em plataforma é afetado diretamente por questões relacionadas com raça, gênero e classe. Conforme apontam Antunes e Filgueiras (2020), os modos de trabalho desenvolvidos em contextos considerados periféricos são expandidos e apropriados pelas empresas detentoras das plataformas digitais, generalizando e “formalizando” a informalidade. O mundo invisível do Sul Global passa a ser visibilizado ao se ampliar para o Norte Global.

[...] as características tipicamente periféricas do trabalho passam hoje a apresentar-se como tendência global nas formas de organização e controle do trabalho. Reconhecê-las como tendência global não quer dizer apenas codificá-las na *gig economy* – termo que em realidade cristaliza que o invisível modo de vida do Sul chegou ao Norte, também de forma subordinada e monopolizada (ABÍLIO, 2020a, p. 24).

De Stefano (2016) aponta que a forma de trabalho projetada pelas empresas detentoras das plataformas pode exacerbar os efeitos da mercantilização do trabalho e contribuir para a criação de uma categoria de “trabalhadores invisíveis”. Além disso, ocorre uma distorção da percepção que as empresas e clientes tem desses trabalhadores, desumanizando suas atividades. O autor ainda aponta que esses trabalhadores ficam integralmente disponíveis para as empresas, mas recebem apenas pela tarefa executada, ou seja, trata-se de um trabalhador *just-in-time* (ABÍLIO, 2019).

Adoto os conceitos utilizados por De Stefano (2016) para descrever as formas de trabalho desenvolvidas nas plataformas digitais, o autor as divide em *crowdwork* e *work-on-demand*. A primeira representa trabalhadores que desenvolvem suas atividades *on-line* e podem trabalhar de qualquer lugar do mundo, basta que estejam conectados à plataforma, por exemplo, atividades relacionadas com edição e revisão de texto, moderação de conteúdo, desenvolvimento de *software*, tradução, aulas *on-line*, marcação de fotos, responder pesquisas, dentre outros. Pode envolver desde trabalhos que demandam alta qualificação à trabalhos fragmentados e de baixa complexidade, denominados microtrabalho, que se constituem na maioria das atividades desenvolvidas (KALIL, 2019).

Já o *work-on-demand* ou o trabalho sob demanda, a oferta do trabalho se dá por meio das plataformas digitais, mas o trabalho é desenvolvido localmente (VANDAELE, 2018). Por exemplo, serviços de limpeza; serviços elétricos e de reparos; serviços de beleza, como maquiagem e cabeleireiro; motoristas e serviços de entrega. Nesta dissertação, o foco se baseia no trabalho sob demanda, especificamente, o executado pelos trabalhadores e trabalhadoras que atuam como entregadores e entregadoras.

As relações laborais no período industrial eram caracterizadas por serem bilaterais, empregado – empregador; cliente – prestador de serviço. Já as relações desenvolvidas no contexto das plataformas digitais têm sido trilaterais, cliente - empresa detentora da plataforma - trabalhadores (VARGAS; CASTAÑEDA, 2020), e, no caso das plataformas de entrega são relações quadrilaterais, trabalhadores – empresa detentora da plataforma – clientes – restaurantes (TASSINARI; MACARRONE, 2020). Essa estrutura contratual parte da premissa que os atores envolvidos possuem iguais condições e “livremente” se associam a uma série de

transações econômicas. Van Doorn (2020) argumenta que tal situação ajuda a mascarar o profundo controle sobre como os serviços são prestados.

O gerenciamento do trabalho sob demanda por meio de plataformas digitais ocorre através de algoritmos, que segundo Cherry (2016) estão absorvendo as funções que são tradicionalmente desenvolvidas pelos gerentes, “os trabalhadores são dirigidos por imperativos programados nos algoritmos, que substituem os tradicionais esquemas externos executados pelos gestores” (CHERRY, 2016, p. 21). Essa forma de gerenciamento do trabalho através de algoritmos trata-se de uma das principais características da uberização (ABÍLIO, 2020a).

O ingresso do trabalhador na plataforma, o sistema de classificação e avaliação, os desligamentos e a distribuição do trabalho ocorrem através do gerenciamento algorítmico, que são programados conforme as regras definidas pelos proprietários das plataformas. Segundo Abílio (2019), o trabalhador não possui o controle sobre a distribuição do seu trabalho, recompensas recebidas e nem mesmo o valor a ser recebido por tarefa executada. Conforme apontado por Kalil (2019, p. 127) ao citar Cherry (2016):

A tecnologia da informação e comunicação permite o acesso à mão de obra em escala, com custos reduzidos, e gerenciáveis pelo tempo necessário para a execução dos serviços requisitados, além de permitir o pagamento dos trabalhadores a cada atividade realizada. Contudo, as empresas conseguem promover a terceirização de suas atividades sem abandonar o gerenciamento do que é essencial para o negócio, tanto pela dependência econômica do trabalhador, como pelo sistema de reputação, presente em grande escala nas plataformas. A expansão desse cenário acelera a desregulação do mercado de trabalho, rebaixando o padrão de proteção trabalhista e tornando a renda dos trabalhadores pouco previsível, e, conseqüentemente, incerta.

Van Doorn (2017) pontua que a relação do trabalhador com a plataforma se inicia a partir do aceite dos Termos de Serviços, que deixa explícito que não há vínculo empregatício entre a plataforma e o trabalhador. O Termo de Serviço representa um contrato que é elaborado unilateralmente pela empresa proprietária da plataforma, que se dá ao direito de codificá-lo a qualquer tempo e de encerrá-lo quando for decidido que os trabalhadores de alguma forma violaram o acordo.

Essa relação contratual caracteriza-se pela assimetria de informações. Por exemplo, a Deliveroo, plataforma que atua no ramo de entregas, “possui conhecimento em tempo real de cada trabalhador, mensurando o posicionamento e os horários por GPS, enquanto ao trabalhador são fornecidas apenas informações suficientes para que a próxima parte da tarefa seja concluída” (WOODCOCK, 2020, p. 37). Os trabalhadores não entendem como o algoritmo funciona e nem as motivações para as alterações unilaterais realizadas pelas empresas, o que provoca incerteza e insegurança para os trabalhadores.

A avaliação do trabalhador vem dos usuários do serviço, o que também é baseado em critérios subjetivos e, muitas vezes, desconhecidos pelos trabalhadores, conduzindo o trabalhador a uma sensação de ser incapaz de controlar seu próprio desempenho (FERNÁNDEZ; BARREIRO, 2020). Nos serviços de entrega (Ex.: iFood) ou de passageiros (Ex.: Uber), caso os trabalhadores recusem muitas chamadas ou tenham notas baixas podem ser suspensos ou desligados da plataforma. No entanto, na maioria dos casos, esses trabalhadores desconhecem os motivos que os levaram a serem desconectados das plataformas.

Apesar das diferenças entre as plataformas, a remuneração, de uma forma geral, é definida unilateralmente pela plataforma ou pelos clientes contratantes do serviço. O cliente paga o valor diretamente à empresa, que retém um percentual da remuneração do trabalhador. Conforme aponta Kalil (2019), os trabalhadores que utilizam a plataforma apenas como forma de complementar a sua renda possuem uma maior autonomia e flexibilidade de horários, no entanto, os trabalhadores que dependem integralmente do trabalho de plataforma para sobreviverem possuem menor controle e poder de negociação.

De acordo com Scasserra (2020), dentre as plataformas enxutas, as plataformas de entrega figuram dentre as que possuem maior protagonismo, cuja maioria dos trabalhadores são jovens migrantes que buscam uma rápida inserção no mercado de trabalho. Esses trabalhadores compartilham uma situação de vulnerabilidade, desigualdade e exclusão, processos que são naturalizados e tratados como inevitáveis pelo capitalismo. No entanto, a realidade concreta demonstra que os entregadores têm resistido e buscado construir suas próprias formas de se organizar politicamente (TASSINARI; MACCARRONE, 2020; CANT; MOGNO, 2020). Para entender o desenvolvimento das lutas e mobilizações dos entregadores se faz necessário contextualizar como se desenvolve o trabalho nas plataformas digitais de entrega, discussão que segue na próxima subseção.

2.5.1 O trabalho nas plataformas de entrega

Em 2012, a empresa brasileira iFood lançou o seu aplicativo de entrega e atualmente opera no Brasil, México e na Colômbia, tendo se constituído em uma líder do segmento na América Latina (IFOOD, 2020a). Em março de 2021, a iFood, que se apresenta como uma empresa de tecnologia aplicada ao universo da alimentação, informou que havia cento e sessenta mil entregadores ativos cadastrados em sua plataforma (IFOOD, 2020a). Posteriormente, entraram outras empresas no mercado, como a Uber Eats, em 2016, e a empresa

colombiana Rappi, em 2017. Esta última não se restringe a entrega de comidas e se propõe a realizar entrega de qualquer item. A Uber Eats se retirou do mercado de *delivery* de comida no Brasil em janeiro de 2022 e afirmou ter sido uma saída estratégica, especula-se que um dos motivos tenha relação com o monopólio da iFood (CARVALHO, 2022a). “O cenário de aplicativos de entrega na América Latina é uma mistura de empresas locais e globais que competem por uma participação do mercado” (MOED, 2018, [s.p]).

De uma forma geral, as empresas que desenvolvem esse modelo de negócio se apresentam como inovadoras, negócios disruptivos que se propõem a revolucionar o seu segmento de atuação. Martin *et al.* (2019) discordam dessa afirmação e entendem que o modelo de negócio desenvolvido pelas plataformas enxutas representa atividades tradicionais, como limpeza e entrega, que não se caracterizam como atividades inovadoras. A novidade é por conta do acesso à mão de obra em escala mundial. Vandaele (2018) considera que as práticas de trabalho no capitalismo de plataforma não representam necessariamente um modelo novo, visto que remuneração por peça, trabalho dividido em pequenas tarefas e que não exigem muita qualificação representam práticas associadas ao capitalismo em seu estágio inicial.

As estratégias utilizadas para atrair os entregadores envolvem o discurso de liberdade, flexibilidade, aumento de renda e a ideia de “seja seu próprio chefe”. Muñoz (2020) argumenta que esse discurso encontra terreno fértil em um contexto de baixos salários, maus-tratos e autoritarismo que marcam trajetórias profissionais de inúmeros trabalhadores, em que o trabalhador não pode sequer se ausentar do trabalho por motivos de doença ou para resolver questões pessoais.

A dinâmica das plataformas de entrega varia, mas de uma forma geral segue o seguinte padrão no Brasil: os entregadores que quiserem trabalhar precisam baixar o aplicativo e se cadastrar nas plataformas; ter mais de 18 anos; preencher os dados e enviar os documentos solicitados; aceitar os Termos e Condições de Uso, que deixam claramente evidenciado que os entregadores são autônomos; e em algumas plataformas é necessário que o entregador se registre como Microempreendedor Individual (MEI). A aprovação para ser entregador pode ocorrer na hora ou demorar meses, resta ao entregador esperar, visto que não possui muitas informações disponíveis.

As entregas podem ser realizadas de bicicleta, moto, carro, ou a pé, a critério do entregador. Todos os custos são arcados pelo entregador: veículo, plano de internet, *smartphone*, caixa térmica ou baú próprio e seguro do veículo. Segundo Cant (2021), a situação enfrentada pelos entregadores é a mesma que enfrenta o limpador que deve trazer seu próprio *spray* ou o chef que deve trazer sua própria faca. Eles não lucram com a exploração de seu

próprio trabalho, são apenas obrigados a comprar as ferramentas utilizadas no processo de produção a fim de garantir a própria reprodução social (CANT, 2021). Como se trata de um trabalho sob demanda e de baixo valor agregado, eliminar custos associados a força de trabalho é um aspecto fundamental para a lucratividade das empresas de *delivery* de alimentos (TASSINARI; MACCARRONE, 2020).

O valor a ser recebido pelas entregas efetuadas ocorre conforme as regras definidas pela empresa detentora da plataforma, é um processo que não fica claramente evidenciado como é feito o cálculo (ABÍLIO, 2020d). De acordo com a empresa iFood (2022a), o valor é calculado por um algoritmo com base no: ponto da coleta (1); ponto de entrega (2); distância percorrida (3); tempo de deslocamento (4); condições de trânsito (5); forma de fazer a entrega (6); região (7); oferta e demanda (8). Ou seja, não fica claro qual a fórmula matemática utilizada para calcular o valor de cada entrega, todo o processo de trabalho é caracterizado pela assimetria de informações, que é um aspecto previamente planejado para limitar as escolhas do trabalhador (VEEN; BARRATT; GOODS, 2020).

Conforme aponta Baptistella (2021), o entregador pode ser enquadrado como “nuvem” ou “operador logístico” (OL), modalidades criadas pela empresa iFood e que representa uma particularidade brasileira. A primeira se refere a modalidade em que os entregadores se cadastram diretamente na plataforma e possuem uma maior autonomia para definir seus horários de trabalho. A segunda modalidade (OL) se refere a subcontratação de entregadores. Os OL possuem horário fixo e são supervisionados diretamente por um chefe, devem permanecer no local especificado pela empresa contratante, denominado de praça. Na modalidade nuvem, o pagamento é feito diretamente pela plataforma de entrega, já no caso dos OL, o pagamento é feito pela empresa contratante. A maioria dos entregadores atuam na modalidade “nuvem” e em torno de 70% dependem exclusivamente do trabalho como entregador para sobreviver (FILGUEIRAS; LIMA, 2020).

A lógica de distribuição do trabalho é realizada pela empresa (ABÍLIO, 2019) e a jornada dos entregadores não é definida pelas “horas de trabalho, mas por uma meta, que ele estipula, de quanto precisa ganhar por dia de trabalho” (ABÍLIO, 2020d, p. 588). Essas situações reforçam o argumento proposto por Kalil (2019), de que quanto maior a dependência financeira da plataforma, menor a autonomia e flexibilidade. Para Santos (2018), quem realmente possui a autonomia de ir e vir não são os trabalhadores, mas o próprio capital.

Em relação ao perfil dos entregadores que atuam no Brasil, é formado em sua grande maioria por homens, negros e com até 30 anos idade (FILGUEIRAS; LIMA, 2020). No contexto sul-americano o perfil é parecido, com a diferença que a maioria dos entregadores são

migrantes. No Peru (MARTÍNEZ, 2020), Equador (DAZA; CORDERO, 2020) e Argentina (NEGRI, 2020), o perfil dos entregadores se constitui em homens, jovens e migrantes, que começaram a trabalhar nas plataformas por conta do desemprego e da flexibilidade de horários. Apesar de ser um trabalho realizado majoritariamente por homens, não se pode omitir a participação e atuação das mulheres entregadoras, que enfrentam desafios adicionais, como o maior assédio, discriminação e insegurança (DAZA; CORDERO, 2020).

Há um sistema de classificação dos entregadores, que funciona como uma estratégia de autorregulação (MUÑOZ, 2020). O sistema de classificação possui relação direta em como o trabalho é distribuído e se baseia, dentre outros, nas avaliações feitas pelos clientes e na taxa de aceitação das corridas. Quanto mais elevado o “score” do entregador, maior é a sua visibilidade e possibilidade de receber pedidos. As plataformas disponibilizam recompensas visando aumentar a produtividade e atender períodos com alta demanda de pedidos (NEGRI, 2020), como incentivos financeiros adicionais em dias de chuva ou para quem permanecer conectado sem intervalos.

As plataformas podem bloquear temporariamente ou desligar o entregador da plataforma sem nenhuma explicação a respeito. Os motivos para o bloqueio são abstratos, como podemos observar nos termos de serviços de algumas empresas: uso indevido ou abusivo da plataforma, muitas avaliações negativas, danos diretos ou indiretos e prejuízos aos clientes, à empresa ou a terceiros, incompatibilidade com a política da plataforma, violação dos termos de serviço (IFOOD, 2022a; RAPPI, 202-; LOGGI, 202-). Diante desse contexto, esses trabalhadores criam estratégias de sobrevivência para enfrentar a concorrência com outros trabalhadores e garantir a sua remuneração e permanência nas plataformas, trata-se de um autogerenciamento e engajamento constantes (ABÍLIO, 2019, 2020d). Ainda, segundo a autora:

Esses trabalhadores assumem os riscos e custos de sua atividade, sem garantias sobre remuneração, tempo de trabalho, saúde e segurança. Têm trajetórias ocupacionais formadas pelo trânsito entre empregos de alta rotatividade, empreendimentos familiares e trabalho informal, entre outras atividades que podem nem mesmo ser reconhecidas como trabalho; seu modo de vida se fundamenta no engajamento de si sempre voltado para a garantia da sobrevivência própria e de sua família, traçando continuamente estratégias de sobrevivência em meio a oportunidades, acessos, injustiças e desigualdades que compõem suas trajetórias ocupacionais (ABÍLIO, 2020d, p. 585).

Essa relação dos entregadores com as plataformas não é linear. Parece marcada por contradições que se alternam entre consentimento e questionamento, entre estratégias competitivas e de resistência. Ao relatar essas tendências e as relações de trabalho que se estabelecem entre entregadores e empresas proprietárias das plataformas, não se pode deixar de

considerar que os trabalhadores reagem e resistem, “gerando uma contra-corrente que se alimenta de uma interação dialética muito mais complexa” (HUWS, 2016, p. 9).

Esse modelo de trabalho favorece o individualismo, somado a isso, a maioria dos entregadores possuem na plataforma a sua única fonte de renda, esses fatores dificultam a emergência de ações coletivas e mobilizações políticas. Todavia, temos presenciado diversos movimentos de mobilização e auto-organização de entregadores, “que realizaram quatro paralisações internacionais, com a presença de entidades da América, Ásia e Europa; demonstrando assim que, se a exploração é global, o combate é transfronteiriço” (CORDERO; DAZA, 2020, p. 17). Essas lutas dos entregadores podem contribuir para a construção da consciência política entre os envolvidos. Segundo aponta Santos (2001), o processo de tomada de consciência não se desenvolve de forma homogênea, inicialmente, as reivindicações podem estar limitadas apenas em defender a retomada do poder de consumo, reforçando os valores individualistas. Posteriormente, essas reivindicações podem ser capazes de promover uma reflexão mais profunda, através da compreensão sistêmica do processo social, fato que pode conduzir a uma maior politização e transformação da realidade desses trabalhadores. “Não importa que esse movimento de tomada de consciência não seja geral, nem igual para todas as pessoas. O importante é que se instale” (SANTOS, 2001, p. 139).

Após apresentar os pressupostos teóricos que direcionaram o meu olhar, uma contextualização sobre as diversas possibilidades organizativas dos trabalhadores e os mundos do trabalho nas plataformas digitais, apresento a seguir a trilha metodológica que direcionou este estudo.

3 TRILHA METODOLÓGICA

Nesta seção apresento os caminhos escolhidos e percorridos a fim de atingir os objetivos propostos. Busco situar o leitor sobre a minha experiência de entrada no campo, inclusive, as dificuldades enfrentadas e o meu envolvimento com os atores que fazem parte desta pesquisa. O tema escolhido, os caminhos teóricos trilhados, o método delineado não deixa de representar as minhas próprias leituras de mundo. Esse fato não contradiz os pressupostos científicos, ao contrário, produz um conhecimento autorreflexivo e vigilante, que permite situar o leitor.

Esta dissertação se insere dentro da abordagem **qualitativa** de pesquisa, visto que esse tipo de pesquisa visa a compreensão e interpretação dos fenômenos sociais e sua relação entre eles, buscando o entendimento de atitudes, práticas, crenças, opiniões e significados, seja na dimensão social ou individual. Na abordagem qualitativa, o sujeito e o objeto encontram-se interligados e se influenciam mutuamente (DENZIN; LINCOLN, 2018). É uma pesquisa situada, que busca compreender a experiência social e os modos pelos quais ela adquire significado (DENZIN; LINCOLN, 2005; CRESWELL, 2014), envolve a utilização de uma diversidade de métodos e estratégias e visa uma compreensão mais aprofundada do fenômeno investigado.

Em consonância com as epistemologias do Sul, busquei desenvolver **metodologias não extrativistas**, em que os atores sociais não são tratados como objetos de pesquisa, mas como sujeitos detentores de saberes e experiências plurais, a metodologia é deslocada da relação “sujeito-objeto” para a relação “sujeito-sujeito” (SANTOS, 2019). Nesse sentido, os atores sociais que compõem essa pesquisa não são tratados como “dados”, são sujeitos com suas múltiplas histórias, crenças, sonhos, militâncias, desânimo e esperança que são refletidos no seu organizar político. Santos (2019) questiona a ideia abissal de que o mundo representa um “dado prévio” esperando para ser descoberto, para tanto, basta utilizar o método correto para se obter a verdade (SANTOS, 2019).

Nesse sentido, argumenta que as ferramentas metodológicas sejam utilizadas de forma criativa, artesanal e não conforme uma receita mecânica. Tal prática não pode ser confundida com anarquia metodológica ou desprezo às metodologias (SANTOS, 2019). “Significa tão só que o investigador tem um compromisso pessoal com o seu trabalho e com a sociedade, que não pode ser substituído pelo cumprimento de uma qualquer receita mecanicamente aplicada” (SANTOS, 2019, p. 218).

De acordo com essa perspectiva, a objetividade não se confunde com neutralidade e representa a consequência da aplicação rigorosa e honesta dos métodos de investigação que permitem identificar os pressupostos que o pesquisador traz para a pesquisa (SANTOS, 2002). A metodologia pós-abissal busca gerar um conhecimento rigoroso através da aplicação sistemática de métodos, mas sem dogmatismos e aspiração de neutralidade.

A partir das premissas acima descritas, do problema de pesquisa, dos objetivos delineados e do fenômeno investigado defini o método utilizado neste estudo. Em relação ao método escolhido, parti do entendimento que qualquer método ou teoria são instrumentos incompletos para captar a realidade, que deve ser considerada apenas aproximativa (DEMO, 2002). Diante do exposto, abordo na próxima subseção uma discussão acerca do método desenvolvido.

3.1 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

Um dos elementos-chave para a compreensão do organizar político dos entregadores passa pela identificação do espaço social em que interagem, se articulam e divulgam as suas lutas e práticas de resistência. O primeiro ponto que se deve ressaltar é a natureza do trabalho desenvolvido pelos entregadores. Eles não possuem um local fixo de trabalho e se encontram espalhados geograficamente. Seu trabalho é desenvolvido nas ruas com a utilização de suas motos, bicicletas ou a pé. Aparentemente, a própria natureza do trabalho que desenvolvem impõe desafios para se comunicarem e se organizarem. Diante desse cenário, os espaços virtuais têm facilitado a interação social e a articulação política dos entregadores. Esses espaços podem ser representados por fóruns *online*, blogs, redes sociais, aplicativos de mensagens instantâneas, plataformas de compartilhamento de vídeos e outros (KALIL, 2020). No caso do Brasil, o WhatsApp tem sido um dos espaços mais utilizados (ABÍLIO; GROHMANN; WEISS, 2021).

Diante das singularidades do trabalho sob demanda subordinado às plataformas digitais, escolhi o método netnográfico por se mostrar mais adequado às especificidades do fenômeno (o organizar político) e de seu contexto. Segundo Kozinets (2014), a netnografia trata-se de uma pesquisa:

[...] observacional participante baseada em trabalho de campo *online*. Ela usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal (KOZINETTS, 2014, p. 61-62).

Costello, McDermott e Wallace (2017, p. 1) não consideram apropriado o uso do termo netnografia “como um termo genérico aplicável a qualquer estudo de material gerado em

ambientes *online*”. Ainda defendem que é necessário o engajamento do pesquisador na comunidade ou no espaço observado, nesse sentido, a participação seria preferível e mais coerente com o que o método propõe.

Para Kozinets (2014), a netnografia adapta alguns procedimentos da etnografia para o mundo virtual, buscando compreender as práticas sociais, culturais, políticas e os significados destas que se desenvolvem nas comunidades *online*, grupos de notícias, blogs, redes sociais e outras formas de interação social mediadas por computador. Os dados podem ser gerados a partir do arquivamento de informações relacionadas ao ambiente pesquisado, como: fotos, vídeos e postagens; também podem ser gerados por meio da captura e registro de eventos *online*, no momento em que eles ocorrem, pela interação do pesquisador com os membros do grupo; e/ou podem advir através das notas de campo. Nesse sentido, a netnografia inclui diversas ações e atores para além das postagens e daqueles que as publicam (KOZINETTS, 2021).

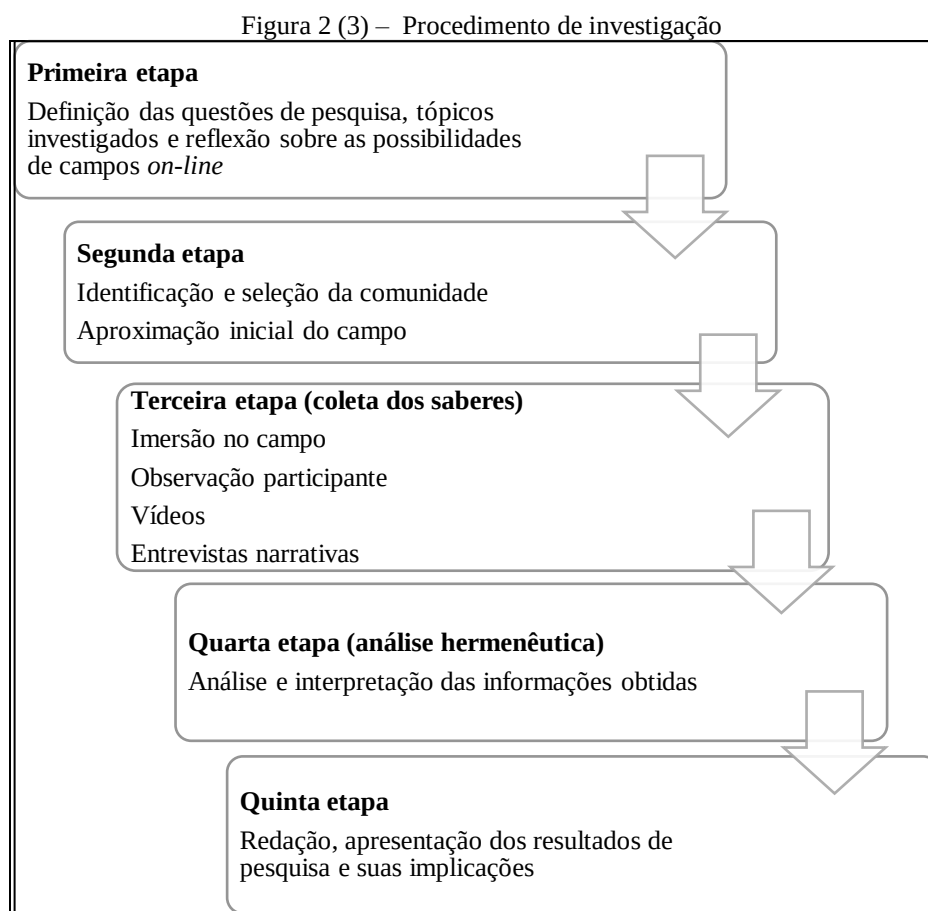
Kozinets (2014) aponta que a netnografia pode ser utilizada tanto para realizar pesquisas de comunidades “*online*”, nesse caso, os fenômenos pesquisados estão imbricados com a comunidade virtual pesquisada, ou para realizar pesquisa *online* em comunidades, nessa situação, “os estudos examinam algum fenômeno social geral cuja existência não se limita às interações *online*, ainda que essas interações possam desempenhar um papel importante com a afiliação do grupo” (KOZINETTS, 2014, p. 65).

Esta dissertação se enquadra na segunda situação, tendo em vista que o organizar político dos entregadores ultrapassa a internet e se desenvolve no cotidiano das ruas e periferias do Brasil. Apesar das lutas se materializarem nas ruas, os espaços virtuais e aplicativos de mensagens instantânea se mostram locais profícuos para denúncias dos trabalhadores, articulação de greves e como forma de potencializar seus discursos e saberes.

A Figura 2 (3) representa os aspectos gerais do desenvolvimento da investigação realizada. A **primeira etapa** se resumiu ao problema de pesquisa, já descrito, e os tópicos centrais que foram investigados, como as práticas de resistência e o organizar político dos entregadores. Os atores centrais desse estudo são os entregadores e entregadoras ligados a algum coletivo, associação e/ou movimentos de mobilização política construídos por estes. Nesse momento, busquei refletir sobre as possibilidades de campo *on-line*. Para tanto, parti do seguinte questionamento: Quais espaços virtuais de acesso público são utilizados pelos entregadores e entregadoras para interagirem, divulgarem suas ideias, discursos e mobilizações? Utilizei a palavra-chave “entregadores” nos campos de busca das principais redes sociais, Twitter, Facebook, Instagram e Youtube. Percebi que havia grupos no Instagram,

Facebook e vários vídeos no Youtube. A princípio, esses três locais me pareceram espaços virtuais apropriados para aprofundar a pesquisa.

Na **segunda etapa** identifiquei uma comunidade nas redes sociais, que foi utilizada como base inicial para a pesquisa netnográfica. Envolveu também o processo de entrada no campo, descrito na subseção seguinte.



Fonte: Adaptado de Kozinets (2014, p. 63).

Para compreender o organizar político dos entregadores considerei relevante identificar coletivos, associações, movimentos de mobilização política empreendidos por estes. Para tanto, realizei uma busca por esses coletivos nas redes sociais Facebook e Instagram. Estabeleci os seguintes critérios para a seleção dos coletivos nas redes sociais: a página deveria representar algum tipo de coletivo ou movimento de mobilização política brasileiro criado pelos entregadores **(1)**, apenas perfis de acesso público **(2)**, deve haver interação entre os participantes através das postagens **(3)**. Diante dos critérios estabelecidos, realizei a busca a partir das seguintes palavras-chave: “entregadores”, “coletivo” e “associação entregadores”. Realizei uma pré-seleção de alguns grupos que aparentaram se enquadrar nos critérios estabelecidos.

Quadro 1 (3) – Identificação e seleção da comunidade

Período de busca	Março de 2021	
Rede Social	Perfis pré-selecionados	Critérios*
Instagram	Entregadores Antifascistas (BR)	(x) 1 (x) 2 (x) 3
	Coletivo Independente de Trabalhadores de Aplicativo (RS)	(x) 1 (x) 2 () 3
	Associação dos Entregadores de Teresina (PI)	(x) 1 (x) 2 () 3
	Movimento dos Entregadores Unidos (PB)	(x) 1 (x) 2 () 3
	Associação dos Motofretistas em Pernambuco (PE)	(x) 1 (x) 2 () 3
Facebook	Coletivo Independente de Trabalhadores de Aplicativo (RS)	(x) 1 (x) 2 () 3
	Associação Bike Delivery (RJ)	(x) 1 () 2 () 3
	Associação dos Motoboys Autônomos e Entregadores do (DF)	(x) 1 (x) 2 () 3

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

* coletivo ou movimento de mobilização política brasileiro criado pelos entregadores (1), apenas perfis de acesso público (2), deve haver interação entre os participantes através das postagens (3).

Os grupos acima elencados foram pré-selecionados para verificar se atendiam aos critérios de seleção e de fato se relacionavam com esta pesquisa. A etapa de seleção seguiu para uma análise mais detalhada desses grupos, onde foram avaliados número de seguidores, interações e postagens. A fim de conhecer melhor esses grupos e verificar se atendiam aos critérios expostos, realizei uma observação não participante no período de 13 a 20 de março de 2021. Ressalto a data em que foi realizado esse procedimento tendo em vista que é natural nas redes sociais, como o Instagram, ocorrerem oscilações no número de seguidores, postagens e número de comentários, ou seja, um grupo que não atendeu aos critérios nesse período, pode atender posteriormente. Destaco que os grupos pré-selecionados na rede social Facebook foram desconsiderados por haver, na época informada, pouca interação ou nenhuma interação entre os usuários.

Durante o período mencionado, percebi que o grupo que atendeu todos os critérios estabelecidos foi o movimento dos Entregadores Antifascistas, na rede social Instagram, além de ser o maior grupo em número de seguidores. Na época informada, o coletivo compartilhava greves, paralisações e protestos de outros movimentos de entregadores para além do próprio coletivo. O perfil inicialmente estabelecido para o desenvolvimento da netnografia foi a rede social no Instagram @entregadores_antifascistas, do coletivo “Entregadores Antifascistas”, com 53,8 mil seguidores e 756 publicações até o dia 11 de novembro de 2021. A investigação do organizar político dos entregadores não se restringiu a esse coletivo, com a entrada em

campo foram feitas conexões com outros coletivos relevantes para o aprofundamento do organizar político.

Ao selecionar o coletivo “Entregadores Antifascistas” passei a refletir sobre quais eram os coletivos de luta que não foram evidenciados nas notícias lidas e nas buscas iniciais feitas no Instagram e Facebook. No decorrer da pesquisa novos caminhos se desenharam a partir da observação participante e da interação com os atores da pesquisa, o que me conduziu a ampliar o olhar para outros coletivos, conforme descrevo na próxima subseção. O desenvolvimento da pesquisa não seguiu uma “receita de bolo”, o procedimento de investigação descrito na Figura 2 (3) foi um ponto de partida para me direcionar. Conforme aponta Hine (2015), a etnografia virtual não segue uma abordagem prescritiva, é um método adaptativo, que parte do entendimento que as dimensões, questões, atores envolvidos não são aparentemente evidentes logo no início da pesquisa, e, portanto, o campo de pesquisa não pode ser totalmente antecipado e nem definido de forma definitiva no início da pesquisa. Apesar de ter definido inicialmente um método e categorias para me guiarem, os quais foram seguidos, a prática da pesquisa foi sendo desenvolvida de forma artesanal e busquei me manter aberta e atenta ao que o campo me apresentou.

Nas próximas subseções, apresento um relato das outras etapas que envolveram o desenvolvimento dessa pesquisa.

3.2 ACESSO AO CAMPO E CAMINHOS PERCORRIDOS

Antes de iniciar de forma sistematizada o processo de coleta e imersão no campo, criei no mês de junho de 2021 uma página na rede social Instagram, denominada de @entregadores.resistencia. O perfil nasceu de uma inquietação sobre produzirmos um espaço dialógico que permitisse articular o conhecimento científico ao conhecimento artesanal e como forma de ecoar as práticas de resistência e lutas dos entregadores.

A página consiste em um espaço para dialogar com os entregadores e divulgar as suas lutas e práticas de resistência. Inicialmente, por meio do perfil, passei a acompanhar postagens, notícias, comentários postados por diversos entregadores ou coletivos, no sentido de compreender quem são esses atores. Dessa forma, passei a seguir e acompanhar no Instagram, além dos Entregadores Antifascistas, diversas páginas de coletivos, movimentos e entregadores que aparentavam estar envolvidos nessas tentativas de se organizarem politicamente. O objetivo da página era postar sobre greves, coletivos, associações, cooperativas e denúncias que tivessem os entregadores e entregadoras como protagonistas.

Fiquei muito realizada com a criação do espaço, produzir uma pesquisa que me possibilitasse interagir com os entregadores e ajudar na divulgação da luta e movimentos é algo que me instiga. Sempre me perguntei de que forma que o conhecimento gerado pode contribuir e se articular com o cotidiano e experiências dos trabalhadores. Sinto que a criação do espaço foi um pequeno passo para a realização de uma pesquisa engajada [...]. Sem planejar me vi inserida em uma pesquisa participante, produzindo artes, ajudando na divulgação de paralisações, greves e compartilhando informações da minha pesquisa que pudessem agregar na luta (DIÁRIO DE CAMPO, 01/07/2021 e 18/07/2021, NOTAS 2 e 6).

A aproximação inicial com o campo e com os atores participantes desta pesquisa foi se desenvolvendo por meio do perfil @entregadores.resistencia. Desde julho de 2021, também participo de forma não ativa de dois grupos de WhatsApp. Em ambos, os responsáveis pelos grupos foram informados da minha condição de pesquisadora. O primeiro grupo é formado por entregadores do Rio de Janeiro, é um espaço em que os entregadores e entregadoras compartilham experiências e dúvidas cotidianas, melhores locais para fazer entregas e denúncias. Abaixo relato sobre a minha entrada no grupo:

Hoje entrei em contato com uma associação e através de um *direct* perguntei se podia divulgá-la no @entregadores.resistencia [...]. Quando expliquei quem eu era e meus objetivos de pesquisa, o entregador responsável pela página gentilmente me convidou para fazer parte de um grupo de WhatsApp, a fim de que eu pudesse conhecer melhor as experiências cotidianas dos entregadores ali envolvidos (DIÁRIO DE CAMPO, 02/07/2021, NOTA 3).

O segundo grupo de WhatsApp que faço parte entrei por meio de um *link* público disponibilizado na página de um membro dos Entregadores Antifascistas. O referido grupo foi aberto com o objetivo de agregar pessoas que quisessem ajudar na divulgação do movimento denominado de Apagão dos Apps. Diferente do primeiro grupo, que é formado quase que exclusivamente por entregadores e entregadoras, esse segundo me pareceu ser formado majoritariamente por acadêmicos.

Entre no link disponibilizado e me identifiquei [...]. Quando entrei, percebi uma empolgação da galera, todo mundo perguntando como poderia ajudar. Percebi rapidamente que a grande maioria dos participantes ali do grupo não eram entregadores. E, assim como eu, eram acadêmicos que buscavam fortalecer a luta e saber como poderiam ajudar (DIÁRIO DE CAMPO, 17/07/2021, NOTA 4).

A criação da página facilitou o meu contato inicial não só com o coletivo dos Entregadores Antifascistas, mas também com outros companheiros e companheiras de outros coletivos que pude dialogar. Esse processo se desenvolveu ao longo de quatro meses, de julho a outubro de 2021. Inicialmente, realizei uma observação não participante e uma aproximação inicial para compreender melhor o contexto da comunidade *on-line* escolhida e de outros

movimentos que lutavam por melhores condições de trabalho para os entregadores. Posteriormente, realizei uma observação participante junto ao perfil no Instagram dos Entregadores Antifascistas.

Me apresentei através de uma mensagem no “*direct*” (função do Instagram que permite a troca de mensagens) para os responsáveis pela página dos “Entregadores Antifascistas”. Ao mesmo tempo os convidei para uma entrevista, expliquei sobre os objetivos da pesquisa e informei sobre a minha presença na página. A interação é melhor explicada no tópico “observação participante”.

Através do perfil @entregadores.resistencia acompanhei as postagens realizadas por páginas de cooperativas, associações e figuras ligadas aos movimentos de resistência dos entregadores. Por meio desse acompanhamento fiz um levantamento no mês de julho de 2021 de todas as paralisações divulgadas nos perfis que eu seguia. O levantamento realizado e o fato de terem surgido conexões com outros entregadores me conduziu a ampliar o olhar para além dos Entregadores Antifascistas. Nesse sentido, para captar o organizar político dos entregadores foi necessário olhar não só para um, mas para diversos movimentos e iniciativas plurais construídas.

Dessa forma, o organizar político dos entregadores é aqui representado pela Associação de Motofretistas em Pernambuco – AMAPPE (Pernambuco - PE), Coletivo Independente de Trabalhadores de Aplicativo – C.I.T.A (Porto Alegre - RS), Cooperativa Despatronados (Rio de Janeiro - RJ), Entregadores Antifascistas (São Paulo - SP), Magricela Entregas (Rio de Janeiro - RJ), Organização Associativa de Profissionais por Plataforma Digital – OAPP (Distrito Federal - DF) e Breque dos Apps (Brasil - BR). Com exceção dos Entregadores Antifascistas, que já havia sido selecionado por meio de critérios previamente estabelecidos, conforme descrito na subseção 3.1. Os outros coletivos de entregadores que integram esta dissertação foram escolhidos intencionalmente, seja por meio das observações, vídeos visualizados, das informações recebidas nas entrevistas ou do contato mais próximo com alguns dos seus membros. O meio virtual se constituiu em um meio relevante e profícuo por me possibilitar um contato com diferentes grupos espalhados pelo Brasil.

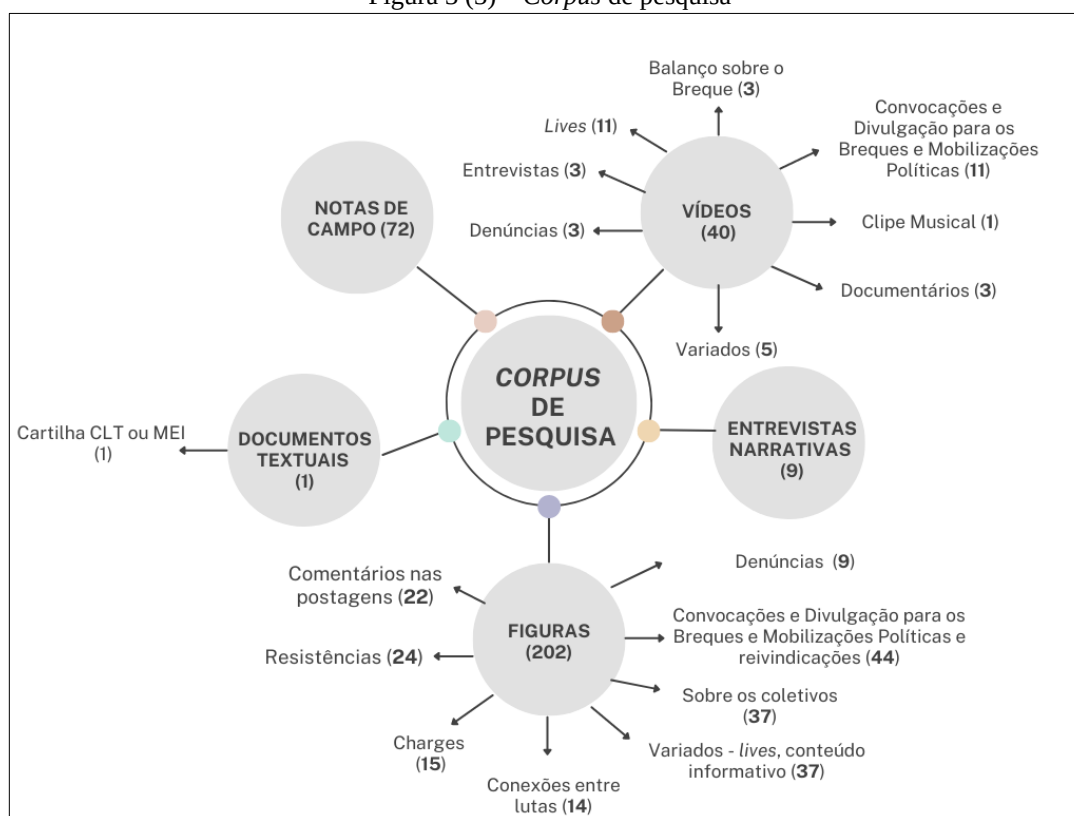
Na sequência, descrevo o processo de coleta dos saberes e os instrumentos utilizados.

3.3 COLETA DOS SABERES

Optei por utilizar o termo “coleta dos saberes” ao invés de “coleta de dados”, por considerar mais coerente e apropriado com os pressupostos que apresento nesta dissertação.

Nos termos propostos, os saberes representam um conjunto de conhecimentos utilizados nas lutas e que podem se materializar de diversas formas, por meio das TICs, da oralidade, da arte, da gravação de vídeos, da contação de histórias, do emprego de novas estratégias de resistência e outros. A coleta foi desenvolvida por meio dos seguintes instrumentos: observação participante e entrevistas narrativas *on-line*, o que resultou em um material composto de 202 figuras, 72 notas de campo, 40 vídeos e 9 entrevistas narrativas. Conforme exemplificado na Figura 3 (3).

Figura 3 (3) – *Corpus de pesquisa*



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

A utilização de diversas fontes foi fundamental para a compreensão do fenômeno estudado. As entrevistas contribuíram para confirmar algumas situações que eu já vinha observando, mas principalmente para me ensinar e me mostrar o que eu ainda não havia conseguido captar por meio da observação.

Em relação aos aspectos éticos, deve ser uma preocupação constante do pesquisador e não pode se restringir apenas aos aspectos procedimentais. No entanto, a fim de situar o leitor, os seguintes cuidados foram tomados: as comunidades e vídeos utilizados são todos de acesso público, me identifiquei junto à comunidade *on-line* observada, as informações advindas das redes sociais e das entrevistas mantiveram o anonimato dos participantes, salvo contrário,

houver manifestação explícita por parte destes. Os entregadores e entregadoras que foram entrevistados(as) receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) através do formulário *Google Forms*, onde todas as informações sobre a pesquisa foram repassadas.

Embora métodos qualitativos não se atenham aos critérios de tradições quantitativas, considerei nessa dissertação elementos de validade e confiabilidade propostos por Paiva-Júnior, Leão e Mello (2011). Assim, realizei a triangulação a partir de diferentes fontes (textuais, visuais e audiovisuais). A triangulação refere-se, nesse caso, a combinação de diferentes fontes visando diminuir as inconsistências. Os resultados também foram submetidos à validação por outros pesquisadores integrantes do Grupo de Pesquisa Observatório da Realidade Organizacional (Pernambuco). Além disso, fiz uma descrição clara, rica e detalhada de todos os caminhos percorridos e o contexto relacionado, assim como as dificuldades e limitações que encontrei no decorrer desta dissertação.

Finalmente, um processo que é fundamental em qualquer pesquisa científica trata-se da reflexividade e envolve um processo contínuo do pesquisador refletir sobre a prática da sua pesquisa e como ele influencia e é influenciado por esta, representa um processo de construção e desconstrução constantes provocados pelo campo. “Problematizar a reflexividade do pesquisador implica assumi-lo como sujeito ético político-social que tem um papel a desempenhar na sociedade da qual faz parte” (CAMARA; LOVISON, 2007, p. 2).

Descrevo a seguir o desenvolvimento da coleta de saberes e dos materiais que compõem o *corpus* de pesquisa.

3.3.1 Observação Participante

A **observação participante** pressupõe uma imersão do pesquisador no campo de pesquisa. Conforme aponta Schensul (1999, p. 91), “a observação participante representa um processo de aprendizagem por exposição ou por envolvimento, nas atividades cotidianas ou rotineiras de quem participa no cenário da pesquisa”.

A observação foi realizada através da imersão na página “Entregadores Antifascistas”. A participação nos ambientes digitais pode variar de intensidade e forma, dependendo da rede social ou plataforma escolhida, assim a participação nos ambientes virtuais assume certas particularidades. Conforme discutem Garcia *et al.* (2009), no ambiente digital a observação participante exige que se faça determinados ajustes, tendo em vista que o pesquisador não pode observar diretamente a comunidade. Walstrom (2004) utiliza o termo experimentador participante ao invés de observador participante para se referir ao pesquisador que contribui

ativamente para determinada comunidade estudada. Nesse contexto, a sociabilidade assume um caráter mais difuso, em ambientes como o Facebook e o Instagram “participar pode incluir, dentre outras coisas, atos propiciados pela própria estrutura da plataforma, como o curtir, comentar e compartilhar” (LEITÃO; GOMES, 2017, p. 48).

A observação participante foi realizada por meio da interação virtual nas publicações da comunidade selecionada. Durante os quatro meses de coleta observei o que era postado e as conversas que se desenvolveram entre os membros da comunidade ao longo das postagens realizadas. Destaco que nos meses de setembro e outubro, as postagens que eram realizadas diariamente passaram a ter um intervalo maior entre elas. Além do acompanhamento das postagens que eram feitas regularmente, também acompanhei no @entregadores_antifascistas tudo que já havia sido postado anteriormente, desde a primeira postagem que data 16 de abril de 2020.

Estabeleci uma lista não exaustiva do que seria observado, o que incluiu postagens sobre greves, paralisações (1), postagens e vídeos que pudessem revelar valores, formas de organizar, posicionamentos do grupo (2), narrativas feitas por entregadores sobre o seu cotidiano de trabalho e denúncias (3), postagens que evidenciassem a conexão com outras lutas (4), postagens que revelassem formas de resistência (5) e comentários dos seguidores sobre o coletivo ou sobre as chamadas para as paralisações e protestos (6).

A minha participação ocorreu a partir de comentários nas postagens e/ou discussões desenvolvidas, por meio do compartilhamento de postagens no *stories* do @entregadores.resistencia e da coprodução de artes a fim de contribuir na divulgação dos movimentos de resistência e mobilizações políticas dos entregadores.

Tal coprodução se desenvolveu por meio de conversas informais com entregadores e da própria dinâmica da observação participante. Por exemplo, a partir do relatado por um companheiro entregador, que foi uma figura chave no meu entendimento do organizar dos entregadores, eu me propus a produzir artes para contribuir com a divulgação da luta (ex.: 4º Breque dos Apps), que foram disponibilizadas para que os entregadores utilizassem da forma como considerassem conveniente. Outro exemplo dessa coprodução ocorreu em um grupo de WhatsApp. Na ocasião, determinada pessoa divulgou, por meio de um áudio, as reivindicações e alguns esclarecimentos sobre uma greve de entregadores que ocorreu em São Paulo, no mês de outubro de 2021. Ao escutar o áudio perguntei se poderia transformá-lo em uma postagem, a fim de fortalecer na divulgação do movimento, o que foi prontamente aceito. Algumas dessas construções coletivas podem ser verificadas por meio de algumas postagens, [“você sabe o que é coleta dupla?”](#); [Apagão dos Apps](#); [4º Breque dos Apps](#).

A observação participante resultou na captura de 202 imagens, descritas no Quadro 2 (3), processo que foi realizado com o auxílio do programa “Movavi Video Suite 21”. Em todas as capturas de tela omiti informações que pudessem identificar os sujeitos envolvidos. Durante a observação, produzi notas de campo sobre a minha experiência e impressões que não puderam ser completamente acessadas por meio das capturas e dos discursos reproduzidos no referido ambiente digital (LEITÃO; GOMES, 2017). Foram 131 capturas de tela do perfil dos Entregadores Antifascistas, 64 capturas realizadas em outros perfis do Instagram que acompanhei eventualmente e 7 capturas de tela do perfil no Twitter @apagaodosapps. Este último fui direcionada por meio de uma postagem no perfil dos Entregadores Antifascistas.

Quadro 2 (3) – Observação participante

Período da observação	julho a outubro de 2021	
Quantidade de itens	O que foi observado	Fonte
131 capturas de tela	Charges, imagens que retratem instrumentos de convocação para greves, <i>lives</i> , postagens que abordem os valores e crenças do grupo, indicativos da forma de organização, postagens sobre conexão com outras lutas e que exemplifiquem ações de resistência adotadas. Comentários de seguidores da página que se relacionem com o tema proposto.	Perfil no Instagram @entregadores_antifascistas
13 capturas de tela	Convocação para greves e paralisações, denúncias, postagens que exemplifiquem ações de resistência adotadas.	Perfil no Instagram do @tretanotrampo
13 capturas de tela	Carta de dissolução do coletivo	Perfil no Instagram @entregadoresantifascistasrj
8 capturas de tela	Convocação para greves e paralisações, informações sobre a luta, cartilha CLT e MEI (Despatronados)	Perfil do Instagram @entregadores.resistencia
8 capturas de tela	Convocação para greves e paralisações, apresentação do coletivo	Perfil no Instagram @c.i.t.app
5 capturas de tela	Convocação para greves e paralisações, indicativos da forma de organização	Perfil no Instagram @amap.pe
3 capturas de tela	Convocação para greves e paralisações	Perfil no Instagram @mmovimentoentregadores.ro
3 capturas de tela	Convocação para greves e paralisações	Perfil no Instagram @explana.acao
3 capturas de tela	Denúncia e Convocação para paralisação	Perfil no Instagram @foraaendimento
2 capturas de tela	Convocação para greves, paralisações e denúncias	Perfil no Instagram @greve_2021
2 capturas de tela	Sobre o cooperativismo e o coletivo	Perfil no Instagram @despatronados
2 capturas de tela	Articulação internacional de entregadores	Perfil no Instagram do coletivo @agrupacionatr
1 captura de tela	Apresentação do coletivo	Perfil no Instagram do coletivo @magricelaentregas
1 captura de tela	Convocação greve	Perfil no Instagram @paralisacaojundiai
7 capturas de tela	Convocação para mobilização digital, apresentação do movimento	Perfil no Twitter @apagaodosapps

72 notas de campo	Anotações sobre as minhas impressões ao longo do processo de observação	Elaboração própria
-------------------	---	--------------------

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Ressalto que os dois primeiros meses de observação forneceram informações que me auxiliariam na elaboração de algumas questões que foram integradas ao roteiro da entrevista narrativa (APÊNDICE A), que discuto a seguir.

3.3.2 Entrevistas

Busco relatar nessa subseção como se desenvolveu as entrevistas, assim como as dificuldades e negativas. Realizei **entrevistas narrativas** a fim de ouvir de forma mais detalhada as experiências dos entregadores e entregadoras. As entrevistas representam um processo dialógico que permitem compreender como os atores entrevistados interpretam as suas realidades, levando a um entendimento mais aprofundado das crenças, atitudes e vivências das pessoas em contextos particulares (GASKELL, 2008). Realizei as entrevistas entre setembro e outubro de 2021, com um total de nove entregadores e entregadoras associados a movimentos de paralisação, coletivos autogestionados e associações. As entrevistas narrativas permitem que os atores sociais narrem determinado acontecimento conforme a sua perspectiva de mundo. São entrevistas de profundidade, por meio “da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2008, p. 91).

Construí a entrevista por meio de um roteiro temático aberto (APÊNDICE A) para que o entrevistado tivesse maior liberdade de desenvolver a sua narrativa da forma que considerasse conveniente. Esse roteiro serviu como uma estrutura base para me guiar em relação aos pontos que eram fundamentais de serem abordados. Iniciei por meio da introdução de uma questão investigativa aberta que buscou incentivar a narrativa livre do entrevistado. Na primeira questão investigativa pedi que contassem a história dos movimentos e coletivos do qual eram membros. De uma forma geral, iniciaram contando a sua própria história até chegar na história do coletivo, nas palavras de um entrevistado: “[...] eu acho que é importante trazer esse contexto, por que senão parece que a gente entrou do nada e veio do nada, saca? E... e... muita gente que tá dentro do movimento dos entregadores já traz uma luta mesmo de vida”. Durante as entrevistas busquei não interromper os atores participantes e os deixei falar livremente, mesmo quando, aparentemente, divagam sobre alguns assuntos. Muitas dessas divagações trouxeram

informações contextuais valiosas. No final da entrevista pedi para que falassem livremente sobre algo que considerassem relevante, algo que gostariam de destacar e que não foi abordado ou foi abordado superficialmente. Em duas entrevistas esse foi um momento muito rico e cheio de emotividade, em um nível de profundidade que eu não imaginei que conseguiria antes de entrar no campo.

Tendo em vista os objetivos que propus nessa dissertação, busquei entrevistar entregadores e entregadoras que estivessem envolvidos com algum coletivo, associação ou movimento de luta organizado pelos próprios trabalhadores. Na maioria dos casos, o acesso aos entrevistados ocorreu através de mensagens no *direct* da rede social Instagram. Em casos que já havia um diálogo anterior com o entregador, que se iniciou por meio do perfil @entregadores.resistência, o convite para a entrevista se deu por meio de aplicativos de mensagem instantânea, como o WhatsApp e o Signal. A própria observação participante me direcionou em relação aos atores-chave a serem entrevistados.

A partir das observações realizadas listei alguns grupos que se enquadravam em coletivos, cooperativas e movimentos de resistência dos entregadores. Através dessa listagem busquei entender quem eram as pessoas-chave associadas ao movimento [...]. O objetivo era tentar entrevistar essas pessoas [...], em alguns movimentos eu não consegui identificar os sujeitos envolvidos. Nesse caso, entrei em contato pelo *direct* do movimento perguntando se podiam me ceder uma entrevista [...]. Me apresentei pelo *direct* do coletivo, expliquei os objetivos da pesquisa e solicitei uma entrevista, mesmo sem saber ao certo quem estava por trás do perfil (DIÁRIO DE CAMPO, 30/08/2021, NOTA 34).

Todas as nove entrevistas foram realizadas *on-line* por meio da plataforma de videoconferência *Google Meet*. Após convidar os entrevistados, explicava sobre a pesquisa e seus objetivos, aos que aceitavam participar foi enviado um TCLE (APÊNDICE B) para leitura e declaração de aceite antes da entrevista. Enviei o TCLE via *google forms* e por não ter a possibilidade de assinatura física inseri no formulário as seguintes opções: “Declaro que li e concordo em participar da pesquisa” e “Não aceito participar da pesquisa”.

A fim de manter o anonimato dos participantes atribuí um nome fictício para resguardar suas identidades, com exceção de uma entrevista em que o entregador solicitou explicitamente, durante a gravação realizada, que o nome dele não fosse mantido no anonimato. Nesse sentido, mantive o nome do entregador. Com o desenvolvimento da pesquisa aprendi e incorporei alguns termos utilizados no cotidiano dos entregadores. Um desses termos foi “compa” que é uma abreviação para companheiro. Quase todos os entregadores que tive contato utilizavam o termo ao se cumprimentarem. Por isso, inseri a abreviação “compa” antes do nome fictício que lhes atribuí.

Quadro 3 (3) – Relação dos entrevistados e das entrevistadas

Nome	Nome do Coletivo/Movimento	Localização	Tempo de duração (hh/mm/ss)
Compa Pedro	Associação de Motofretistas de Pernambuco - AMAPPE	Pernambuco	00:48:32
Compa Jorge	Movimento dos Entregadores Antifascistas	São Paulo	00:44:30
Compa João	Organização Associativa de Profissionais por Plataforma Digital - OAPP	Distrito Federal	00:51:56
Compa Rita	Cooperativa Despatronados	Rio de Janeiro	01:16:33
Compa Milton	Cooperativa Despatronados	Rio de Janeiro	01:32:06
Compa Luiz	Coletivo Independente de Trabalhadores de Aplicativo - C.I.T.A	Rio Grande do Sul	00:55:47
Compa Elis	Magricela Entregas	Rio de Janeiro	00:33:30
Compa Ralf	Breque dos Apps	Rio de Janeiro	00:35:54
Compa Nara	Movimentos dos Entregadores Antifascistas	São Paulo	00:45:52

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Todas as entrevistas foram gravadas, tanto a imagem quanto o áudio, totalizando 08 horas 04 minutos e 40 segundos de gravação. Foram transcritas literalmente e manualmente por mim, sendo mantidas as pausas na fala e os vícios de linguagem, totalizando 92 páginas de transcrição. Observei tanto a fala literal do entrevistado quanto aspectos para-linguísticos. Após a transcrição, enviei a entrevista transcrita para o e-mail dos entrevistados a fim de que pudessem ler e opinar sobre o material.

Cabe destacar também as dificuldades que encontrei e as negativas de entrevista. Além dos entrevistados listados, entrei em contato pelo *direct* do Instagram com mais duas entregadoras e um entregador, e tentei contato com mais cinco coletivos e um sindicato que foi citado em quase todas as entrevistas. Destes, obtive apenas uma resposta explícita em que a pessoa dizia que não era mais entregadora e por isso não poderia me ajudar com a entrevista, o restante não deu um retorno. Também entrei em contato por meio de aplicativo de mensagem instantânea com mais três pessoas que foram indicadas pelos entrevistados. Duas delas não me deram retorno e uma delas aceitou participar da entrevista, mas se recusou a declarar aceite no TCLE. Nesse sentido, a entrevista não foi realizada.

Durante três entrevistas, ocorreram pequenas interrupções por conta de falha na internet. Na primeira, ocorreu um atraso de áudio, o que acabou implicando em dificuldades no processo dialógico. Em uma outra entrevista também ocorreram interrupções motivadas pela localização física onde a entrevista se desenvolveu. Neste caso, o entrevistado cedeu a entrevista em um ambiente público, que pareceu uma praça, inclusive ele estava com sua bicicleta e com a *bag* ao lado. Durante essa entrevista tiveram duas interrupções por conta de brigas que ocorreram neste local. Preocupada com a segurança do compa entrevistado perguntei se queria encerrar a entrevista naquele momento por conta de uma gritaria ao fundo, em suas palavras: “Não,

tranquilo. Deixa eu continuar o raciocínio para não me perder. Até por que eu não vou poder fazer nada. Eles estão só se encarando” (COMPA MILTON).

De uma forma geral, sete dos nove entrevistados e entrevistadas se mostraram bastante solícitos e interessados em contribuir, e alguns, inclusive, demonstraram interesse em acompanhar os resultados da pesquisa.

3.3.3 Documentos

Os documentos não devem ser considerados como um objeto neutro, “relacionam-se aos ambientes sociais, políticos e econômicos dos quais os indivíduos são parte [...], podem ser interessantes pelo que deixam de fora, assim como pelo que contêm” (MAY, 2004, p. 213).

Os documentos que compõem esse trabalho são oriundos da própria netnografia. São formados por 40 vídeos que foram coletados em dois momentos. No primeiro, envolveu vídeos disponibilizados na plataforma Youtube. No momento inicial da pesquisa passei a investigar quais os locais virtuais que os entregadores têm utilizado para circular seus saberes e visões de mundo, identifiquei a plataforma de vídeos Youtube como um desses locais.

Selecionei os vídeos conforme os seguintes critérios: vídeos de acesso público **(1)**, vídeos de entrevistas e/ou *lives* (transmissão ao vivo de vídeo por meio da internet) concedidas pelos entregadores que são associados a algum coletivo ou movimento de mobilização política **(2)** e vídeos produzidos por canais brasileiros **(3)**. O critério nº 2 foi estabelecido com o intuito de ouvir e potencializar as vozes dos entregadores que são, muitas vezes, omitidas pelas mídias hegemônicas. Nesse momento, descartei todos os vídeos que falem sobre os movimentos dos entregadores e considerei apenas os que representam as falas diretas dos entregadores.

A busca pelos vídeos se deu no campo de busca da plataforma Youtube, através das palavras-chave “coletivos entregadores”, “entregadoras” e “associação entregadores”, não estabeleci nenhum período temporal. Pré-selecionei trinta e um vídeos que se enquadravam nos critérios estabelecidos, conforme descrito no Quadro 4 (3).

Quadro 4 (3) – Sistemática utilizada para a estruturação do *corpus* referente aos vídeos coletados no Youtube

Palavra-chave: coletivos entregadores (1) entregadoras (2) associação entregadores (3) Forma de pesquisar: campo de busca na plataforma de vídeos Youtube Período temporal: não foi definido Filtro no Youtube: “Relevância”				
Vídeos encontrados	CrITÉRIOS de exclusão (etapa 1)	Vídeos pré-selecionados	CrITÉRIOS de exclusão (etapa 2)	Vídeos selecionados
523 (1) 206 (2) 523 (3)	Vídeos não relacionados com a temática;	19 (1) 6 (2) 6 (3)	Vídeos do(a) mesmo(a) entregador(a) tratando do mesmo assunto sem	5 (1) 2 (2) 4 (3)

	• Vídeos duplicados; • Vídeos que não representem nenhum coletivo, movimento ou reivindicação dos entregadores; • Vídeos que apenas falem sobre os entregadores, mas não representa a fala direta destes.		acrescentar nada de novo; • Vídeos redundantes.	
--	---	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Nesse momento inicial selecionei 11 vídeos para análise. Posteriormente, selecionei outros vídeos baseado na própria dinâmica da observação participante. À medida que as observações eram feitas percebi que vídeos relevantes para o entendimento do organizar político eram postados ou alguma postagem direcionava para vídeos para fora do Instagram, como a divulgação de uma “live” que seria transmitida no Youtube. Consequentemente, assistia aos vídeos e selecionava os que poderiam agregar aos objetivos propostos. Esses vídeos tratavam sobre convocações para greves, aprofundamento de questões percebidas na observação participante ou alguma questão nova sobre o organizar político.

Os vídeos desta segunda etapa foram escolhidos por apresentarem narrativas relevantes para a compreensão do organizar político. Nesse sentido, selecionei vídeos que tratavam sobre convocações feitas pelos entregadores para greves e paralisações, denúncias, reivindicações, narrativas sobre formas de organizar e resistir, narrativas sobre conflitos e os desafios enfrentados pelos coletivos e experiências vivenciadas no modelo de trabalho uberizado. Nessa segunda etapa selecionei 20 vídeos postados no perfil dos Entregadores Antifascistas, outros 6 vídeos da plataforma Youtube, ressalto que o direcionamento para estes últimos vídeos do Youtube ocorreu por meio de postagens visualizadas no Instagram dos coletivos de entregadores, 2 vídeos do perfil Treta no Trampo e 1 vídeo do perfil lutas dos entregadores (nome fictício). Este último atribuí um nome fictício ao perfil, a fim de preservar a identidade do entregador.

Todos os vídeos selecionados são de acesso público. Ainda assim, os nomes dos(as) entregadores(as) foram omitidos e utilizei os termos “entregador” e “entregadora” e a identificação descrita no Quadro 5 (3) para me referir às narrativas que compõem os vídeos.

Quadro 5 (3) – Vídeos que compõem o *corpus* de pesquisa³

Nº	Fonte	Identificação	Do que se trata	Duração (hh:mm:ss)
1	Youtube	VD-YOU-01	<i>Live</i> - aborda a mobilização e condições de trabalho dos entregadores	00:31:30
2		VD-YOU-02	<i>Live</i> - mobilização dos entregadores	01:10:52
3		VD-YOU-03	<i>Live</i> - com um coletivo de entregadores e suas reivindicações e lutas	01:55:33
4		VD-YOU-04	<i>Live</i> - entregadores de aplicativo e suas reivindicações e lutas	00:56:35
5		VD-YOU-05	<i>Live</i> - resistência dos entregadores no Brasil e na Argentina	01:26:02
6		VD-YOU-06	<i>Live</i> - vários entregadores e entregadoras falam sobre as suas condições e trabalho e mobilizações políticas	01:12:45
7		VD-YOU-07	<i>Live</i> - condições de trabalho dos entregadores	00:30:08
8		VD-YOU-08	Fala sobre a conquista de um ponto de apoio para os entregadores em Teresina – PI	00:01:35
9		VD-YOU-09	<i>Live</i> - trata sobre uma Associação de Autônomos e Entregadores de Aplicativo	00:26:11
10		VD-YOU-10	<i>Live</i> - trabalho precarizado durante a pandemia	01:26:30
11		VD-YOU-11	<i>Live</i> - trabalho por plataformas	02:03:01
12		VD-YOU-12	Minidocumentário sobre cooperativismo de plataforma	00:06:46
13		VD-YOU-13	Convocação para o Apagão dos Apps	00:01:59
14		VD-YOU-14	Entrevista com um entregador	00:39:21
15		VD-YOU-15	Breque dos Apps	00:13:08
16		VD-YOU-16	Entrevista com um integrante de determinado sindicato	00:46:11
17		VD-YOU-17	<i>Live</i> - entregador e acadêmicos discutem sobre a uberização do trabalho	02:10:21
18	Perfil no Instagram dos Entregadores Antifascistas	VD-EAF-01	Denúncia - desconstrução do discurso do empreendedor de si	00:01:53
19		VD-EAF-02	Divulgação do documentário Pan Delivery	00:00:37
20		VD-EAF-03	Parte do documentário Pan Delivery sobre o cotidiano dos entregadores na pandemia	00:00:34
21		VD-EAF-04	Chamamento para que os entregadores e a classe trabalhadora se unam	00:02:14
22		VD-EAF-05	Protesto de entregadores na Avenida Paulista (SP)	00:07:40
23		VD-EAF-06	Convocação para o primeiro Breque dos Apps	00:00:31
24		VD-EAF-07	Nota de esclarecimento 1 sobre a participação no Breque dos Apps	00:00:37
25		VD-EAF-08	Nota de esclarecimento 2 sobre a participação no Breque dos Apps	00:01:21
26		VD-EAF-09	Balanço sobre o Breque dos Apps	00:51:10
27		VD-EAF-10	Música sobre o cotidiano e as condições de trabalho dos entregadores	00:04:03
28		VD-EAF-11	Convocação para o segundo Breque dos Apps	00:00:31
29		VD-EAF-12	Entregadora 1 denuncia a omissão das empresas de <i>delivery</i>	00:01:00
30		VD-EAF-13	Entregadora 2 denuncia a omissão das empresas de <i>delivery</i>	00:00:52
31		VD-EAF-14	Convocação para uma paralisação de entregadores no Rio de Janeiro	00:00:35
32		VD-EAF-15	Educação política e atuação voluntária de uma advogada em determinado coletivo	00:04:16

³ A fim de preservar o anonimato dos participantes optei por não divulgar o link dos vídeos acessados, mesmo que sejam de acesso público. Ao me referir aos vídeos utilizarei a identificação descrita no quadro 5 (3). Os links para o acesso aos vídeos podem ser obtidos diretamente com a pesquisadora, por meio de prévia análise.

33		VD-EAF-16	Pressão dos entregadores para a aprovação de um projeto de lei (PL) sobre a construção de pontos de apoio para os entregadores no Rio de Janeiro	00:01:48
34		VD-EAF-17	Entrevista sobre o cotidiano dos entregadores	00:14:10
35		VD-EAF-18	Convocação para o ato “Fora Bolsonaro”	00:01:03
36		VD-EAF-19	Convocação para os entregadores se unirem e lutarem	00:00:35
37		VD-EAF-20	Trecho da produção audiovisual “eles não usam black-tie”	00:00:20
38	Perfil no	VD-ER-01	4º Breque dos Apps e Greve em São José dos Campos	00:03:16
39	Instagram do Treta no Trampo	VD-ER-02	4º Breque dos Apps	00:02:24
40	Perfil no Instagram Luta dos Entregadores	VD-ER-03	Balanço sobre o 4º Breque dos Apps	00:14:02

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Realizei o *download* dos vídeos do Youtube e gravei a tela dos vídeos do Instagram. Os vídeos selecionados equivalem a um total de 17 horas 33 minutos e 59 segundos de duração e foram publicados entre abril de 2020 e setembro de 2021. Transcrevi literalmente todos os vídeos, totalizando 365 páginas. Posteriormente, os organizei e classifiquei com o auxílio do software NVivo.

Em seguida, abordo como as narrativas e saberes coletados foram analisados.

3.4 ANÁLISE HERMENÊUTICA

A análise dos saberes ocorreu por meio da hermenêutica. Um dos aspectos centrais da hermenêutica é a busca pela compreensão do que as pessoas dizem, fazem e por quê, se preocupa em compreender e interpretar textos ou análogos a textos, como imagens, ação, artefatos e organizações (MYERS, 2004). A hermenêutica busca a compreensão e interpretação dos textos e parte do entendimento que o significado de algo depende do contexto em que foi produzido, bem como, o contexto em que é interpretado (PATTON, 2014). É uma abordagem que respeita a plurivocidade das narrativas e enfatiza a intertextualidade (LEJANO; LEONG, 2012).

Em alinhamento com as epistemologias do Sul, a hermenêutica em que me baseio trata-se da hermenêutica diatópica proposta por Santos (2002). Tal hermenêutica envolve a ideia de diálogos interculturais, que incluem diversos saberes que se refletem em variadas culturas (SANTOS, 2010b). A hermenêutica diatópica tem como base:

[...] a ideia de que os *topoi*⁴ de uma dada cultura, por mais fortes que sejam, são tão incompletos quanto a própria cultura a que pertencem [...], o objetivo dessa hermenêutica não é atingir a completude, mas ampliar o máximo a consciência de incompletude mútua através de um diálogo que se desenrola, por assim dizer, com um pé numa cultura e outro, noutra. Nisto reside o seu caráter diatópico (SANTOS, 2010b, p. 448).

Se trata de um trabalho de interpretar e traduzir “duas ou mais culturas com vista a identificar preocupações isomórficas entre elas e as diferentes respostas que fornecem para elas” (SANTOS, 2002, p. 263-264). Os fundamentos da hermenêutica diatópica se baseia em um universalismo negativo, que parte da ideia de que todas as culturas são incompletas, visa um conhecimento construído coletivamente e de forma interativa, envolve tanto o diálogo quanto a confrontação intercultural entre diferentes saberes e práticas. Essa incompletude conduz ao trabalho da tradução que “visa criar inteligibilidade recíproca entre formas de organização e objetivos de ação, o trabalho de tradução incide sobre os saberes enquanto saberes aplicados” (SANTOS, 2002, p. 265). Utilizei os fundamentos da hermenêutica diatópica e do trabalho de tradução de Santos (2002) como base para a interpretação.

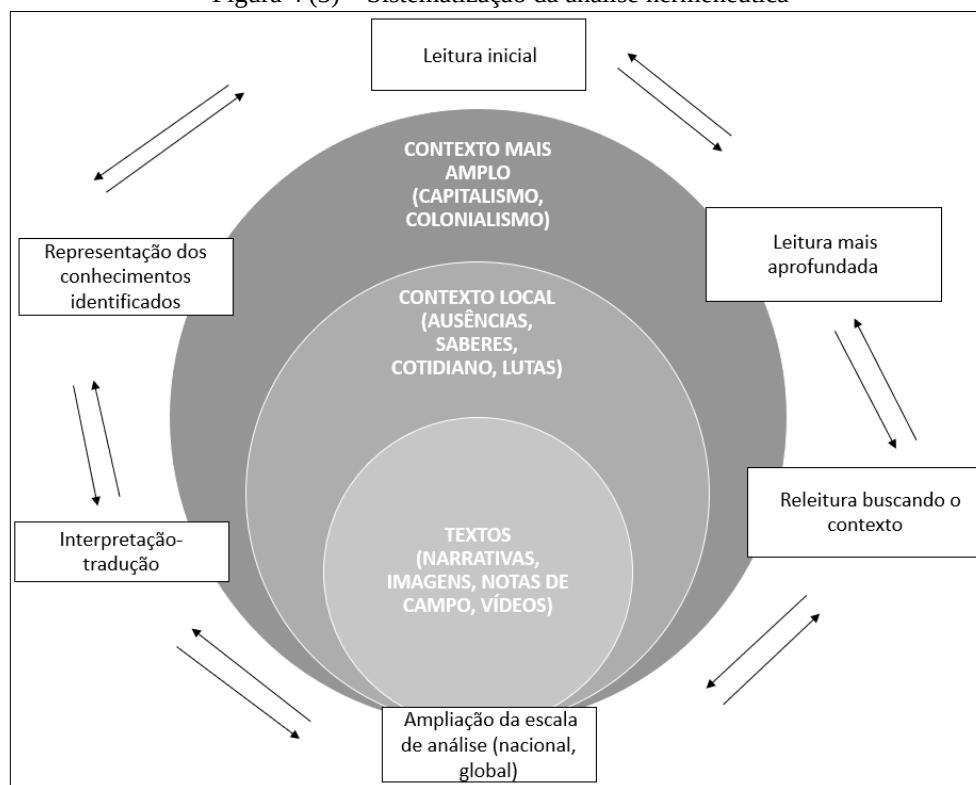
Os coletivos que acompanhei tiveram início a partir de algumas reivindicações semelhantes, como a piora nas condições de trabalho. No entanto, ao longo da construção do organizar político ofereceram respostas diferentes e modos diversos de luta para alcançar os objetivos propostos. Nesse sentido, utilizei a hermenêutica diatópica como forma de traduzir esses diferentes modos de organizar dos entregadores e suas diferentes respostas, assim como os possíveis diálogos e conflitos entre os coletivos pesquisados, tendo em mente que todos eles produzem saberes e experiências incompletos. Construí artesanalmente a operacionalização da análise a fim de sistematizar os caminhos para uma hermenêutica diatópica, conforme evidenciado na Figura 4 (3), que foi construída inspirada na representação gráfica da análise hermenêutica-dialética desenvolvida por Batista-dos-Santos (2013).

À medida que realizava a observação participante, assistia aos vídeos selecionados e escutava as narrativas durante as entrevistas, já estava formando as primeiras impressões sobre o que via e ouvia, o que me motivou a escrever algumas notas de campo sobre os *insights* que me ocorreram. Nessa **leitura preliminar** separei todo o material que compôs o *corpus* de pesquisa, transcrevi e li as entrevistas e vídeos, e sobre as capturas de tela descrevi o aspecto visual observado. Esse processo me levou a produzir anotações sobre minhas impressões

⁴ “Os *topoi* são lugares comuns que as pessoas utilizam como ponto de partida de uma argumentação”. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/45/comunicacao-docente-e-o-uso-dos-topoi#:~:text=Os%20topoi%20s%C3%A3o%20lugares%20comuns,Gr%C3%A9cia%20antiga%20atrav%C3%A9s%20de%20Arist%C3%B3teles>. Acesso em: 04 abr. 2022.

iniciais. Essa leitura me permitiu obter uma compreensão inicial daquilo que estava expresso nos textos e refletir sobre o que sei e me questionar sobre o que ainda preciso entender (ANGROSINO, 2009).

Figura 4 (3) – Sistematização da análise hermenêutica



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Retomei novamente aos textos com uma **leitura mais aprofundada**, momento em que em que separei as informações levando em consideração as categorias definidas aprioristicamente (o organizar político; práticas de resistências; aproximações e distanciamentos com os sindicatos). As categorias encontrada neste trabalho partem tanto de questões empíricas quanto da lente teórica das epistemologias do Sul. Essas categorias foram criadas tanto a partir dos questionamentos iniciais feitos, que tiveram origem por meio da análise de notícias associadas ao mundo do trabalho e a Covid-19, já descritos na introdução e justificativa desse trabalho, quanto da leitura da fundamentação teórica que me encontro embasada.

As epistemologias do Sul se referem a variados conhecimentos e suas articulações nas lutas contra a opressão e desigualdade (SANTOS, 2019). Podem ser conhecimentos científicos e não-científicos, que se relacionam com práticas sociais concretas, seja de conhecimentos produzidos na luta ou gerados para além da luta e que podem ser úteis para as resistências.

Nesse sentido, pude observar algumas dessas práticas abordadas na teoria enquanto realizava o levantamento das notícias, como: [Trabalhadores da Instacart e da Amazon fazem greve enquanto a agitação trabalhista cresce durante a crise do coronavírus; Motoboys organizam boicote à aplicativos de entrega](#). A observação dessas práticas durante a pandemia de Covid-19 deu origem às categorias que adotei nesse trabalho.

A partir dessa leitura detalhada, identifiquei alguns temas que surgiram após o contato com o campo e das idas e vindas ao material. Durante esse processo selecionei trechos das narrativas ou imagens que se associassem aos temas identificados. O Quadro 6 (3) exemplifica essa análise, ressaltando que no quadro não constam todos os trechos das narrativas selecionadas, o descrito no referido quadro é apenas para ilustrar o caminho tomado. Tendo em vista a grande quantidade de informações coletadas utilizei o software de análise Nvivo 1.0, que serviu para me auxiliar na organização e classificação do material.

Quadro 6 (3) – Quadro analítico

Categorias	Temas identificados	Questões observadas / Práticas identificadas	Exemplos de narrativas
Organizar Político	Trajetórias	- Origem dos coletivos e movimentos estudados; - Descrição do que é o coletivo; - Viração.	“Surgiu a partir da necessidade de criarmos uma frente para termos voz, né [...]. Então surgiu a necessidade a partir dos bloqueios que nós vivíamos sofrendo em massa, né. Das injustiças que vinham acontecendo com a nossa categoria” (VD-YOU-07, 22/07/20). “Então eu sempre fiz muito bico para conseguir me sustentar” (COMPA RITA, entrevista em 08/09/21).
	Modos de organizar	- Formas de organizar do coletivo; - Organização para os dias de paralisação; - Tipo de liderança; - Formas de comunicação empregada; - Organização das atividades políticas e de representação; - Tomada de decisão.	“E como a gente fez [a paralisação] num lugar ali de circulação grande de motoboys [...], a gente foi panfletando também, conversando com a galera para aderir naquele momento, né. E faz uma assembleia, né, a gente faz uma assembleia, conversamos sobre o que vai ser, sobre qual vai ser a estratégia do dia (COMPA LUIZ, entrevista em 17/09/21). “A concepção de cooperativa é uma concepção menos de princípios e mais de prática” (COMPA MILTON, entrevista em 15/09/21).
	Reivindicações	- Demandas dos entregadores.	“[...] o nosso primeiro protesto foi sobre os bloqueios indesejados. O aplicativo só dá atenção ao cliente não ao entregador. Se o cliente falar que o entregador não entregou, eles acreditam, mesmo o cara

Organizar Político			entregando aquilo ali” (COMPA PEDRO, entrevista em 04/09/21). Então eu acho que uma pauta principal assim que a gente tem agora é a construção de pontos de apoio na cidade pros entregadores (COMPA ELIS, entrevista em 22/09/21) “[...] a pauta da nossa luta é a seguinte: melhores taxas. A gente busca uma entrega mínima nos aplicativos de dez reais” (COMPA RALF, entrevista em 24/09/21).
	Avanços	- Reivindicações atendidas; - Melhorias objetivas e subjetivas percebidas	“O que houve de avanço foi o reconhecimento, né” (COMPA JORGE, entrevista em 04/09/2021).
	Desafios	- Dificuldades que impedem ou dificultam o avanço das lutas; - Desentendimentos e discordâncias entre os coletivos; - Diferentes respostas para as lutas; - Cooptação por parte das empresas de <i>delivery</i> ; - Desafios estruturais, como o desemprego; - Desafios associado ao modelo de trabalho uberizado; - Desafios mais específicos de cada coletivo de luta.	“Ameaça de morte já recebi, né? Por que as empresas passaram para os trabalhadores que eu e meu grupo político estavam criando coisas para prejudicar a vida do trabalhador” (COMPA PEDRO, entrevista em 04/09/21) “Por que a gente sabe que o pessoal que entrou no coletivo lá no início, hoje só tem uma pessoa desse primeiro grupo assim [...]. Então a gente tem uma rotatividade muito grande do nosso grupo, né” (COMPA LUIZ, entrevista em 17/09/21).
	Rede de Lutas	- Articulação com acadêmicos, movimentos sociais, coletivos de luta, seja de entregadores ou não.	“a gente tá não só olhando para nós [...], já estávamos antes conectados a vários outros movimentos, continuamos nos conectando com os povos indígenas, com o movimento negro, então essas lutas elas fazem parte, já faziam e continuam fazendo. E a gente traz pra dentro, a gente vai conectando com vários outros movimentos também” (COMPA JORGE, entrevista em 04/09/2021).
Práticas de Resistência	Resistir para existir	Como se concretizam as lutas dos entregadores, quais as formas utilizadas para se opor e/ou se afirmar. Paralisações, greves, protestos, ciberativismo, piquetes, denúncias, entre outras ações. .	“Desloga nois, bloqueia nois e foda-se! Não quero saber de nada não. O bagulho é fechar a avenida mesmo, para não passar ninguém” (VD-EAF-05, 05/06/20) “São José tá como? Aí ó, tudo brechado, tudo parado. Começou com a revolta de todos os motoca pelos direitos nossos” (VD-ER-01, 12/09/21).
Aproximações e Distanciamentos	Articulações	- Como os entregadores e entregadoras enxergam os sindicatos;	“Claro que existem sindicatos que a gente é mais conectado, a gente reconhece que faz um trabalho formidável. Por exemplo,

com o movimento sindical		- Possibilidades de articulação com os movimentos sindicais.	sindicatos dos metroviários, que a gente tem um pouco mais de contato” (COMPA JORGE, entrevista em 04/09/21).
	Afastamentos	- Pontos de distanciamento entre os coletivos pesquisados e as organizações sindicais.	[...] “por que o sindicato hoje não tem mais aquela força que tinha antigamente, muitos se corromperam por conta de dinheiro. E aí eles buscam fazer ações que mantenham eles [...] ali naquele espaço [...], ele não tá em busca de benefícios, ele não quer dar a cara a tapa” (COMPA JOÃO, entrevista em 06/09/21).

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Nesse processo de leitura e releitura retornei aos textos buscando captar **o contexto local** em que se desenvolvem os modos de organizar e práticas de resistência dos entregadores. Busquei nas entrevistas, vídeos e observações feitas, narrativas que apresentassem o contexto mais imediato que as lutas dos entregadores se desenvolvem. Nesse sentido, me atentei às narrativas que evidenciaram de que forma a não existência se manifesta na vida dos entregadores e entregadoras, conforme preconizado pela sociologia das ausências (SANTOS, 2002, 2019). Busquei captar as experiências cotidianas no trabalho do entregador, saberes que trazem e/ou desenvolvem nos coletivos, formas de ação das empresas detentoras das plataformas, aspectos contextuais do trabalho, aspectos sociais, econômicos e políticos mais imediatos que se manifestaram nas narrativas, como a violência policial, flexibilização trabalhista e atuação do Estado. Sobre as capturas de tela, nesta etapa busquei compreender o contexto associado à produção daquela imagem.

Santos (2019) recomenda a utilização de várias escalas de análise, local, nacional e global. Busquei associar os textos ao **contexto mais amplo** em que foram produzidos, relacionando-os com o capitalismo, com o colonialismo moderno e as próprias lutas desenvolvidas pelos entregadores ao redor do mundo. A postura adotada assume um caráter diatópico, “um pé na macroescala e um pé na microescala, um pé no mundo e um pé na vizinhança, um pé no futuro e outro no aqui e agora” (SANTOS, 2019, p. 353).

A **interpretação-tradução** envolveu, inicialmente, um processo de reflexão em que retornei às minhas notas de campo para compreender se algo havia se alterado, se as minhas percepções iniciais formadas na leitura preliminar se mantiveram. Retomei a todas as informações e os conhecimentos buscando dar-lhes sentido, compreendendo que tanto o conhecimento produzido neste trabalho quanto o conhecimento produzido pelos coletivos são incompletos. Nesse sentido, busquei traduzir esse organizar político por meio de um processo que envolveu a compreensão e o esclarecimento das aproximações e distanciamentos entre os modos de organizar dos diferentes coletivos estudados. A tradução visa esclarecer as “diferentes

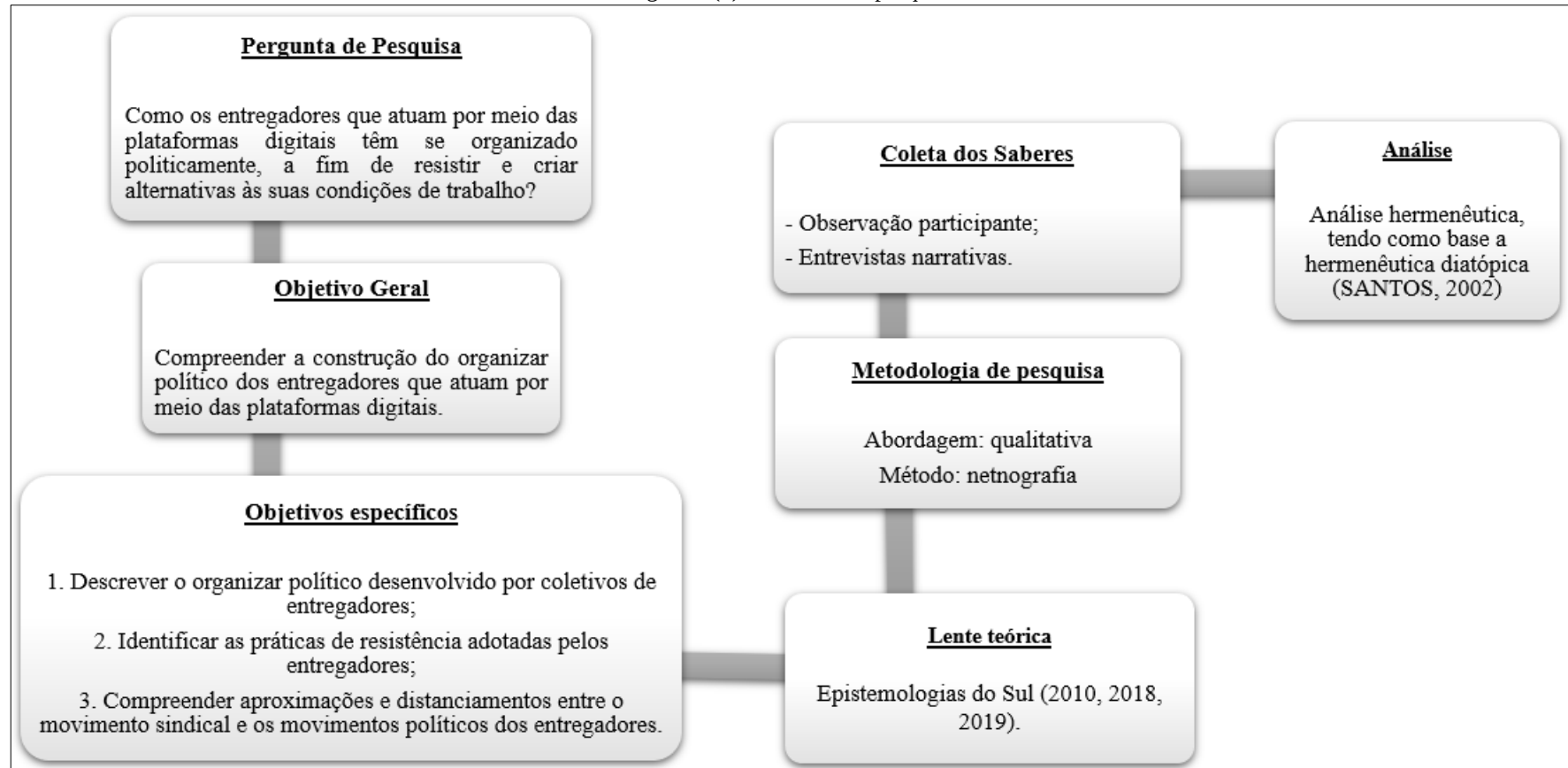
práticas de modo a determinar as possibilidades e os limites da articulação e agregação entre elas” (SANTOS, 2002, p. 266).

Nesta etapa desenvolvi o que a hermenêutica diatópica propõe, que é construir pontes entre as plurais formas de organizar e as experiências de luta identificadas ao longo da pesquisa. Ou seja, busquei identificar os possíveis diálogos que poderiam surgir a partir de pontos em comum revelados entre os coletivos e sintetizar os aspectos centrais desse organizar político. A interpretação envolveu um exercício de imaginação sociológica e política, nesse momento me apoiei no proposto pela sociologia das emergências, que propõe buscar e ampliar simbolicamente pistas, sinais e tendências daquilo que pode vir a ser, dos saberes, práticas e experiências organizativas emergentes (SANTOS, 2002).

Por fim, na **representação dos conhecimentos identificados e interpretados** busquei realizar uma descrição detalhada de forma a permitir que o leitor crie suas próprias interpretações. Integrei nessa descrição os contextos locais e amplos identificados e ao longo da análise utilizei ferramentas visuais, como figuras e mapas cognitivos, para apresentar as informações e facilitar a visualização das diversas camadas que envolvem o organizar político dos entregadores.

A Figura 5 (3) ilustra um resumo desta dissertação. Na próxima seção, apresento os resultados e a interpretação desta pesquisa.

Figura 5 (3) – Resumo da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora (2022) a partir da estrutura de Silva (2016).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção está estruturada em oito subseções em que descrevo e analiso os resultados encontrados. As cinco primeiras referem-se ao primeiro objetivo específico. Na primeira, apresento uma breve trajetória dos coletivos e movimentos estudados. Na sequência, abordo as características e o organizar político de tais coletivos. Na subseção subsequente, trato das reivindicações e avanços conquistados. Na quarta subseção, os desafios enfrentados pelos coletivos e na quinta, as redes de lutas que são formadas.

A sexta subseção responde ao segundo objetivo específico, evidenciando as práticas de resistência utilizadas pelos entregadores. Na sétima abordo o terceiro objetivo específico, momento em que discuto como os entregadores e entregadoras representados enxergam os sindicatos e se há alguma articulação e aproximação com as organizações sindicais, assim como os pontos que os afastam. Em todas as seções apresento os aspectos contextuais locais e mais amplos referente aos atores participantes desta pesquisa, suas experiências cotidianas nas plataformas de entrega e o contexto político e social em que se inserem essas lutas. Por fim, na oitava subseção promovo uma discussão e análise dos resultados, momento em que apresento algumas proposições que visam traduzir o organizar político dos entregadores no Brasil.

As vozes evidenciadas nesse trabalho são diversas, composta por trabalhadores e trabalhadoras que possuem dificuldades de se inserir no mercado de trabalho formal, mesmo com formação acadêmica. Motoboys que não conseguiram mais se recolocar no mercado após a chegada dos aplicativos. Trabalhadores que sempre viveram na informalidade. Trabalhadores que vivem no trânsito entre a formalidade e a informalidade. Estudantes que precisam de renda extra e flexibilidade de horários. Entregador que precisa pedalar mais de 30 km até o centro de São Paulo para realizar suas entregas. Estudantes que tem nos aplicativos a sua principal fonte de renda e permanecem trabalhando até conseguirem uma opção melhor. Trabalhadores que começaram a fazer entregas por conta da pandemia de Covid-19. Motoboy que se endividou comprando a sua ferramenta de trabalho. Feirante, garçom e garçonete, motoboy e entregador de bicicleta com carteira assinada, motoboy terceirizado, gari, camelô, estoquista de mercado, tradutor, professor de dança, administrador, educador físico, estudante de nutrição, estudante de arquitetura, psicóloga, “bicos”, essas são algumas das trajetórias profissionais dos entregadores e entregadoras que fazem parte desta dissertação, são diversas vozes, saberes e interpretações de mundo que compõem este trabalho.

4.1 “O HOMEM COLETIVO SENTE A NECESSIDADE DE LUTAR”

Então nós vemos claramente quem é que realmente mata nesse país, não é o Covid, não é a violência, é a desigualdade social. Essa é a realidade. Quem mais mata no Brasil hoje é a desigualdade social. Mata com a fome, mata inserindo aquele cidadão dentro da violência, do tráfico de drogas, mata fazendo com que aquele trabalhador se mate de trabalhar para no final do mês ainda ficar devendo, mata colocando o preço da carne a R\$ 52,00 kg, da gasolina a R\$ 7,00, é isso que mata as pessoas hoje [...]. Então quando você vem falar de luta, o primeiro front é dentro da periferia (COMPA JOÃO, entrevista em 06/09/2021).

Quando a Covid-19 chegou ao Brasil o país já estava em um contexto de instabilidade econômica e política. Para além de uma crise sanitária, a pandemia de Covid-19 aprofundou as desigualdades estruturais e atingiu com mais intensidade os trabalhadores vulneráveis e periféricos (DOURADO *et al.*, no prelo). Esse cenário de desalento, abandono do Estado, diminuição de renda e intensificação da carga horária de trabalho parece ter impulsionado a criação de vários dos coletivos pesquisados. Alguns dos coletivos, como a AMAPPE e C.I.T.A, foram criados antes da pandemia de Covid-19, no entanto, as suas lutas e reivindicações se tornaram mais evidentes no contexto da referida crise sanitária e humanitária.

Segundo a narrativa do Compa Pedro, a **AMAPPE** é uma associação que foi criada no ano de 2018, a partir de um protesto contra o Governo do Estado de Pernambuco e da falta de representatividade. Surgia em meados de 2016 aquela “raiva da categoria pelo abandono da classe” (COMPA PEDRO, entrevista em 04/09/2021). Nesse contexto de ausência de representatividade, alguns motoboys se reuniram para criar a associação, que foi formalmente registrada no ano de 2019 e conta com aproximadamente seiscentos membros, segundo informado pelo Compa Pedro.

Foi criada para representar os motofretistas por aplicativo no Estado de Pernambuco e possui atuação principalmente em Recife e Petrolina, cujo objetivo é lutar por melhores condições de trabalho para os entregadores. As atividades desenvolvidas envolvem a oferta de benefícios aos associados, como cursos de direção defensiva gratuito, cursos profissionalizantes, distribuição de máscaras para proteção contra a Covid-19, descontos para a manutenção da moto e assessoria jurídica. Uma das primeiras ações da associação foi realizada no mês de agosto de 2019 e envolveu a participação em uma audiência pública, realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), para discutir a precarização do trabalho de entrega por aplicativos (ALEPE, 2019).

O Compa Pedro afirma que qualquer entregador, independente do modal utilizado, pode ser um associado da AMAPPE, segundo ele, a ideia é somar forças para conseguirem melhorar

suas condições de trabalho. Cabe destacar a utilização do termo “motofretista por aplicativo” e não “entregador por aplicativo”, o primeiro denota a afirmação de uma identidade profissional. Muitos entregadores que hoje atuam por meio dos aplicativos antes atuavam como motoboys ou motofretistas. O que pode ser evidenciado nas falas abaixo:

[...] eu trabalho de motoboy há doze anos, desde dos meus 21 anos de idade que eu sou motoboy. Meu primeiro emprego e o único de carteira assinada todos eles foram de motoboy (COMPA PEDRO).

[...] eu trabalho como motoboy desde 2012. De 2012 a 2015 eu sofri dois acidentes que quase custaram a minha vida e eu decidi que eu não trabalharia mais como motoboy (VD-YOU-3, 17/06/20).

[...] em 2010 eu entrei numa empresa terceirizada como entregador, como motoqueiro, que antigamente não tinha nome, né. Era motoboy, *office-boy*, motoqueiro. É num tinha um nome definido pra essa categoria. Veio ser definido em dois mil e treze quando Dilma Rousseff sancionou a lei 12.009, que agora passou a ser motofretista a todos trabalhadores que trabalham com serviço de entrega. E esse serviço foi mudando com a chegada dos aplicativos, né. Antes que era pelo CLT, carteira assinada, terceirizado, aí os aplicativo veio e tomou o espaço desses, né (VD-YOU-7, 16/03/21).

Conforme evidencia o relato acima, a chegada das empresas de *delivery* impactou no cotidiano de trabalho dos motoboys, transformando uma profissão antes regulamentada em um trabalho amador (ABÍLIO, 2020e). “Com o processo de uberização do trabalho, estamos acompanhando a mutação da identidade profissional dos motofretistas” (ABÍLIO, 2020e, p. 122). A lei 12.009/2009 regulamenta as atividades dos motoboys e estabelece algumas regras para a prestação do serviço de entrega de mercadorias, como a necessidade de ter um curso especializado, ser maior de 21 anos, registro de moto na categoria de aluguel, instalação de mata-cachorro (protetor de motor), antena corta-pipa, utilização de colete de segurança, dentre outros. Segundo o Compa João, com a chegada dos aplicativos questões como proteção à saúde e segurança foram ignoradas pelas empresas, como se não existisse uma regulamentação em vigor.

A chegada das empresas de *delivery*, detentoras das plataformas digitais, se caracteriza por uma lógica colonial. Ao iniciar as suas atividades em determinado país elas tendem a desconsiderar as leis existentes, impondo o seu modelo de negócio e modo de trabalho (SOARES; DOURADO, 2021). Apesar dessas empresas afirmarem que seu modelo de negócio se trata de uma inovação e disrupção, a atividade fim realizada pelo entregador é exatamente a mesma do motoboy, ou seja, entrega de mercadorias. No entanto, este último é considerado uma atividade regulamentada e o outro seria um “bico permanente” (ABÍLIO, 2020e).

Outro coletivo que foi criado antes da pandemia de Covid-19 é o **Coletivo Independente de Trabalhadores de Aplicativos (C.I.T.A)**. A história do coletivo tem início no ano de 2019, na região metropolitana de Porto Alegre (RS), e é formado inicialmente por motoristas de aplicativo que tinham uma maior proximidade e já dialogavam sobre a necessidade de se organizar (VD-YOU-10, 09/05/2020). Nas palavras do Compa Luiz (entrevista em 17/09/2021):

[...] o coletivo se forma a partir dos motoristas de Uber aqui da cidade e principalmente da região metropolitana aqui, né. Tem cidades que são muito próximas da capital aqui, que são cidades meio dormitórios. Então esses motoristas eles ficam vindo todos os dias pra cidade aqui, né. Começa a se formar a partir de uma luta, quando a Prefeitura de Porto Alegre quer impor um pedágio para que todas as pessoas que vão chegar na cidade, né, vindo da... da... dessa região metropolitana tivesse que pagar um pedágio e esse pedágio seria financiar... para financiar o transporte público, né. Mas ao mesmo tempo, paralelo, tinha um projeto de tirar os cobradores de ônibus, né, da cidade e tal, e aí houve nesse momento uma efervescência da luta, tanto dos motoristas de Uber, por que são talvez os que mais fazem esse trajeto de sair das suas casas, fora da capital, e vir para a capital trabalhar. E... então houve um momento de efervescência política ali, e aí se formou o coletivo nesse momento assim, né. Junto com a luta dos cobradores, junto com a luta do pessoal do ônibus, né. E aí conseguiu se barrar esses dois projetos nesse momento, né. E aí a partir disso foi se formando o Coletivo Independente de Trabalhadores de Aplicativo, né.

A narrativa acima explicita que o coletivo surge em um contexto de conexão com outras lutas de trabalhadores. Mesmo que inicialmente não houvesse entregadores no coletivo, os membros iniciais já visualizavam que a luta deveria ser mais ampla e não se restringir apenas aos motoristas. Segundo informado pelo Compa Luiz, “na época, os companheiros que são da época contam, né, que se decidiu não colocar o nome de coletivo de motoristas independentes [...], por que já se observava a possibilidade de tá atuando junto com os entregadores, né”.

A entrada de entregadores ocorreu no ano de 2020, que é quando as lutas e reivindicações desses trabalhadores ganham amplitude e se espalham pelo Brasil. Em setembro de 2021, o coletivo possuía dezesseis integrantes, no entanto, é um número que frequentemente oscila. Tal situação é motivada pelas próprias características desse tipo de trabalho, que envolve uma alta rotatividade. Segundo o perfil do C.I.T.A, na rede social Instagram, o coletivo é formado atualmente por motoristas e entregadores de aplicativos que se reuniram de forma autogestionada para travar uma luta contra a exploração que sofrem junto às empresas de *delivery*.

Ao descrever o C.I.T.A, o Compa Luiz entende que esse é um coletivo de resistência, “é um espaço para continuar existindo de forma não individualizada [...], é a possibilidade de se ver junto e sonhar com uma luta conjunta”. O C.I.T.A possui tanto objetivos mais imediatos,

como a luta por melhores condições de trabalho, quanto aspiram a construção de uma lógica de trabalho para além do modelo uberizado.

Outros movimentos foram criados entre os anos de 2020 e 2021, como a OAPP, Magricela Entregas, Breque dos Apps, Entregadores Antifascistas e a Despatronados. A **OAPP** é uma associação que foi criada no ano de 2021 e possui atuação no Distrito Federal. Segundo informado pelo Compa João, a associação busca lutar por direitos não só para os entregadores, mas para qualquer profissional que atue subordinado às plataformas digitais. Atualmente, os trabalhadores que fazem parte da associação são os motoristas e os entregadores.

Cabe contextualizar o seu surgimento, que se relaciona com outra associação que não está mais ativa, segundo informado pelo Compa João (entrevista em 06/09/2021). No ano de 2020 foi criada a Associação dos Motofretistas Autônomos e Entregadores do Distrito Federal (AMAE-DF). Quando convidei o Compa João para a entrevista eu tinha por objetivo entrevistar algum entregador integrante da AMAE-DF, até então, eu não tinha conhecimento das mudanças que haviam ocorrido na associação. Durante a entrevista, o Compa João me informou que a AMAE-DF havia passado por uma reestruturação que provocou o surgimento da OAPP.

Segundo a narrativa do compa, a AMAE-DF foi criada no ano de 2020 a partir da necessidade de uma representação formalizada e do inconformismo de alguns entregadores que foram bloqueados pela empresa de *delivery* Loggi. Os bloqueios ocorreram como forma de punição aos entregadores do Distrito Federal que tinham participado de uma manifestação por melhores condições de trabalho. Os bloqueios podem ocorrer de duas formas, a primeira é quando o entregador é descredenciado da plataforma e a segunda é o denominado bloqueio branco, forma de punição não admitida pela empresa, que ocorre quando o entregador fica *online*, mas não recebe nenhum pedido.

Diante dos bloqueios sofridos na época, dois entregadores do Distrito Federal decidiram criar a AMAE. No entanto, com o objetivo de ampliar a representação e a luta por direitos, a associação foi reestruturada para abranger não só entregadores, mas também quaisquer trabalhadores que atuem subordinados às plataformas digitais. A OAPP é criada a partir dessa reestruturação e representa segundo o Compa João, “um braço de luta”.

Além de benefícios aos associados, como assessoria jurídica, buscam pressionar o poder público para a criação de políticas públicas que protejam os entregadores que atuam subordinados às plataformas digitais, como a criação de pontos de apoio para entregadores e a distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

Existem coletivos, como o **Magricela Entregas**, que buscam fugir do modelo de trabalho imposto pelas principais empresas de *delivery*. A “Magri”, como é chamada pelos seus membros, é um coletivo de ciclo entrega que atua no município de Rio das Ostras, no Rio de Janeiro. As fundadoras do Magricela nunca trabalharam com aplicativos, no entanto, alguns de seus membros já trabalharam ou ainda trabalham nas principais plataformas de entrega, pelo fato do coletivo nem sempre ter demanda suficiente. A Magricela surgiu no ano de 2020 e se trata de um coletivo autogestionado, focado em mobilidade urbana, nas palavras da Compa Elis (entrevista em 22/09/2021), o coletivo:

[...] vem sendo um coletivo de entrega autogestionado, sem patrão, que tenta ter uma dignidade, assim, que tenta construir uma dignidade no trabalho, assim, um trabalho coletivo, né? Sair desse trabalho individualizado, dessa lógica individualizada, né. Da uberização do trabalho, assim, né [...]. A gente tenta exatamente resistir a essa lógica de que a gente é empreendedor de si mesmo.

Essa narrativa evidencia os valores do Magricela Entregas, o coletivo vem se organizando a fim de resistir ao modelo uberizado e atomizado de trabalho e a solução encontrada foi a atuação por meio do cooperativismo, que nesse contexto representa “uma forma politizada de geração de renda e organização do trabalho” (ABÍLIO; GROHMANN; WEISS, 2021, p. 604).

Já os **Entregadores Antifascistas** surgiram da insatisfação e revolta de um entregador que gravou um vídeo, em março de 2020, denunciando o descaso e os bloqueios indevidos sofridos. O vídeo teve inúmeras visualizações, o que foi um incentivo para que esse entregador criasse um abaixo assinado para reivindicar álcool em gel e alimentação para os entregadores. Em poucos dias, o abaixo assinado conseguiu mais de cem mil assinaturas.

Diante do sucesso do abaixo assinado, o entregador decidiu ampliar a luta e começou a conversar com outros entregadores, a fim de se unirem para organizarem uma luta coletiva. Essa tentativa de diálogo enfrentou resistência por parte dos motoboys, que falaram para o entregador: “o aplicativo tá ruim para você? [...] então desliga e vai pra Cuba” (VD-YOU-04, 24/06/20). Essa afirmação reflete uma repulsa a qualquer discurso que remeta a uma atitude considerada como “comunista”, cujo termo passou a ser utilizado como uma forma de ofensa, principalmente no contexto político atual, marcado por uma evidente polarização, sendo associado a um sistema social e de produção fracassado e uma ideologia a ser combatida.

Diante de tal situação, o referido entregador decidiu dialogar com os entregadores que faziam suas entregas utilizando a bicicleta, ambiente em que obteve uma menor resistência. Em junho de 2020, se reuniu com outros entregadores em uma manifestação antifascista e

antirracista, que ocorreu na Zona Oeste de São Paulo, na ocasião, gravou um vídeo que atingiu mais de 500 mil visualizações. O vídeo representa uma convocação para os entregadores do Brasil inteiro se unirem e desconstruírem a narrativa do empreendedor de si. A partir dessa movimentação nasceu o movimento dos **Entregadores Antifascistas**. Inclusive, o nome do coletivo não foi algo previamente planejado, conforme o relato abaixo:

[...] Domingo vai ter um ato e eu queria mostrar pra vocês como é que funciona um ato grande pra um dia a gente aprender e poder fazer o nosso também. O que vocês acham, domingo vocês me acompanham no ato? Os cara falou, ‘demorou, mano, como é que é esse negócio aí?’ Eu falei, ah, entregadores antifascistas, o nome nasceu assim, ali. Falei entregadores antifascistas, tá bom? Demorou, então, entregadores antifascistas, vamos lá (VD-YOU-03, 17/06/20).

O termo antifascista “se inseriu em um contexto mais amplo de manifestações que ocorreram contra as políticas do atual governo federal. Essa descrição acabou se espalhando pelas redes sociais e se tornou sinônimo de crítica e oposição ao governo” (ABÍLIO; GROHMANN; WEISS, 2021, p. 611). Ao mesmo tempo que o nome “Entregadores Antifascistas” atraiu outros entregadores que já vinham de uma luta anterior e se identificaram com o claro posicionamento político e ideológico do coletivo, o termo “antifascista” também gerou desconfiança e resistência entre boa parte dos entregadores que associaram o termo a uma politização institucional e identitária do movimento, algo que é motivo de grande rejeição na base dos entregadores. Ao inserir o termo “antifascismo, eles introduziram um elemento de tensão e divisão [...] por trazer algo externo à experiência comum de trabalho, o único elemento capaz de ser imediatamente compreendido por todos” (VINÍCIUS, 2021, p. 16).

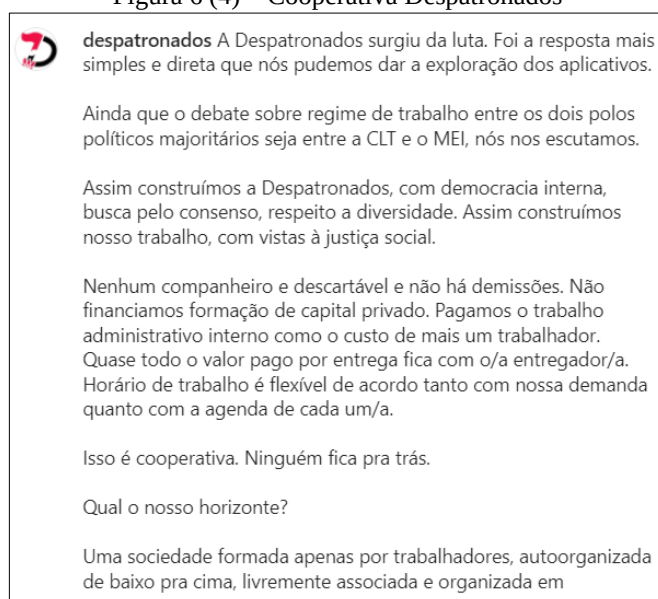
O coletivo conseguiu amplo destaque midiático e tinha por objetivo inicial atuar em todo o território nacional. Na época em que foi criado, estava presente em alguns Estados, como Pernambuco, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e no Distrito Federal. Atualmente, possui uma atuação concentrada no Estado de São Paulo. Os “compas” entrevistados ligados ao coletivo não souberam precisar ao certo a quantidade de pessoas que estão associadas ao coletivo, os relatos variaram entre trinta a cem pessoas envolvidas indiretamente, e em torno de dez pessoas envolvidas diretamente, no sentido de tomada de decisões e uma participação mais ativa. Segundo publicações nas redes sociais do coletivo e entrevista com a Compa Nara e o Compa Jorge, os Entregadores Antifascistas buscam lutar não só por melhores condições de trabalho para os entregadores, representa também um movimento de resistência ao próprio capitalismo, é um coletivo onde convergem várias lutas e buscam se afastar do modelo de trabalho das principais plataformas de entrega.

Para tanto, em julho de 2020, foi criada pelos Entregadores Antifascistas do Rio de Janeiro, a cooperativa **Despatronados**, que possui atuação na cidade do Rio de Janeiro e Niterói, cujo propósito foi criar uma forma mais justa de trabalho para as entregadoras e os entregadores, fornecedores e clientes.

[...] a Despatronados [...] surgiu dentro de um processo de luta dos entregadores aqui do Rio de Janeiro, que começou em 2020, é... a partir da sequência de breques nacionais, é... alguns entregadores se organizaram com o objetivo de se organizar politicamente, né, coletivamente. É uma cooperativa, não tem patrão, né, é... ela se sustenta por alguns trabalhos que realiza [...] e por ser um abrigo para a nossa expressão, para a nossa proposta de futuro. A Despatronados ela... ela não tá pronta, mas ela tá sempre acusando o caminho que a gente quer seguir [...]. Eu acho que a gente é também resultado de um processo de luta, não apenas de entregadores, a Despatronados é uma encruzilhada onde a gente se encontrou na vida [...], é fundamentalmente uma encruzilhada onde vários companheiros se encontram com bagagens diferentes e ali a gente se cativa e tem vontade de ficar (COMPA MILTON, entrevista em 15/09/2021).

De acordo com a narrativa do Compa Milton, podemos inferir que a Despatronados é um movimento emergente e que nasce a partir de um propósito político. Quando o compa afirma que a cooperativa é um local onde “vários companheiros se encontram com bagagens diferentes”, evidencia em sua fala as experiências anteriores e diferentes saberes que cada integrante traz, o que possivelmente influenciou no processo de construção da cooperativa. A Figura 6 (4) evidencia os valores e aspirações que direcionam a Despatronados.

Figura 6 (4) – Cooperativa Despatronados



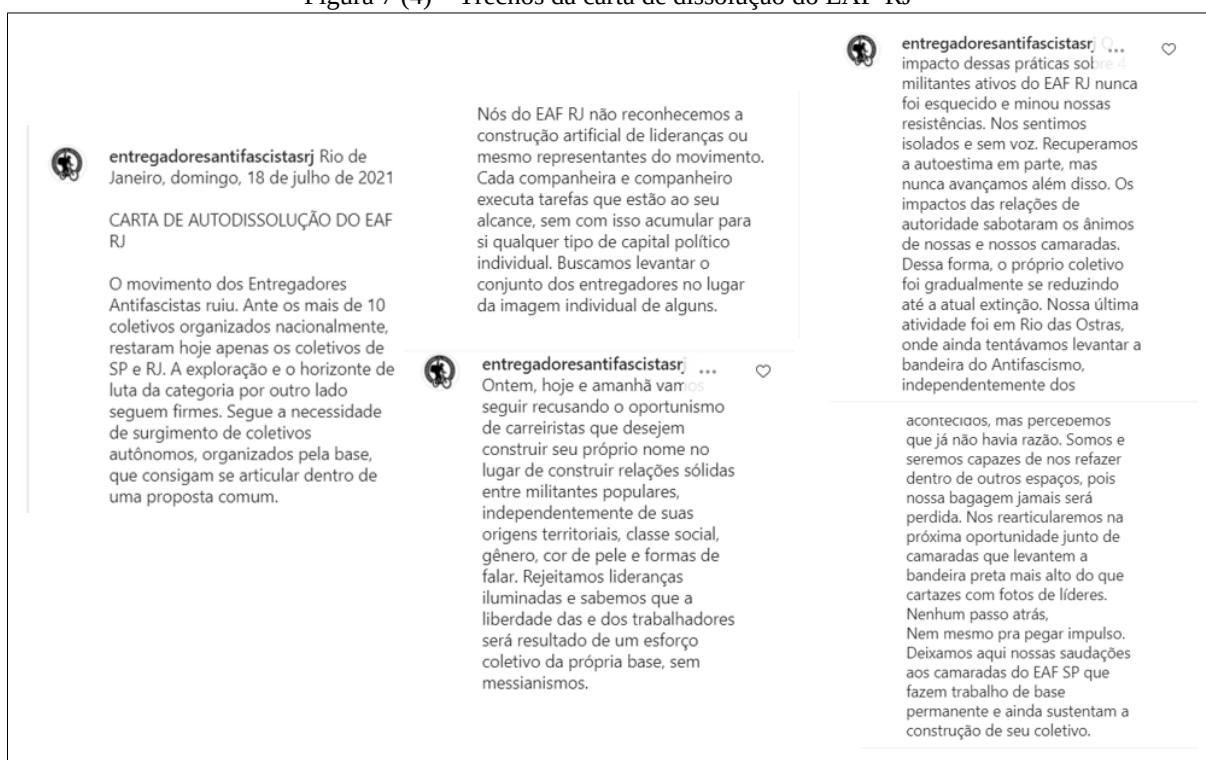
Fonte: Instagram [@despatronados](https://www.instagram.com/despatronados) (2021).

Observamos pela narrativa acima que dentro da cooperativa buscam desenvolver formas de trabalho que não se pautem no individualismo, além de aspirarem um modelo de autogestão

mais amplo, que envolva toda a sociedade. Segundo Faria (2017, p. 634), a autogestão, em seu sentido mais amplo, não se trata apenas de uma outra forma de gestão do trabalho, envolve uma transformação nos próprios fundamentos do capitalismo, e “deve surgir por meio de práticas políticas de movimentos coletivos que resultem em uma mudança qualitativa em relação à heterogestão”.

Apesar da Despatronados ter surgido dentro dos Entregadores Antifascistas do Rio de Janeiro, atualmente não está mais vinculada ao referido coletivo e atuam apenas pela cooperativa. No dia 09 de agosto de 2021, os Entregadores Antifascistas do Rio de Janeiro postaram em seu perfil no Instagram uma carta de dissolução do coletivo. A carta, escrita em julho de 2021, destacou a importância do trabalho coletivo sem que nenhum membro acumule capital político para si, além de ressaltar que, muitas vezes, se sentiam isolados e sem voz. Possivelmente, foram algumas das motivações que levaram à dissolução do coletivo, conforme evidenciado na Figura 7 (4).

Figura 7 (4) – Trechos da carta de dissolução do EAF-RJ



Fonte: [@entregadoresantifascistasrj](https://www.instagram.com/entregadoresantifascistasrj/) (2021).

O estopim para a construção desses coletivos e movimentos de mobilização política se relaciona com os bloqueios injustificados e a piora das condições de trabalho durante a pandemia de Covid-19. Esse contexto bastante específico promoveu uma condição propícia para que todas as reivindicações dos entregadores e a revolta coletiva encontrassem eco nas

ruas no dia 01 de julho de 2020, no mais expressivo movimento de resistência criado pelos entregadores no Brasil até aquela data, tal movimento foi denominado de **Breque dos Apps**.

O movimento foi construído por entregadores de aplicativo que se organizaram, principalmente, por meio de aplicativos de mensagem instantânea, com o objetivo de realizar uma paralisação nacional para pressionar as empresas por melhores condições de trabalho. Segundo aponta o Compa Ralf, a ideia do movimento já vinha sendo gestada (entrevista em 24/09/21):

[...] Aí a gente conheceu um pessoal de Brasília que tinha passado pela é... pelo bloqueio igual a gente do Rio de Janeiro. E a gente começou o contato, a gente criou um grupo do WhatsApp e a gente ia fazer a greve nacional contra a Loggi, só que aí em reunião a gente decidiu fazer contra todos os aplicativos, aí a gente sugeriu, a gente fez uma votação de nome e foi criado o Breque dos Apps. O Breque dos Apps surgiu com uma greve do Rio de Janeiro.

Percebemos pela narrativa acima que os bloqueios sofridos foram um dos motivos que levaram os entregadores a formar grupos no WhatsApp a fim de se comunicarem e se articularem. O Breque dos Apps ganhou ampla adesão dos entregadores que estavam insatisfeitos com a piora das suas condições de trabalho durante a pandemia de Covid-19. A adesão também foi impulsionada e facilitada pela utilização das mídias sociais virtuais, tais como, Instagram, Facebook, Youtube e principalmente pelo WhatsApp. As restrições de distanciamento provocadas pela Covid-19 conduziu a uma maior utilização dessas redes sociais e promoveu uma maior visibilidade para a causa dos entregadores. Não fosse esse momento em que esse trabalhador ganhou tanta relevância social aliado ao fato de que as redes se tornaram quase que o único meio viável de “encontro”, além dos pontos de entrega, o movimento talvez não tivesse reverberado tanto.

Conforme apontam Delgado e Carvalho (2020), o Breque dos Apps representou um movimento articulado pelos trabalhadores que vivenciam as mesmas condições de trabalho, e apesar de não ser um movimento homogêneo, caracteriza-se pelo caráter anti-institucional e se afirmam como um movimento apartidário. Vários dos coletivos citados, como AMAPPE, C.I.T.A, Entregadores Antifascistas e AMAE-DF apoiaram e participaram ativamente do primeiro breque. “O sofrimento é comum, é de todos, e a gente começou a se organizar com gente de outros Estados; onde não tinha associação, os entregadores mesmo se organizaram, as associações que já existiam ajudaram” (SORRISO, 2020). O primeiro breque conseguiu mobilizar entregadores de vários Estados, uns com uma maior participação e outros com uma menor adesão. Mais que um movimento pontual, o breque trouxe visibilidade para as demandas e o cotidiano dos entregadores.

A luta contra a uberização do trabalho assume variadas formas e expressões, que se manifestam através de associações, cooperativas, movimentos informais e coletivos de luta que atuam, seja através da política institucional ou por meio da criação de alternativas que se distanciem dessa política. Após essa breve apresentação dos coletivos, descrevo na próxima subseção como se desenvolve o organizar político desses movimentos.

4.2 DESORGANIZANDO PARA ORGANIZAR

Você pensar individualmente é difícil, mas coletivamente de repente tem um impacto maior. O cooperativismo [...] é um sistema econômico que funciona hoje em dois territórios de relevância no mundo, que são o território do Chiapas, no Sul do México, um movimento de resistência indígena chamado [...] de Zapatistas [...]. E um outro lugar que recentemente entrou num processo de revolução social que foi o Norte e o Leste da Síria, cujo nome é nomeado de Rojava, que é uma região curda da Síria [...]. O modelo de funcionamento deles para promover a quebra da pirâmide social é um movimento cooperativista em larga escala [...]. Somos pequenos [sobre a Despatronados] ninguém vê a gente praticamente, se a gente não fizer barulho ninguém olha pra gente, ninguém nem sabe que a gente existe, mas a gente se sente parte de uma perspectiva social é... socialista. Não no sentido de um Estado vermelho, não no sentido de uma União Soviética, mas no sentido de uma autogestão de trabalhadores, em qualquer escala que ela possa acontecer [...]. Certos lugares que a gestão privada construiu precisam ser destruídos, aliás, praticamente todos os lugares privados que a gestão privada constrói eu entendo que eles devam ser destruídos (COMPA MILTON).

Nesta subseção apresento como os entregadores têm se organizado, tendo como base os coletivos estudados. Para tanto, foram divididos em três grupos: associativismo (1), cooperativismo e coletivos de luta (2) e redes de indignação e esperança, este último é um termo utilizado por Castells (2012), que será explicado mais adiante. Além da caracterização das práticas organizativas, foram analisados conjuntamente os desafios, conflitos, reivindicações e avanços dos coletivos. O organizar político dos entregadores acontece em vários lugares e de forma concomitante (CZARNIAWSKA, 2004). As narrativas e saberes relatados “não se tratam apenas de uma história triste sobre trabalhadores sendo explorados em péssimas condições por padrões que enriquecem com o fruto do seu trabalho – é também uma narrativa que conta como os trabalhadores se juntaram e foram à luta” (CANT, 2021, p. 38).

4.2.1 O organizar por meio de associações

As associações possuem alguns princípios como: adesão livre e voluntária (1), gestão democrática (2), os sócios contribuem financeiramente de forma igualitária (3), são organizações autônomas (4), os sócios devem informar aos associados sobre os benefícios da

associação e proporcionar formação aos demais gestores eleitos (5), devem se basear na intercooperação entre as associações (6), os associados escolhem os dirigentes e conselheiros, por meio de voto, e opinam sobre as decisões que afetam a associação (7). As associações se mantêm com a contribuição dos associados e seus objetivos podem ser alterados por estes (CARDOSO, 2014).

As próprias características da economia informal podem conduzir os entregadores a escolherem se organizar através de associações, essa decisão pode ser motivada pela facilidade de formalização, escolha por uma imagem menos conflitiva, e, no caso dos trabalhadores considerados autônomos, por não existir, teoricamente, uma figura que represente a entidade patronal (VAILLANCOURT-LAFLAMME, 2005). Esses elementos podem ser significativos na escolha de como se organizar.

- **Caracterização do organizar político da AMAPPE**

A AMAPPE segue uma estrutura verticalizada, que possui a figura do presidente, vice-presidente, conselho fiscal, tesoureiro e o conselho. A associação nasceu da necessidade de terem uma voz representativa no Estado de Pernambuco, “porque tem que ter uma entidade formal toda legalizada pra poder a gente ter voz, né. E tipo assim, a categoria [...] vive muito na informalidade, entendeu?” (VD-YOU-7, 16/03/21). Percebemos na narrativa uma preocupação em formalizar a luta, a fim de ampliar o poder de negociação coletiva. Segundo o Compa Pedro, o contexto mais imediato das lutas da AMAPPE surge a partir da percepção de que tinham que trabalhar por mais horas para ganhar o mesmo valor que ganhavam anteriormente, só que trabalhando menos. Essa é uma fala recorrente em praticamente todos os vídeos e entrevistas analisados.

Em relação às decisões, são tomadas de forma democrática e o processo de comunicação ocorre com o auxílio das TICs, principalmente após a pandemia de Covid-19, seja através de e-mails, WhatsApp ou reuniões virtuais. O Compa Pedro relatou que as reuniões ocorrem com uma frequência quinzenal e visam compartilhar informações, como o andamento de ações jurídicas, novas parcerias e avanços promovidos, são reuniões para atender demandas mais imediatas.

A associação foi constituída não apenas para oferecer benefícios aos associados, como cursos de direção defensiva, descontos e distribuição de máscara, mas também possui objetivos políticos e se propõe a atuar lutando por melhores condições para os entregadores, o que pode ser evidenciado no conteúdo mostrado na Figura 8 (4).

Figura 8 (4) – Atuação da AMAPPE



Fonte: Instagram [@amap.pe](https://www.instagram.com/amap.pe) (2020).

As imagens demonstram que a AMAPPE busca oferecer tanto benefícios aos associados, no sentido de tornar a profissão mais segura e promover parcerias que beneficiem os entregadores, quanto atuam articulados com a luta nacional dos entregadores, denominada de Breque dos Apps. Nesse sentido, o local se liga ao nacional para fortalecer a ação coletiva e aumentar a pressão sobre as empresas, o que geralmente envolve paralisações nas ruas ou em pontos de onde saem um grande número de pedidos, como os *shoppings centers*. Sobre as paralisações, ele afirma que seria uma forma de chamar a atenção da sociedade e do poder público, “a gente faz a paralisação pra mostrar que nós estamos ali, né, clamando, chamando a... a... a atenção dessas pessoas, né, dos poderes executivos. Pra mostrar para a sociedade que a gente tá ali, firme e forte. Esse é o nosso trabalho” (COMPA PEDRO). As ações políticas da associação envolvem tanto ação direta por meio das paralisações quanto atuação pela via institucional, através de ações judiciais contra as empresas de *delivery*.

O Compa Pedro traz uma informação relevante sobre os saberes que vão sendo construídos no decorrer da luta, “a gente foi aprendendo com o tempo, né. Tudo amador, entendeu? Tanto a gente como o nosso jurídico aqui [...]. A gente foi amadurecendo” (COMPA PEDRO). Quando a AMAPPE começou nenhum dos integrantes tinha experiência com esse tipo de organização, nesse cenário, as formas de ação e estratégias foram aprendidas por meio dos saberes que eram mobilizados no cotidiano.

A associação encaminha para se tornar um sindicato, o que pode ser evidenciado na narrativa do Compa Pedro:

[...] a gente tá com um projeto de fundar um sindicato [...] e agora a gente vai fundar um sindicato próprio pra gente mesmo. Por que sabe sindicato tem muito mais força, muito mais força, sindicato tem força para brigar lá em Brasília se quiser, entendeu? Então a gente tá com essa organização aí para poder trazer mais benefícios.

No entender do Compa Pedro, a transformação da associação em sindicato aumentaria o poder de articulação e pressão política e seria na visão do compa uma forma de aumentar a

legitimidade da associação. Segundo ele, em outros Estados (sem citar quais), os entregadores estão buscando se organizar sindicalmente a fim de formar uma Federação, tendo em vista que a Federação que hoje existe não dialoga com os entregadores e estes não se sentem representados por ela. Pelas narrativas das entrevistas, vídeos analisados e notícias lidas no cotidiano, a iniciativa de formar sindicatos parece encontrar uma grande resistência por parte dos entregadores. Inclusive, o Compa Pedro afirma que convencer outros entregadores a aderirem a luta é um dos maiores desafios enfrentados pela associação. Ainda assim, ele se mostrou confiante ao falar sobre a alteração organizacional da associação para um sindicato, que segundo ele, possui um maior poder de diálogo e possivelmente facilitaria os processos de negociação.

- **Caracterização do organizar político da OAPP**

A história da OAPP é recente e representa a continuidade do organizar da AMAE-DF. A OAPP também se organiza por meio de uma associação, mas diferente da AMAPPE, seus dirigentes decidiram ampliar o escopo para defender os interesses de qualquer trabalhador associado às plataformas digitais.

O intuito de fazer essa reformulação foi realmente trazer esses trabalhadores para dentro da associação, hoje nós temos motoristas de aplicativo, eu e mais quatro entregadores, mais um contador e o pessoal da advocacia ainda dá o suporte jurídico para que a gente possa desenvolver esse trabalho. E o que que acontece? O maior intuito foi fazer a união dessas categorias, por que hoje esse trabalho precarizado ele não tá só com os motoristas e os entregadores, né (COMPA JOÃO).

O trecho acima revela essa preocupação do compa em inserir diversos grupos de trabalhadores na associação. Como é um grupo novo e ainda em expansão, os membros envolvidos acabam realizando diversas atividades, que são divididas conforme o tempo disponível do trabalhador, que geralmente é escasso. A OAPP é uma associação legalmente formalizada, e, como tal, possui estatuto social, ata de constituição e realiza assembleias para deliberação das decisões. Nesse sentido, as decisões seguem um modelo democrático e são efetivadas por meio do voto e participação nas assembleias. Todos os associados “podem ter ideias, colocar nas assembleias, e aí nós votamos aquilo que for de melhor para a categoria como um todo. E aí nós tentamos implementar da melhor forma, mas sempre pensando [...] no entregador na rua” (COMPA JOÃO).

Conforme apontado pelo Compa João, a OAPP realiza reuniões semanais, onde são debatidos assuntos que saem na mídia e afetam os trabalhadores por plataforma digital, também

ocorrem diálogos sobre a definição de estratégias para recrutar mais associados e convocá-los para as lutas. Qualquer entregador pode ser um associado, ressaltando o fato de não ser cobrada nenhuma taxa dos trabalhadores associados, cuja forma de entrada se dá através do preenchimento de uma ficha cadastral, a fim de se conhecer melhor as reivindicações e necessidades dos trabalhadores. Provavelmente, a ausência de taxa para os associados seria uma forma de diminuir as barreiras de entrada. A cada quatro anos tem novas eleições para eleger os representantes da associação, sendo que é aberto para qualquer associado se candidatar, seguindo o rito burocrático das entidades associativas.

Apesar de ser uma associação local, a OAPP também atua articulada com as lutas nacionais (Breque dos Apps). As diretrizes nacionais são passadas pelas lideranças envolvidas na organização do breque e posteriormente são discutidas e apreciadas internamente pelos demais membros da OAPP. Uma das lutas travadas pela associação é pela implantação de pontos de apoio para os entregadores no Distrito Federal, como banheiros e espaços para descanso. Outro aspecto citado pelo Compa João é a tentativa, por meio de pressão política, de barrar projetos de lei que podem prejudicar os trabalhadores. Como a criação do Microempreendedor Digital (MED), proposto pelo Governo Federal, a proposta tem como objetivo a inclusão dos motoristas e entregadores no sistema previdenciário, seria uma adaptação do MEI para o ambiente digital, tornando a adesão obrigatória. A contribuição mínima seria de R\$ 55,00, que poderia ser feita pelo entregador ou pela empresa, é algo que ainda está em discussão (SOPRANA, 2021). Nas palavras do Compa João:

[...] a gente só pegou o ônus de pagar o imposto, sem ter nenhum direito de retorno. A não ser do INSS que a gente sabe que não funciona e a gente sabe que a aposentadoria ela é hoje uma ilusão, né [...]. Por que PJ não tem associação, PJ não tem sindicato, PJ não tem o que reclamar, afinal de contas é um contrato. E aí nós estamos lutando contra isso, por que isso vai abalar toda e qualquer prestação de serviço de qualquer profissional por plataforma.

O trecho aponta tanto para aspectos que afetam diretamente os entregadores, como a proposta do MED, quanto aspectos mais amplos que afetam boa parte dos trabalhadores, como a falta de perspectiva em ter uma aposentadoria. A luta se insere em um contexto imediato de perda de direitos em que o Estado passa a legitimar a informalidade. Segundo o Compa João, ao entregador é dada a única escolha de assumir o ônus. Inclusive, ele estava há dois meses sem poder fazer entregas por conta de um acidente que ocorreu durante o trabalho, esse acidente obrigou João a ficar parado até a sua recuperação, além do conserto da sua moto ter ultrapassado R\$ 10 mil. O compa ficou sem o seu instrumento de trabalho, que é a motocicleta, e, conseqüentemente, sem a sua renda. Esse tipo de relato não é incomum, e diante dessa situação,

o entregador se viu desamparado tanto pelo Estado quanto pelas empresas de *delivery*, que me pareceu ser um sentimento compartilhado com outros entregadores que conversei, seja formal ou informalmente.

As associações descritas não atuam apenas para quem é um associado, atuam também como um coletivo político buscando lutar pela categoria como um todo, pressionando tanto o poder público quanto o privado para a aplicação de direitos básicos e construção de soluções que garantam o mínimo de dignidade e qualidade de vida no trabalho. A movimentação política das associações descritas se intercala com as diretrizes das paralisações nacionais.

Concomitante ao organizar por meio de associações, os entregadores também têm buscado se organizar de forma cooperativada, conforme veremos a seguir.

4.2.2 O organizar por meio do cooperativismo e coletivos de luta

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelos entregadores e o contexto tecnológico em que estão inseridos, mostra-se mais adequado inseri-los dentro do cooperativismo de plataforma, que tem sido apresentado como um dos possíveis horizontes para modelos de produção, trabalho e consumo mais justos, e envolve, dentre outros, mudanças na propriedade das plataformas e um modelo de governança democrático (SCHOLZ, 2016). Ademais, possui como uma das ênfases centrais promover melhores condições de trabalho e a construção de modelos democráticos de relações de trabalho (SANDOVAL, 2019; GROHMANN, 2022).

Scholz (2016) elenca dez princípios que direcionam o modelo do cooperativismo de plataforma: plataformas de propriedade coletiva (1), pagamentos e seguridade decentes (2), transparência na utilização dos dados (3), apreciação e reconhecimento, ambiente de trabalho que seja coerente com os valores cooperativados e que tenha uma comunicação transparente (4), envolver os trabalhadores em todo o processo de construção da plataforma (5), estrutura jurídica protetora (6), benefícios e proteções trabalhistas, mesmo que não estejam enquadrados como trabalhadores assalariados típicos. O autor defende a ideia de que as proteções sociais não devem ser restritas apenas a um grupo de trabalhadores (7), proteção contra comportamento arbitrário, como os bloqueios indevidos (8), rejeição ao controle e vigilância excessivos (9), e direito de se desconectar, sem sofrer nenhum tipo de penalização (10).

Um dos casos mais emblemáticos de cooperativismo de plataforma é a CoopCycle, que é uma federação de cooperativas de entregadores por bicicletas, que possui sede na França e abrange todos os países da Europa. A cooperativa utiliza *software* livre, cujo código está

disponível no Github⁵ e não pode ser utilizado para fins comerciais. Se baseiam em uma lógica de funcionamento e organização opostas às grandes plataformas digitais de entrega e buscam atuar em rede com negócios locais (COOPCYCLE, 2021; MORAES, 2020). Sobre as cooperativas de plataforma:

É uma espécie de reação à uberização generalizada, valendo-se do seu formato de intermediação tecnológica das relações de consumo e produção para criar arranjos alternativos [...]. Alguns operam em modelos federados, com isso, permite-se que existam várias “unidades autônomas” de cooperativas, integradas pelo mesmo código-fonte e conjunto de funcionalidades. Isso também significa pensar e experimentar diferentes desenhos institucionais [...]. Porém, é preciso lembrar que não há fórmula nem manual para uma cooperativa de plataforma. São experiências e laboratórios em construção. As iniciativas não vão fazer sucesso em um passe de mágica só com a construção de um aplicativo (GROHMANN; ZANATTA, 2020, [s.p]).

Apesar de tentarem se distanciar do capitalismo, as cooperativas operam dentro desse sistema, o que faz com que reproduzam os problemas presentes no capitalismo (SANDOVAL, 2021). Segundo aponta a referida autora, essa é uma das principais críticas dos marxistas, com destaque para a Rosa Luxemburgo, que ao ser citada por Sandoval (2021), entende que a longo prazo as cooperativas acabam reproduzindo a lógica de mercado. Nesse sentido, tornam-se ou uma solução reformista ou desaparecem por não conseguirem se manter economicamente. Esses desafios e limitações não podem ser ignorados. No entanto, nos termos da sociologia das emergências, o cooperativismo pode vir a ser uma das muitas possibilidades de futuros alternativos, que, isoladamente, não produzirá efeitos concretos, mas articulado em rede com outras iniciativas e atores políticos tem o seu potencial para a criação de outras formas de produção, consumo e trabalho ampliados e fortalecidos.

Os modos de organizar que descrevo a seguir representam experimentos, os coletivos ainda não possuem uma plataforma ou aplicativo próprio, são um misto de coletivos autônomos de luta e organização do trabalho de forma cooperativada. Destaco que nenhum dos coletivos relacionados são cooperativas juridicamente estabelecidas. Trato como cooperativas o ato dos entregadores e entregadoras se organizarem cooperativamente dentro do capitalismo de plataforma, tendo como base os princípios e valores cooperativistas.

A autogestão e autonomia são as bases do modelo cooperativado, Pinheiro e Paes de Paula (2016, p. 237) afirmam que a literatura sobre autogestão parte de experiências

⁵ “Plataforma de hospedagem de código-fonte e arquivos com controle de versão usando o Git. Ele permite que programadores, utilitários ou qualquer usuário cadastrado na plataforma contribuam em projetos privados e/ou *Open Source* de qualquer lugar do mundo”. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/GitHub>. Acesso em: 05 mar. 2022.

organizativas concretas, que se baseiam “no trabalho coletivo, em formas equitativas de distribuição do capital e das remunerações, bem como em formas organizacionais que contraponham aos modelos econômicos, políticos e sociais de dominação”. Motta (1981) e Faria (2017) entendem a autogestão como uma negação da heterogestão, que produz uma divisão entre dirigentes e dirigidos, entre saberes e não saberes. Se baseia em uma gestão construída pelos próprios trabalhadores que visa atender aos interesses destes e que não se apoie na exploração.

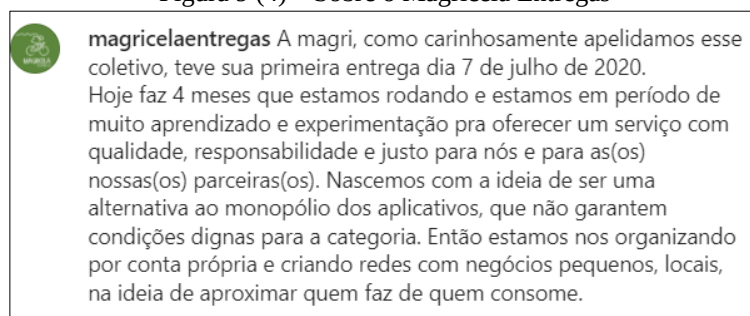
- **Caracterização do organizar político do Magricela Entregas**

O coletivo de ciclo entrega, Magricela Entregas, busca se organizar de forma cooperativada pautados em um modelo de organização horizontalizado e nos ideais de sustentabilidade e mobilidade urbana. Assim como o Magricela, diversos coletivos locais de ciclo entrega têm surgido com a mesma proposta, como o Señoritas Courier, Pedal Express, TransEntrega e outros (DIGI LABOUR, 2021). Segundo a narrativa da Compa Elis (entrevista em 22/09/2021):

A gente já começa como coletivo e a gente entende que isso já é uma resistência [...]. Como coletivo de resistência ao... as formas de trabalho que tão sendo colocadas nesse processo assim. E aí eu posso falar até [...] a forma como a gente se organiza, né. A gente tem até uma discussão interna assim, né. Se a gente, a gente não é uma cooperativa por motivos de... de... é burocráticos, né. Assim, tem toda uma questão burocrática [...] pra gente se colocar como cooperativa, inclusive de grana, né. Que a gente não tem agora. Mas a gente tem uma discussão interna assim sobre se afirmar como cooperativa, como uma forma, uma posição política assim, porque a gente se organiza cooperativamente, né. A gente se organiza em autogestão [...], não existe uma pessoa que tá ali fazendo o papel de patrão, né.

A narrativa evidencia os valores cooperativistas que se fazem presente no organizar do coletivo e destaca o fato de não serem uma cooperativa formalmente registrada por conta de questões burocráticas e da ausência de recursos, que parecem ter exercido influência na forma como esse organizar é desenhado. A Compa Elis afirmou que também se entendem como um coletivo que busca resistir ao processo de uberização de trabalho.

Figura 9 (4) – Sobre o Magricela Entregas



Fonte: Instagram [@magricelaentregas](https://www.instagram.com/magricelaentregas) (2020).

A Figura 9 (4) destaca a auto-organização como um caminho escolhido pelo coletivo e demonstra uma preocupação em oferecer condições de trabalho decentes, além disso, nos mostra que o coletivo busca formar conexões com pequenos empreendimentos da região, como forma de estimular negócios locais. No cenário atual, não se constituem em um substituto para os oligopólios de *delivery*, “mas podem criar circuitos alternativos de produção e consumo, especialmente em âmbito local” (DIGI LABOUR, 2021, [s.p]).

Na época da entrevista, o coletivo contava com cinco entregadores e mais dois estavam no processo de entrada. Como não possuem um aplicativo próprio, os pedidos são feitos por meio do WhatsApp. A Compa Elis afirmou que o coletivo não é a principal renda dos integrantes, tendo em vista que seria necessário ampliar a rede de parcerias para que todos conseguissem se manter. A entrada de novos integrantes ocorre de forma orgânica e não segue uma regra definida, segundo a Compa Elis é importante que seja alguém que esteja alinhado com o mesmo entendimento de mundo do Magricela.

Os integrantes do coletivo realizam reuniões semanais para organizar o trabalho da semana e quaisquer questões adicionais que surgirem, como parcerias. A divisão do trabalho se baseia na rotatividade de tarefas, que geralmente envolvem cuidar das redes sociais, divulgação do coletivo e fechar parcerias de trabalho. Só existe uma função no coletivo que é fixa, que é a de tesoureiro, que cuida da entrada e saída do dinheiro.

Conforme a Compa Elis, os integrantes do coletivo destinam cinco por cento dos seus ganhos para a criação de uma “caixinha que funciona de forma solidária”, que representa uma espécie de fundo emergencial para os próprios membros do coletivo, que pode ser utilizado em caso de imprevistos, como acidentes, conserto da bicicleta, compra de máscaras e álcool em gel e outros que surgirem.

Não há nenhum documento formal escrito no coletivo. O processo de comunicação ocorre por meio das reuniões semanais e pelo aplicativo de mensagem instantânea Telegram. As decisões são todas tomadas coletivamente sem que tenha uma figura central de liderança.

De todos os coletivos descritos, o Magricela é o único que não participou de nenhuma paralisação nacional de entregadores e não se envolve diretamente em tais articulações. No entanto, em julho de 2020, o coletivo realizou uma manifestação local, no município de Rio das Ostras (RJ), em parceria com outra cooperativa, a Despatronados, que na época ainda estavam ligados aos Entregadores Antifascistas do Rio de Janeiro. O objetivo era reivindicar por melhores condições de trabalho e direitos básicos para os entregadores de aplicativo, mesmo que o coletivo busque atuar por fora dessa lógica. No coletivo, a ação política envolve a própria tentativa de criar e se inserir em modelos mais justos e ambientalmente responsáveis de produção, consumo e trabalho.

- **Caracterização do organizar político do Coletivo Independente de Trabalhadores de Aplicativo**

O C.I.T.A se baseia nos princípios da autogestão e busca se organizar por meio de um modelo horizontalizado. É um coletivo autônomo de luta, em que todos os entregadores e motoristas atuam dentro das principais plataformas digitais de transporte e entrega. Segundo o Compa Luiz (entrevista em 17/09/2021), dentro do coletivo não existem funções claramente especificadas e, geralmente, as atividades se dividem em cuidar das redes sociais, comunicação, divulgação e presença em alguma reunião ou atividade para representar o coletivo. Tais atividades se baseiam no princípio da rotatividade de tarefas.

As reuniões ocorrem conforme as necessidades vão surgindo, ou seja, não tem uma frequência previamente definida, apesar de tentarem manter uma certa periodicidade. Por conta da pandemia, as reuniões têm sido realizadas virtualmente. A comunicação cotidiana e situações que envolvem decisões mais rápidas se desenvolvem por meio do WhatsApp. Essas decisões são tomadas coletivamente por quem participa das reuniões.

[...] então quem vai na reunião tem legitimidade, tem autonomia, né [...]. Então o que a gente preza muito é tentar conseguir de alguma forma os consensos, né, a gente não tenta empurrar votações e tal, mas se tiver que votar, também podemos votar, mas a questão mesmo é de tentar não levar as coisas [...] de cima para baixo. Então a gente tenta discutir tudo para deixar todo mundo confortável com as decisões que a gente tomar, né (COMPA LUIZ).

O relato do Compa Luiz revela o caráter horizontal do coletivo, e apesar de não existir regras declaradas e formalmente estabelecidas, existem práticas informais aceitas, como o fato da tomada de decisão ser realizada por quem participa das reuniões. O contexto imediato em que o coletivo se insere é marcado pela redução das taxas de entrega. Situação que ocorreu quando um maior número de entregadores passou a utilizar as plataformas como fonte de renda.

A sensação de quem já estava na plataforma é de que tem “que pedalar cada vez mais, pra fazer o mínimo do que eu fazia antes” (COMPA LUIZ). As reduções de taxa ocorrem sem nenhuma comunicação prévia e ao tentarem contato com as empresas de *delivery* recebem respostas mecânicas. “É sempre um robô que tá tratando contigo ali. Por mais que, por vezes, seja realmente uma pessoa, só que é uma pessoa que aperta um botão ali e que te manda uma resposta pré-configurada, né?” (VD-YOU-10, 09/05/20). Esse processo de comunicação com as plataformas é baseado na assimetria de informações, e não diz respeito a uma falha, representa exatamente a lógica para o qual foi programado. Diante dessas situações vivenciadas no cotidiano, um sentimento comum compartilhado por vários entregadores é de que se sentem descartáveis (VD-YOU-10, 09/05/20).

O coletivo não tem nenhum documento formalizado e possui basicamente um documento de princípios que contém uma breve apresentação do coletivo, seus valores e pelo que lutam. O documento representado na Figura 10 (4) tem sido apresentado aos novos membros que entram no coletivo. Esse processo de entrada de novos integrantes é aberto para qualquer entregador ou motorista, e é algo que costuma ser discutido nas reuniões para saber se todos os membros do coletivo concordam com a entrada do novo membro.

Figura 10 (4) – Apresentação e princípios do C.I.T.A



Fonte: Instagram [@c.i.t.app](https://www.instagram.com/c.i.t.app/) (2021).

A Figura 10 (4) evidencia os princípios pautados na autogestão e descreve como o C.I.T.A tem atuado politicamente por meio da participação ativa nas paralisações e breques nacionais. O coletivo tem atuação local, mas durante os breques também participam da articulação nacional. A partir das diretrizes dessa articulação definem dentro do coletivo quais estratégias vão utilizar localmente para a realização das paralisações a nível nacional, por exemplo, a definição dos pontos a serem brecados, divulgação das lutas nas ruas e produção de material de divulgação.

As estratégias políticas são, muitas vezes, construídas durante a própria paralisação, à medida que conversam com outros “compas” para aderirem ao movimento. “A gente faz uma assembleia, conversamos sobre o que vai ser [...], qual vai ser a estratégia do dia [...], perspectiva e tal, e aí toma uma decisão também junto ali nesse momento, né” (COMPA LUIZ). Os membros do coletivo rejeitam a ideologia do empreendedor de si e o discurso empregado pelas plataformas de que são parceiros. O Compa Luiz aponta que existem discussões iniciais sobre construir um coletivo cooperativado.

Um sonho assim dentro do coletivo que a gente discute, que é muito inicial assim, né, como construir formas de trabalho dessa cooperação de serviços pra fora das plataformas multinacionais, né. Claro que a gente não tem ninguém do setor de TI, não tem ninguém de programação para nos ajudar com isso, né. Mas aí como é que a gente acaba se ajudando com isso assim de alguma forma, repassar trabalhos, né [...]. Os entregadores também dentro do possível a gente repassa alguma coisa dos nossos clientes assim mais fixos, né. Por que sempre tem algum cliente particular, alguma entrega fixa particular que o cara acaba fazendo, né. Então a gente vai trocando isso assim, né, como uma forma também de se ajudar (COMPA LUIZ).

Conforme relato do Compa Luiz, um desejo dentro do coletivo é conseguir sair, por meio da cooperação, do cenário de uberização do trabalho. Mas são ideias iniciais, que por motivos de ausência de conhecimento técnico, recursos financeiros, materiais e tempo disponível impedem que a ideia avance. Outro ponto destacado na narrativa é que os membros do coletivo possuem clientes por fora das plataformas de entrega, nesse sentido, alguns entregadores repassam seus clientes para outro compa como forma de se ajudarem e criarem conexões de trabalho. São as “formas de luta que não se distinguem facilmente da vida cotidiana” (SANTOS, 2019, p. 107). A forma como esse organizar toma parece moldado pelos recursos disponíveis e saberes que vão sendo construídos ao longo das experiências vivenciadas.

- **Caracterização do organizar político dos Entregadores Antifascistas**

Os Entregadores Antifascistas representam um coletivo auto-organizado por um grupo de entregadores inconformados, não só com as suas condições de trabalho, mas com o próprio funcionamento do sistema social. O coletivo é composto tanto por entregadores que trabalham para as plataformas quanto por aqueles que atuam realizando entregas sem a intermediação destas.

[...] no decorrer do tempo a gente viu que [...] as lutas [...] traz consigo uma série de opressões que são invisibilizadas ainda na sociedade. Então não resume

especificamente é... é... só contra os aplicativos, é também contra eles, mas é por exemplo, contra o capitalismo [...]. Então é resistir contra os aplicativos, contra empresas que adotam padrões de atuação antiéticos principalmente contra trabalhadores. Quando a gente começou a ver, a conversar com pessoas sobre a precarização do trabalho, a gente viu que não era só nós e a gente começou e falou, olha a luta não é só nossa, é de toda a sociedade contra essas empresas que tem uma lógica capitalista (COMPA JORGE, entrevista em 04/09/2021).

O Compa Jorge destaca em sua fala acima que a luta é mais ampla e não se restringe às plataformas de entrega, tendo em vista que as opressões e exclusões não afetam apenas uma categoria de trabalhadores. Os Entregadores Antifascistas surgem enquanto um coletivo político e buscam se organizar horizontalmente, surgem com uma proposta de “empoderar o trabalhador” (VD-YOU-03, 17/06/2020). Os princípios que formam o coletivo são claramente evidenciados nas *lives* e postagens feitas por seus membros.

Durante as *lives*, alguns dos membros do coletivo fazem referência a outros movimentos sociais, como os Panteras Negras e os Zapatistas, “quando eu digo Panteras Pretas, é o sistema de organização que eles utilizam lá, logicamente que a gente não vai trazer a ideia das armas [...], mas a ideia de se ajudar como uma comunidade [...], se apoiar, se defender, se proteger” (VD-YOU-01, 11/06/20). Muitos dos integrantes tem uma trajetória de militância em outras causas e movimentos sociais “[...], faço parte do movimento punk e do movimento antifascista, desde meados de 2015 e 2016” (COMPA JORGE). Todas essas causas e diversas militâncias como o anarquismo, causa indígena, cooperativismo, acabaram influenciando os próprios valores e formação política do coletivo.

A Figura 11 (4) traz algumas frases postadas nas redes sociais do coletivo que demonstram alguns princípios e o posicionamento político dentro do EAF.

Figura 11 (4) – Posicionamento dos Entregadores Antifascistas



Fonte: Instagram [@entregadores_antifascistas](https://www.instagram.com/entregadores_antifascistas/) (2020).

O coletivo se entende como um grupo político, sem, no entanto, estar atrelado à política institucional. “Não somos um movimento apolítico. Nós acreditamos de todos poderem fazer

política [...], num tem só política com a caneta na mão. Tem a política do punho cerrado, a política de rua, tem várias formas de fazer política” (VD-YOU-1, 11/06/2020).

Atualmente, objetivam criar redes de trabalho por fora dos principais aplicativos de entrega, o que nem sempre é possível por conta da necessidade de sobrevivência. Essas redes ocorrem por meio da formação de parcerias com negócios locais e que tenham uma compreensão de mundo que se assemelhe aos ideais do coletivo.

[...] a gente procura criar redes [...] fora dessa coisa dos aplicativos. Então a gente desenvolve alguns trabalhos de entrega mesmo. É... eu acho que o primeiro ponto é a gente conscientizar as pessoas, principalmente os consumidores de que esse trabalho é um trabalho exploratório por si só. É... ele fica superexploratório quando você vai para os aplicativos, mas em geral é um trabalho exploratório [...]. É... então a gente procura criar essas redes de trabalho [...] para que a gente não precise ficar na mão dos aplicativos, é... por que eles decidem tudo, né, a gente não tem voz, a gente não tem um diálogo com eles, a gente não quer ter um diálogo com eles, por que eles jogam muito sujo. Então a gente procura criar outras redes, outras parcerias de pessoas que já estão mais se conscientizando de que esse trabalho tem que ser pago de forma justa, esse trabalho tem que ter direitos (COMPÁ NARA, entrevista em 01/10/2021).

A fala da compa evidencia alguns aspectos tanto do contexto imediato de trabalho quanto dos aspectos mais amplos associados ao capitalismo em sua atual fase. Do contexto imediato, percebemos a falta de autonomia e a ausência de voz diante das plataformas de entrega. A Compa Nara também destaca o fato de se sentirem ainda mais explorados nesse contexto de uberização, o que impulsionou os integrantes do coletivo a atuarem por fora das plataformas de entrega. A exploração do trabalho humano não é um aspecto novo, é uma característica central do próprio sistema capitalista. No entanto, a percepção de alguns entregadores entrevistados (Compa Jorge, Compa Nara, Compa Luiz) é que isso é exacerbado no contexto atual.

A partir da entrada no mercado das principais empresas de *delivery*, muitos entregadores que já exerciam a atividade foram praticamente obrigados a migrar para essa modalidade, o que podemos observar na narrativa do Compa Jorge:

Em 2016 entrou o Temer no poder, ele liberou o FGTS e aí foi criando uma série de flexibilizações do trabalho, eu trabalhava na... na... no modal de CLT, como começou a... a muitos restaurantes irem para contratos avulsos, né, que eles não queriam mais contratar por CLT [...]. Entraram os aplicativos e aí tem as flexibilizações das leis trabalhistas, veio a pandemia, pessoal saiu de várias áreas, a oportunidade que tinha, uma das mais fáceis era entregador, então concentrou tudo ali [...]. Então com a pandemia, só... só... deu um *start* a mais, deu uma ênfase ainda mais nas precarizações que já existiam na nossa categoria e que ficou mais forte [...], os entregadores são o resumo de várias precarizações.

A narrativa aponta que a pandemia aprofundou a precarização pela qual já vinha passando os trabalhadores, não é uma situação nova que nasceu com a pandemia ou se reflete

apenas no trabalho de entrega. O modelo de negócio das principais plataformas de entrega necessita de um ambiente em que as relações laborais sejam flexíveis. As flexibilizações trabalhistas, citadas pelo Compa Jorge, permitiram uma abertura para o modelo de trabalho uberizado, a Reforma Trabalhista brasileira regulamentou algumas tendências nos contratos de trabalho, como o autônomo exclusivo e o trabalho intermitente. É fundamental trazer esse contexto para que não consideremos a uberização e o capitalismo de plataforma como um fenômeno totalmente novo e isolado.

Nesse contexto de pandemia e dificuldades para se recolocarem no mercado de entregas formal emerge o coletivo Entregadores Antifascistas, criado pelo motoboy Paulo Galo, conhecido como Galo. O coletivo se baseia em relações horizontalizadas, sem que exista a figura de um líder, segundo informado pelo Compa Jorge e Compa Nara. No entanto, durante as observações, notícias lidas e vídeos visualizados, pude perceber que a mídia coloca o Galo como uma liderança do coletivo. Segundo relato do Compa Jorge, as decisões são tomadas coletivamente pelos integrantes que fazem parte do denominado “núcleo duro”, ou seja, os integrantes do coletivo que são mais ativos e participam de reuniões e das demais atividades realizadas. Apesar das decisões serem discutidas e apreciadas coletivamente são tomadas por poucos, que são os mais ativos dentro do coletivo.

No início do coletivo, em junho de 2020, o grupo realizava reuniões virtuais nacionais e semanais, que contava com pautas pré-definidas e tempos de fala para cada um dos integrantes (COMPA NARA). “É importante que todas as decisões do movimento saem das assembleias gerais, de maneira orgânica [...], como a gente tá agora em vários estados, a gente se organiza através de grupos de trabalho também” (VD-YOU-05, 25/07/20). Atualmente, esses grupos de trabalho não estão tão ativos, considerando que ocorreu uma dispersão de integrantes ao longo do tempo (COMPA JORGE E COMPA NARA). O coletivo mantém as suas atividades mais concentradas em São Paulo e conta com cerca de 30 participantes no Estado (ABÍLIO; GROHMANN; WEISS, 2021). Atualmente, as assembleias não têm sido realizadas e as reuniões já não possuem uma frequência determinada e ocorrem conforme as necessidades e pautas específicas vão surgindo.

Além das atas das reuniões, não havia nenhum documento escrito associado ao movimento, apesar da intencionalidade existir. Os Compas Jorge e Nara apontaram para a necessidade de se elaborar alguma cartilha, regimento ou algum documento que crie uma identidade para o grupo. No entanto, por conta do desconhecimento de como proceder e da falta de tempo, o documento ainda não foi elaborado. No coletivo não há regras pré-definidas, conforme evidenciado no trecho abaixo:

[...] então a gente vai resolvendo, respondendo a sua pergunta, vai resolvendo da forma que dá. Não existe regra do coletivo, tipo cada pessoa é uma pessoa, tipo muitas dessas pessoas vem através de quem já tá no coletivo, né. Mas se essa pessoa, por exemplo, dá uma mancada, a gente não tem tipo uma coisa certa de resolução de conflitos, sabe? Tipo, a gente faz uma reunião, mas não existe sabe uma coisa institucionalizada, sabe? (COMPA NARA).

A narrativa da Compa Nara aponta para o caráter informal das atividades dentro do coletivo, esse organizar é construído no cotidiano à medida que novas questões surgem. Apesar de não haver atividades formalmente designadas, os membros mais ativos dos Entregadores Antifascistas acabam se encarregando pela execução de determinadas tarefas, que envolvem administração das redes sociais, feita por um integrante em específico, que segundo a Compa Rita (entrevista em 08/09/2021) é uma atividade centralizada. Outras atividades envolvem tentar fazer conexões com outros movimentos de luta, fechar parcerias de trabalho, participação em *lives* e entrevistas, essa última teve uma maior frequência no ano de 2020. Segundo a Compa Nara, as tarefas são divididas de forma que não sobrecarregue ninguém.

A Compa Nara afirmou que o coletivo possui um papel social importante para seus membros, levando em conta que no cotidiano buscam ajudar uns aos outros. Conforme evidenciado na narrativa abaixo:

Eu acho que o exemplo é assim, se eu tô lá que nem já aconteceu, eu tô lá trampando e fura o pneu da minha *bike*, eu sei que eu posso passar a mão no telefone, falar com alguém e alguém vai lá me buscar, alguém vai lá provavelmente até com uma câmara nova de ar pra eu já trocar, entendeu? Alguém vai lá e se eu tô com uma entrega para fazer, a pessoa vai e faz as minhas entregas. E ela não vai receber o meu dinheiro, ela vai me dar o dinheiro que era meu dinheiro, entendeu? Então esse é o tipo de coletividade que a gente tem (COMPA NARA).

O relato mostra o coletivo como um espaço de solidariedade, um espaço em que é oferecido o apoio não recebido pelas plataformas de entrega. Essas práticas acabam formando laços sociais mais fortes, como amizades que transcendem o próprio coletivo.

O coletivo realizou algumas ações para captar recursos financeiros, como a venda de camisetas e campanha de *crowdfunding*, que objetivou a criação de um fundo de solidariedade para os entregadores, conforme evidenciado na Figura 12 (4).

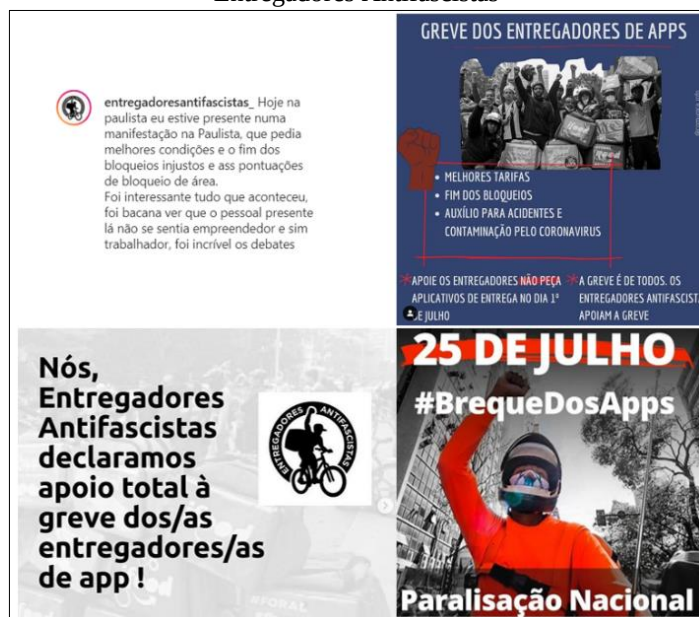
Figura 12 (4) – Algumas ações empreendidas visando a manutenção do coletivo



Fonte: Instagram [@entregadores_antifascistas](https://www.instagram.com/entregadores_antifascistas) (2020, 2021).

Dentre as ações políticas, destaco a participação em paralisações, manifestações e a atuação articulada com outros movimentos sociais e protestos mais amplos, como movimentos indígenas e pela democracia. Apesar de não terem organizado o Breque dos Apps, os Entregadores Antifascistas também participaram ativamente e incentivaram o primeiro e o segundo breque. O EAF também tem destacada atuação nos espaços virtuais, como o Instagram, segundo Kalil (2019), tais espaços podem ser utilizados para a disseminação das lutas e direitos dos trabalhadores e articulação das estratégias coletivas. A rede social do movimento tem sido utilizada como forma de divulgar e ampliar diversos protestos, paralisações e demandas dos entregadores ao redor do Brasil.

Figura 13 (4) – Manifestação e Breques: Participação dos Entregadores Antifascistas



Fonte: Instagram [@entregadores_antifascistas](https://www.instagram.com/entregadores_antifascistas) (2020).

A figura 13 (4) destaca duas convocações, uma para o primeiro e a outra para o segundo breque, além disso, chama a atenção um trecho da narrativa que trata sobre um protesto na Avenida Paulista. Segundo consta na postagem, os entregadores ali presentes não se viam como empreendedores, esse é um aspecto relevante, visto que a negação da narrativa do empreendedorismo parece conduzir a uma afirmação e reconhecimento de si enquanto trabalhador. Esse processo pode estimular a construção de uma identidade compartilhada.

No caso da articulação para as paralisações, o organizar político se dá, inicialmente, por meio dos aplicativos de mensagem instantânea. É uma articulação feita em rede com outros movimentos de entregadores, trabalhadores e movimentos sociais, a fim de conseguirem apoio, conforme podemos observar na narrativa da Compa Nara:

[...] a primeira coisa que se tem que fazer é decidir a data, você vê quem vai participar, por que o EAF não consegue puxar uma greve grande, né [...]. Vamo falar que a gente decidiu que é necessário fazer uma paralisação, aí, beleza, isso já foi discutido, tá. Então agora a gente vai acionar as nossas redes para ver quem que dos outros movimentos, sindicato, Breque dos Apps, toda essa galera que tá, e essa galera toda se organiza através de grupos de WhatsApp. Aí os cara fala sim ou não, e aí decidiu se essa greve no dia tal, tal, decidiu o local, por causa disso, disso e disso, tal. E aí a gente já tendo isso decidido, a gente já vai bombar as redes, então a gente vai contatar quem tá com a gente fazendo *design*, por exemplo, a gente tem *designers* que são parceiros, faz a arte de divulgação, a gente começa a divulgar.

O relato acima demonstra que a preparação para as paralisações nacionais envolve a participação de diversos atores, desde variados grupos de entregadores a profissionais autônomos, como os *designers*. Diferentes saberes são mobilizados e articulados, a fim de construir as paralisações. Dentro do coletivo, a articulação para os dias de paralisação geralmente é feita presencialmente, por fora das mídias sociais, por questões de segurança (COMPA JORGE). A partir das narrativas dos Compas Jorge e Nara me parece que as diretrizes gerais para as paralisações são definidas através dos meios virtuais e as estratégias mais específicas que envolvem apenas o coletivo são realizadas de forma presencial. Durante as paralisações, uma das estratégias utilizadas pelo coletivo é contar com o apoio de quem não é entregador, convocando os consumidores a desligarem o aplicativo e não fazerem pedidos.

O coletivo é formado não apenas por entregadoras e entregadores, mas também há o envolvimento, mesmo que temporário, de outros profissionais e acadêmicos que desejam fortalecer a luta e contribuem com o conhecimento que tem disponível. Um dos resultados desse envolvimento foi a criação de um grupo de estudo “focado em cooperativas e questões trabalhistas” (COMPA JORGE). Conforme indica Santos (2019, p. 75), “os conhecimentos

nascidos ou utilizados nas lutas são sempre cocriações [...] e envolve uma multiplicidade de sujeitos” que não se limitam apenas ao coletivo de luta.

As narrativas do Compa Jorge, Nara e da Compa Rita, essa última já fez parte do coletivo, demonstraram que há um aparente desejo de se organizarem dentro do cooperativismo de plataforma, mas é uma ideia que ainda está em processo de formação, considerando que não é algo simples de ser executado. “A gente tá no processo de formação, de estudo de cooperativa” (COMPA JORGE). Na rede social do coletivo, o interesse também é evidenciado por meio de algumas postagens, como as relacionadas na Figura 14 (4).

Figura 14 (4) – Interesse dos Entregadores Antifascistas pelo cooperativismo



Fonte: Instagram [@entregadores_antifascistas](https://www.instagram.com/entregadores_antifascistas/) (2020, 2021).

No início do coletivo diversas ideias surgiram sobre como deveriam se organizar, como a criação de aplicativos, cooperativa e associação. No entanto, conforme relatado pela Compa Nara, com o passar do tempo perceberam que esse processo era mais complexo do que imaginavam, tanto por exigir um conhecimento que não possuem, falta de tempo e principalmente por não terem recursos financeiros para colocar as diversas ideias em prática. Apesar das dificuldades, foi criado dentro do núcleo dos Entregadores Antifascistas do Rio de Janeiro, que não está mais atuante, a cooperativa Despatronados, que apresento a seguir.

- **Caracterização do organizar político da Despatronados**

A cooperativa Despatronados surgiu “a partir da sequência de breques nacionais” (COMPA MILTON). Na cooperativa se organizam por meio da autogestão e segundo a Compa Rita, o objetivo central é eliminar a figura do patrão e construir alternativas às principais plataformas de *delivery*, ou seja, a Despatronados parte de um propósito político.

[...] por eu já ter algumas leituras anarquistas, o cooperativismo sempre foi uma... já estava na minha mente como uma forma, uma alternativa de organização de trabalho, de trabalhadores mais justa e sob a nossa perspectiva, não sobre a perspectiva do patrão ou sob a perspectiva do lucro, né. A gente poderia transformar esse lucro em outras coisas pra gente. Então me aproximando desse movimento de Entregadores Antifascistas, a gente aqui no Rio [...] chegou com a ideia da cooperativa, né. Prontamente, um companheiro aqui do Rio de Janeiro falou: ‘cara, vamo começar a rodar com a cooperativa, bota um número de WhatsApp aí [...], a gente compartilha entre a gente e vai fluindo’. Então acabou começando aí [...], a gente entrou em contato com alguns apoiadores do Rio de Janeiro para poder construir uma plataforma, né, de cooperativismo, diferente do capitalismo de plataforma, a gente queria fazer algo diferente, cooperativismo de plataforma (COMPA RITA).

A gente cogitou duas possibilidades que seria a gente formar um aplicativo próprio é... mas num debate com outros companheiros em outros cantos do Brasil, os orçamentos giravam entre R\$ 300 e 600 mil para a construção desse tipo de aplicativo [...]. E daí a melhor proposta se tornou uma proposta inviável por conta do valor, do preço. A segunda proposta foi a proposta mais rápida, imediata, mais simples e mais de graça, que foi é... levantar uma logomarca, um número de WhatsApp e lançar a proposta de uma cooperativa (COMPA MILTON).

Destaco alguns pontos a partir das narrativas, o primeiro é a trajetória de militância anterior e leituras anarquistas que a Compa Rita traz para o coletivo, o que possivelmente influenciou no desenho institucional baseado no cooperativismo. Outro aspecto que pode ser observado é que a cooperativa surge com a intenção de se inserir dentro do cooperativismo de plataforma. Nesse sentido, estabeleceram diálogo com a CoopCycle, a fim de entenderem como era a experiência da referida federação de cooperativas. A CoopCycle permite que cooperativas autogeridas por entregadores tenham acesso a seu software e aplicativo para *smartphone*, a fim de reduzir custos e possibilitar o acesso à tecnologia, desde que seguidos alguns critérios, dentre eles, trabalho decente e entregas apenas de bicicleta (COOPCYCLE, 2021).

Conforme aponta a Compa Rita, o objetivo inicial da Despatronados era conseguir desenvolver seus próprios parâmetros a partir do código da CoopCycle. No entanto, ocorreram inúmeras dificuldades relacionadas com questões financeiras, necessidade mais imediata de sobrevivência, além do fato que, para utilizar o código da CoopCycle as entregas só poderiam ser realizadas de bicicleta, o que seria uma barreira no caso do Brasil, tendo em vista o número elevado de motoboys.

Diante das dificuldades iniciais em construir seu próprio aplicativo a Despatronados passou a atuar, enquanto cooperativa de trabalho, por meio de uma central de pedidos utilizando o WhatsApp. As tarefas e entregas são desenvolvidas de forma rotativa e possibilita que os integrantes tenham conhecimento de todos os processos ali envolvidos. Segundo o Compa Milton, as funções principais envolvem cuidar da central de atendimento, se responsabilizar pelas redes sociais e conseguir contratos de entrega.

[...] as funções específicas fora da entrega, que é o serviço direto que a gente promove, que é o da central de atendimento, é rotativo, então o companheiro assume, aí no próximo mês o outro companheiro assume, no outro mês, o outro companheiro assume e a gente vai fazendo uma rotatividade. Inclusive, aprendendo a função, desenvolvendo o intelecto, né, e o entendimento de como funciona tudo (COMPA MILTON).

A gente se organizava de maneira mais comum de maneira rotativa, só a tarefa de articulação com os grupos de apoio da cooperativa que eu ficava mais próximo por estar acompanhando já desde do início assim. Então eu ficava mais próximo dessa atividade. Mas a gente se dividia, a gente listava as tarefas e tentava distribuir de maneira proporcional. A gente tinha reuniões quinzenais e de toda reunião, enfim, tirava uma lista de tarefas, a gente dava aí pra gente uma semana para ter o retorno, para passar uma prestação de contas para o coletivo e a partir daí vê a dificuldade de proceder com a tarefa, como que a gente soma junto, mas a gente sempre rotacionava (COMPA RITA).

As narrativas acima evidenciam que as relações se desenvolvem em um modelo horizontalizado e de forma que não haja uma divisão entre quem planeja e quem executa, é um modelo de organização gerido pelos próprios trabalhadores. O Compa Milton também destaca que essa rotatividade permite o desenvolvimento de novos conhecimentos, construídos durante o desenvolvimento das atividades.

Na Despatronados ocorrem reuniões quinzenais e o processo de comunicação se desenvolve principalmente por meio de aplicativos de mensagem instantânea. As decisões são tomadas nas assembleias e não há a figura de um líder, a prática empregada na cooperativa é o rompimento com hierarquias. Além das atas das reuniões, não há outros documentos específicos que direcionem o coletivo, “a gente tem muita prática de oralidade, pouca prática de escrita” (COMPA MILTON). As deliberações nas assembleias servem para direcionar as ações dos membros da cooperativa e deve haver um consenso nas decisões coletivas. “Na cooperativa não existe liderança, né, somos pessoas, né, trabalhadores por que estamos trabalhando ali, mas pessoas que cumprem tarefas decididas é pelo conjunto dos companheiros” (COMPA MILTON).

[...] a gente tem uma metodologia anticompetitiva, então é uma política de igualdade, não de equidade, mas de igualdade, né. A gente tem uma tabela mínima de preços, nenhum entregador que está na cooperativa pode cobrar abaixo dessa tabela mínima, mas essa tabela mínima é uma decisão da assembleia da cooperativa, não é imposta por ninguém, é fruto de um debate, né [...]. Então a gente parte de um princípio, de uma lógica de que nós não vamos ser exploradores de nós mesmos, ninguém vai botar a entrega a R\$ 2,50 na cooperativa, não faz o menor sentido [...]. A gente enquanto cooperativa não se restringe a organização econômica, por que a gente vem de um espaço de luta política, então a gente de certa forma permanece nesse espaço de luta política articulando [...]. A gente não dá abertura para a subcontratação de entregadores, tipo, entregador que faz parte da cooperativa ele não avisou ninguém, mas ele montou a equipezinha dele de entrega (COMPA MILTON).

Esse trecho evidencia que as práticas políticas que direcionam a cooperativa buscam se afastar do gerenciamento e organização do trabalho desenvolvidos dentro do próprio capitalismo, por meio da adoção da autogestão e de ações que desestimulem o individualismo. No entanto, existem limitações pelo próprio fato da cooperativa estar inserida dentro de um sistema de mercado competitivo. Nesse cenário, a cooperativa precisa de dinheiro para se manter e ser viável economicamente, pagar de forma decente os cooperativados, realizar divulgação e investir na sua estruturação. São desafios que se impõem mesmo quando se deseja fugir da lógica de mercado. O relato ainda nos mostra que a cooperativa não se restringe a um espaço para captação de demanda e teria uma dupla função, tanto como ferramenta de organização política como de organização econômica, busca assim atender a necessidade mais imediata de sobrevivência e ao mesmo tempo visa se constituir em um espaço de resistência à uberização do trabalho e ao neoliberalismo (PAGOTTO, 2004).

A gente quer implementar um modelo econômico diferente para o mundo inteiro? Sim. Mas o mundo é muito grande, então a gente vai reduzindo o escopo, né. E aí a gente chega no escopo de luta política que é o escopo territorial. Então a proposta política da Despatronados, da cooperativa, não é que ela se torne uma grande cooperativa que atinja todo o município do Rio de Janeiro, todo o Estado, enfim. É que ela consiga se auto-organizar e cooperar com outros grupos auto-organizados (COMPA MILTON).

Então eu acho que a nossa luta principal é justiça social. Eu acho que não adianta a gente querer só uma remuneração mais alta [...], pensar só no benefício de uma categoria, se essa categoria tá vinculada a uma cadeia de produção [...]. Então a gente no Despatronados, a gente apoia lutas sociais variadas. É a luta do pequeno agricultor, é a luta por demarcação de terras indígenas, não tem como você ser sustentável por exemplo, é... é... sei lá, associado a um banco que cresceu economicamente em um período de ditadura, por exemplo (COMPA RITA).

Percebemos na narrativa do Compa Milton, o desejo de se auto-organizarem por meio de redes de cooperativas, a fim de conseguirem mudanças sociais mais amplas. Conforme aponta Faria (2009), isoladamente as cooperativas não conseguirão transformações mais amplas, para tanto, é necessário uma auto-organização de variadas cooperativas para regular a produção. A Compa Rita destaca em sua fala a importância de formar conexões de variadas lutas e de não se limitarem apenas aos aspectos imediatos, como o aumento da remuneração.

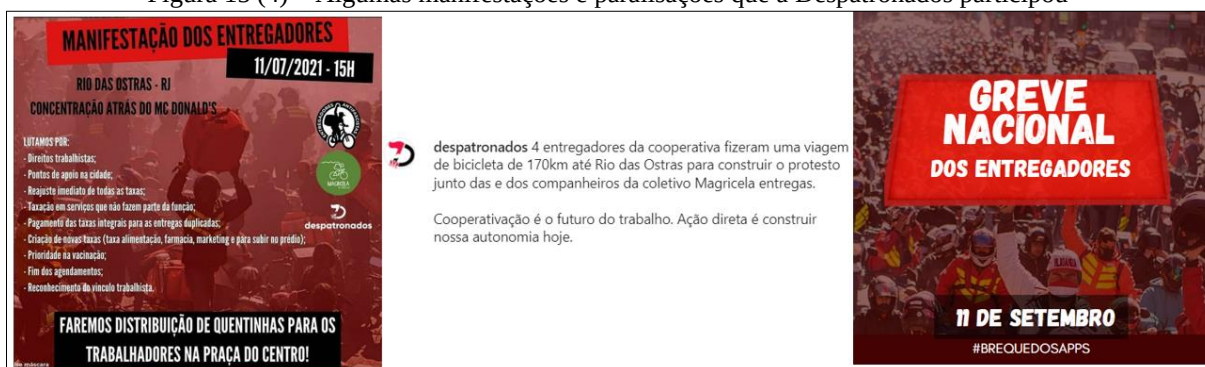
A cooperativa também funciona como um espaço de sociabilidade e solidariedade. Segundo a Compa Rita, a solidariedade e a formação de redes de apoio são práticas comuns dentro do coletivo. Alguns autores (ATZENI, 2010; TASSINARI; MACCARRONE, 2020) entendem que a solidariedade pode ser uma base para a construção de ações coletivas relacionadas com a mobilização e resistência dos entregadores.

[...] já teve momento, por exemplo, eu há 35 km da minha casa, no meio de uma rodovia extremamente movimentada a minha moto dá completamente ruim. E tipo mandar no grupo e companheiro já falar: ‘a gente faz vaquinha se for o caso’, ‘a gente chama o uber’, ‘vou aí te buscar’. Então a gente tinha uma rede realmente de apoio. Outros momentos, sei lá, companheira passou mal na rua, a gente, ‘cara tá fazendo o que? Não importa, vai lá ajudar [...]’. Periodicamente alguém tinha uma necessidade de urgência e o coletivo apoiava de alguma maneira, seja psicologicamente ou materialmente (COMPA RITA).

A ajuda mútua reforça a sensação de pertencimento a um grupo, o que pode contribuir para a formação de uma identidade compartilhada. Destaco o fato de que a Despatronados surge associada aos Entregadores Antifascistas, a desvinculação com o referido coletivo ocorreu apenas em julho de 2021. Nesse sentido, suas formas de articulação política acabam se mesclando inicialmente com as do EAF. Dentro da cooperativa não tem uma forma de organizar específica para os dias de paralisação, as práticas políticas que se desenvolvem se baseiam na ação direta, por meio da participação em manifestações, paralisações e piquetes. O piquete, nesse caso, pode ser entendido como forma de impedir que outros entregadores retirem pedidos em algum estabelecimento comercial.

A Figura 15 (4) destaca duas ações políticas, a primeira é uma manifestação e a segunda refere-se ao quarto Breque dos Apps. A Manifestação dos Entregadores em Rio das Ostras foi um movimento articulado junto com a Magricela Entregas, a Despatronados e os Entregadores Antifascistas. Em outros protestos e paralisações a Despatronados ajudou na panfletagem, divulgação e mobilização, como forma de apoiar e fortalecer a luta dos entregadores, o que ocorreu, por exemplo, no quarto Breque dos Apps.

Figura 15 (4) – Algumas manifestações e paralisações que a Despatronados participou



Fonte: Instagram [@despatronados](#); [@entregadores.resistencia](#) (2021).

Os membros da cooperativa também participaram de protestos contra a violência policial. Pela observação participante e relatos, tal violência não pareceu ser incomum e representa um traço marcante do contexto imediato vivenciado pelos entregadores. Em junho de 2021, alguns entregadores, uma advogada e um jornalista foram agredidos pela polícia

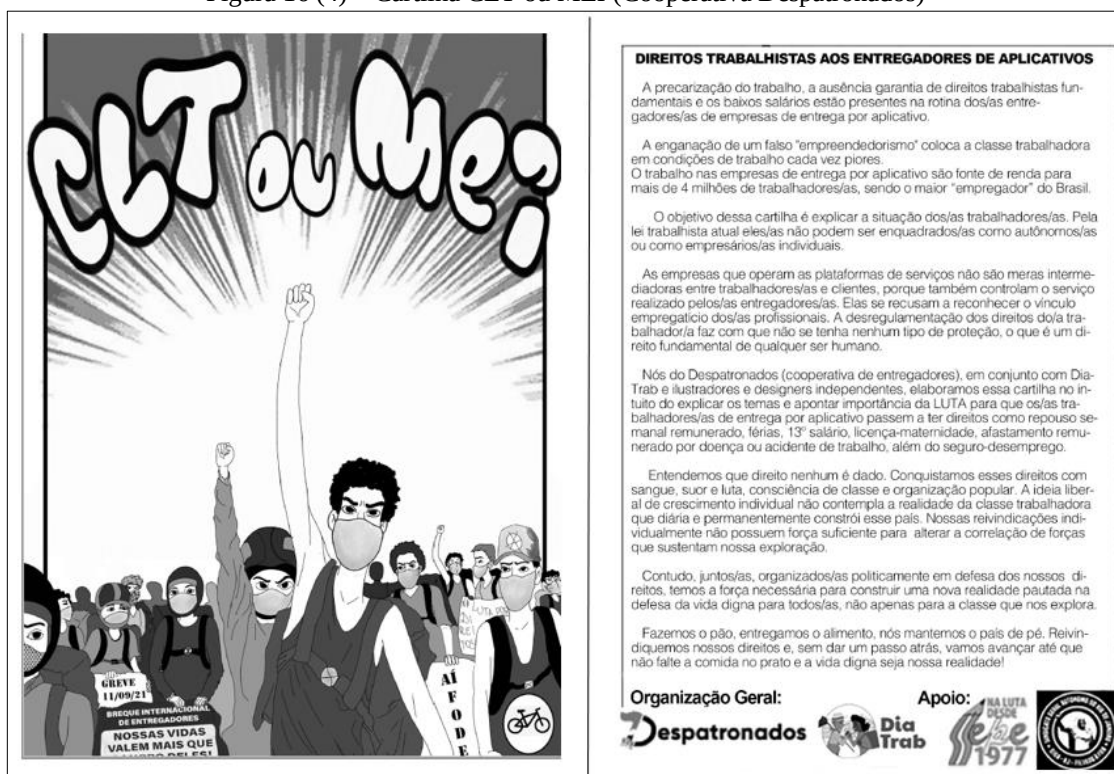
Militar na Zona Sul do Rio de Janeiro. O fato ocorreu por conta de uma confusão na fila para a retirada de bicicletas, que são alugadas pelos entregadores para trabalhar. Segundo relatos de quem estava presente, os policiais priorizaram uma mulher que estava no final da fila e que não era entregadora. Essa situação gerou grande confusão e agressão física (ALVES, 2021).

Além disso, o Compa Milton afirma em sua narrativa que é comum ter blitz policial que param apenas entregadores ciclistas com suas *bags*. Ocorre uma criminalização da pobreza, é o que Butler (2018) denomina como precariedade politicamente induzida, ou seja, tal situação de violência não atinge a todos os grupos da mesma forma e se reproduz dentro dos grupos mais vulneráveis e periféricos. Nesse sentido, alguns grupos seriam mais expostos à violência e a ausência de políticas públicas e redes de apoio, é uma precariedade que é reproduzida e mantida pelo próprio Estado. A violência praticada pelo Estado é direcionada a um grupo específico de pessoas, o que denota uma exclusão abissal (SANTOS, 2010a), é um tipo de violência direcionado apenas a alguns grupos de trabalhadores, geralmente negros e periféricos, o trecho abaixo revela aspectos desse cotidiano marcado pela desqualificação e marginalização:

Então tem um caráter em que a gente tá no desemprego, a principal fonte de renda hoje... a maior categoria profissional recente no Rio de Janeiro é de entregador. Então tem uma política específica da polícia Militar para fiscalizar a gente, por que se a gente é pobre, logo a gente é precarizado e recebe pouco dinheiro, logo a gente tá dentro daquele perfil padrão para receber as políticas de repressão policial, as políticas de investigação social, não no sentido positivo, mas no sentido de primeiro desconfiar da gente. Então tem essa criminalização da própria atividade de trabalho (COMPA MILTON).

A Despatronados também busca atuar politicamente fomentando discussões sobre direitos dos entregadores, conforme ilustra a Figura 16 (4). Em setembro de 2021, o Compa Milton me enviou uma cartilha organizada pela Despatronados em conjunto com o grupo Dia Trab, grupo de Extensão, Trabalho, Diálogo e Ação, vinculado à Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e ilustradores e *designers* independentes.

Figura 16 (4) – Cartilha CLT ou MEI (Cooperativa Despatronados)



Fonte: Instagram [@entregadores.resistencia](https://www.instagram.com/entregadores.resistencia/) (2021).

A cartilha foi distribuída para os entregadores no município do Rio de Janeiro e disponibilizada gratuitamente na internet e nos grupos de entregadores no WhatsApp. O material visava explicar a situação dos entregadores em relação aos direitos trabalhistas, trazendo as principais diferenças entre MEIs e o regime celetista. A ação representou uma tentativa de estimular o debate e criar espaços de formação política dentro dos grupos de entregadores. Na época, foi divulgada no quarto Breque dos Apps, que tem sido um movimento fundamental para a articulação dos entregadores, a seguir abordado.

4.2.3 O organizar por meio de redes de indignação e esperança

Redes de indignação e esperança é um termo utilizado por Castells (2012) para explicar as novas dinâmicas organizativas dos movimentos sociais que emergiram após 2011. Adotei o termo por entender que traduz algumas características encontradas nos coletivos descritos, principalmente no Breque dos Apps. No sentido que utilizo, representa mobilizações coletivas autonomistas, que não se sabe ao certo onde iniciam, parecem se constituir de um organizar temporário e sem uma estrutura organizativa formalmente estabelecida. Tais mobilizações utilizam as tecnologias digitais, dentre outros, para se articularem e compartilharem suas

experiências comuns.

O Breque dos Apps representa o primeiro movimento de paralisação nacional dos entregadores que atuam subordinados às plataformas digitais. Apesar de não citar números, Vinícius (2021) aponta que, possivelmente, o primeiro breque foi uma das maiores paralisações de entregadores de aplicativos que ocorreram no ocidente. Sobre o breque:

[...] surge de forma natural, como todas as outras greves [...]. Como que ela nasceu? Um entregador encontra outro entregador numa esquina de São Paulo qualquer e fala assim: ‘aí tá difícil né, mano?’ [...] Aí quando vai ver tem vinte cara falando que tá difícil. Que que esses cara faz? Fala, vamos parar? Vamos parar! Vamos montar um grupo de WhatsApp, vamos tentar chamar os cara? Vamos. Aí um faz uma arte, aí começa vinte, vinte e um, vinte e dois, oitenta. Quando eu entrei nesse grupo da greve geral já tinha oitenta pessoas, as pessoas já tavam se articulando, já tinha mídia ali ajudando e tal, inclusive o pessoal do Treta no Trampo ajudando lá o pessoal a divulgar a greve (VD-YOU-03, 17/06/2020).

O trecho aponta para vários aspectos relevantes para a compreensão desse organizar. A insatisfação ao ser compartilhada foi ganhando amplitude, processo que foi facilitado pela utilização dos aplicativos de mensagem instantânea. Mesmo diante da dispersão e isolamento característicos do trabalho dos entregadores, estes encontraram formas de criarem conexões sociais uns com os outros para compartilharem informações e insatisfações sobre o cotidiano de trabalho. O primeiro breque ocorreu no dia 01 de julho de 2020, a data e mobilização foram decididos por meio de grupos de WhatsApp. Anterior a esse período foram realizadas algumas ações coletivas por entregadores do Rio Branco (AC), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) que acabaram servindo como um impulso para a criação de uma greve nacional (VINÍCIUS, 2021). Um dos motivos centrais para a ação coletiva foi a diminuição das taxas e os bloqueios sofridos. Essas situações foram gerando indignação e revolta.

A Uber Eats pagava em torno de R\$ 7,00 a entrega mínima, hoje é R\$ 3,75. A Loggi pagava mais de R\$ 10,00 na entrega mínima, hoje é R\$ 7,00. Eles diminuíram os valores. Por que eles diminuíram? Eles se aproveitaram da pandemia pra liberar vários cadastros, se aproveitando do desemprego atual. Isso faz gerar concorrência entre os próprios entregadores, eles podem diminuir os valores das entregas porque sempre tem um que vai fazer, porque precisa levar o sustento pra casa. O cara vira refém por necessidade (COMPA RALF, entrevista em 24/09/2021).

A narrativa do compa traz vários aspectos do contexto imediato marcado pelo desemprego e pelo fato das empresas de *delivery* encontrarem terreno fértil diante de tal situação, principalmente na pandemia. Nesse contexto, a ideologia empreendedora ganha ainda mais força ao ser apresentada como uma solução para o desemprego, “sendo uma ideologia acionada para conformar e ocultar a expropriação” (FERRAZ; FERRAZ, 2022, p. 12).

Apesar do breque ter tido ampla adesão, não foi um consenso. Surgiu no Facebook um perfil denominado de “não breca meu trampo”, criado para deslegitimar o breque, dando a entender que o Breque dos Apps iria causar transtornos para os entregadores. Segundo especulam os entregadores, a página seria construída pelas próprias empresas de *delivery* para enfraquecer o movimento.

Nas redes sociais observadas algumas pessoas tentam deslegitimar o breque, argumentando que são autônomos e por isso não faria sentido ações coletivas. Alguns comentários feitos nas redes sociais buscam atacar o movimento, conforme apresentado na Figura 17 (4).

Figura 17 (4) – Comentários de alguns seguidores sobre o Breque



Fonte: Instagram [@entregadores_antifascistas](#) (2020).

O Breque dos Apps gerou uma ampla repercussão e representou um impulso inicial para uma articulação dos entregadores. A maioria dos vídeos analisados e oito das nove entrevistas realizadas citam o breque em algum momento. Todos os coletivos citados, com exceção do Magricela Entregas, estiveram envolvidos em algum momento com os breques, mesmo com demandas ou perspectivas ideológicas diferentes.

O movimento se caracteriza por ser autônomo e construído pelos próprios entregadores, sem a participação de sindicatos ou partidos políticos, que não são aceitos dentro do movimento (RIBEIRO, 2020). Durante os breques, não é permitido levantar nenhuma bandeira que faça referência a partidos políticos, sindicatos ou qualquer outra causa que não seja a pauta dos entregadores. As motivações se relacionam com o temor de cooptação e apropriação do movimento pela política institucional ou por qualquer outra pessoa que queira apenas acumular capital político para si. No entanto, no primeiro breque teve a participação de organizações sindicais em alguns Estados, como forma de apoiar o movimento, o que não foi bem-visto por alguns organizadores do breque.

A rejeição às instituições não ocorre sem motivos e não se dá apenas por conta da polarização política em que o Brasil se encontra. O caráter anti-institucional construído de baixo se manifesta por conta da violência institucional e de respostas insatisfatórias vindas de cima (SANTOS, 2015). Há uma crise de confiança que estimula o sentimento de que “se não

fizemos, ninguém fará”. O discurso “nós por nós” é frequentemente empregado pelos envolvidos nos breques, evidenciando o caráter autônomo do movimento. Abílio (2020c) aponta que esse discurso pode ter desdobramentos imprevisíveis, segundo a autora:

Em realidade, nisto reside sua riqueza e seu perigo: formas de organização e demandas que escapam, que ultrapassam, que podem ser mais radicais que a demanda por uma regulação estatal, por exemplo, formas de organização horizontalizadas que não são e não querem ser canalizadas para a figura de uma liderança, de um partido, de um sindicato. Mas que também podem perigosamente resultar na defesa de um jogo livre de forças entre trabalhadores e empresas (ABÍLIO, 2020c, [s.p]).

Dentro do movimento há entregadores que se veem como autônomos, já outros se veem como empregados, com base nas informações analisadas parece prevalecer a visão de autônomos na base dos entregadores. Um dos aspectos que estão por trás das lutas é justamente para que as empresas de *delivery* permitam que os entregadores exerçam a autonomia prometida por elas no discurso.

Durante a observação participante e entrevistas, percebi que a página Treta no Trampo, que possui perfil no Twitter, Facebook e Instagram, teve um papel fundamental na articulação, convocação e divulgação dos breques. A página, que não se sabe ao certo quem está por trás dela, representa uma espécie de jornal operário do século XXI, e divulga relatos de inúmeras categorias de trabalhadores, são vídeos, áudios e imagens enviados pelos próprios entregadores e gravados por eles no cotidiano das ruas.

Figura 18 (4) – Cronologia dos Breques



Fonte: Instagram [@c.i.t.app](#); [@entregadores.resistencia](#) (2021).

Conforme mostra a Figura 18 (4), o primeiro breque foi realizado no dia 01 de julho de 2020, este foi o maior em número de participantes e repercussão midiática. O segundo breque teve uma menor participação nas ruas, e segundo relatos dos entregadores, boa parte destes optaram por desligar os aplicativos e permanecer em casa. Já o terceiro breque ocorreu no dia

15 de setembro de 2020, situação em que alguns entregadores de vários Estados do Brasil se reuniram em Brasília para pressionar os políticos por direitos básicos e pela aprovação do projeto de lei (PL) 1.665/2020, que assegura melhores condições de trabalho durante a pandemia de Covid-19. O trecho abaixo destaca a dinâmica do terceiro breque.

[...] a gente voltou dia quinze de setembro, só que a gente foi no terceiro breque pra Brasília, foram quatro do Rio de Janeiro e dois de cada Estado, mas só teve vinte Estados aproximadamente. A gente teve uma reunião lá na Câmara dos Deputados que não adiantou nada porque é política. E depois, no outro dia, ficou marcado pra gente ter uma reunião com o Rodrigo Maia, que na hora ele não foi, furou também, e é isso (COMPA RALF).

O Compa Ralf explica que o organizar para os breques ocorre por meio de aplicativos de mensagem instantânea, onde são criados vários grupos no WhatsApp e Telegram para convidarem entregadores para o movimento. Nesses grupos são expostas as motivações da paralisação, conforme relatado abaixo.

[...] a greve tá sendo um movimento sem liderança, né? Tipo tudo tá sendo trocado ideia em grupo de Zap, pelo que eu tenho acompanhado, né. Agora lançaram assim que geral foi pra casa depois da manifestação, já tá lançando um grupo de Zap, tipo enquete pra poder definir melhor dia, tá ligado? Tipo uma parada meio realmente [...] orgânico, sem uma pessoa falando, vai ser aquele dia, aquela rota, né. Sem uma liderança assim (VD-EAF-09, 01/07/2020).

[...] eu já vinha acompanhando paralisações isoladas em vários outros estados, né? Pelo grupo de WhatsApp, pelas mídias, pelas redes sociais, né. Aqui em Brasília não foi diferente, antes do dia primeiro nós já havíamos feito duas paralisações aqui, dois protestos aqui, que não surtiram muito efeito. Então decidimos organizar um grupo no WhatsApp [...], com entregadores de vários outros estados, né. E resolvemos organizar essa paralisação geral (VD-YOU-09, 22/07/2020).

Eu não sei bem como isso acontece, sabe? É uma coisa assim... tipo... são grupos de WhatsApp, geralmente são grupos no whats, no telegram [...]. Veio o contato pra nós principalmente a partir do Treta no Trampo, que é essa página de divulgação também, né, de lutas e tal, então chegou para nós [...]. A gente fez contato com eles pra tá construindo junto. E aí a gente foi sendo adicionado, eu e mais alguns colegas fomos selecionados em alguns grupos assim, para fazer essa articulação nacional, né. Eu não sei bem da onde vem e tal, né [...]. Mas é mais nesse sentido assim, grupos de WhatsApp com figuras que acabaram tendo algum nome maior assim dentro do movimento [...], mas que hoje assim foi bem legal ver esse último breque por que isso ultrapassou essas figuras que tavam meio que carimbadas, né (COMPA LUIZ).

Enquanto a articulação e definição das pautas se desenvolve pelos aplicativos de mensagem instantânea, as reivindicações e convocações são divulgadas nas redes sociais, como o Instagram, Twitter e vídeos no Youtube, mas também se desenvolvem de forma concomitante nas ruas, “a gente faz panfletos, cola nas *bags*, a gente vai em locais específicos onde ficam muitos entregadores e divulga, essa é a forma” (COMPA RALF).

Como é um movimento nacional e os entregadores encontram-se dispersos geograficamente é necessário que se construa uma articulação com representantes dos entregadores de todo o Brasil. O movimento não tem um líder em específico, existem lideranças difusas que representam alguns Estados ou municípios do Brasil, que segundo o Compa Ralf são escolhidos por meio de voto. Tais representantes estabelecem as diretrizes centrais do movimento, como reivindicações e formas de ação, que acabam direcionando em maior ou menor grau as articulações locais. Apesar de existir lideranças regionais e alguns nomes em maior evidência, tive a impressão que o movimento parece optar por manter um certo anonimato nas mídias de quem são esses atores.

[...] Nada formalizado, é só um grupo de WhatsApp mesmo, então tem as lideranças, a gente discute, bota em pauta, o que tem que ser discutido, o que não tem que ser discutido, e com isso a gente vai trabalhando no melhor caminho para o trabalhador, o melhor caminho a gente segue, o pior a gente não segue. Então a gente vai dialogando por via WhatsApp, Telegram, grupos no Facebook e etc. São esses caminhos, esses meios os quais a gente usa e também a gente vai pessoalmente nos pontos também, que a gente tá rua, no dia a dia, a gente para no ponto A, a gente para no ponto B e vai dialogando com cada um, olho no olho, boca a boca, entendeu? (COMPA PEDRO).

Nós temos um grupo nacional das lideranças nacionais, acompanhamos o que acontece no mundo como um todo, né, tentamos utilizar o que dá certo lá fora aqui dentro, pra ver se a gente tem os mesmos resultados ou pelo menos aqueles parecidos em favor do trabalhador. E aí são organizadas essas manifestações de forma geral, né (COMPA JOÃO).

Apesar de existir as lideranças que direcionam o movimento, no cotidiano das ruas e das redes sociais parece que o breque vai tomando forma própria em cada município e em cada coletivo. Há uma articulação entre o local e o nacional que vai se desenvolvendo em formato de rede. A comunicação ocorre de forma horizontalizada e os entregadores vão se envolvendo de forma ativa na produção e distribuição de vídeos e cartazes (VINÍCIUS, 2021). O breque do dia 01 de julho se estendeu para a América do Sul e se inseriu na paralisação internacional de entregadores, contando com o apoio de movimentos de entregadores da Argentina, Chile, Equador e outros (COELHO; JESUS; SILVA, 2021).

A principal estratégia política e de resistência utilizada para reivindicar direitos envolve a paralisação das atividades, por meio de piquetes nos “bolsões”, locais onde os entregadores permanecem aguardando pedidos. É necessário destacar que o contexto da pandemia de Covid-19 fez com que boa parte da população permanecesse em casa. Esse cenário de necessidade motivou um aumento no número de consumidores que utilizam aplicativos para pedir comida (VALENTE, 2021), além de ter evidenciado a essencialidade e a relevância do trabalho realizado pelos entregadores. A ampla visibilidade e a maior adesão da população brasileira ao

delivery possivelmente se constituiu em um ambiente favorável para o crescimento de movimentos grevistas e nascimento de novos coletivos de luta construídos pelos entregadores.

Durante as paralisações, também são realizados “buzinaços” e “motociatas” pelas ruas das cidades, como forma de chamar a atenção para a causa. Outra estratégia utilizada é a busca de apoio dos consumidores para que não façam pedidos pelo aplicativo no dia do breque e avaliem as empresas de *delivery* negativamente.

O primeiro breque parece ter gerado uma esperança de que algo diferente pode acontecer, de que algo está sendo construído, “a luta só começou, isso aqui é novo, isso aqui é pioneria, entendeu? Isso aqui é o estopim de uma coisa muito maior” (VD-YOU-06, 20/07/2020). O breque foi construído em um momento de efervescência política que traz a possibilidade de novas perspectivas. Os últimos breques não tiveram a mesma adesão em número de entregadores e repercussão midiática quanto o primeiro. Alguns entregadores acabaram desanimando quando perceberam que as demandas não foram atendidas, além disso, as empresas utilizam estratégias para desarticular a luta, como aumentar as taxas de entrega nos dias de greve e bloquear quem participa dessas movimentações, a própria rotatividade do trabalho sob demanda dificulta a manutenção da luta.

Mas assim é igual eu te falei, é a mesma coisa de eu bater... ir para o ringue contra um... um... Mike Tyson da vida, por que o aplicativo ele tem poder aquisitivo, ele tem toda uma estrutura e ele faz aquilo acontecer, não só com os entregadores, mas também com o Estado, nós só somos aquela pedra no sapato que incomoda, mas no final não faz tanta diferença assim (COMPA JOÃO).

A fala do Compa João revela a assimetria de poder entre os entregadores e as plataformas de *delivery*, destacando que a influência dessas plataformas não se restringe aos entregadores, mas avança para o próprio Estado, por meio de tentativas de direcionar as políticas públicas em favor das empresas, a proposta do MED é um exemplo disso.

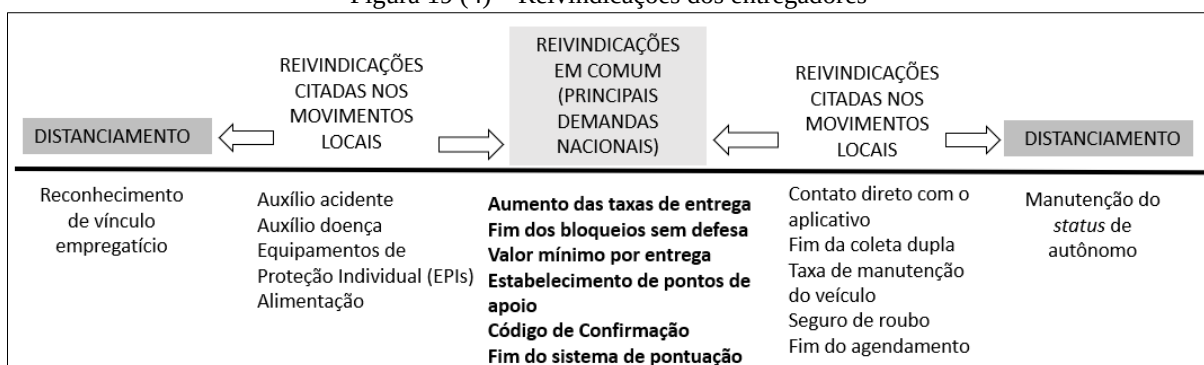
O primeiro breque aparenta ter servido como o “estopim” para diversas movimentações e ações coletivas, principalmente, em nível local, que surgiram na sequência. Diferente dos coletivos abordados no tópico, ‘cooperativismo e coletivos de luta’, que mesclam demandas imediatas com mais amplas, o breque possui como foco demandas mais urgentes, como aumento de taxas e aspectos associados ao gerenciamento do trabalho. Abordo na subseção seguinte as principais reivindicações feitas pelos entregadores no Brasil e os avanços conquistados.

4.3 “A LUTA ERA PRA EXISTIR, NÓIS NÃO EXISTIA” - REIVINDICAÇÕES E AVANÇOS

[...] não se tocava no assunto, não se via se tocar no assunto de entregadores como se toca hoje com frequência, né? E a partir dali a gente existia, né [...]. Qualquer farol que você para na cidade de São Paulo, em outras cidades, em outras regiões metropolitanas aí, você vê que o sinal ali tá lotado de entregador, quatro, cinco, seis entregador em cada sinal, mas não enxergava, a gente era quase que invisível assim. E aí a partir dali a gente passa a existir, aí eu entendi qual que era a fita, era existir, era passar existir (VD-YOU-17, 03/10/2021).

Nesta subseção apresento as reivindicações feitas pelos entregadores e os avanços obtidos na percepção dos entrevistados e por meio das observações realizadas. As reivindicações não foram tratadas separadamente por coletivos de luta e sim, conjuntamente, considerando as demandas gerais dos entregadores.

Figura 19 (4) – Reivindicações dos entregadores



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

No centro da Figura 19 (4) temos as principais e mais citadas reivindicações feitas pelos entregadores e entregadoras, representam as demandas nacionais. Nas extremidades, as demandas que são mais conflitantes, e mais próximo ao centro, seja do lado direito ou esquerdo, são as demandas que foram citadas em movimentos locais, no entanto, não apareceram em todas as narrativas e vídeos analisados. As reivindicações geralmente têm como alvo principal a empresa iFood, por ser a maior e praticamente dominar o mercado de *delivery* no Brasil (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES, 2021), apesar de não se restringir somente a ela.

As principais reivindicações giram em torno do atendimento de demandas mais imediatas para garantir a própria sobrevivência, “a gente tem muita dificuldade financeira, então é sempre vivendo urgência em cima de urgência” (COMPA RITA). De um modo geral, as reivindicações pedem melhores condições de trabalho e alteração nas formas de organização, distribuição e controle do trabalho. As lutas principais envolvem direitos básicos, como a

construção de pontos de apoio nas cidades, que ofereça banheiro, local para carregar o celular, realizar uma refeição e descansarem. A instalação desses pontos pode não ser algo desejável para as empresas de *delivery*, visto que facilitaria a construção de laços sociais entre os entregadores. Tais espaços físicos poderiam facilitar a articulação de queixas em comum, troca de opiniões e contato, construção de demandas e reuniões improvisadas (TASSINARI; MACCARRONE, 2020).

Para entender as reivindicações é fundamental compreender o porquê elas surgem, algumas motivações já foram citadas anteriormente, como a redução nas taxas de entrega e piora nas condições de trabalho, principalmente após a pandemia, outros motivos foram: bloqueios indevidos (1), ausência de qualquer suporte durante a pandemia (2), ausência de suporte para resolver problemas cotidianos, como o cliente mentiu que recebeu o pedido ou o entregador que se acidentou (3), formas de distribuição do trabalho (4), sistemas de pontuação que são utilizados para controlar a distribuição do trabalho (5), sistema de agendamento de entregas (6), falta de suporte em casos de roubo, acidente ou doenças (7), controle exercido pelas plataformas, contradizendo o discurso da autonomia (8). Algumas das narrativas abaixo exemplificam as experiências cotidianas dos entregadores que os levaram a lutar por melhores condições de trabalho.

Depois vem com essa ideia de pandemia, pandemia é só para os ricos, né. Nós fica na rua fazendo entrega e se fudendo. Enquanto os maluco tá aí em casa, pagando pouco (VD-EAF-05, 05/06/2020).

E eles falam que a gente recebe é... faz o horário, não é também, saca? Se você não está ali todo dia conectado você é penalizado, eles te deixam lá pra trás (COMPA JORGE).

[...] só que eu não tenho nenhum é... é... como se diz, nenhuma autonomia de falar para as empresas de aplicativo o que eu quero ganhar, como eu quero fazer o meu serviço e nem nada. Eu continuo sendo empregado e agora sem o direito de nem reclamar pelos meus direitos, né (COMPA JOÃO).

Mas que autonomia é essa onde nós não temos direito de escolha? Por que o autônomo ele escolhe [...]. O cara que tá escolhendo muito entrega, o cara que rejeita entrega, já não serve, já bloqueia um cara desse, entendeu? (COMPA PEDRO).

[...] o entregador se não tiver uma pontuação boa [...] ele não recebe corrida, né. Às vezes o entregador tá há dez quilômetros do restaurante, né. Ele é chamado porque ele tem uma pontuação boa, mas lá do lado do restaurante tá cheio de entregadores (VD-YOU-06, 20/07/2020).

Então aí tem aquela falsa ideia de que a gente é patrão de si mesmo, que a gente faz o nosso horário, só que não é assim. Quanto menos a gente ganha, mais a gente trabalha, porque a gente tem dívidas (VD-YOU-03, 17/06/2020).

Hoje em dia eles todos eles criaram um sistema de pontuação de *ranking*. Se você não ficar o tempo todo disponível numa plataforma [...], por exemplo, do iFood, a sua

pontuação não sobe e você não recebe pedidos, né. Você só recebe pedidos se você ficar mais de dez horas, doze horas disponível ali e não pode recusar nenhuma entrega, não pode chegar atrasado em nenhuma entrega porque senão você fica bloqueado, né. [...] Então tem todo esse sistema que te obriga a ficar disponível, te obriga a não recusar pedidos, né. Tirando a autonomia do entregador (VD-YOU-09, 22/07/2020).

Os trechos acima evidenciam a insatisfação e indignação dos entregadores diante do modelo de organização e controle do trabalho exercido pelas plataformas de entrega. As próprias empresas de *delivery* criam condições para que os entregadores se revoltam. Somado aos aspectos acima relatados, que são provocados pelas formas de atuação das principais empresas de *delivery*, tem os aspectos associados ao contexto econômico, como o aumento no valor da gasolina e do custo de vida, diminuindo ainda mais o rendimento dos entregadores, que, muitas vezes, iniciam o trabalho de entregas fazendo dívidas para adquirir sua ferramenta de trabalho (motocicleta, bicicleta ou automóvel). “Cê tem dívidas e aí você faz dívidas pra acabar com essas dívidas, e aí você acaba só aumentando a bola de neve e aí eu não tinha como sair do aplicativo” (VD-YOU-14, 18/07/2021). Por conta da alta dos preços, a percepção de que se está pagando para trabalhar é um relato comum compartilhado pelos entregadores.

Figura 20 (4) – Quem paga o seu frete grátis?

O preço da gasolina subindo cada vez mais e o trabalhador se vendo em uma situação em que está literalmente pagando pra trabalhar. Enquanto isso, a elite vai ficando mais rica a cada dia.

Isso é um projeto dos colonizadores, das mentes escravocratas que não se importam com nossas vidas enquanto estiverem ganhando dinheiro às nossas custas.

A promoção dos aplicativos é paga pela classe trabalhadora!

Fonte: Instagram [@entregadores_antifascistas](#) (2021).

A narrativa acima chama a atenção para o que está por trás das promoções oferecidas pelos aplicativos, que se relaciona com as tarifas baixas pagas aos entregadores e o fato desses trabalhadores assumirem o ônus do modelo de negócio das plataformas de entrega, tendo que arcar com o veículo próprio, combustível, seguro, internet, dentre outros.

Uma das reivindicações que não é um consenso entre os entregadores é a questão do vínculo empregatício. Diferentes visões emergem sobre o tema, há entregadores que desejam o reconhecimento do vínculo trabalhista, ou seja, o entregador seria considerado um empregado

da plataforma e atuaria dentro do regime CLT. Todavia, outros grupos de entregadores desejam manter o *status* de autônomo. Essa preferência suscita amplo debate dentro dos grupos dos entregadores e principalmente no meio acadêmico, que parece ter dificuldades para compreender tal posicionamento.

[...] a gente quer sim a CLT, né, a gente quer sim o... todos os direitos pra gente. Não é assim ‘nossa a gente quer uma CLT’, a gente quer ter acesso aos direitos que a CLT proporciona, férias remuneradas, décimo terceiro, é... licença maternidade etc., (COMPA NARA).

[...] mas no sentido do Despatronados enquanto cooperativa de trabalho eu acho que a gente não nega, por exemplo, trabalhadores que reivindicam CLT, embora a gente pretenda se organizar de outra maneira, são direitos básicos que a gente percebe que é absurdo a gente reivindicar uma coisa que é... a gente tinha (COMPA RITA).

[...] todo o movimento do breque não apoia sindicato, são contra a CLT no caso, né. Eu penso assim, essa é minha visão, tá? Eu acho que pra ser entregador de aplicativo tem que ser renda extra. O cara tem um emprego de CLT e faz umas entreguinhas por aplicativo pra fazer uma viagem, comprar um presente pra filha, fazer uma festa, qualquer coisa do tipo. Eu acho muito perigoso um ser humano largar o seu emprego de CLT e trabalhar por aplicativo, mesmo que ele pague o MEI [...]. Eu acho que o aplicativo tem que ser diretamente como renda extra, entende? (COMPA RALF).

As narrativas destacam as diferentes visões sobre o tema. As informações analisadas sugerem que ao escolher manter o *status* de autônomo, o que estão dizendo é que não desejam cumprir horários fixos e estarem sujeitos ao controle físico e direto de um patrão. Ora, tal opção não pode ser interpretada como se não desejassem direitos ou fossem “alienados”. Provavelmente, qualquer entregador quer direitos, férias, seguro acidente, aposentadoria, o que não querem é se submeter a rigidez de horários e salários baixos, que são características do nosso mercado de trabalho. Há um temor entre a base dos entregadores, que é alimentado pelas empresas de *delivery* e pelo próprio Estado, de que assinar a carteira alteraria a flexibilidade de horários e diminuiria os ganhos.

Mesmo que seja uma autonomia controlada e não se concretize na prática, os entregadores possuem algum nível de autonomia em relação aos seus horários de trabalho. E por mais que tenham ciência do controle algorítmico e da falsa autonomia, ainda assim, aparentam se sentir mais livres do que no mercado de trabalho formal. O pesquisador Cant (2021, p. 79), que trabalhou como entregador na Deliveroo, teve a mesma percepção, “era ótimo não ter um superior imediato [...]. Na Deliveroo, eu me sentia livre de tudo isso”. A fala abaixo do Compa Milton destaca esse sentimento de liberdade.

Eu acho que eu não conseguiria voltar para uma CLT que tivesse horário de trabalho estabelecido, não consigo mais [...]. Essa liberdade de decisão no seu próprio dia a dia foi muito perdida, né, com esse regime de trabalho assalariado (COMPA MILTON).

Então o fato de desejarem manter o *status* de autônomo não pode ser interpretado simplesmente como uma questão de “falta de consciência de classe”. É necessário compreender as características das próprias relações de trabalho formais no Brasil, em que “predominam formas predatórias e autoritárias de gestão do trabalho” (COSTA, 2005, p. 115). Com essa afirmação não tenho a intenção de renegar a CLT e os direitos trabalhistas, que são fundamentais para os trabalhadores e trabalhadoras, e muito menos fazer um juízo de valor sobre se é melhor ser formal ou informal. Objetivo apenas analisar com maior profundidade o que está por trás das reivindicações dos entregadores e ampliar o olhar para as vivências dos atores pesquisados. Reconhecer o vínculo empregatício não encerra a discussão, não seria a solução para todos os problemas desse modo de organização do trabalho, mas poderia ser considerado como um ponto de partida para a construção de políticas públicas mais amplas.

Sobre os avanços obtidos e o atendimento das demandas, todos os entrevistados foram enfáticos em dizer que em relação as condições materiais quase nada mudou e que as mudanças que tiveram foram insatisfatórias. Cabe destacar as respostas dadas pelas empresas de *delivery*, especialmente o iFood, após o primeiro breque.

A resposta imediata do iFood foi utilizar a comunicação institucional para construir uma boa imagem para o consumidor, que se afastasse da imagem propagada durante os breques. A empresa veiculou alguns comerciais denominados de “viver é uma entrega”, em horário de grande audiência na TV aberta e no seu canal no Youtube (WEISS; DUARTE, 2020). A preocupação da empresa foi influenciar o comportamento do consumidor ao buscar construir uma imagem de credibilidade e empresa confiável.

[...] o iFood lança uma campanha publicitária chamada #Viveréumaentrega, dividida em comerciais curtos que levam palavras inspiradoras, dignas de cartazes com paisagens, como amor, garra, responsabilidade e doçura. O que chama atenção nos comerciais é a estratégia estética e narrativa nos enredos melodramáticos que ensinam a empatia do espectador (WEISS; DUARTE, 2020, p. 113).

A empresa também divulgou em seu site um tópico denominado de “abrindo a cozinha”, que teve como objetivo mostrar como é a relação entre o iFood e seus “parceiros”. Basicamente, a empresa se defendia das críticas feitas pelos entregadores, além de afirmar que em setembro de 2020, o valor médio por hora trabalhada foi de R\$ 23,47 (IFOOD, 2020b). Essa informação foi desmentida pelos entregadores que afirmaram que esse valor não representa a realidade vivenciada por eles. “A gente não pode acreditar em palavra bonita não, na prática não tão nem aí” (VD-YOU-12, 07/08/2020).

[...] botaram várias mentiras na mídia também, até na Globo em horário nobre ali do comercial do Jornal Nacional. O iFood fez uma... é fez uma matéria lá de dois minutos falando que o entregador ganhava vinte e um reais por hora, tudo *fake*, tudo mentira (COMPA RALF).

Em sua página institucional, a referida empresa afirma que lançou um fundo de R\$ 2 milhões para os entregadores e foi criado um fundo solidário para quem apresenta sintomas ou foi diagnosticado com a Covid-19. E para os entregadores com mais de 65 anos ou que se enquadram no grupo de risco foi lançado um fundo de proteção, ambos os fundos são calculados com base no rendimento do último mês. Além disso, afirmaram ter distribuído kits de proteção contra a Covid-19 (IFOOD, 2020c). Já a Uber Eats (2020) informou que iria reembolsar mensalmente, em até R\$ 40,00, os gastos que os entregadores tiveram com álcool em gel, máscaras e luvas, desde que atendidos alguns critérios, como ter realizado no mínimo 5 viagens nos últimos 15 dias. “As empresas de *delivery* ampliaram suas estratégias de comunicação, *lobby* e relações públicas para produzir uma contranarrativa e relativizar a precarização pela qual são responsáveis” (ABÍLIO; GROHMANN; WEISS, 2021, p. 607).

A principal reivindicação feita se relaciona com o aumento das taxas de entrega, que não foi atendida de forma satisfatória por nenhuma das plataformas, conforme relato dos entregadores. Em setembro de 2021, os entregadores de São José dos Campos estenderam o quarto Breque dos Apps com uma greve histórica de seis dias, melhor detalhada na subseção práticas de resistência. A fim de interromper a greve, o iFood enviou um representante prometendo ouvir as reivindicações. Cant (2021, p. 201) afirma que esse tipo de negociação indireta possui três funções básicas: “deslegitimar a rede de lutas, tornar a tensão mais difusa e dividir a força de trabalho”.

Figura 21 (4) – Aumento de taxa dado pelo iFood



Fonte: Instagram [@tretanotrampo](#) (2021).

Conforme apresentado na Figura 21 (4), a resposta da empresa foi insatisfatória, intensificando a revolta por parte dos entregadores. Podemos perceber que o sentimento dos entregadores é de estarem sendo enganados pela empresa, a frase “tá de tiração” indica que o iFood não está levando os entregadores a sério e por isso eles vão continuar a luta por um real aumento nas taxas. Apesar de R\$ 0,40 não representar um aumento real na taxa, levando em consideração a inflação e o preço da gasolina, foi a primeira vez que a empresa enviou um representante para tentar negociar as pautas, o que representa de certa forma algum avanço, mesmo que tímido.

Em dezembro de 2021, o iFood realizou o Fórum Nacional com Entregadores, foram escolhidos pela empresa 23 entregadores de 14 cidades do Brasil (IFOOD, 2021a). Durante o Fórum foi realizada uma reunião à portas fechadas com a empresa para tratar sobre as demandas dos entregadores. Ninguém sabe ao certo quais os critérios que a empresa utilizou para a escolha dos entregadores, sendo que alguns dos escolhidos são entregadores-*influencers*. Os entregadores que não participaram do Fórum se mantiveram céticos e acreditam que pode ser uma tentativa de desarticular os entregadores e criar conflitos entre eles (MONCAU, 2021).

Durante o Fórum, o iFood prometeu o fim dos bloqueios sem defesa, ou seja, se o entregador for bloqueado terá o direito de contra-argumentar com a empresa, explicando a situação que ocasionou o bloqueio. Também foi prometida maior transparência sobre os motivos de desativação da conta e bloqueios, além de ter sido destacada a possibilidade de aumento da tarifa mínima e automatização da taxa de espera no restaurante (IFOOD, 2021a). Até o momento, essas afirmações permanecem no plano das promessas e ainda não se sabe os efeitos concretos do Fórum. No primeiro dia do Fórum, os entregadores de Barueri brecharam os pedidos em alguns *shoppings* e franquias do Mc'Donalds, reivindicando o aumento das taxas.

Em março de 2022, o iFood anunciou um reajuste na taxa mínima que passou de R\$ 5,30 para R\$ 6,00 e aumento de R\$ 1,00 para R\$ 1,50 no valor mínimo por km rodado (IFOOD, 2022b). Segundo a diretora logística da empresa, Claudia Storch, em matéria publicada no portal UOL por Lucas Carvalho (2022b), “o reajuste ‘não tem exatamente a ver’ com o aumento no preço médio dos combustíveis no Brasil, mas sim com um longo processo de discussão com representantes de classe, que há tempos pediam uma melhor remuneração”. Todavia, os entregadores consideraram o aumento irrisório e realizaram um novo breque junto com os motoristas de aplicativo no dia 01 de abril de 2022 (SANTIAGO, 2022).

Pelas narrativas das entrevistas, a única demanda que os entregadores consideraram ter sido de fato atendida foram os códigos de entrega, que servem para gerar uma maior segurança

para o entregador. Muitos clientes reportam falsamente para as empresas que não receberam o pedido, podendo ocasionar o bloqueio do entregador. Colocar um código de entrega significa que o cliente só recebe o pedido ao informar o código no ato da entrega, que funciona como uma confirmação de pedido recebido. “Os códigos de segurança que hoje em dia já tão muito mais implementados no iFood assim, praticamente 90% das corridas que eu faço aqui no iFood eu recebo o código, né, e isso me dá uma tranquilidade de saber que tá mais garantido alguma coisa assim, né” (COMPA LUIZ).

É preciso situar também qual tem sido a atuação estatal em relação ao atendimento das reivindicações. Em nível distrital foi aprovada a PL 937/2020, que prevê a criação de pontos de apoio para motoristas e entregadores de aplicativo no Distrito Federal, o texto da lei foi redigido com o apoio de alguns entregadores (COMPA JOÃO). Segundo a supracitada PL, os pontos de apoio deveriam ser criados pelas empresas, que em caso de descumprimento estariam sujeitas a penalizações, como multa. Mais de um ano após a aprovação, os pontos de apoio não foram instalados e a fiscalização por parte do poder público não tem sido realizada. Diversos projetos de lei estão em andamento, mas a percepção dos entregadores é que o Estado tem atuado na contramão de protegê-los ou de conseguir qualquer melhoria que eles considerem relevante, conforme relatado nas narrativas a seguir.

O Governo não pensa nos entregadores, ele pensa somente em tirar a parte dele, a fatia do bolo, a parte que ele pode arrecadar de grana. Porque na hora de chamar a gente de... tem certas horas que falam que a gente é só um intermediador entre plataforma e os clientes, mas quando é pra cobrar imposto ele trata a gente como trabalhador. E fora isso ninguém faz nada ali em prol dos entregadores, entendeu? (COMPA RALF).

Mas o engraçado que o nosso Governo Federal é... a primeira resposta prática da Presidência da República, que é o Executivo Federal, sobre a questão dos entregadores, foi fazer uma reunião com os representantes das plataformas sem a representação dos entregadores, para poder formular uma forma de cobrança de imposto [...]. A proposta vinda do Executivo Federal não foi taxar a empresa, foi taxar o funcionário. E aí no lugar de ficar entre o debate da CLT ou do Microempreendedor Individual, a proposta foi uma terceira via, que na verdade é uma consequência da via do micro empreendedorismo individual, que é o microempreendedor digital e para nós é muito absurda essa relação (COMPA MILTON).

[...] o aplicativo faz uma força de poder aquisitivo em conjunto com o Estado muito grande, por que ele faz o *lobby* com o Estado. Muitos dos parlamentares que deveriam tá atuando em favor da população, atuam a favor da empresa, por que recebe em troca de fazer isso. Eles vêm de contra os trabalhadores. Então eles impregnam nesse trabalhador que ele é um microempreendedor individual, ele é dono do próprio negócio, que dali ele vai ficar milionário, sendo que isso não existe (COMPA JOÃO).

Pelas narrativas apresentadas nessa subseção percebemos avanços pontuais implementados pelas empresas, mas que não alteram as condições de trabalho. Além dos

aspectos objetivos citados, a revolta coletiva também está ligada aos aspectos subjetivos de como os entregadores se sentem no seu cotidiano e como eles têm sido tratados tanto pelas empresas, consumidores e pelo Estado. As narrativas a seguir demonstram um sentimento de descartabilidade, desvalorização e negação de direitos.

[...] muitas pessoas veem o entregador como mero entregador, né, que ele é **um cara pobre, tá ali para servir** e da forma que eles querem. Mas não é essa a realidade. Eu sou administrador e eu tenho cinco especializações na área e hoje eu sou entregador por falta de trabalho. Por que quando eu vou para uma empresa eles querem me pagar um salário abaixo de R\$ 1.500,00 para que eu dedique de segunda a sexta, de oito horas por dia e no final do mês eu não pago as minhas contas. Então eu tive que recorrer a isso (COMPA JOÃO, grifo da autora).

Isso demonstra que entregador não é uma vida pra aplicativo, ele é um **número**, até porque quando morre eles botam outro no lugar (COMPA RALF, grifo da autora).

[...] para esses aplicativos nós somos **descartáveis** [...], se a gente vive ou morre [...] eles não ligam (VD-YOU-02, 23/07/2020, grifo da autora).

[...] a gente tá cansado de descaso, estamos cansados do descaso do Governo que também está demorando pra enxergar a nossa causa, estamos cansados dessas empresas que nos tratam como **números** [...]. Sofremos **preconceitos** aí por parte de alguns restaurantes, por parte de alguns seguranças de shoppings [...], não temos um banheiro pra poder usar, né. É várias das vezes [...] os seguranças impedem a gente de usar o banheiro, né (VD-YOU-06, 20/07/2020, grifo da autora).

Então é muito grave você falar para essas pessoas que elas são empreendedoras. A gente entende que a gente é classe trabalhadora. Que o Estado tem atuado também na autoestima da população nesse sentido, colocando uma **hierarquia entre quem é trabalhador e quem é empreendedor**, é mais bonito você ser empreendedor (COMPA RITA, grifo da autora).

Essas situações relatadas acima ilustram a não existência tratada por Santos (2002). São situações em que esses sujeitos são produzidos como descartáveis, são desqualificados pelo trabalho que desenvolvem, são ausências ativamente produzidas (SANTOS, 2019). Ao tratar os entregadores e entregadoras como “números”, suas histórias e singularidades são invisibilizadas, tornadas sem importância. A não existência se materializa de variadas formas, para as empresas de *delivery* esses trabalhadores são apenas números, pontos no GPS. Para alguns consumidores, a única preocupação é que sua comida seja entregue rapidamente. Para o Estado, estes trabalhadores não existem para receber as políticas públicas e protetivas.

Todavia, as narrativas apontaram para um aspecto subjetivo que representa um avanço relevante e que provavelmente influencia a continuidade do organizar, refere-se ao sentimento compartilhado pelos entregadores e entregadoras de que agora são vistos. “Com a resistência e a luta, surgem novas avaliações de condições e experiências concretas que ressignificam

subjetividades individuais e coletivas (SANTOS, 2019). As narrativas abaixo destacam esse movimento da invisibilidade para visibilidade:

O que eu percebo que teve uma diferença muito grande é com a maneira como a sociedade vê o trabalhador entregador, eu percebo que teve... não vou nem chamar necessariamente de valorização, mas um certo reconhecimento de que ali tem um ser humano. Por que... percebo que embora... o fato de você tá ali com uma *bag*, as pessoas ainda te vejam apenas como um serviço, não como um prestador de serviço, você é o próprio serviço e não é um ser humano. Eu percebi que teve uma ligeira mudança no tratamento dos clientes, dos porteiros, das pessoas na rua comigo enquanto trabalhava. Coisas básicas, tipo dar um bom dia, segurar um portão por que você está entrando com dificuldade, né, isso de fato teve uma mudança. Eu percebo que... se eu não era ninguém antes dali das manifestações, agora pelo menos eu sou um alguém. Não que eu tenha grande importância na sociedade, mas pelo menos tem uma visibilidade que ali tem um ser humano (COMPA RITA).

[...] por que a gente era invisibilizado, hoje pelo menos a gente é visto. Pessoas agora nos contratam diretamente fora dos aplicativos, então nesse aspecto houve avanços, mas quanto ao reconhecimento das empresas não houve (COMPA JORGE).

Tem prédio desenhado, tem gente que pintou o entregador do tamanho dum prédio em São Paulo, nós não existia, agora nós existe, agora nós existe, mano. Então acho que a conquista é essa, nós existe (VD-YOU-17, 03/10/2021).

As afirmações acima não se resumem apenas aos aspectos simbólicos, elas tem efeitos concretos no organizar. Ao se reconhecerem enquanto sujeitos detentores de direitos, desnatura-se a precarização e a subalternidade. “Ser visto”, “ser reconhecido”, pode alterar a forma como esses trabalhadores se enxergam e promover o fortalecimento dos laços entre si.

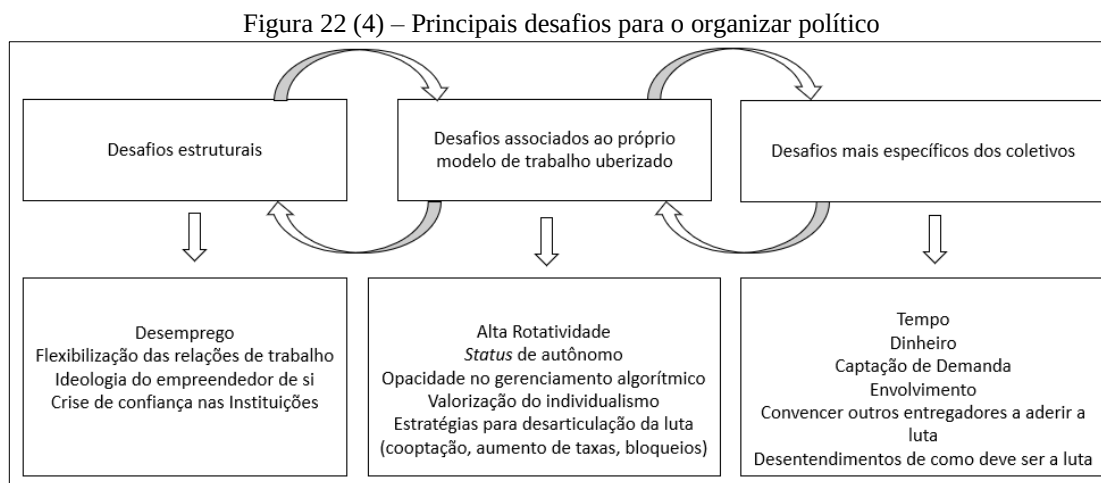
A passagem da ausência para a presença e a busca por alternativas não se dá de forma linear e sem intercorrências. Existem alguns fatores que afetam e dificultam o organizar político. As ações dos entregadores geraram reações por parte das plataformas de entrega, que tentam desarticular de variadas formas as lutas. A seguir, abordo os desafios e os conflitos enfrentados pelos entregadores e entregadoras nos coletivos pesquisados.

4.4 “NESSA GUERRA SOMOS UMA FORMIGUINHA TENTANDO REMAR CONTRA A MARÉ” - DESAFIOS DO ORGANIZAR

[...] a gente tá vivendo uma época de superexploração, de retirada de direitos, a gente tá numa... pelo menos pra mim [...] no lugar que eu tô assim, né, eu me sinto parte de uma escravidão assim moderna, sabe? E é muito difícil lutar contra isso. Então eu acho que... por que as armas não são justas, né, que são colocadas. A gente tem que lutar contra monstros muito grandes (COMPA NARA).

Os trabalhadores que atuam subordinados às plataformas digitais possuem uma série de desafios que dificultam suas ações coletivas e práticas de resistência. As dificuldades se iniciam

a partir das próprias características desse modelo de trabalho baseado no individualismo, no *status* de autônomo, alta rotatividade, bloqueios que ocorrem sem que os critérios sejam explicitados e opacidade do gerenciamento algorítmico (JOHNSTON; LAND-KAZLAUSKAS, 2019; OTTAVIANO; O'FARRELL; MAITO, 2019).



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

A Figura 22 (4) apresenta os inúmeros desafios que os entregadores enfrentam ao empreenderem ações coletivas e mobilizações políticas. Os desafios mais específicos dos coletivos e do próprio organizar se relacionam principalmente com a falta de tempo e dinheiro. A estruturação de uma cooperativa, associação ou um coletivo de luta exige um mínimo de tempo para o planejamento das atividades. A realização de reuniões, organização política, conseguir parcerias, dialogar com outros entregadores, estudar estratégias viáveis, tudo isso demanda tempo, que os entregadores e entregadoras entrevistados não possuem disponível. Como todos os coletivos e associações tratados são emergentes, eles ainda não possuem recursos financeiros e demanda suficiente para se manterem. Mesmo quando continuam trabalhando para as plataformas de entrega, como os entregadores ligados ao C.I.T.A, a AMAPPE e a OAPP, é necessário tempo para se dedicar as atividades do coletivo.

Acho que o maior desafio para todo mundo do coletivo até agora foi tempo e dinheiro, por que tá entrelaçado, ou você consegue se dedicar por maior tempo para a cooperativa, para enfim, comunicação, articulação etc., ou você tem que tá na rua fazendo entrega, né, a gente fica nesse conflito e aparece urgência e o aluguel chega. [...]. Então acho que a questão de falta de tempo é o que mais atrapalha a nossa articulação. É conflito de agenda, é dificuldade de tocar uma tarefa pela qual você se responsabilizou e não por que você ficou jogando *ping pong*, por que você tem que trabalhar igual a um desgraçado, né, então, acho que o tempo é o principal. Por que se a gente tivesse mais tempo a gente conseguiria fazer maiores articulações (COMPARTITA).

Mas o problema principal da cooperativa é dinheiro [...], clientes e manter um fluxo grande [...]. Pela ausência de clientes teve uma evasão de entregadores (COMPA MILTON).

Enfim, todo mundo tem seus horários muito loucos de trabalho e suas demandas de vida pessoal e isso acaba as vezes afetando bastante assim, que a gente consiga ter acúmulos, que a gente consiga fazer certos avanços assim (COMPA LUIZ).

[...] a gente não tem mais tempo de ficar fazendo grupo de estudo, a gente já não tem mais esse tempo [...]. No começo a gente até fazia, mas agora não dá mais, a gente tá muito fudido de grana assim, não dá, real [...]. Todo tempo que a gente usa é para trabalhar, né (COMPA NARA).

As narrativas acima evidenciam que a necessidade mais imediata de dinheiro para sobreviver acaba tomando boa parte do tempo que teriam para o desenvolvimento de articulações, estratégias de luta e para a manutenção do próprio coletivo. Durante as observações, pude perceber que era comum postagens questionando os motivos pelos quais os entregadores não constroem o próprio aplicativo e/ou a própria plataforma. Os relatos indicaram a ausência de recursos financeiros e conhecimento técnico para colocar a ideia em prática, nesse sentido, acabam tendo que “optar” por outros caminhos. O fator tempo e dinheiro são desafios que podem afetar a própria sobrevivência dos coletivos. O desafio associado ao dinheiro passa por todos os coletivos estudados.

Nos breques para avançarem para mais de um dia de paralisação é necessário recursos financeiros, afinal realizam um trabalho sob demanda. No caso dos coletivos, Magricela Entregas, Entregadores Antifascistas e Despatronados, outro fator relevante é a captação de demanda, ou seja, precisam formar parcerias para terem trabalho e conseguirem sair do modelo de trabalho uberizado. Para ampliar a entrada de mais entregadores é necessário conseguir novas parcerias, o que exige tempo, divulgação e articulações.

Um dos desafios do organizar é conseguir uma maior adesão de outros trabalhadores entregadores, seja nos coletivos ou nas próprias paralisações. O termo que o Compa Milton utilizou foi tentar “cativar” para que as pessoas gostem de ficar ali. Ao perguntar para o Compa João quais eram os maiores desafios enfrentados, ele afirmou que “era o próprio trabalhador”.

Os desafios expostos não podem ser entendidos de forma isolada e devem ser visualizados como uma cadeia de eventos em que diversos fatores estão inter-relacionados entre si (CZARNIASWKA, 2004). Ao tratar, por exemplo, do desafio de tentar conseguir uma maior adesão dos entregadores, é preciso olhar tanto para o contexto de trabalho imediato quanto para aspectos mais amplos, então se faz necessário perguntar como esses eventos se inter-relacionam. Por que é difícil convencer outros entregadores a participarem da luta? Possivelmente, envolve as próprias características do trabalho uberizado, que favorece o

individualismo e o *status* de autônomo. Mas também são fatores que se ligam aos aspectos mais amplos, como a própria ideologia empreendedora. Ao se ver como empreendedor cria-se uma barreira para o desenvolvimento de uma identidade compartilhada, nesse contexto, os entregadores são vistos como concorrentes entre si. Para Han (2018, p. 13-14), “o capital se multiplica enquanto competimos livremente uns com os outros [...], no neoliberalismo o trabalhador é transformado em empreendedor”. Associado ao mito do empreendedor de si, que é fundamental para o avanço do capitalismo em sua atual fase, cria-se a ideia de que por meio do trabalho árduo conseguirão uma remuneração mais alta e quiçá melhorar de vida.

Nesse sentido, movimentos grevistas são vistos com desdém, como se os envolvidos não quisessem trabalhar, além de “atrapalhar” quem quer. É como se os trabalhadores tivessem que aceitar sem questionamentos as condições impostas pelas plataformas, como se a sua condição de desemprego, autonomia e informalidade os desabilitasse de reivindicar pelos seus direitos (OTTAVIANO; O’FARRELL; MAITO, 2019). Conforme relato de uma entregadora, “tem bastante entregador contrário a greve sim, fala ‘se não tá satisfeito, desliga o aplicativo’. Existe realmente muita gente que tá numa situação de trabalho tão precária que não percebe que tá sendo explorado a partir dali” (VD-YOU-05, 25/07/2020). Na visão de muitos entregadores, o fato de serem autônomos seria algo conflitante com a luta por direitos.

Outros aspectos inter-relacionados que dificultam a adesão a luta é o aumento das tarifas em dias de paralisação e o próprio contexto de desemprego que tornam mais efetivas as estratégias empregadas pelas empresas de *delivery* para a desarticulação da luta. Nos dias de paralisação e, até alguns dias após, as empresas aumentam as tarifas pagas ao entregador e lançam várias promoções para incentivá-los a não aderir às mobilizações. Também ocorre a liberação de cadastro para que novos entregadores recebam pedidos. “Você para de trabalhar, cinco mil motoboy para de trabalhar, outros cinco mil motoboy vai pra rua trabalhar, entendeu? Porque o aplicativo manda promoção” (VD-YOU-14, 18/07/2021). As narrativas abaixo evidenciam o aumento da tarifa nos dias de greve.

Então assim, cê tá no meio do movimento, os caras soltam uma tremenda de uma promoção que a cada três ou quatro entrega feita você leva R\$ 100,00 a mais. Então assim, o cara ele tá ali, tá protestando, entendeu? Ele não tá pensando no futuro, ele tá pensando no momento, então ele tá com a conta de luz, um gás pra comprar, uma prestação da moto, ou seja, lá qualquer outra coisa que ele tem, ele vai desistir, ele vai acabar fazendo as entrega (VD-YOU-16, 16/08/2021).

[...] uma semana antes da greve de agora, um resumo, né, uma semana antes da greve, todos os dias teve taxa, até em dia ruim teve taxa, tinha taxa num horário ruim, taxa extra além do valor normal que eles pagam, é por que eles queriam desmobilizar a greve, né, essa taxa acabou agora assim. Durou um dia só depois da greve, mas eu acabei de ver aqui no valor que a iFood me pagou, me pagou mais que a cliente pagou ela (COMPA MILTON).

Os relatos acima demonstram a estratégia de aumento das taxas utilizada pelas empresas. Conforme aponta Santos (2019), os grupos que lutam contra a opressão e dominação precisam lidar com três tipos de conhecimentos: os conhecimentos do próprio coletivo que sustentam a luta, os conhecimentos de outros movimentos e grupos, os quais são possíveis articulações, e os conhecimentos gerados pelos grupos dominantes, a fim de assegurarem a manutenção e reprodução do seu poder. Neste último, se enquadra as empresas de *delivery* ao mobilizarem seus conhecimentos com o objetivo de enfraquecerem os movimentos dos entregadores.

Os métodos de gerenciamento algorítmico utilizados pelas plataformas de entrega são caracterizados por serem opacos, o fato dos entregadores não conhecerem claramente os critérios pelos quais são avaliados, pagos e desconectados das plataformas, dá grande poder a estas, que podem simplesmente desconectar ou excluir os entregadores “problemáticos”, substituindo-os facilmente (VANDAELE, 2018).

[...] nós fizemos uma paralisação, uma reivindicação pedindo melhorias, né. Alguns pontos que poderiam ser melhorados. O que a plataforma fez? Bloqueou mais de quarenta entregadores pra servir de como represália, né. Servir de exemplo pros outros não fazerem protesto (VD-YOU-06, 20/07/2020).

Conforme a narrativa acima mostra, os bloqueios são frequentemente utilizados, apesar de não admitido pelas empresas, como forma de punição e controle do comportamento. O bloqueio de entregadores que participam de manifestações ou possuem um posicionamento mais combativo funciona como forma de inibir a ação coletiva. Muitos entregadores não aderem as paralisações e movimentos de luta não por acreditarem serem empreendedores, mas pela dependência financeira e medo de represálias, seja por parte da empresa de *delivery* com os bloqueios ou por parte do operador logístico (OL) que ameaçam os entregadores que participam das paralisações (SAKAMOTO, 2020). O nível de dependência da plataforma se constitui em um desafio para o organizar político (TASSINARI; MACCARRONE, 2020). Quem depende integralmente das plataformas para obter a sua renda terá uma relação e interesses diferentes do que quem as utiliza apenas como renda extra, isso acaba gerando divisões entre os entregadores.

Outro ponto a ser destacado é a elevada rotatividade no trabalho, tendo em vista que afeta diretamente os próprios coletivos e movimentos de luta.

[...] a gente tem uma rotatividade bem grande de pessoas que entram, que saem. Por que a gente sabe que principalmente dos entregadores, a gente teve uma influência muito grande do pessoal de bicicleta e a galera da *bike* ou migra para a moto ou saí. Acaba não durando muito tempo, não aguentando muito tempo, acho que eu sou um dos mais resistentes de tá quase fechando dois anos e continuo fazendo entrega de *bike*, né (COMPA LUIZ).

A maioria das pessoas não tá nesse emprego por que gosta, né, tá por que precisa. Então a maioria das pessoas quando tem uma outra oportunidade vai querer sair, vai querer fazer outro trabalho, vai querer ganhar melhor, sabe. A gente não quer ser entregador pra sempre, né (COMPA NARA).

Os trechos acima nos mostram que a entrada e saída constante de entregadores é uma característica desse modelo de trabalho. Ao deixar o trabalho de entregas, o trabalhador acaba se desvinculando dos coletivos e mobilizações políticas relacionadas que estava inserido. A alta rotatividade afeta a capacidade para o estabelecimento de ações coletivas e para a criação de uma identidade coletiva (JOHNSTON; LAND-KAZLAUSKAS, 2019).

Outra prática identificada que visa enfraquecer o organizar político dos entregadores é a cooptação por parte das empresas. A cooptação tem sido uma estratégia conhecidamente utilizada pelo Estado, a fim de controlar o movimento sindical e desmobilizar ações mais combativas e autônomas. Nesse contexto, a cooptação tende a envolver governo-empresa-sindicato (ADAMS; DEAKIN, 2014). No âmbito das plataformas de entrega, a cooptação parece se desenvolver entre empresa-entregadores. “Já recebi várias propostas tanto do iFood, entendeu? Para ser chefe de OL, pra tomar conta de praça, pra ganhar num sei o que, num sei o que, já recebi muitas propostas” (COMPA PEDRO). O “OL é uma empresa que atua no segmento de entregas, com quem o iFood possui um contrato” (IFOOD, 2020d, [s.p]). E a praça é o local destinado a atuação dos entregadores de determinada OL. As tentativas de cooptação também são destacadas pelo Compa João, “por que o que é feito pelos aplicativos são procurar essas lideranças pra tentar calar essas lideranças e não dar nada em troca para o entregador, essa que é a realidade”. O objetivo da cooptação seria inibir reivindicações e tornar as vozes que são mais influentes no meio dos entregadores mais “dóceis” e propensas a acordos.

Segundo relato do Compa Ralf, “o iFood priorizava a subpraça, que é a OL dele, e quase não mandava entrega para os entregadores nuvens”. Nesse sentido, os entregadores vinculados a determinadas “praças” estavam recebendo mais pedidos que os entregadores “nuvem”, situação que gerou atrito entre os entregadores. São estratégias para estimular a concorrência e utilizadas pelas empresas de *delivery* como objetivo de individualizar a luta, “transformar as contradições coletivas em contradições individuais, vividas isoladamente pelo indivíduo” (PAGÈS *et al.*, 2006, p. 15). Ao individualizar uma situação que é coletiva tem-se o objetivo de desarticular e deslegitimar a resistência coletiva e as reivindicações feitas. A luta de classes é transformada em uma luta consigo mesmo (HAN, 2018).

Tendo em vista que os entregadores e entregadoras se constituem em um grupo amplo, disperso geograficamente e heterogêneo, é natural que surjam alguns conflitos e discordâncias

tanto dentro quanto entre os coletivos. Pelas análises feitas percebi que os entregadores veem os políticos institucionais como oportunistas. Conforme relatado por um entregador, movimentos da esquerda institucional tem procurado os coletivos de entregadores para dar uma espécie de “consultoria”, iniciam contato “ensinando” o que se deve fazer e entregam projetos prontos sem ao menos ter ouvido os entregadores (VD-YOU-05, 25/07/2020). Tais ações reforçam o sentimento “apolítico” na base dos entregadores, mesmo que o que estejam fazendo durante uma paralisação e manifestação seja política, ao que parece se faz uma associação de que política é apenas aquela exercida por meio do voto.

Portanto, coletivos de entregadores que tenham um posicionamento político e ideológico declarado, como os Entregadores Antifascistas, não tem sido bem-visto por alguns entregadores, o que pode ser evidenciado na narrativa abaixo:

[...] motoboy antifascista dentro do movimento dos motoboys, cê tá dividindo o pessoal, que nem todo mundo é de esquerda, nem todo mundo é de direita. Você já está dividindo uma coisa que está difícil de juntar, entendeu? Tipo vai ter um cara ali que é Bolsonaro e vai ter um cara que não é Bolsonaro. Entendeu? E se já está dividindo a turma antes de juntar a galera (VD-YOU-15, 14/03/2021).

As dificuldades de diálogo que surgem se baseiam principalmente pelo fato de terem posicionamentos políticos e ideológicos diferentes e discordâncias quanto a algumas reivindicações, como o vínculo empregatício. Mas no dia dos breques, principalmente o primeiro, muitas dessas diferenças parecem ter sido deixadas de lado em prol da mobilização política, apesar de ter ocorrido alguns desentendimentos.

No Brasil, durante a mobilização para as paralisações nacionais dos entregadores dos dias 1º e 25 de julho de 2020 – o Breque dos Apps –, a classe pôde se constituir porque deixou de lado as preferências partidárias e eleitorais individuais. A comunidade emergia da experiência em comum do trabalho e sabiamente não se falava de política nos grupos de WhatsApp de organização e divulgação do Breque (VINÍCIUS, 2021, p. 15).

Certamente, essas dificuldades representam um retrato do momento de polarização política que estamos vivenciando, mas que não pode ser explicada apenas em termos de polarização e divisão. Há uma crise de legitimidade política que vai minando a confiança nas instituições, e não é um fenômeno que engloba apenas os entregadores ou o Brasil. É um aspecto que tem ocorrido mundialmente, em maior ou menor grau, representantes e representados estão cada vez mais distantes (CASTELLS, 2018). Talvez o que alguns grupos de entregadores querem dizer com “somos apolíticos” seja uma rejeição ao partidarismo e ao modo como a política institucional tem sido desenvolvida, o que os leva a crer que os partidos políticos,

governos e sindicatos estão ali apenas para representar os interesses próprios. Ao se dizer apolítico, mesmo sendo um movimento político, provavelmente a mensagem que se quer passar é a intenção de funcionar por fora do sistema institucional, pois acreditam que o sistema atual é corrupto e não lhes oferecerá soluções (CASTELLS, 2012).

A crise de confiança nas instituições acaba sendo refletida nas próprias características do organizar político dos entregadores, que se manifestam através do discurso e das práticas autonomistas, a partir da auto-organização e de uma certa imprevisibilidade, o que pode ser considerado como a força e fraqueza do movimento. “O repúdio à forma instituída da prática política, encarada como manipulação, tem por contrapartida a vontade de serem ‘sujeitos de sua própria história’, tomando nas mãos as decisões que afetam suas condições de existência” (SADER, 1988, p. 311). No entanto, também podem acabar se isolando ao descartarem articulações e diálogos, tanto dentro quanto fora dos espaços institucionais, com atores que podem fortalecer as suas lutas.

Mesmo com visões políticas e ideológicas diferentes e das discordâncias entre lutas mais imediatistas, reformistas e/ou revolucionárias, os entregadores demonstraram desejar um trabalho decente que lhes garantam condições de se manterem para além da sobrevivência. As estratégias para se chegar lá são plurais e, muitas vezes, conflitantes. Por exemplo, o Compa João entende que as reivindicações só podem ser atendidas por meio de intervenção estatal, a partir da pressão política. Já o Compa Luiz entende que devem pressionar diretamente as empresas. Partir de pontos em comum, como as condições de trabalho, talvez possa se configurar uma estratégia para a construção de uma solidariedade ativa (ATZENI, 2010).

A solidariedade pode ser reforçada a partir de conexões com outros coletivos e movimentos de entregadores ou a partir do envolvimento em rede com outros atores e movimentos sociais que podem fortalecer a luta. Essas redes de lutas, que é uma das características do cosmopolitismo subalterno, se mostrou presente no organizar dos entregadores. A seguir, abordo como são desenvolvidas essas articulações.

4.5 REDES DE LUTAS

[...] se a exploração do capital é internacional, que a organização dos trabalhadores também seja (COMPA RITA).

Nessa subseção busco evidenciar as articulações construídas pelos coletivos com diversos atores sociais. Coelho, Jesus e Silva (2021) analisaram três paralisações internacionais de entregadores e identificaram uma tendência a internacionalização da luta dos entregadores

latino-americanos. Para Miguez e Menedez (2021), a pandemia de Covid-19 aprofundou os laços entre os emergentes movimentos políticos construídos pelos entregadores, os autores destacam a emergência de uma rede mais ampla de lutas. Já Vandaele (2022) identificou possibilidades de alianças entre restaurantes, clientes e entregadores que buscam alternativas para além da racionalidade econômica.

Identifiquei diferentes articulações no contexto brasileiro, tanto em nível local, mais comuns, quanto em nível internacional. Um exemplo local trata-se da articulação dos Entregadores Antifascistas com a Ocupação 9 de julho, abaixo narrada:

Um exemplo do trabalho que a gente faz é lá na ocupação 09 de julho, eles servem almoço lá [...]. É... então eles faziam esses almoços e quando teve a pandemia e eles tavam considerando ir para o *delivery*, eles contataram a gente [...], pra realmente fazer uma parceria, né. E a gente que desenvolveu toda a logística lá pra eles de entrega e aí esse trabalho já acontece tem mais de um ano lá, e é todo domingo [...]. Cada marmita que você compra também vai ser revertida uma marmita para uma comunidade [...], cada final de semana é uma favela de São Paulo, né. E lá é bem diferente a relação de trabalho, é... outra... outra pegada. A gente almoça lá, né, a gente tá junto com o pessoal, é um outro tipo de relação, né. E a gente tá junto ali com outros entregadores, tem entregadores que são da ocupação também, sempre trocando ideia assim, é... acho que esse é um exemplo assim (COMPA NARA).

A Ocupação 9 de julho consiste na tomada de um prédio abandonado em São Paulo, pelo movimento dos Sem-teto do Centro (MSTC). O coletivo EAF realiza as entregas das marmitas feitas pelo movimento, além do trabalho ser fonte de renda para o coletivo EAF, representa uma forma de se distanciar da lógica de trabalho empregada pelas plataformas digitais. Em pequena escala, a luta pelo trabalho decente se conecta com a luta por moradia, e nesse contexto, são criadas conexões que visam fortalecer redes locais de cidadãos que são usualmente invisibilizados e excluídos das políticas de proteção social.

Nesse intuito de formar parcerias e construir redes alternativas de produção e consumo, o EAF também se conecta com outros pequenos negócios que se posicionem contra a exploração e precarização do trabalho, conforme evidenciado na Figura 23 (4).

Figura 23 (4) – Redes alternativas de produção e consumo



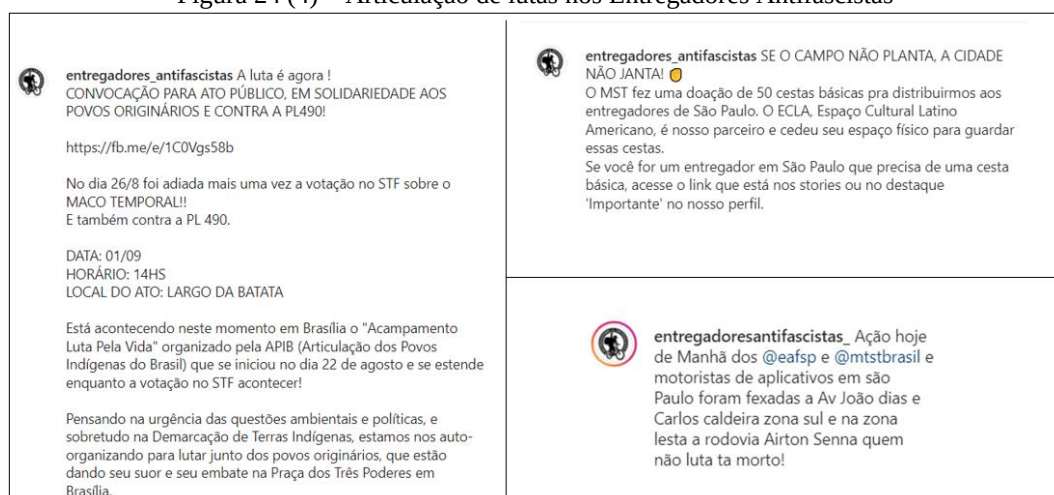
Fonte: Instagram [@entregadores_antifascistas](#) (2021).

A Figura 23 (4) demonstra conexões do EAF com negócios locais, como forma de construírem tanto demanda quanto condições decentes de trabalho. São experimentações que tentam reproduzir no presente aquilo que se espera para o futuro (MORAES; PARRA, 2020; GROHMANN, 2021). Na Despatronados também ocorrem essas experimentações, pelas narrativas dos entrevistados parece haver uma busca dentro do coletivo por um modelo de sociedade mais justo e mais cooperativo, esses valores são refletidos nas ações concretas dos membros da cooperativa. Nesse sentido, buscam conexões com sujeitos que estão inseridos em um contexto de vulnerabilidade e com empreendimentos locais, conforme relato abaixo da Compa Rita.

[...] a gente sempre buscou articulação com pequenos negócios e que tenha um posicionamento político também correspondente ao nosso, né. É... e isso já gera, já movimenta uma economia pra gente que é vulnerável, nesse sentido, para as classes mais vulnerabilizadas que é quem a gente busca se articular (COMPA RITA).

Um aspecto evidenciado mais claramente nos Entregadores Antifascistas são as articulações e contato com outros movimentos sociais, seja de entregadores ou não, mesclando a luta por melhores condições de trabalho para os entregadores com as lutas contra o racismo, desigualdade social, a favor da democracia, causas indígenas e outros. A Figura 24 (4) exemplifica algumas dessas articulações com outros atores, como o Movimento Sem Terra (MST) e o Espaço Cultural Latino-Americano (ECLA).

Figura 24 (4) – Articulação de lutas nos Entregadores Antifascistas



Fonte: Instagram [@entregadores_antifascistas](https://www.instagram.com/entregadores_antifascistas/) (2020, 2021).

Os diálogos e conexões também se desenvolvem com outros atores sociais, como grupos de pesquisa que visam apoiar tais cooperativas e coletivos, por meio da coprodução de conhecimento, compartilhamento de informações e promoção de diálogos com outras cooperativas de entregadores. Esses diálogos foram citados pelo EAF e pelo Despatronados.

[...] existe desde acadêmicos buscando informações fazendo essas articulações para que a gente cresça, né, vá se desenvolvendo teoricamente, ganhando corpo teórico pra gente no futuro também fomentar essas cooperativas e vários movimentos sociais que a gente tem contato ou nos chegam também de alguma forma, a gente vai se conectando (COMPA JORGE).

[...] a gente teve contato com aquele Digi Labour, que também tá fazendo, acompanhando o cooperativismo de plataforma. Foram grandes apoiadores aí também no início dessa articulação pro desenvolvimento de uma plataforma por cooperativismo (COMPA RITA).

Além de grupos de pesquisa, foram observadas outras conexões de lutas com profissionais diversos, como advogados que dão aulas gratuitas de direitos trabalhistas para os Entregadores Antifascistas, ou ainda *designers* que produzem artes para divulgação das paralisações e mobilizações políticas dos entregadores. Geralmente, são realizadas chamadas nas redes sociais dos coletivos à procura de *designers* ativistas. Esse tipo de articulação foi mais claramente evidenciado no EAF e Despatronados e não podem ser generalizadas para todos os coletivos. Na página dos Entregadores Antifascistas identifiquei chamadas para *designers* fortalecerem a luta dos entregadores, conforme exposto na Figura 25 (4). Nesse sentido, são construídas alianças e articulados saberes entre diversos trabalhadores que se solidarizam à causa.

Figura 25 (4) – Convocatória *Design* ativista

Fonte: Instagram [@entregadores_antifascistas](#) (2020).

A Despatronados construiu uma rede ativista temporária, formada por acadêmicos e *designers*, com o apoio de um sindicato autônomo para a produção da cartilha “CLT ou MEI” (Figura 16 (4)). Na ocasião, foram articulados saberes com profissionais e militantes de diversas áreas, a fim de fortalecer a luta contra a opressão e promover a formação política.

A forma da cooperativa [...] Despatronados mobilizar mais pessoas é através de pequenos projetos que a gente assume. Fazer a cartilha, quem fez a cartilha foi mobilizado dentro desse processo que a gente ajudou a articular junto. Então não são entregadores, são ilustradores que tão produzindo ali. O material é até gratuito, mas eles se conheceram, eles debaterem politicamente, eles entraram na metodologia de decisão democrática de base, ali não teve nenhuma liderança [...]. Eu fiz um chamado na página lá e todos atenderam e tal. Então eu acabei me tornando uma referência para eles, né. Então as conversas giravam em torno de me perguntar as coisas, eu tipo ficava em silêncio, na brincadeira, tipo assim, as vezes respondia: ‘pô, não sei’. Não é que não soubesse, eu até poderia ter conduzido dessa forma. Mas o problema era a hierarquia [...]. A partir do momento que eu não participava das reuniões sempre, meio que outras pessoas passavam a ser relevantes, girava uma circularidade maior nas decisões políticas. É um processo muito interessante (COMPA MILTON).

A ação relatada no trecho acima envolveu um processo coletivo de produção de conhecimentos, segundo o Compa Milton havia uma preocupação por parte dele de que não houvesse hierarquias nesse processo de construção da cartilha. O objetivo de tal ação visava a valorização dos diversos conhecimentos e o envolvimento ativo de todos os atores participantes do processo.

Outro aspecto observado é a participação e o envolvimento do EAF, do Despatronados e C.I.T.A em lutas sociais diversas. Inclusive, o Compa Jorge reagendou a entrevista para esta dissertação pois iriam participar de uma manifestação em defesa dos povos indígenas. A análise

indica que em alguns dos coletivos existe uma conexão com outras lutas, a fim de fortalecerem pautas e movimentos sociais diversos que aspiram um novo horizonte de mundo.

[...] com o reconhecimento que a gente ganhou, a gente viu que nós precisamos também ajudar outros movimentos que ajudam pessoas em vulnerabilidade, nesse momento que a gente tá passando. Então isso é um fator que a gente tem com clareza, ajudar várias pessoas em vulnerabilidade independente do movimento que seja, claro que não seja fascista e nem algum tipo de opressor, mas sempre estamos nos conectando, vendo, pesquisando vários projetos, desde pessoas de luta da sociedade, das nossas quebradas aqui quanto até movimentos acadêmicos também (COMPA JORGE).

A narrativa do Compa Jorge trata sobre essa preocupação em se conectar com outros movimentos sociais e grupos diversos. As lutas sociais não se reduzem à luta de classes, há diversos “atores políticos organizados em outras lutas, segundo outros critérios de agregação que não a classe e para objetivos muito diversificados” (SANTOS, 2017, [s.p]).

De uma forma geral, as articulações dos coletivos se materializam através da participação em manifestações, articulação de protestos ou tentativas de formar redes de contato que fortaleçam o movimento, conforme evidenciado nos trechos abaixo.

[...] tem algumas articulações que a gente fez enquanto Entregadores Antifascistas que permanece assim, tem por exemplo com um jornal... tem um jornal que se chama jornal Cavalo Doido, que é de entregadores de caminhão [...], quem desenvolve esse jornal também tem uma ideia política alinhada com a nossa, não vanguardista, né, não vai ser uma pessoa, a pessoa brilhante que vai libertar a população [...], a gente junto consegue movimentar coisas diferentes [...]. A gente chegou a ter contato com uma cooperativa que se chama Mensakas, que é uma cooperativa de Barcelona (COMPA RITA).

A gente articulou um protesto com uma cooperativa de Rio das Ostras chamada Magricelas e dentro dessa articulação tava um movimento... é um grupo que se organiza para distribuir quentinha para pessoas em situação de rua lá em Rio das Ostras. E eles colaram junto no nosso protesto e eles fizeram a distribuição deles no meio do nosso protesto, então ficou uma coisa casada assim, sabe [...]. A gente tá trocando com quem troca dentro da nossa perspectiva também (COMPA MILTON).

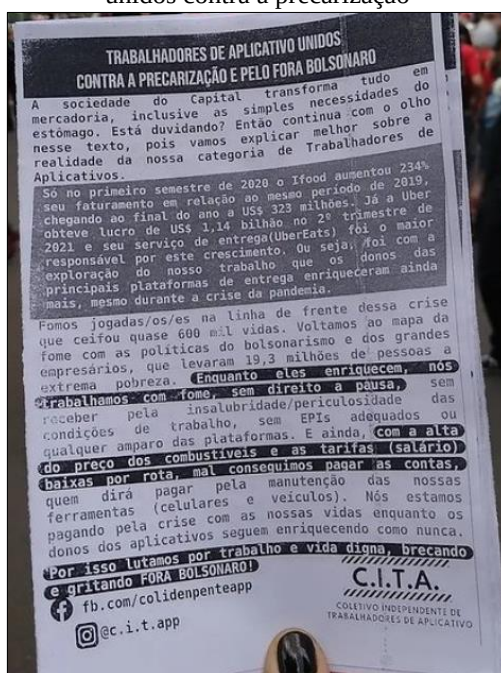
No C.I.T.A foi realizada uma articulação pontual junto a um movimento social para realizarem entregas solidárias. Apesar de não terem conseguido avançar em outras articulações, o Compa Luiz destaca em sua narrativa a importância da solidariedade e luta não se limitar a uma categoria específica.

A gente junto com movimento social assim, né, a gente conseguiu uma série de cestas básicas e levamos para uma comunidade de ocupação aqui da cidade, né. E aí fizemos a entrega, fizemos a conversa e tal e que foi um momento da gente poder fazer uma crítica às próprias empresas de aplicativo, né. Enquanto a gente tá carregando comida para galera que tem grana pra tá comendo, né, os aplicativos não financiaram nenhum projeto, não financiaram nada aí, um retorno social dos bilhões que eles acabaram lucrando durante todo esse tempo da pandemia [...]. Mas de mostrar assim que pra

gente avançar, né, a nossa luta enquanto entregadores, motoristas, a gente precisa criar esse vínculo com todo mundo. Uma solidariedade muito além da nossa classe e da nossa categoria, mas uma solidariedade entre as pessoas para vislumbrar mesmo um mundo um pouquinho diferente do que a gente tem hoje, né (COMPA LUIZ).

O C.I.T.A também participou de outros atos políticos que mesclam lutas pela democracia com a luta por um trabalho decente. Como prática política, os membros do C.I.T.A produziram e distribuíram alguns panfletos informativos em um ato contra o atual presidente Jair Bolsonaro e contra a precarização do trabalho, o que pode ser evidenciado na Figura 26 (4).

Figura 26 (4) – Trabalhadores de aplicativos unidos contra a precarização



Fonte: Instagram [@c.i.t.app](https://www.instagram.com/c.i.t.app) (2021).

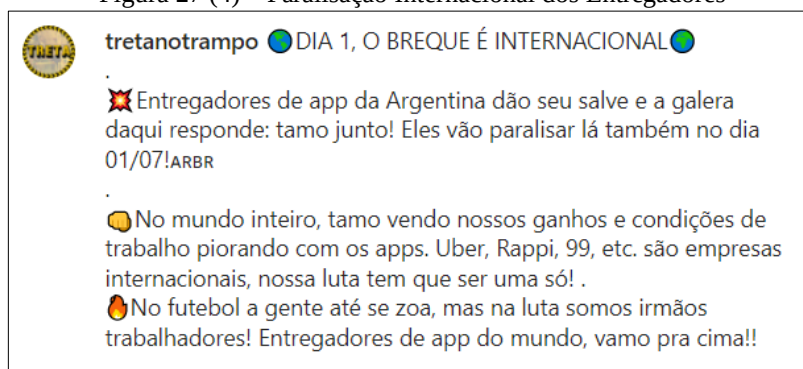
Ao se posicionarem contra o corte de gastos, o aumento da pobreza e desigualdade não estão tratando de assuntos externos ao mundo trabalho, são situações que afetam diretamente os trabalhadores. Para o avanço das lutas é fundamental colocar-se ao lado das lutas mais amplas realizadas pela sociedade civil (SILVA, 2005).

Diferente dos coletivos acima descritos, a OAPP possui um foco mais específico nas causas dos trabalhadores de plataformas digitais, em especial, os entregadores. Segundo o Compa João, a associação tenta fazer conexão com alguns sindicatos, mas nem sempre conseguem uma abertura. O compa relatou que tem contato frequente com o *Independent Workers Union of Great Britain* (IWGB), trata-se de um sindicato autônomo de Londres, além disso, afirmou ter contato com grupos de entregadores da Argentina, Uruguai, Chile, Califórnia e Guatemala. Não são necessariamente articulações visando uma mobilização ou paralisação,

são diálogos que visam a troca de experiência, a fim de aprenderem como a luta está sendo realizada em outros lugares do mundo. Essas trocas são fundamentais para o estabelecimento de uma solidariedade entre as organizações dos trabalhadores.

Já na AMAPPE, as redes de lutas se manifestam durante os breques, por meio da articulação com outros grupos de entregadores ao redor do Brasil. No caso dos breques, a própria concretização do movimento já é uma articulação de vários entregadores, sejam eles ligados a algum coletivo ou não, que trabalham localmente, mas somam forças para a organização de um movimento a nível nacional. Durante o primeiro breque ocorreu a formação de uma rede de lutas com outros coletivos de entregadores.

Figura 27 (4) – Paralisação Internacional dos Entregadores



Fonte: Instagram [@tretanotrampo](#) (2020).

A Figura 27 (4) mostra a formação de conexões internacionais durante o primeiro breque (01 de julho de 2020). Nesse dia foi realizada a terceira paralisação internacional dos entregadores. Até o momento, foram realizadas quatro paralisações internacionais (2 de abril de 2020, 29 de maio de 2020, 01 de julho de 2020 e 08 de outubro de 2020). Os entregadores brasileiros participaram mais ativamente da paralisação do dia 01 de julho. Durante as paralisações foi divulgado um documento denominado “Declaración Internacional de Repartidores”, publicado no perfil do Instagram de uma organização de entregadores da Argentina, conforme exposto na Figura 28 (4).

A narrativa da Figura 28 (4) destaca a piora nas condições de trabalho dos entregadores durante a pandemia e a emergência de lutas em diversos países, como Chile, Brasil, Argentina, Equador e México. Na declaração percebemos que a luta não é apenas contra as empresas de *delivery*, mas também contra a ausência de regulamentação por parte dos governos e contra os sindicatos que são aliados desses governos. Para o enfrentamento dessas situações, o documento destaca a necessidade de uma articulação internacional.

Figura 28 (4) – Declaração Internacional dos Entregadores

DECLARACIÓN INTERNACIONAL DE REPARTIDORES

Ante el constante ataque de las plataformas de delivery y los Gobiernos sobre las condiciones de vida de la gran masa de trabajadores de reparto, la respuesta de las y los repartidores comienza a expresarse en todo el mundo.

Estamos ante el intento de imponer un modelo de flexibilidad laboral en línea con las reformas laborales y previsionales, que significa, para la clase trabajadora de todo el mundo, un retroceso en los derechos laborales históricamente adquiridos. Este nuevo modelo laboral es característico por el rol que las patronales le dan a la tecnología con el fin de acrecentar sus propias ganancias, a costa del retroceso de las condiciones de vida de millones de trabajadores. Como también, un accionar generalizado por parte de los estados al permitir y garantizar la precarización laboral en masa que estas nuevas patronales vienen a imponer.

El desembarco del coronavirus vino a profundizar las condiciones de precariedad de los repartidores. Mientras los gobiernos nos declaran esenciales sin exigirle a las empresas los protocolos pertinentes estas se enriquecen a costa de nuestras vidas.

Las luchas que se fueron gestando en los distintos países coinciden en la perspectiva de organizarse y luchar contra la precarización laboral y avanzar sobre la conquista de los derechos que nos corresponden. Las patronales son multinacionales, la explotación es global y por eso la lucha es internacional.

Partiendo del apoyo al paro nacional del 5 de abril en Guatemala, a partir de debates y elaboración política con las organizaciones de base de repartidores, se llevaron adelante 3 paros internacionales, que tuvieron impacto en México, Guatemala, Costa Rica, Perú, Chile, Ecuador, Argentina y Brasil. Además, fueron parte de las huelgas organizadas de España y, en la última huelga del 1 de julio, ha sumado su apoyo el IGWB (Sindicato Independiente de Trabajadores del Reino Unido).

En todos los casos, no sólo enfrentamos a las patronales sino también a los gobiernos y sus sindicatos aliados, de todo tipo y color, que coinciden en hacer pasar una flexibilización que los compañeros pagamos con nuestras vidas.

Los repartidores de todo el mundo nos encontramos ante la necesidad de seguir sumando fuerzas e involucrar a la lucha al conjunto de los repartidores del mundo.

Mediante asambleas y la participación genuina de repartidores, reforcemos organizaciones de base y garanticemos la unidad de clase, para pegar como un solo puño, saldando los debates mediante la acción común.

Viva la lucha internacional de los trabajadores!
Viva la unidad internacional de los repartidores!

Trabajadores de:

Fonte: Instagram [@agrupacionatr](https://www.instagram.com/agrupacionatr/) (2020).

As redes de lutas que são formadas durante o breque focam em pautas específicas para os entregadores e não se mesclam com outras demandas e lutas sociais diversas. Essa postura parece ser uma escolha deliberada por entenderem que a ampliação de pautas e o cruzamento de lutas pode acabar obscurecendo as reivindicações dos entregadores.

As redes de lutas que se formam em conjunto com a sociedade civil, apesar de pontuais, parecem apresentar traços de um cosmopolitismo subalterno ao buscarem combater as diferentes formas de exclusão social a que estão expostos. Essas articulações representam práticas políticas, afinal são experiências que partem de uma insatisfação com o *status quo* e a partir desta coproduzem, ainda que em pequena escala, outros tipos de relacionamentos que se caracterizam pela autogestão, autonomia e, em alguns casos, pela busca de outras racionalidades que não se pautem na mercadorização de tudo.

Mesmo diante da pluralidade dos movimentos estudados, a articulação em rede, ainda que temporária, demonstrou ser um traço marcante do organizar. Nesse contexto, as TICs desempenharam um papel importante na constituição dessas redes de lutas, visto que auxiliaram no processo de comunicação, articulação e divulgação destas. No breque, as redes sociais virtuais e plataformas de vídeo, como o Youtube, foram fundamentais para a divulgação do

movimento. No EAF, as redes, como o Instagram, além de divulgar o coletivo, possibilitaram uma conexão inicial com grupos de pesquisa e negócios locais.

As redes sociais virtuais, plataformas de vídeo e os aplicativos de mensagem instantânea se constituíram em espaços profícuos que possibilitaram uma conexão inicial para a formação das redes de lutas descritas. Os espaços virtuais foram utilizados como espaços profícuos de resistências, como um meio para o desenvolvimento de novas e velhas práticas de resistir, que são a seguir apresentadas juntamente com as ações concretas construídas pelos entregadores e entregadoras.

4.6 RESISTIR PARA EXISTIR

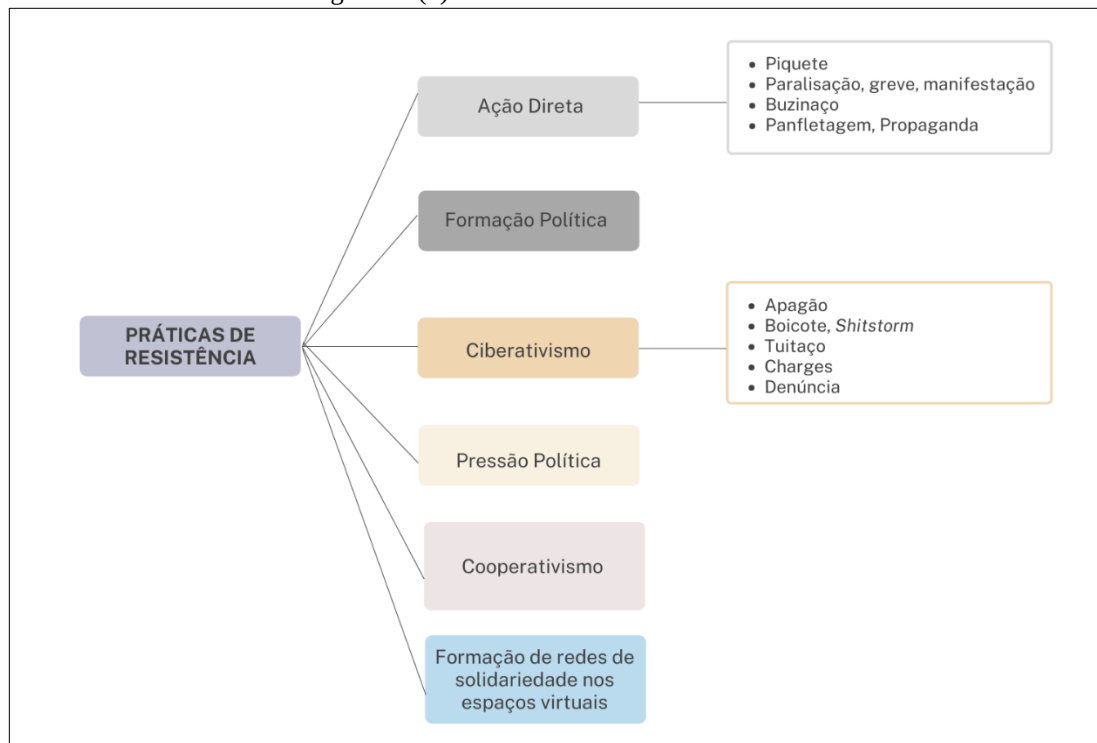
*[...] que me faz continuar ainda acreditando que vale a pena continuar lutando é que toda vez que gente se mobiliza, toda vez que a gente sai na rua, por mais que as vezes haja alguma baixa e tal, **isso vai criando uma certa experiência dentro da categoria, vai criando uma certa história de luta**, que em algum momento isso pode gerar uma experiência suficiente para que a gente tenha no Brasil inteiro, né [...]. Então eu acho que a descrença ela tá cada vez maior na possibilidade de resoluções individuais. Então a gente continua nesse trabalho com o coletivo por que a gente acredita que com essa descrença da resolução individual o que vai surgir é a possibilidade de uma solução coletiva (COMPA LUIZ, grifo da autora).*

A resistência pode assumir diversas formas, significados e perspectivas. As práticas de resistência emergem a partir do inconformismo, da não aceitação ao *status quo*, representam possibilidades plurais que nos mostram outros mundos possíveis, outras formas de organizar, de conhecer, de produzir e de saber. Misoczky, Flores e Böhm (2008) entendem que o ato de resistir vai além da lógica opositiva e representa outras formas de ver o mundo e conhecer. Os coletivos e movimentos pesquisados empregam ações de resistência não apenas como forma de se opor, mas principalmente como forma de afirmação. Resistir assume um sentido de afirmação sobre quem são, o que acreditam, sobre suas histórias, é a afirmação de saberes e conhecimentos que se desenvolvem a partir da realidade empírica das ruas.

O organizar político está diretamente relacionado com as práticas de resistência empregadas. Uma ação de resistência pode conduzir a novas estratégias de luta e de formas de organizar. Uma paralisação ou manifestação, por exemplo, pode ser um impulso para a construção de uma associação, cooperativa ou coletivo de luta, que é o que ocorreu com a AMAPPE, OAPP, Entregadores Antifascistas, Despatronados e C.I.T.A. Ou ainda, uma paralisação de um dia, pode ser uma inspiração para uma paralisação de vários dias, que foi o que ocorreu durante o quarto Breque dos Apps, que motivou uma paralisação de seis dias feita

pelos entregadores de São José dos Campos. A Figura 29 (4) representa as principais práticas de resistência utilizadas pelos entregadores no Brasil.

Figura 29 (4) – Práticas de resistência adotadas



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

As práticas de resistência se mesclam entre ações de resistência tradicionalmente utilizadas pelos trabalhadores, como greves, paralisações e piquetes, com ações que vão ganhando uma nova forma impulsionadas pelas TICs e pelas próprias características do trabalho subordinado às plataformas digitais, como apagão virtual, tuitaço e novas formas de boicote.

• Ação direta

A ação direta foi a prática mais utilizada pelos coletivos pesquisados, por ação direta compreende-se uma ação exercida pelos próprios trabalhadores de forma independente e autônoma, sem que se tenha a presença de intermediadores, como partidos políticos, empresa ou Estado. A opção pela ação direta se baseia na ideia de que apenas por meio da pressão dos trabalhadores e de ações que afetem o lucro da empresa é que as reivindicações serão atendidas. Nesse sentido, há uma descrença de que o Estado ou acordos que envolvam trabalhadores, patrões e governos seja capaz de gerar algum resultado benéfico para os trabalhadores (OLIVEIRA, 2009).

[...] essa perspectiva da ação direta, da auto-organização direta, né, ela aponta muito fortemente também para a autogestão. E aí, não em um nível pequeno do nosso grupo, mas pensar a economia como um todo. Se pensar que a ação direta é retirar o intermediário dessa forma de pensar e agir na realidade. É quando a gente faz um breque que paralisa a cidade, a gente corta os intermediários que decidem as políticas econômicas pra gente (COMPA MILTON).

Os nossos princípios do coletivo é essa possibilidade de ação direta, né. A gente não acredita que vai ser a partir de deputados, vereadores, enfim, que a gente vai acabar construindo de fato uma melhoria. A gente acredita que é a gente pegando, se conscientizando, se organizando e se unindo, né, e cobrando das empresas, principalmente nesse primeiro momento, e claro também do Estado, né. Mas a gente tendo essa... essa potência de tá fazendo e cobrando, né, não delegar para uma outra pessoa ou para outros setores, né, essa responsabilidade (COMPA LUIZ).

De acordo com os relatos, a ação direta é uma prática valorizada pelos entregadores, o que possivelmente tem relação com o próprio caráter autonomista dos movimentos estudados. Um repertório diversificado de atividades se insere como ação direta, sendo as mais comumente utilizadas pelos entregadores os piquetes e as greves. Em algumas convocatórias aparece o nome paralisação ou breque, já em outras aparece o nome greve. Alguns entregadores entendem que o nome greve seja mais apropriado por representar um instrumento histórico de luta da classe trabalhadora, dando a entender que são trabalhadores e não empreendedores.

Segundo Moraes (2018), toda greve é uma paralisação das atividades, mas nem toda a paralisação seria uma greve. Para que seja considerada greve é necessário que haja paralisação das atividades, seja parcial ou total, e sejam feitas reivindicações trabalhistas pelos próprios trabalhadores. Para os fins desse trabalho, mantive os três termos: greve, paralisações e breques. Assim como é utilizado pelos próprios entregadores em suas convocatórias, conforme demonstrado na Figura 30 (4).

Figura 30 (4) – Convocatórias para greves e paralisações



Fonte: Instagram [@entregadores_antifascistas](#) (2020).

Entre maio de 2020 e outubro de 2021 foram identificadas 40 greves, paralisações e protestos realizados pelos próprios entregadores. A maioria dos movimentos estiveram restritos ao âmbito municipal, conforme evidenciado no quadro 7 (4).

Quadro 7 (4) – Movimentos grevistas e manifestações dos entregadores entre maio de 2020 a outubro de 2021

Nº	Data	Tipo de ação direta	Localização	Reivindicações
1	30.05.20	Greve	Jundiaí - SP	Melhores taxas, suporte para emergências, melhores condições de trabalho, fim dos bloqueios.
2	05.06.20	Protesto	São Paulo - SP	Melhores condições de trabalho, fim dos bloqueios e pontuações
3	01.07.20	Breque dos Apps	Brasil	Aumento do valor por quilometro (KM) rodado, aumento do valor mínimo por entrega, fim dos bloqueios e desligamento indevidos, seguro de roubo e acidente, fim do sistema de pontuação da Rappi, auxílio pandemia.
4	25.07.20	Breque dos Apps	Brasil	
5	15.09.20	Breque dos Apps	Brasil	
6	20.01.21	Protesto	São Paulo - SP	Contra os bloqueios indevidos feitos pelo iFood
7	23.02.21	Paralisação	Teresina - PI	Melhores condições de trabalho
8	10.03.21	Paralisação	São Paulo - SP	Melhores condições de trabalho
9	15.03.21	Protesto	Carapicuíba - SP e Osasco - SP	Contra as <i>blitze</i> policiais abusivas
10	19.03.21	Protesto	São Paulo - SP	Melhores taxas
11	20.03.21	Paralisação	Diadema - SP	Melhores condições de trabalho
12	16.04.21	Greve	ABC Paulista e Zona Leste de São Paulo – SP	Melhores taxas, fim dos bloqueios indevidos, código de liberação
13	23.04.21	Greve	Guarulhos - SP	
14	07.05.21	Breque em um <i>shopping</i>	Goiânia - GO	Melhores condições de trabalho
15	11.05.21	Breque no Mc'Donalds	Arujá - SP	Contra os bloqueios e mudança na localização onde atuam os entregadores nuvem
16	21.05.21	Breque no Mc'Donalds e no Burger King	Carapicuíba - SP	Melhores taxas
17	04.06.21	Protesto	Rio de Janeiro - RJ	Fim da violência policial contra os entregadores
18	12.06.21	Breque em um <i>shopping</i>	Goiânia - GO	Fim do agendamento imposto pelo iFood
19	14.06.21	Paralisação	Região da Cinelândia - RJ	Melhores condições de trabalho e aprovação da PL 103/2021
20	02.07.21	Protesto	São Paulo - SP	Pedido de justiça para um entregador que foi morto por uma motorista que estava alcoolizada
21	04.07.21	Paralisação	Goiânia – GO	Fim do agendamento imposto pelo iFood
22	04.07.21	Paralisação	Curitiba – PR	Melhores condições de trabalho
23	11.07.21	Manifestação	Rio das Ostras - RJ	Direitos trabalhistas, pontos de apoio na cidade, reajuste das taxas, prioridade na vacinação, fim dos agendamentos, reconhecimento de vínculo trabalhista, entre outras.
24	18.07.21	Paralisação – <i>Shopping</i> e apagão virtual	Rio de Janeiro - RJ	Aumento das taxas, fim dos bloqueios, promoção de almoço e janta para o entregador, suporte direto fora das corridas, pagamento pelo deslocamento, código de confirmação de entrega para todas as corridas
25	20.07.21	Paralisação	Brasília - DF	Contra a discriminação dos entregadores, pontos de apoio, fim da coleta dupla

26	01.08.21	Paralisação	Ribeirão Preto - SP	Fim do agendamento
27	03.08.21	Paralisação	Porto Alegre - RS	Melhores taxas
28	16.08.21	Paralisação	Goiânia - GO	Melhores condições de trabalho
29	20.08.21	Paralisação	Rio de Janeiro - RJ	Contra o aumento da gasolina, melhores taxas e valorização do trabalho dos entregadores
30	26.08.21	Breque no Mc' Donalds	Tiradentes - MG	Códigos de confirmação, fim dos bloqueios
31	11.09.21	Breque dos Apps	Brasil	Aumento das taxas, fim dos bloqueios, valor mínimo por corrida, fim do agendamento
32	13.09.21	Protesto	João Pessoa - PB	Melhores taxas, fim dos bloqueios e pedido de justiça para um entregador que foi atropelado e morto.
33	11.09.21 a 16.09.21	Greve	São José dos Campos - SP	Aumento das taxas e melhores condições de trabalho
34	08.10.21 a 14.10.21	Greve	Paulínia - SP	
35	10.10.21	Greve	Maceió - AL	
36	09.10.21 a 14.10.21	Greve	Jundiaí - SP	Fim das coletas duplas, aumento das taxas, fim dos bloqueios, valor mínimo por entrega
37	15.10.21 a 21.10.21	Greve	Niterói - RJ	Fim das coletas duplas, reajuste acima de 8% do valor por KM, fim das entregas sem código, fim dos bloqueios indevidos
38	15.10.21 a 21.10.21	Greve	Atibaia - SP	Melhores taxas e promoções, fim dos bloqueios indevidos e das coletas duplas
39	28.10.21	Greve nas lojas Rappi Turbo	Zona Sul - SP	Contra a redução das taxas
40	30.10.21	Paralisação	Blumenau - SP	Melhores taxas e condições de trabalho

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Durante as paralisações descritas no Quadro 7 (4), geralmente são realizados piquetes nos locais de onde saem um grande número de pedidos, como os *shopping centers* e nas redes de *fast food* do Mc'Donalds. Em alguns casos, os entregadores que não aderem à greve são impedidos de retirar pedidos nos locais brecados. Os piquetes visam não só impedir a retirada de pedidos por parte de outros entregadores, mas bloquear o fluxo de circulação de mercadorias. Por meio dessa ação, os entregadores buscam causar prejuízos econômicos significativos à empresa, aumentando a força política de sua ação, apesar das limitações pelo fato de não conseguirem bloquear todos os locais de entrega (CINI; TASSINARI, 2018).

As ações de resistência tradicionalmente utilizadas pelos trabalhadores são adaptadas pelos entregadores, a fim de superar alguns desafios, como o fato de não terem um local físico fixo para se encontrarem. As paralisações e greves se caracterizam por ocorrerem de forma dispersa. Durante os breques cada representante local decide conjuntamente com os entregadores de determinada região quais os pontos que serão “brecados”. Alguns estabelecimentos comerciais que são “brecados” fecham as suas portas durante a paralisação, por conta da indisponibilidade de entregadores naquele local. Essa situação impulsiona o poder de pressão dos entregadores sobre as empresas, tendo em vista que mesmo os entregadores que

não aderem à greve, não conseguem fazer entregas em determinada região, conforme exemplificado na Figura 31 (4).

Figura 31 (4) – Locais brecados

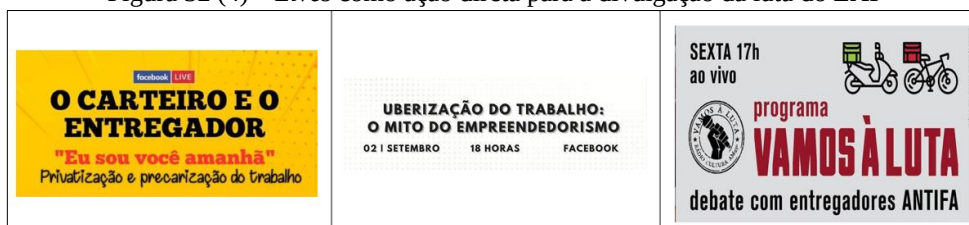


Fonte: Instagram [@entregadores_antifascistas](#); [@explana.acao](#) (2020, 2021).

Durante as greves também é comum a realização de buzinações, manifestação feita por meio do uso de buzinas, cujo objetivo é chamar a atenção para a causa dos entregadores, nas palavras do Compa Ralf seria “um transtorno do bem”. Ainda é realizada, seja antes, durante ou depois da greve, a distribuição de panfletos informativos contendo as reivindicações e motivações da greve.

Outra ação identificada são as propagandas que visam divulgar e aprofundar o conhecimento sobre determinado coletivo e seus princípios e valores. As propagandas têm sido realizadas principalmente por meio da entrega de panfletos, realização de “lives” e participação em podcasts, estes dois últimos métodos foram mais utilizados pelos Entregadores Antifascistas.

Figura 32 (4) – Lives como ação direta para a divulgação da luta do EAF



Fonte: Instagram [@entregadores_antifascistas](#) (2020).

As imagens acima representam a divulgação de *lives* que o EAF participou. Esses espaços são fundamentais para a divulgação do coletivo e conexão com a sociedade. Também

são utilizadas como forma de estimular a adesão de novos membros, ampliar a luta ou conscientizar sobre determinada causa.

Durante o quarto Breque dos Apps um grupo de entregadores de São José dos Campos decidiram que permaneceriam parados por tempo indeterminado, até que a empresa iFood atendesse as reivindicações feitas. Destaco o fato de que o município possui uma tradição de luta dos trabalhadores, a exemplo do sindicato dos metalúrgicos. Uma possível tradição militante no município pode ter influenciado as práticas dos entregadores. O grupo grevista se organizou por meio de assembleias para discutirem os rumos da greve e deliberarem quais os próximos caminhos que seriam tomados. O grupo permaneceu seis dias em greve, que só foi interrompida quando o iFood enviou um representante para marcar uma reunião futura, a fim de negociarem as pautas.

Figura 33 (4) – Greve dos entregadores de São José dos Campos



Fonte: Instagram [@c.i.t.app](#); [@greve_2021](#) (2021).

A Figura 33 (4) mostra duas situações, a primeira é a estratégia utilizada para se manterem em greve por muitos dias, que envolveu o apoio financeiro da sociedade e de movimentos solidários à causa. A segunda situação mostra um recado para o iFood colado nas *bags*, “Estamos em greve, mas demos uma trégua até dia 28/09”. O dia 28/09 foi o dia da reunião agendada pelo próprio iFood. Essa foi a primeira vez que a empresa tentava negociar diretamente com os entregadores grevistas, que prometeram retornar com a greve caso as demandas não fossem atendidas. Como já discutido, o iFood deu apenas R\$ 0,40 de aumento e não atendeu as reivindicações. A reunião aparentou ser apenas uma estratégia para desmobilizar e desarticular os entregadores.

A greve de São José dos Campos chamou a atenção não só pelo caráter autonomista, mas principalmente por trazer novos contornos para o organizar político dos entregadores, sendo considerada uma greve histórica por ser a maior em número de dias (6 dias) até o mês de setembro de 2021, além de aparentarem estar mais articulados. “Hoje em dia depois de São José dos Campos nós mudamos o pensamento em relação a parar em greve. Não adianta de um dia

só, a partir de agora é como se a gente tivesse passado de fase, entendeu? A gente agora tá focando em greve de mais dias” (COMPA RALF). Diante do não atendimento das reivindicações feitas foi iniciada uma onda de greves em outros municípios, como Jundiaí (SP), conforme demonstrado na Figura 34 (4).

Figura 34 (4) – Greve Jundiaí



Fonte: Instagram [@paralisacaojundiai](https://www.instagram.com/paralisacaojundiai) (2021).

A greve de São José dos Campos acabou inspirando outros entregadores para irem além de um dia de paralisação. Entregadores de Jundiaí, Niterói, Atibaia, Paulínia e Maceió paralisaram as entregas no mês de outubro de 2021. Os entregadores de Jundiaí anunciaram uma greve de quatro dias e permaneceram em greve por sete dias. Tal evento é marcante e demonstra um avanço e maior coesão nas lutas dos entregadores brasileiros.

Ainda não sabemos quais serão os resultados dessas greves, mas o fato de outras cidades terem aderido demonstra um processo inicial de formação de uma identidade coletiva e uma solidariedade embrionária [...]. Para a greve durar para além de um dia é necessário um nível de organização e coesão maiores. O nível local pode impulsionar uma greve de nível nacional (DIÁRIO DE CAMPO, 11/10/2021, NOTA 69).

Conforme já discutido, os entregadores enfrentam diversos desafios que dificultam as mobilizações políticas, entre eles, o fato de que são trabalhadores sob demanda. Para contornar essa situação e permanecerem em greve por mais dias, os entregadores de São José dos Campos e Jundiaí criaram um fundo de greve que foi formado por meio de doações em dinheiro e de mantimentos feitas por cidadãos que apoiam e simpatizam com a luta. Nesse sentido, os entregadores criam estratégias, como as campanhas de financiamento, para driblar as dificuldades impostas pelo modelo de trabalho uberizado e pela falta de autonomia financeira dos movimentos. São greves que se caracterizam por serem autônomas, construídas pela base

e que contaram com o apoio dos consumidores e de alguns donos dos restaurantes, seja como forma de protestarem, boicotarem as empresas ou por meio de ajuda financeira. Essas ações de resistência não se resumem unicamente em uma relação bilateral entre empresa e entregador, afetam a própria dinâmica de entrega e circulação de mercadorias da cidade (GUERREIRO, 2021).

Um dos desafios seria criar fundos de apoio para que consigam construir uma greve nacional de muitos dias. Por mais que tais ações diretas não contem com uma grande adesão dos entregadores, o organizar político vai se tornando mais coeso a partir do aprendizado que se constrói no cotidiano. O organizar político e as práticas de resistência não estão prontos e têm sido construídos e desconstruídos a partir das experiências que vão se formando no decorrer da luta e das periferias do Brasil. As paralisações e greves são a principal prática de resistência empregada. “A greve é a via, organizar pela greve é a via (COMPA MILTON).

[...] a gente faz a paralisação pra mostrar que nós estamos ali, né, clamando, chamando a... a... a atenção dessas pessoas, né, dos poderes executivos. Pra mostrar para a sociedade que a gente tá ali (COMPA PEDRO).

É a única forma que a gente tem são paralisações, geralmente a gente fazia paralisações de um dia, não vem adiantando muita coisa, os aplicativos não têm medo. Recentemente, eu não sei se você ficou sabendo, houve uma greve em São José dos Campos. Antes disso teve uma greve no Rio de Janeiro, em Campo Grande que eu participei, um breque, né, de quatro dias. Em São José dos Campos recentemente eles fizeram seis dias de greve. Nunca tinha ninguém tinha feito tanto tempo assim, eles travaram tudo, os *shoppings*. O prejuízo pro iFood foi muito grande, porque o iFood ele é o principal do Brasil em relação ao *delivery*, então ele é o grande alvo principal dos breques. Essa é a principal arma é parar (COMPA RALF).

As greves e breques descritos utilizam concomitantemente outras ações diretas, como a panfletagem, manifestações, propagandas e o ciberativismo, através de boicotes, tuitaços e apagões virtuais, práticas que apresento a seguir e que pareceram retroalimentar-se enquanto o próprio movimento de resistência em si.

- **Ciberativismo e Formação Política**

As táticas de resistência e ações políticas dos coletivos de luta estudados se desenvolvem com o apoio das tecnologias digitais, que são utilizadas para articulação, disseminação de conteúdo e mobilização em torno das reivindicações feitas. As mídias sociais virtuais permitem a construção de novas formas de protestar e se engajar em ações de resistência. O ciberativismo tem sido combinado com muitas formas de mobilização política e protestos da era analógica,

incluindo doar tempo e dinheiro, panfletagem e protesto nas ruas, há uma combinação do virtual e do físico (McCAUGHEY, 2014). O ciberativismo pode ser entendido como a utilização das tecnologias da informação e comunicação para a realização de protestos, organização e mobilizações políticas, propagação de ideias, convocação de entregadores, boicote às empresas, entre outros.

Uma dessas práticas é o apagão virtual, que não se sabe ao certo quem cunhou o termo e pode assumir diferentes formas dependendo do contexto em que é empregado. Da forma como é empregado pelos entregadores, o apagão consiste em mobilizar tanto entregadores quanto consumidores para se desconectarem de seus aplicativos de *delivery* e não pedirem comida via aplicativo, com o objetivo de pressionar e protestar contra as plataformas de entrega. Em julho de 2021, os Entregadores Antifascistas realizaram o Apagão dos Apps, que envolveu não só os entregadores, mas também os motoristas que atuam por meio dos aplicativos, consumidores e quaisquer trabalhadores interessados em fortalecer o movimento.

Figura 35 (4) – Apagão dos Apps



Fonte: Twitter [@apagaodosapps](https://twitter.com/apagaodosapps) (2021).

A chamada para o apagão ocorreu a partir de um vídeo publicado nas redes sociais por um membro dos Entregadores Antifascistas. Na época, foram criados grupos de agitação no WhatsApp e Telegram, abertos para qualquer interessado, como forma de divulgar o movimento e articular ações coletivas contra os aplicativos, conforme demonstrado na Figura 35 (4). No grupo de agitação política que entrei percebi que havia poucos entregadores e motoristas. O grupo pareceu ser formado, majoritariamente, por acadêmicos dispostos a ajudar com a divulgação do movimento, o que pôde ser percebido por meio da apresentação pessoal

feita por alguns integrantes no grupo de agitação. Apesar de ter uma liderança explícita, o apagão se caracterizou por ser um movimento que foi construído de forma colaborativa e em rede com outros atores. Foi realizada uma convocação para que *designers* e profissionais da área de comunicação produzissem artes gráficas e textos para auxiliar na divulgação do apagão.

Figura 36 (4) – Luta colaborativa



Fonte: Instagram [@entregadores_antifascistas](#) (2021).

A Figura 36 (4) destaca uma chamada publicada nas redes sociais do EAF para a formação de articulações com outros atores sociais. Além do apagão em si, foram empregadas outras ações, como o tuitaço e os boicotes. Os termos, apagão virtual e tuitaços, são neologismos que representam práticas que parecem ter surgido espontaneamente na internet, cuja autoria não pode ser atribuída a uma pessoa específica. Os tuitaços estão associados com a rede social Twitter e representam uma manifestação virtual que se desenvolve por meio de uma ampla publicação de tuítes (mensagem curta postada no Twitter) de forma concentrada e com uma *hashtag* comum (PRIBERAM, 2021).

O objetivo é chamar atenção para determinado assunto e torná-lo um dos mais comentados na rede social Twitter. Enquanto estratégia política, os entregadores têm utilizado os tuitaços para divulgar seus movimentos, chamar atenção da sociedade e formuladores de políticas públicas, atacar a reputação das empresas e angariar apoio de pessoas famosas e formadores de opinião. No Apagão dos Apps foi realizado um tuitaço por meio da *#apagaodosapps*, que ficou no dia 23 de julho de 2021, entre os assuntos mais comentados na rede social Twitter.

Outras mobilizações de entregadores, como a greve dos entregadores de Jundiaí e o Breque dos Apps, utilizaram o tuitaço como forma de se manifestarem através das redes sociais. Desgranges e Ribeiro (2020) analisaram a divulgação e repercussão do primeiro e do segundo Breque dos Apps nas redes sociais virtuais e chegaram à conclusão de que o movimento conseguiu uma ampla repercussão, que permitiu atingir um novo grupo de pessoas que se solidarizam com os entregadores. Ainda identificaram a construção de conexões virtuais entre os entregadores e outras categorias de trabalhadores e uma maior repercussão midiática sobre quem são esses trabalhadores e suas demandas. No primeiro breque, a hashtag #BrequeDosApps circulou em pelo menos 600 mil tweets (ABÍLIO; GROHMANN; WEISS, 2021).

Figura 37 (4) – Tuitaço como prática de resistência



Fonte: Instagram [@entregadores_antifascistas](#); [@tretanotrampo](#) (2020, 2021).

As manifestações que ocorreram através dos tuitaços foram utilizadas como forma de denúncia e ao mesmo tempo de realizarem boicotes às empresas. Ao utilizar a #APiorEmpresaDoMundo, o objetivo é atacar a reputação da empresa iFood, a fim de pressioná-la para o atendimento das reivindicações. O boicote tem sido uma prática comumente empregada em conjunto com as paralisações e tuitaços.

Os próprios apagões virtuais se constituem em uma forma de boicote, que também tem ocorrido por meio do fenômeno denominado de *shitstorm*, que segundo o dicionário Duden (2021, [s.p]) é uma “tempestade de indignação em um meio de comunicação da internet, acompanhada, em parte, por declarações ofensivas”. Para que os boicotes sejam efetivos e tenham um maior alcance é solicitado o envolvimento e solidariedade dos consumidores desses serviços, por meio de avaliações negativas feitas às principais empresas de *delivery* (iFood, Rappi, Uber Eats e Loggi) em seus canais oficiais e nos próprios aplicativos de entrega, conforme exemplificado na Figura 38 (4).

Figura 38 (4) – Boicote e *Shitstorm* como prática de resistência



Fonte: Instagram [@entregadores_antifascistas](#) (2020).

Ao buscar o apoio dos consumidores busca-se não apenas solidariedade, mas também aumentar o poder de pressão junto às empresas, tendo em vista que os consumidores exercem influência sobre a forma de ação destas. Nesse sentido, manter uma boa imagem junto aos consumidores é uma preocupação real dessas empresas. Impulsionar um boicote por meio de estratégias comunicativas a um componente aparentemente "simbólico" de um negócio, como a imagem da plataforma, pode afetar as plataformas de entrega, tanto no plano econômico quanto político (CINI; TASSINARI, 2018). Tanto é que a resposta imediata do iFood ao Breque dos Apps foi realizar campanhas publicitárias e construir uma página em seu site, a fim de proteger a sua imagem institucional. Essas campanhas são utilizadas para influenciar a opinião pública e reforçar a imagem de uma empresa preocupada com os seus “parceiros entregadores”. Esse pareceu ser o esforço de confundir o consumidor e criar uma contra abordagem para os entregadores. Entretanto, diante de tais propagações, os entregadores também têm utilizado as redes sociais virtuais como forma de denunciarem as empresas e desvelarem as suas formas de ação.

Em um vídeo publicado nas redes sociais dos Entregadores Antifascistas, uma entregadora desmente o discurso da empresa iFood, que afirmou ter apoiado os entregadores durante a pandemia, conforme relato abaixo.

Eu quero falar que vocês gastam com publicidade e pesquisas mentirosas, na realidade a gente não tem proteção alguma, a gente sai todos os dias pra trabalhar sem proteção contra o Covid, sem proteção contra acidente, sem nenhum tipo de garantia por parte de vocês. E eu quero pedir pra quem apoia o movimento dos entregadores não cair nessa historinha de que eles são simpáticos a nossa causa, de nenhuma forma, porque tudo que fizeram até agora foi tentar boicotar quem se posicionou a favor da greve e

quem está levantando a bandeira dos trabalhadores, dos entregadores (VD-EAF-13, 07/08/2020).

As denúncias são produzidas e divulgadas pelos próprios entregadores que encontraram nas tecnologias digitais um meio para tornarem visíveis as suas reais condições de trabalho, é uma forma de visibilizar o que as empresas buscam omitir. As denúncias mais comuns feitas pelos entregadores abordam questões sobre bloqueios, omissão das empresas de *delivery* quando ocorrem acidentes, sobre o gerenciamento algorítmico que os impedem de serem verdadeiramente autônomos, pagamento atrasado, coerção dos OL, entre outros. Nesse sentido, a denúncia tem sido utilizada como uma ferramenta para se contrapor ao discurso das plataformas de entrega.

Os Entregadores Antifascistas iniciaram as suas atividades a partir de um vídeo denúncia, em que um entregador afirmou que: “ninguém aqui é empreendedor de porra nenhuma, nós é força de trabalho nessa porra” (VD-EAF-19, 23/07/2021). A narrativa de outro compa segue a mesma linha, “tá de sacanagem, isso daí, né, mano. Que empreendedor é esse, mano, que fica carregando seis fardos de água para ganhar 5, 6 real por dia? (VD-EAF-05, 05/06/2020). Essas denúncias representam ao mesmo tempo uma oposição ao discurso organizacional e uma afirmação de si enquanto sujeito trabalhador. As denúncias feitas pelos entregadores, por meio das tecnologias digitais, têm tido um papel relevante na desconstrução das narrativas empregadas pelas empresas de *delivery* e como forma de ecoar as suas vozes e demandas.

Ainda sobre as ações de denúncia, os entregadores de Goiânia realizaram paralisações para pedir o fim do agendamento imposto pelo iFood. O agendamento está em fase de teste em algumas cidades como, Goiânia, Ribeirão Preto, Belém, Maceió e Salvador. Nesse sistema, os clientes podem agendar o recebimento da entrega e os entregadores que optarem pelo agendamento teriam preferência no recebimento destas. Segundo consta no próprio site do iFood, “quem tem mais de 90% de taxa de finalização de entregas e uma boa média de comparecimento nos agendamentos têm prioridade na escolha [...] e opção de programação antes de todo mundo” (IFOOD, 2021b, [s.p]).

Diante dessa situação, os entregadores de Goiânia promoveram duas paralisações, produziram panfletos e postagens nas redes sociais para denunciarem que o discurso da empresa não se concretiza na realidade, conforme evidenciado na Figura 39 (4).

Figura 39 (4) – Denúncia como prática de resistência

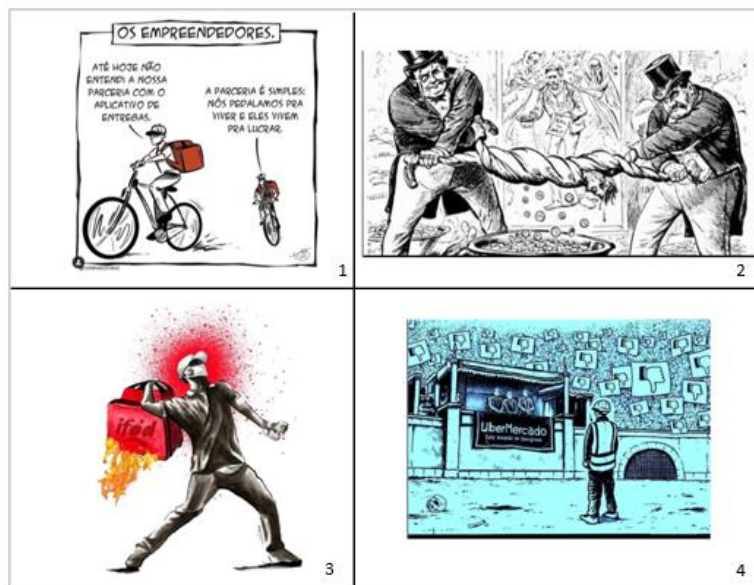


Fonte: Instagram [@foraagendamento](#) (2021).

As denúncias são realizadas por meio de postagens feitas nas redes sociais dos coletivos, vídeos e *lives*, além da circulação de mensagens nos grupos de WhatsApp dos entregadores. Essas denúncias têm sido direcionadas para uma multidão de pessoas, muitas vezes, não se sabe qual a origem dessas mensagens e por quais espaços virtuais circulam e são difundidas.

As charges também vem sendo empregadas como formas de denúncia e crítica às formas de ação das plataformas de entrega, essa ação foi percebida de forma mais evidente dentro do coletivo EAF.

Figura 40 (4) – Charges como prática de resistência



Fonte: Instagram [@entregadores_antifascistas](#) (2021).

A primeira charge evidenciada na Figura 40 (4) visa desmistificar a ideologia empreendedora. A narrativa das empresas é que os entregadores são parceiros, a ideia de parceria pressupõe um acordo benéfico e em comum acordo para ambos. No entanto, pelos relatos, não é isso que tem ocorrido. A segunda nos insere em um contexto mais amplo e não foi produzida especificamente para representar o trabalho de entrega nas plataformas digitais. Parece

expressar uma crítica ao sistema capitalista e como o trabalhador tem sido tratado nesse sistema, sendo explorado até o seu limite para acumulação de capital. Essa charge postada no perfil dos @entregadores_antifascistas nos leva a refletir sobre o fato de que a luta dos entregadores se insere na própria luta histórica dos trabalhadores. A tecnologia mudou, as formas de acumular capital se aperfeiçoaram, mas a racionalidade subjacente voltada para o extrativismo e exploração, não só permanece a mesma, como é intensificada no contexto do capitalismo de plataforma.

A terceira charge traz uma ideia de revolta e inconformismo diante da situação dos entregadores na pandemia de Covid-19, e ao mesmo tempo parece representar um chamado para a ação. A utilização do trocadilho “ifód” na *bag* faz uma crítica a como a empresa trata os entregadores. A quarta charge se assemelha a uma arena que lembra a dos gladiadores. Representa uma crítica a uberização do trabalho e ao sistema de avaliação promovido pelas empresas de *delivery*. A avaliação é feita por uma multidão de usuários, e é utilizada como forma de controle do comportamento do trabalhador. O fato de estar em uma arena de gladiadores significa a luta pela sobrevivência, se não for bem avaliado pode ser desligado da plataforma. No EAF, a utilização das charges se desenvolve por meio da articulação em rede com *designers* ativistas que se disponibilizam a criar charges para os entregadores.

As charges unem arte e política como atos de resistência ao controle do trabalho e a exploração a que estão submetidos. Conforme Carrieri (2004), as charges representam uma forma de resistência simbólica para difundir e inculcar valores, podem revelar as contradições e promover reflexões críticas. Buscam “subverter as estruturas de dominação organizacional, e oferecem uma válvula de escape, mesmo que temporária, ao controle gerencial” (CARRIERI, 2004, p. 31). A utilização de charges não é uma estratégia nova empregada pelos entregadores, o movimento sindical as utilizava como forma de comunicação e como prática de resistência e protesto. As charges trazem situações derivadas do contexto histórico e social dos trabalhadores (MIANI, 2016) e são uma forma de promover fissuras nas narrativas empregadas pelas corporações (CARRIERI, 2004). Além disso, podem ser capazes de promover uma reflexão crítica da realidade auxiliando no processo de formação política dos entregadores.

A formação política é entendida aqui como uma prática de resistência que visa transformar o trabalhador em um ator político que reflete, questiona e age sobre a realidade em que está inserido. Essa prática foi mais evidenciada no EAF, na Despatronados e no C.I.T.A. A Despatronados como já apresentado, produziu uma cartilha divulgada tanto virtualmente quanto entregue impressa, que buscava esclarecer sobre o regime CLT e MEI para os entregadores. A cartilha visou estimular o debate e a reflexão entre os entregadores sobre seus direitos. No

C.I.T.A, a formação política ocorre por meio da propaganda e panfletagem nas ruas, apresentando informações que revelam as contradições do capital e estimule um pensamento crítico. Uma ação concreta foi a distribuição de panfletos, sobre a precarização do trabalho (Figura 26 (4)).

Quando o EAF foi criado, o próprio coletivo representava um espaço de formação política, a Compa Nara afirmou que eram realizados grupos de estudos que funcionavam como forma de ampliarem seu conhecimento político. Atualmente, o EAF busca promover a formação política por meio da divulgação em suas redes sociais sobre diversos assuntos mais amplos que afetam os entregadores, como a uberização e a informalidade, conforme evidenciado na Figura 41 (4). O coletivo reposta frequentemente no Instagram conteúdo que busca impulsionar um diálogo crítico e também promovem a indicação de cursos que incentivem a formação política. Nesse caso do EAF, as ações de formação política parecem ter se limitado às redes sociais, e, em sua maioria, se trata de repostagens (compartilhar conteúdo produzido por outra pessoa), cujo público-alvo da comunicação não se limitou aos entregadores, sendo direcionado aos trabalhadores como um todo.

Figura 41 (4) – Formação política como prática de resistência



Fonte: Instagram [@entregadores_antifascistas](#) (2021).

A formação política enquanto prática de resistência dos entregadores não é algo sistematizado, não há espaços previamente determinados de formação política, como escolas ou grupos de estudos, é uma ação que ocorre de forma dispersa. O próprio cotidiano das lutas e o desenvolvimento das paralisações vai formando um aprendizado político que conduz a novas estratégias e reflexões.

As práticas de resistência empregadas pelos entregadores não se limitam a ações realizadas virtualmente, há uma combinação de práticas de resistência realizadas presencialmente com práticas realizadas por meio das tecnologias digitais. O ciberativismo realizado pelos entregadores amplia o repertório de ações de resistência. Tais ações tanto

aperfeiçoam práticas tradicionalmente utilizadas pelos trabalhadores, como o boicote, denúncias e charges, quanto empregam novas formas de resistência, como os tuitaços e apagões virtuais. As redes sociais virtuais têm sido utilizadas pelos entregadores como espaços para a circulação de suas histórias e saberes.

A forma de organizar a resistência apresenta múltiplas faces e possui um caráter policêntrico e fluído, sem uma direção política unificada, onde diversas ações se combinam e diferentes atores se conectam provisoriamente com a luta dos entregadores. O ciberativismo tem sido uma ferramenta para gerar apoio público e produzir atenção da mídia, além disso, permite que os entregadores produzam a sua própria mídia (KIDD, 2014).

Porque as pessoas só podem desafiar a dominação conectando-se entre si, compartilhando sua indignação, sentindo o companheirismo e construindo projetos alternativos para si próprias e para a sociedade como um todo. Sua conectividade depende de redes de comunicação interativas. Em nossa sociedade, a forma fundamental de comunicação horizontal em grande escala baseia-se na internet e nas redes sem fio. Além disso, é por meio dessas redes de comunicação digital que os movimentos vivem e atuam, certamente interagindo com a comunicação face a face e com a ocupação do espaço urbano. Mas as redes de comunicação digital são um componente indispensável na prática e na organização desses movimentos tal como existem (CASTELLS, 2012, p. 134).

Por mais que as reivindicações centrais não foram atendidas, as diversas pautas e cotidiano dos entregadores tornaram-se evidenciados, pautando debates acadêmicos, conquistando espaço nas mídias, pressionando as empresas a se posicionarem e pautando a criação de projetos de lei, este último reforçado através da pressão política exercida pelas paralisações nacionais e locais.

- **Pressão Política**

Descrevo como pressão política as tentativas de pressionar o poder público para a criação de leis que beneficiem os entregadores e regulamentem as plataformas de entrega. Essa pressão ocorre por meio das paralisações e da busca por diálogo com os políticos institucionais que se mostram interessados em defender a causa dos entregadores. “A gente faz articulações com aquela parte do poder público que ainda é consciente e vê a gente como trabalhador, que são alguns parlamentares” (COMPA JOÃO).

De uma forma geral, essa prática de resistência foi menos utilizada pelos entregadores, provavelmente motivado pela aversão à política institucional e a crença de que nenhuma medida

efetiva seria tomada pelo Estado. A pressão política se mostrou uma prática mais evidente nas associações AMAPPE, OAPP e, ocasionalmente, no EAF.

E a gente tem que recorrer ao Estado para fazer leis que pressione essas empresas para poder arcar com o mínimo que aquele trabalhador precisa para tá na rua. Infelizmente muitos trabalhadores não aceitam isso por que acha que é fazer política, né, que é se render aos políticos e vender. Na realidade, não é. É você cobrando aquelas pessoas que foram colocadas para te representar lá dentro para que eles façam algo por você, mas as pessoas não têm essa consciência. E aí fica a cada dia mais difícil, né (COMPA JOÃO).

A narrativa do Compa João ilustra o interesse da OAPP em recorrer ao Estado para a criação de políticas públicas que protejam os entregadores. Em dezembro de 2021 realizei um levantamento sobre projetos em tramitação na Câmara dos Deputados. Para tanto, digitei no campo de busca “assunto”, no site da referida Câmara, a palavra-chave “entregadores”, os resultados apontaram para 23 projetos de lei em trâmite envolvendo diretamente os entregadores de aplicativos. Os projetos tratam de diversos assuntos, como prioridade na vacinação contra Covid-19, estabelecimento de pontos de apoio, obrigatoriedade das plataformas em contratarem seguro de vida e acidentes pessoais, regulamentação do *status* de autônomo e reconhecimento do vínculo empregatício. Ressalto que 20 dos 23 projetos foram elaborados entre os anos de 2020 e 2021, após a Covid-19 e as primeiras paralisações feitas pelos entregadores.

Desses projetos, foi sancionada em janeiro de 2022 a PL 1.665/2020, que foi transformada na Lei 14.297/22, “que cria medidas de proteção social e de saúde para entregadores enquanto perdurar a emergência de saúde pública por causa da pandemia de Covid-19” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021, [s.p]). Entre as medidas consta a contratação de seguro contra acidentes, que deve ser pago pelas empresas, inclusão nos termos de serviço da empresa das hipóteses que ensejam bloqueios ou suspensão da plataforma, fornecimento de ajuda financeira para os entregadores contaminados pelo Covid-19, distribuição de EPIs, entre outros. Apesar da lei ter sido aprovada tardiamente, tendo em vista que se relaciona com a pandemia, representa um avanço, mesmo que mínimo, para a luta dos entregadores.

Em junho de 2021, os Entregadores Antifascistas do Rio de Janeiro (que na época estava ativo) promoveram um ato para pressionar pela aprovação de uma PL municipal que cria pontos de apoio, conforme relato abaixo.

Puxamos um ato que teve uma audiência pública hoje do vereador Tarcísio Motta, sobre o PL que cria pontos de apoio pra nós entregadores. É muito importante a gente pressionar pela aprovação dessa PL, porque nós que somos entregadores precisamos de mais estrutura e mais direitos, né. Então esse ato foi puxado pra poder pressionar,

pra gente poder tá aqui falando quais são as nossas pautas, quais são as nossas reivindicações e pra nos unirmos enquanto classe trabalhadora, enquanto uma categoria que se reconhece e precisa de direitos e mais estrutura (VD-EAF-16, 15/06/2021).

Em 2020 foi aprovada a PL dos pontos de apoio no Distrito Federal (DF), porém, não foi implementada. Inclusive, ocorreu no DF uma audiência pública, em 30 de março de 2022, em que os entregadores participantes cobraram dos governantes presentes o cumprimento da Lei 6.667, de 22 de setembro de 2020, que trata sobre os pontos de apoio. As redes sociais virtuais também foram utilizadas como forma de exercer pressão política e estimular o debate sobre projetos de lei que beneficiem os entregadores.

Figura 42 (4) – Pressão política como prática de resistência



Fonte: Instagram [@entregadores_antifascistas](#) (2020, 2021).

Conforme exemplificado na Figura 42 (4), a pressão política exercida pelos entregadores ocorre de forma mais direcionada aos governos locais. Durante as entrevistas e visualizações dos vídeos pude perceber um certo desânimo e descrença por parte dos entregadores em relação a atuação estatal. Inclusive, por parte daqueles coletivos de luta que buscam realizar a pressão política e compreendem que tal atuação é necessária para regulamentar as atividades das plataformas de entrega.

[...] chega, muitas vezes, alguns deputados e vereadores querendo colocar a gente debaixo do braço para aprovar algum tipo de regulamentação e a gente tem fugido muito disso, por que enfim... por mais que as vezes tenha muita boa vontade, se não for algo que for construído com a categoria, que for um consenso... consenso não 100%, né, mas uma coisa que seja majoritária que a categoria queira, vai ser algo que vai ser malvisto (COMPA LUIZ).

Sempre é um caminho eleitoreiro, eu vou lá individualmente, vou ganhar as eleições, vou virar um vereador, vou virar um deputado, vou virar um prefeito, um governador, um presidente e vou solucionar seu problema, beleza? É sempre uma coisa de cima pra baixo assim, sabe? Nunca é vamos resolver junto. É sempre [...] vou resolver pro cêis, tá ligado. E não vai resolver nada, né, mano. Os cara não resolve nem pra eles o bagulho [...], tem essa falsa ilusão de que eles resolve alguma coisa assim, os cara fica tapando uns buraco, né. Os buraco fica sendo tapado e os cara acham que isso aí é

resolver o problema das pessoas, **resolver o problema das pessoas, cê só resolve com as pessoas** (VD-YOU-14, 18 de julho de 2021, grifo da autora).

As críticas feitas acima se relacionam com a postura política paternalista que ignora as reais necessidades dos entregadores e limitam a autonomia e construção coletiva de soluções. Segundo os relatos dos entregadores entrevistados e dos vídeos visualizados, com exceção da PL distrital 937/2020, nenhuma PL foi construída de baixo para cima, ou seja, os entregadores não participaram das decisões que os afetam diretamente. Essa política institucional distanciada da base provoca a desconfiança e ao mesmo tempo acaba reforçando o próprio sentimento apolítico que é forte na base dos entregadores.

O Estado pode atuar de forma a proteger os direitos dos entregadores ou atuar no sentido oposto, reforçando a ideologia empreendedora e criando soluções eleitoreiras. De um lado temos uma política institucional verticalizada e burocratizada, e do outro temos grupos de entregadores cada vez mais horizontalizados, autogestionados, que atuam em rede e que não possuem uma liderança específica. Para que a pressão política possa ser efetiva existe um componente fundamental que é o interesse político.

Talvez por isso esta prática de resistência não tem sido amplamente utilizada pelos entregadores, justamente pelo fato de não se sentirem representados. Ao realizar os breques e greves por mais que a intencionalidade central seja pressionar as empresas de *delivery*, esses protestos também contribuem para pressionar as autoridades políticas a enxergarem a causa dos entregadores e da própria uberização do trabalho. As resistências criadas pelos entregadores trouxe visibilidade para as suas causas e existências, contribuíram para que a classe política perceba as suas presenças, mesmo que as medidas políticas tomadas até o momento não sejam efetivas.

Segundo Cini e Tassinari (2018), a própria ausência de direitos e a vulnerabilidade desses entregadores são condições que podem ter possibilitado a criação de estratégias de luta e resistência inovadoras, favorecendo o aparecimento de movimentos autogestionados e tentativas de criar uma outra economia de plataformas.

- **Cooperativismo**

A forma de trabalho cooperativada pode ser entendida ao mesmo tempo como um modo de organizar e uma prática de resistência, tendo em vista que as cooperativas estudadas pretendem se inserir em outras racionalidades e buscam a reorganização do trabalho, a fim de promover trabalho decente e controle sobre o processo de trabalho. As resistências dos

entregadores “não se dão apenas em greves, associações ou sindicatos, mas nas possibilidades de criação de plataformas de propriedade dos trabalhadores em distintos desenhos institucionais” (GROHMANN, 2022, p. 211), que é a proposta do cooperativismo de plataforma. As cooperativas de plataforma são influenciadas por movimentos de *software* livre e ideais libertários (ENGLERT *et al.*, 2020).

Um exemplo de plataforma de propriedade dos trabalhadores é a Mensakas, cooperativa de entregadores de Barcelona, criada pela entidade sindical RidersXDerechos para lutar por direitos trabalhistas e melhores condições para os entregadores. A Mensakas tem como intuito ser uma alternativa ao modelo de trabalho uberizado e atua em parceria com a CoopCycle, que visa apoiar disponibilizando seu *software* de código aberto (MENSAKAS, 2021).

No contexto brasileiro, apesar de ainda não haver plataformas de entrega controladas pelos próprios trabalhadores, parece existir a intencionalidade por parte de alguns coletivos de entrega.

[...] então a ideia é essa, que a gente vá indo cada vez mais pro modelo cooperativista, pra que essas pessoas elas se sintam donas desse negócio e que as soluções do coletivo, né, do negócio Señoritas Courier, seja proposto por essas pessoas que tem habilidades, né, que tem capacidades tão diversas, mas que compreendem o quanto que é importante tá fora do sistema precarizado de plataformas e outros tipos de trabalho que a gente tem hoje em dia, perdendo direitos trabalhistas e tudo mais. Então essa é a forma que a gente encontrou de tentar recuperar um pouco da dignidade de quem realiza o trabalho (VD-YOU-12, 12/08/2021).

O trecho acima se refere a outro coletivo brasileiro de ciclo entrega, o Señoritas Courier, que atua de forma cooperativada. Segundo a sua fundadora, o desafio atual do Señoritas “consiste em desenvolver uma cooperativa de plataforma para coletivos de entregadores”, ela ressalta a importância de subsídios governamentais e de incentivos tributários, a fim de viabilizar o cooperativismo de plataforma (ALINE OS, 2021, p. 31).

Diante dos desafios iniciais para se inserirem no cooperativismo de plataforma buscam se apropriar, assim como a Despatronados, das tecnologias mais acessíveis em termos financeiros e de logística. A Despatronados, por exemplo, possui uma central de atendimento que funciona pelo WhatsApp. Na impossibilidade imediata de se apropriar de uma plataforma ou construir um aplicativo, os entregadores vão se apropriando das ferramentas tecnológicas que estão ao seu alcance, como sites, redes sociais, plataformas de vídeos e aplicativos de mensagem instantânea. Além de buscarem se pautar nos princípios do cooperativismo de plataforma, como decisões participativas, estímulo à economia local e transparência sobre como funciona todo o processo de trabalho (OBSERVATÓRIO DO COOPERATIVISMO DE PLATAFORMA, 2021). Nas palavras do Compa Milton, a cooperativa Despatronados é um:

[...] experimento social, cujo laboratório e os ingredientes [...] é a vida das pessoas que estão envolvidas nisso [...]. A grande proposta da cooperativa é a mudança na economia do município do Rio de Janeiro, né [...]. Se só for possível organizar um processo de transformação econômica, social e política aqui no perímetro do Rio de Janeiro a gente vai fazer. E se outros companheiros de repente no Recife ou então em Teresina ou então em outro canto que não seja nem capital, que seja interior, dentro de um perímetro tão organizados para poder construir uma autogestão naquele território, se a gente tiver com energia suficiente para construir o nosso processo e pra ajudar a construir o do outro é o que a gente vai fazer, né, que é uma prática de solidariedade cooperativa, né.

A narrativa acima aponta para uma intencionalidade de ampliação das práticas cooperativas para além da própria Despatronados ou da categoria de entregadores. A ideia seria formar um ecossistema de cooperativas, trata-se de um ideal a ser alcançado.

As cooperativas de entregadores buscam reorganizar o trabalho a partir de ações localizadas que operam no nível cotidiano e que lutam por modelos alternativos de sobrevivência (ESCOBAR, 2004). Ao se conectarem com outros movimentos de trabalhadores e outras cooperativas, como a Mensakas e CoopCycle, sindicatos, como o IWGB, associações e coletivos de entregadores sul-americanos, essas cooperativas acabam se inserindo nas lutas transnacionais contra a própria uberização e exploração do trabalho.

Todavia, o fato de transferir a propriedade para os usuários e trabalhadores não garante por si só formas mais justas e democráticas de trabalho. Para isso, é necessário repensar toda a infraestrutura, política, objetivos e desenho da plataforma, a fim de não reproduzir desigualdades históricas, como o sexismo e o racismo, sob a nova roupagem do cooperativismo (MULDOON, 2022). “As cooperativas de plataforma devem ser fundadas com um profundo compromisso com a justiça social, que deve ser considerada em todos os processos de desenho institucional e práticas de governança” (MULDOON, 2022, p. 106). Para Schor e Eddy (2020), o cooperativismo de plataforma não é uma panaceia, no entanto, pode se constituir em um dos componentes de uma reestruturação estrutural capaz de produzir democracia econômica e justiça.

Os coletivos cooperativados analisados desejam atuar com base em outras lógicas de produção e organização, buscam construir alternativas à racionalidade econômica. Porém, estão inseridos no “sistema de competição de mercado” (COMPA MILTON) e precisam de dinheiro para sobreviverem e manterem as suas atividades. Segundo Englert *et al.* (2020), a grande questão é que dificilmente conseguiriam trabalhar com preços tão competitivos para o consumidor, como a Uber Eats, iFood e Rappi. Nesse sentido, provavelmente os clientes acabariam optando pelos oligopólios de *delivery*.

Ainda é necessário considerar que caso alguma plataforma reapropriada ou criada pelos trabalhadores consiga ter um amplo alcance, teriam que enfrentar os oligopólios de *delivery* e seu extenso capital simbólico e econômico, que os permitem oferecer uma melhor remuneração para os entregadores e preços competitivos para os clientes (CANT, 2021). O desafio se constitui em manter as ambições políticas radicais de transformação social e concomitante sustentar as atividades da cooperativa (SANDOVAL, 2021). Tais desafios não podem ser utilizados para desacreditar as iniciativas dos entregadores, mas devem ser considerados para enxergarmos as suas potencialidades e limitações, a fim de recuperarmos e valorizarmos os sistemas alternativos “que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou desacreditizou” (SANTOS, 2002, p. 253).

Apesar dos desafios do modelo cooperativado, as que foram estudadas buscam em seu cotidiano reorganizar as relações de trabalho de forma que se pautem nas necessidades reais dos indivíduos. A lógica produtivista menospreza outras formas de produção, “as desqualificam para as manter na relação de subalternidade” (SANTOS, 2002, p. 253).

[...] a gente não percebe uma mudança, um benefício para a classe trabalhadora isolado para uma categoria [...], a gente tinha uma organização muito pautada em economia solidária [...], a busca principal por articulação com pequenos negócios, com empreendedoras de favelas, com empreendedoras [...] que trabalham de classes é vulnerabilizadas também [...]. Nosso primeiro contrato inclusive foi com uma ONG [...]. Tem algumas outras pessoas, grupos que desenvolvem produtos que o Despatronados entrega, mas não é necessariamente uma articulação política, né. Mas é um pouco difícil até o que é articulação política e o que é articulação para o trabalho no cooperativismo que a gente pretende, né (COMPA RITA).

A narrativa acima da Compa Rita evidencia que a Despatronados objetiva “extrapolar questões econômicas e busca também adquirir importância na dimensão social e política” (PAES; DELLAGNELO, 2012, p. 9). O cooperativismo de plataforma se constitui em uma das alternativas que visam a criação de circuitos locais de produção, consumo e de reorganização do trabalho, são iniciativas que provocam fissuras, que abrem margem para outras possibilidades (GROHMANN, 2020, 2021, 2022). A resistência se manifesta ao negarem que o trabalho seja uma mercadoria e que possa ser separado da pessoa que trabalha (DE STEFANO, 2017). Tal ação aparece evidente na fala do Compa Milton quando ele demonstra preocupação em não reproduzir dentro da cooperativa Despatronados o modelo de trabalho empregado pelas plataformas de entrega, conforme exemplificado no trecho abaixo.

A forma de criticar o sistema capitalista é fundamental pra gente, a forma de criticar a exploração econômica, né, por que não é só uma coisa abstrata, subjetiva, né [...]. Então quando um companheiro fala assim, falou, né, ‘pô, eu tô cansado’; ‘pô, não consigo mais andar’; ‘pô, eu tô começando a ter pânico na rua’, ‘e aí, pô, eu preciso

sair’. E tipo, blz! Eu não tenho por que convencer um companheiro a ficar. E aí o companheiro saiu, deu dois meses de descanso e falou assim ‘e aí tá rolando alguma coisa’? [...] Foi fundamental apoiar ele a descansar, por que senão eu acabo reproduzindo nem que seja um fragmento daquela ideologia da exploração de si mesmo (COMPA MILTON).

O relato do Compa Milton critica a lógica produtivista desenvolvida dentro do capitalismo. Conforme aponta Santos (2002), essa lógica considera produtivo apenas o que se enquadra nos critérios de produtividade estabelecidos no capitalismo, o que foge desses critérios é considerado inexistente e não credível. Se as principais plataformas de entrega estimulam o individualismo, laços fracos e a impossibilidade de compreender como funciona todo o processo de trabalho, por conta da fragmentação das atividades e assimetria de informações, as cooperativas analisadas visam atuar no sentido oposto, incentivando a autonomia, construções coletivas e rotatividade de atividades para que todos os membros compreendam o modelo de funcionamento da cooperativa.

Existe uma diferença relevante entre uma cooperativa criada apenas para melhorar a vida de alguns indivíduos e uma cooperativa que possui como projeto político a própria transformação social. Nesse sentido, a Despatronados e o EAF se constituem em coletivos que possuem projetos políticos mais amplos, que visam não só o bem-estar dos membros que fazem parte do coletivo.

[...] então os Entregadores Antifascistas vão fazer o aplicativo dos Entregadores Antifascistas e a gente vai sair dessa situação de exploração, mas e o resto de todos os outros entregadores que vão tá aí na mão dos aplicativos? Eu não quero que seja só para mim, sabe? Então é isso, eu acho que é muito complexo, a luta é complexa, mas ela é o único jeito. Eu acho, né (COMPA NARA).

A narrativa da Compa Nara esclarece que o interesse do EAF não se restringe aos membros do coletivo. Em geral, os coletivos brasileiros de entregadores que atuam de forma cooperativada são pequenos e contam com poucos membros, geralmente até 10 (Despatronados, Senhoritas Courier, Pedal Express). Para que as cooperativas dos entregadores avancem e ganhem escalabilidade, enquanto projeto político, é de fundamental importância a conexão com outras cooperativas, associações, coletivos de luta, sindicatos e movimentos sociais. Um dos pontos fortes das cooperativas é o potencial para articulações e apoio mútuo entre cooperativas e projetos colaborativos diversos (DE PEUTER; DYER-WITHEFORD, 2010; GROHMANN, 2022). A intercooperação por meio de lutas e demandas comuns pode favorecer o fortalecimento do cooperativismo e facilitar a emergência de solidariedades entre os trabalhadores (DE PEUTER; DYER-WITHEFORD, 2010). Já Cant (2021, p. 181) defende uma expropriação das plataformas, que “seria o processo de tomada pelos trabalhadores dos

recursos privados das plataformas de *delivery* [...], em que o capital estaria sob controle dos trabalhadores em um processo de autogestão democrática”. Nesse cenário, o algoritmo seria reprogramado e controlado de forma transparente pelos próprios entregadores.

As resistências empregadas pelo EAF, Despatronados e Magricela Entregas parecem envolver a construção de práticas cooperativas e de alternativas de trabalho que não se restrinjam a produzir para enriquecer poucos. São práticas que se fortalecem quando articuladas em rede, é esse potencial e possibilidades que são aqui explorados, sem perder de vista os desafios e limites do cooperativismo de plataforma. “Subverter a ‘sociedade empresarial’ capitalista não requer um empresário cooperativo, mas sim solidariedade social e um movimento cooperativo global” (SANDOVAL, 2019, p. 14).

- **Formação de redes de solidariedade nos espaços virtuais**

O trabalho nas plataformas de entrega é programado para ser realizado de forma individualizada e dispersa, de forma que reduza as possibilidades de se criarem vínculos entre os entregadores. “Nós éramos trabalhadores individuais, em nossas bolhas individuais, realizando tarefas individuais” (CANT, 2021, p. 99). Além disso, o pagamento por produção estimula a competição entre os entregadores, alimentando a ideia de que são empreendedores e que seus ganhos dependem unicamente do seu esforço. O trabalho desenvolvido nas plataformas de entrega acaba por restringir a capacidade de ação. Nesse contexto, parece improvável que se desenvolva laços de solidariedade entre os entregadores e entregadoras (TASSINARI; MACCARRONE, 2020). No entanto, não é o que tem ocorrido.

Para os supracitados autores, a solidariedade embrionária se constitui na base para ações coletivas. Os espaços virtuais têm servido para aproximar os entregadores e facilitar a comunicação sobre os seus processos de trabalho. Além dos diálogos realizados nos pontos de entrega, os entregadores se comunicam diariamente por meio dos grupos formados nos aplicativos de mensagem instantânea e pela rede social Facebook. Esses grupos não têm o intuito inicial de promover uma ação coletiva ou se organizarem politicamente, são grupos para falar sobre o cotidiano de trabalho, dos melhores pontos para fazer as entregas, para tirar dúvidas sobre pagamentos, bloqueios e dicas para quem está iniciando, muito semelhante ao que Cant (2021) relata em sua experiência na Deliveroo, no Reino Unido.

No grupo de WhatsApp e nos perfis públicos de grupos de entregadores no Facebook que acompanhei informalmente, pude presenciar diversas interações que estimulam a criação de vínculos e a formação de uma identidade coletiva, são locais que podem se constituir em

“espaços embrionários de solidariedade” (CANT, 2021, p. 52). Os entregadores que fazem parte desses grupos não necessariamente participam de algum coletivo de luta, e diferente das outras práticas de resistência descritas, que se manifestaram de forma evidente e foram planejadas como tais, os espaços virtuais descritos nesta subseção cumprem a função de aproximar os entregadores e permitem a troca de informações sobre o seu processo de trabalho. Muitas das informações trocadas buscam compreender o funcionamento da própria plataforma. Nesse grupo de WhatsApp que participei sempre que um entregador novato fazia perguntas sobre o funcionamento das entregas, como quais eram os melhores locais, dias de pagamento e informações correlatas, outros entregadores prontamente davam dicas, informações e compartilhavam suas experiências. Essa ação subverte o trabalho individualizado programado pelas plataformas de entrega.

Além dos grupos de entregadores no WhatsApp, os próprios coletivos de luta pesquisados cumprem não só uma função política expressa, mas também são espaços para a troca de experiências e como forma de diminuir o isolamento que é característico do trabalho uberizado, conforme relatado pelo Compa Luiz.

[...] os aplicativos nos fazem sentir todo dia muito sozinho assim, né. Parece que é uma coisa tu contigo mesmo ali, lutando para fazer teu dinheiro e sobreviver, né. Eu acho que o coletivo ele também serve de uma forma da gente dividir as experiências do cotidiano, dividir as experiências de indignação, às vezes até de coisas boas que podem acontecer, né, com a gente. Mas dividir tudo isso assim e não sentir tão sozinho e se sentir na possibilidade de poder... de poder resistir a isso, de poder desabafar, de poder trocar assim, né (COMPA LUIZ).

A narrativa do compa destaca o C.I.T.A como esse espaço de troca de diálogos que possibilita a criação de laços sociais. Yu *et al.* (2022) identificou seis tipos de manifestação de solidariedade nos espaços virtuais criados pelos entregadores: troca de informações sobre promoções; fornecimento de assistência quando a motocicleta ou bicicleta apresentam algum defeito mecânico, seja por meio de conhecimento ou do empréstimo de equipamentos; instruções aos recém-chegados; informações sobre o trânsito em tempo real; assistência quando ocorre algum acidente, que se efetiva por meio de sugestões e trocas de informações sobre como resolver o problema diante da plataforma; por fim, são espaços para tentarem entender como funciona o algoritmo.

Uma prática em comum percebida nas redes sociais virtuais é o fato dos entregadores realizarem “vaquinhas”⁶ para socorrerem algum colega de profissão que está passando por

⁶ Atividade em que as pessoas se unem para contribuir financeiramente para que determinado indivíduo ou grupo atinja seus objetivos.

alguma dificuldade. Essas geralmente se relacionam com acidentes que ocorrem durante as entregas ou ainda com algum problema mecânico que os impossibilitem de trabalhar. São estabelecidas redes de solidariedade, redes de apoio mútuo. O Compa Milton traz em sua narrativa um exemplo dessa solidariedade que surge espontaneamente nos grupos de WhatsApp.

[...] nós entregadores temos vários grupos de entregadores, eu tô em vários e outros companheiros também tão em vários e outros que não são nem militantes políticos tão em vários. Então tem esse sentido de tá sempre trocando as questões, sempre trocando o que tá acontecendo aqui na minha região, o que tá acontecendo acolá. Tem uma questão que são trabalhadores desempregados, tão com a moto irregular e bota a moto para rodar, e aí eles não podem tomar uma dura da polícia por que senão perdem a moto e perdem a fonte de renda. Então é... muitos grupos também servem para avisar onde tem blitz policial, né, pra poder desviar, não perder a moto e continuar trabalhando (COMPA MILTON).

O trecho acima destaca um contexto em que não possuem dinheiro para pagar o licenciamento de seus veículos, que, muitas vezes, são financiados. Nesse cenário, ser parado em uma blitz policial significa perder o sustento de casa ou ter que fazer entregas de bicicleta, o que provocaria a redução dos ganhos, tendo em vista que o perímetro de entrega é menor. Ao informarem os locais onde acontecem uma blitz policial, os entregadores buscam proteger uns aos outros para não perderem a sua fonte de renda.

Outra prática identificada nesses grupos é o compartilhamento de informações sobre os pontos que possuem uma maior demanda de pedidos. Essas informações são relevantes, tendo em vista que o modelo plataformizado visa estimular a competição entre os entregadores, e essa prática vai no sentido oposto. Os entregadores novatos utilizam esses espaços virtuais para conseguirem informações sobre como realizar as entregas e compreenderem o funcionamento das plataformas de entrega em que estão cadastrados, essas informações funcionam como uma espécie de treinamento para os iniciantes. As plataformas de entrega não realizam nenhum treinamento inicial e transferem para uma multidão de entregadores a função de treinamento e socialização do entregador novato. No entanto, essa ausência de informações estimula a criação de vínculos iniciais por meio das trocas de informações nesses espaços virtuais.

De uma forma geral, a comunicação feita pelos entregadores nos seus grupos, seja do Facebook, Instagram ou WhatsApp, giram em torno de trocas de informações sobre o próprio cotidiano do trabalho. Uma situação comumente relatada é a demora para os pedidos ficarem prontos nos restaurantes. Ao receber um chamado em sua tela do celular, o entregador se desloca ao estabelecimento informado. No entanto, ao chegar no local é comum permanecer esperando até o pedido ficar pronto para viagem. Esses atrasos impactam na vida do entregador, que pode receber uma avaliação negativa do consumidor por ter demorado muito, mesmo não

tendo culpa, além do fato de permanecer disponível sem receber nada por isso. Essa situação gera reclamações e insatisfação por parte dos entregadores. Ademais, denúncias sobre maus-tratos e discriminação também são compartilhadas nesses grupos.

A própria assimetria de informações e omissão provocada pelas empresas de *delivery* estimula a troca de informações nesses espaços virtuais, que parecem representar locais propícios para a emergência de uma solidariedade embrionária. O que não é necessariamente uma garantia de mobilização política futura, mas a ajuda mútua e troca de informações que ocorrem nesses espaços formam as bases para o desenvolvimento de uma identidade coletiva, a partir do compartilhamento de condições de trabalho semelhantes (ATZENI, 2010). “E esse sofrimento comum que a gente tá vivendo é o que tá nos unindo, né? (VD-YOU-6, 20/07/2020). Essa solidariedade aparenta surgir das próprias emoções e experiências vivenciadas e corporificadas no cotidiano (SANTOS, 2019), das contradições do processo de trabalho e das desigualdades provocadas pelo capitalismo e pela herança colonial que se refletem nas relações de trabalho. Sendo influenciada tanto por fatores internos como externos (ATZENI, 2010).

No caso dos entregadores, a ausência de comunicação com a empresa, o controle despótico algorítmico e a própria necessidade de trocar experiências sobre o cotidiano de trabalho são fatores internos relevantes para a construção desses espaços virtuais. Mas fatores contextuais externos, como o elevado preço da gasolina, assaltos e violência policial também motivaram a troca de experiências nos grupos de WhatsApp e Facebook que acompanhei informalmente.

Devido a diversidade de entregadores e entregadoras nesses grupos, há uma boa parte que internaliza a ideologia empreendedora e acabam, mesmo sem uma intencionalidade consciente, reforçando os próprios valores e lógica que os oprimem. Por exemplo, quando algum entregador posta a informação que sofreu um acidente e pede ajuda a outros entregadores, muitos se disponibilizam a ajudar, no entanto, outros tendem a responsabilizar o entregador acidentado pela falta de planejamento, culpabilizando o mesmo por não pagar o MEI. O Compa Ralf fala sobre isso quando afirma que “tem muito entregador que se tornou devoto dos aplicativos. Protege, sabe? Sabe assim é como se fosse uma religião, o aplicativo é a religião dele”.

Nos grupos de entregadores no WhatsApp e Facebook que participo foi possível perceber esse comportamento apontado pelo Compa Ralf. Mesmo que sejam locais apenas para uma interação inicial e troca de informações, vez ou outra são postadas convocações para paralisação ou notícias publicadas na mídia falando sobre as condições de trabalho dos entregadores. Quando são postadas essas publicações, não é incomum que alguns entregadores

responsabilizem o indivíduo por questões estruturais e associadas ao próprio controle algorítmico. Identifiquei nesses espaços discursos como, “quanto mais preguiçoso, menos vai ganhar”; “o app não obriga ninguém a trabalhar”; “o trabalho é individual e não em grupo”; “quem trabalha como entregador trabalha como empreendedor, ou seja, você tem que ter sua própria meta”, esses são alguns exemplos de trechos de fala retirados de um grupo público no Facebook, denominado “Entregadores ifood, rappi, uber, bike, etc”.

Os espaços virtuais dos grupos dos entregadores aparentaram ser locais que reproduzem tanto a adesão à ideologia empreendedora quanto a sua contestação. Esses espaços criados nas redes sociais e no WhatsApp não são homogêneos e livres das próprias contradições do capital. Apesar disso, têm sido utilizados pelos entregadores como uma forma de subverter a ausência de espaço físico, se constituem em espaços em que as relações sociais parecem ser alimentadas longe da vigilância do panóptico algorítmico das plataformas de entrega (WOODCOCK, 2020). A existência e o cultivo de relações sociais nesses espaços virtuais são fundamentais para reduzir o isolamento (TASSINARI; MACCARRONE, 2020).

Segundo os estudos desenvolvidos por Tassinari e Maccarrone (2020) ao analisarem dois casos de mobilização dos entregadores na Itália e no Reino Unido, um dos principais aspectos que permitiram a emergência da solidariedade nesses espaços foi a superação da individualização e o desenvolvimento de uma consciência coletiva. Também identificaram aspectos que dificultaram o avanço da solidariedade, como a diluição do núcleo central de manifestantes dificultando ações políticas, o que possivelmente facilitaria a aplicação de “táticas por parte das empresas de ‘dividir para governar’ entre trabalhadores que não se conheciam bem” (TASSINARI; MACCARRONE, 2020, p. 14).

Para a construção da solidariedade ativa não há fórmula, não há um modelo de ação pré-determinado (ATZENI, 2010; TASSINARI; MACCARRONE, 2020). Essa “solidariedade deve ser vista como um processo, como algo em construção, suscetível às circunstâncias externas e forças produzidas pela natureza contraditória das relações de trabalho no capitalismo” (ATZENI, 2010, p. 131).

Assim, esses espaços virtuais para a troca de informações, compartilhamento de queixas e socialização possuem potencial para promover laços sociais e novos repertórios de ação. São espaços de não mobilização que podem funcionar para uma mobilização política futura. O Breque dos Apps foi articulado e impulsionado por meio desses espaços virtuais, como o WhatsApp. "O número de pessoas que fazem parte desses grupos foi crescendo até atingir o limite máximo de participantes. Então criamos outros grupos, que também já estão cheios. Cada dia surge um novo" (MINEIRO, 2020). Em tais grupos, os entregadores passaram a

compartilhar as suas condições de trabalho, o que parece ter gerado um sentimento de identificação, uma espécie de solidariedade embrionária que nasceu por conta das experiências comuns de vários entregadores que faziam parte desses grupos. Um exemplo é o fato de alguns coletivos, como o EAF, terem apoiado, participado e divulgado o primeiro e segundo breques, mesmo que houvesse discordâncias ideológicas entre o Breque dos Apps e o EAF. A experiência em comum produziu uma solidariedade entre entregadores que acabou motivando a ação coletiva.

As práticas de resistência tratadas ao longo desta subseção são múltiplas, se caracterizam pela emergência de novas práticas associadas a formas de mobilização já tradicionais. A ação direta é um ponto em comum entre todos os coletivos estudados e se materializa principalmente por meio das paralisações, piquetes e denúncias. A OAPP e AMAPPE tendem a privilegiar a pressão política como forma de ação, provavelmente pelo fato de atuarem dentro dos ambientes institucionais. A Magricela Entregas, Entregadores Antifascistas e Despatronados se pautam principalmente no cooperativismo. O EAF destaca-se pela utilização do ciberativismo, boicotes e charges como forma de denúncia e crítica. O Breque dos Apps e o C.I.T.A tendem a utilizar as paralisações, piquetes, denúncias e boicotes e tendem a atuar fora dos espaços institucionais.

O repertório de ações não se limita apenas a um tipo de prática de resistência, todos os coletivos empregam várias formas que são influenciadas pelo contexto imediato, pelo contexto mais amplo e pelos recursos e tecnologias disponíveis. Os espaços urbanos e virtuais são utilizados de forma concomitante e como *lócus* para as ações coletivas. A forma como estão organizados influencia a escolha das práticas de resistência e vice-versa.

4.7 “ÀS VEZES ELES FALAM, MAS NA PRÁTICA É OUTRA COISA”

Quanto mais desunião, mais eles [os aplicativos] crescem [...]. Eles batem palma pra isso (COMPALF).

Nesta subseção busquei compreender as aproximações e distanciamentos entre o movimento sindical e os movimentos políticos dos entregadores. Apesar de organizar dos entregadores se desenvolver prioritariamente por meio de outras formas organizacionais, considero relevante tal análise no intuito de evidenciar possibilidades de articulações para o fortalecimento da luta dos entregadores. Compreender a rejeição aos sindicatos é um aspecto fundamental para a renovação dos sindicatos existentes ou construção de novos modelos de

representação dos entregadores. Durante as entrevistas, perguntei qual era a visão que tinham sobre os sindicatos. Ao iniciarem as suas narrativas, os entregadores e entregadoras abordaram o movimento sindical em aspectos gerais, e à medida que a narrativa ia se desenvolvendo traziam exemplos de algum sindicato específico e como este se relacionava com o movimento dos entregadores.

De uma forma geral, os entrevistados não se opõem a organização dos trabalhadores por meio de sindicatos, no entanto, se opõem ao que os sindicatos oficiais têm sido. Essa não parece representar a opinião da base dos entregadores que tende a rejeitar a ideia do sindicalismo. As narrativas dos entrevistados convergiram ao reafirmarem a importância do movimento sindical, mas destacaram que a teoria tem sido diferente da prática.

É... não sei, depende do sindicato. Eu acho que o sindicato é uma ferramenta incrível para você conseguir garantir que o trabalhador não perca direitos, por que o trabalhador não conquista direitos e ele está conquistado para sempre. O trabalhador corre todo dia e todos os anos o risco de perder o que já foi conquistado. Então o sindicato serve pra... é garantir que isso não se perca [...]. Eu tô falando em teoria, tá? Por que na prática não acontece isso [...]. É... mais o sindicato hoje em dia acho que não tem resolvido muita coisa pra muita gente assim, não é de graça também essa coisa de que muita gente hoje não prefere fazer parte, não... não... enfim não se envolver com o sindicato em geral, né. Então foi se perdendo aí, né, essa ferramenta de luta (COMPA NARA).

Eu acho que a organização sindical é imprescindível, é de extrema relevância, para qualquer deman... para qualquer organização de demanda política, né. No entanto, o que a gente percebe no Brasil e aí eu entendo muito do pé atrás da base de entregadores, pensando aí o geralzão com o sindicato, por que a gente tem um histórico de sindicalismo no Brasil muito patronal, né (COMPA RITA).

Os relatos acima fazem uma crítica ao modelo de sindicalismo negociativo que se afasta da base dos trabalhadores e não representa os reais interesses destes. Como já discutido, a organização do Breque dos Apps e a base dos entregadores tendem a rejeitar o sindicalismo, essa rejeição deve ser visualizada inter-relacionada com diversos fatores, como a crise de legitimidade das instituições e do desejo dos próprios entregadores se constituírem como atores políticos. As críticas endossadas pelos entregadores durante as paralisações, que aparecem em faixas, cartazes e nas redes sociais não podem simplesmente ser interpretadas como sinônimo de despolitização, como pude observar em alguns comentários nas redes sociais.

A figura 43 (4) destaca essa rejeição ao expressarem durante as greves e paralisações que não há presença de sindicatos, evidencia-se a busca por um organizar fora dos espaços institucionais, uma luta construída pela própria base a partir de suas demandas imediatas.

Figura 43 (4) – Rejeição ao sindicalismo nas paralisações



Fonte: Instagram [@tretanotrampo](#) (2021).

O motivo pelo qual isso ocorre provavelmente se dá pelo fato de não se sentirem representados, de sentirem que suas demandas não possuem voz dentro dos sindicatos que se propõem a representá-los. Outro fato observado é o receio de boa parte dos entregadores de que algum sindicato possa utilizar o movimento dos entregadores apenas como um espaço para manobra eleitoreira.

[...] na verdade, eles não tão por fazer uma luta radicalizada, né, não tão pra fazer uma luta combativa mesmo, que na verdade eles querem construir uma grande foto, fazer uma grande matéria de jornal ou alguma coisa assim, pra dizer que eles lutaram lá e fazer uma pressão lá, sei lá, com um deputado, com um vereador que é a base deles, que apoia eles e tal (COMPA LUIZ).

A narrativa do Compa Luiz revela esse temor de cooptação. Conforme aponta Tragtenberg (2011, p. 3), o sindicalismo tem sido fundamental para as lutas dos trabalhadores, no entanto, muitos estão nas mãos dos pelegos, que são “ex-trabalhadores mais preocupados em defender seu cargo do que em defender o trabalhador”. As narrativas abaixo dos compas reconhecem a importância histórica dos sindicatos, porém tecem críticas ao sindicalismo amarelo, que representa o sindicalismo corporativo atrelado ao Estado.

Então eu acho que... é muito importante a gente se articular em alguma medida com a nossa categoria, e o sindicalismo é o que tá historicamente mostrado como uma alternativa viável, mas com essas ressalvas de que seja um sindicalismo construído pela base, que é de fato quem tá ali em maior número, a gente percebe que tem lideranças sindicais que não sabem o que é trabalhar [...]. Então esse sindicalismo aí, támo fora (COMPA RITA).

[...] a maioria dos entregadores odeia sindicato, então nem mesmo a figura de um sindicato que talvez representasse os entregadores consegue se sustentar [...]. O protesto lá de São Paulo tiveram alguns lugares tinha uma faixa, ‘motoboyos unidos sem sindicato’. E aí muitos sindicalistas, muitos companheiros, né, de luta falam

assim, ‘como assim sem sindicatos?’ ‘Você quer fazer o que então?’ ‘Quer sentar e chorar?’ ‘Você não vai se organizar?’ E não percebe que a crítica é ao sindicalismo amarelo. É um sindicalismo amarelo inclusive construído pelo Getúlio Vargas como sindicato oficial para poder silenciar a pluralidade de grupos organizados lutando politicamente por alguma causa, né (COMPA MILTON).

Então a gente fica acompanhando muito a ética desses outros sindicatos e vê que muitas vezes eles falam, mas na prática é outra coisa assim, aparenta uma coisa para a sociedade e existem muitos jogos de interesses ali, que a gente fica muito com o pé atrás (COMPA JORGE).

Ao tratar como despolitizados os entregadores grevistas que se organizam autonomamente pelo fato de rejeitarem os sindicatos, nega-se a capacidade que tais entregadores possuem de se auto-organizar fora do modelo sindicalista e das estruturas organizacionais tradicionais. Os estudos de Cini e Goldman (2020) apontaram que as mobilizações políticas dos entregadores italianos emergiram e se ampliaram fora dos canais institucionais, esses entregadores se organizaram por meio de estruturas autônomas ou sindicatos independentes. Cant (2021) também identificou que os movimentos grevistas dos entregadores da Deliveroo em Londres se basearam na auto-organização e contaram com o apoio do sindicato independente IWGB, que se distancia do *mainstream* dos movimentos sindicais (WOODCOCK; CANT, 2022).

Em 2018 foi criado o primeiro sindicato de trabalhadores de plataforma da América Latina, trata-se da Associação de Personal de Plataformas (APP), na Argentina, que surgiu por conta de não se sentirem representados pela Asociación Sindical De Motociclistas Mensajeros Y Servicios (HAIDAR; MENÉNDEZ; ARIAS, 2020). A OAPP também foi criada a partir da percepção de que os entregadores de app não tinham representatividade nos sindicatos de motoboys.

A minha visão é que o sindicato é corrompido [...], é vendido literalmente para algumas posições políticas da qual não traz o benefício para o entregador. Por isso, a gente montou a associação, por que não via representatividade em relação aos sindicatos (COMPA JOÃO).

Esse sentimento de ausência de representatividade parece se amplificar no caso dos entregadores de bicicleta. A não tratativa dos interesses dos entregadores ciclistas provoca o distanciamento e a desconfiança desses trabalhadores. Conforme a visão dos entregadores entrevistados e vídeos analisados, os principais pontos de distanciamento identificados foram a ausência de representatividade, o temor de que os sindicatos possam cooptar os movimentos dos entregadores para a construção do seu próprio capital político, discurso desalinhado com a prática, demandas distanciadas da base, medo de redução da remuneração e do fim da

flexibilidade de horários, caso seja reconhecido o vínculo empregatício, descença no desenvolvimento da luta pela via institucional. Esse distanciamento parece se caracterizar pelo mesmo sentimento de desconfiança direcionado aos partidos políticos. A dita rejeição aos sindicatos é antes uma rejeição ao sindicalismo burocrático e a verticalização dessas organizações que promovem divisões entre dirigentes e dirigidos (TRAGTEBNERG, 2011).

A questão da ausência ou não reconhecimento de uma entidade representativa dos entregadores se reflete dentro da própria política institucional. No dia 16 de novembro de 2021 ocorreu na Câmara dos Deputados uma audiência pública para discutir sobre a regularização profissional dos entregadores e motoristas que atuam subordinados às plataformas de entrega. Na ocasião, o Sindimoto, maior entidade representativa de Motoboys, não foi convidado para participar da audiência. O presidente do sindicato lançou no site da entidade sindical uma nota repúdio, ao mesmo tempo que afirmava representar a categoria.

Nós somos representantes dos Motoboys, a categoria mais afetada pela precarização promovida pelos aplicativos, e sequer fomos convidados a participar desta audiência pública. Apesar da presença do Ministério Público do Trabalho ser de extrema importância, o que ao nosso ver salva o evento, a falta da participação de uma entidade representativa do trabalhador mostra o quão pouco se dá importância no debate dos direitos dos Motociclistas” (SINDIMOTO, 2021).

No dia 14 de julho de 2020, o Sindimoto-SP organizou uma manifestação em São Paulo em frente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT – 2ª região) para reivindicar vínculo empregatício para os entregadores de aplicativo e melhores condições de trabalho. O movimento não teve o apoio do Breque dos Apps e não foi divulgado nas redes sociais dos coletivos pesquisados. Parece haver uma disputa pela representação dos entregadores. Tal disputa tem sido fonte de alguns desentendimentos, que envolvem discordâncias em relação as estratégias de luta, demandas e modelo burocrático do sindicalismo oficial.

Apesar das tensões existentes, alianças e articulações também são feitas entre alguns sindicatos e coletivos pesquisados. Nesse contexto, os sindicatos citados durante as entrevistas, como o dos Metroviários, Sindipetro e a Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil (FOB) não se posicionam como representantes dos entregadores, mas apoiam as mobilizações políticas, a fim de fortalecer a luta e articulações entre diversos grupos de trabalhadores, fato que possivelmente provoca uma maior abertura por parte dos entregadores. O EAF, por exemplo, já recebeu apoio dos sindicatos dos metroviários. A Despatronados recebe o apoio da FOB, que é uma Federação composta por sindicatos independentes, organizações populares e estudantis (FOB, 2022). Inclusive, a construção da cartilha “CLT ou MEI” teve o apoio da FOB. A fala da Compa Rita abaixo demonstra essa

articulação bem-sucedida.

Então o sindicalismo que eu acredito, que a gente no Despatronados de maneira geral, eu posso dizer de maneira coletiva mesmo, o que a gente acredita é o anarcosindicalismo. Um sindicalismo de baixo para cima, de fato, tocado pela base, onde não haja uma direção que vá passar a perna na base para a manutenção de um capital político ou financeiro, né. É... e por isso a gente se articulou, por exemplo, com a FOB [...], ela era uma apoiadora muito importante pra gente politicamente, né. Era falar que a gente precisava fazer um panfletão estava lá no dia seguinte panfletos e gente para panfletar com a gente (COMPA RITA).

Conforme evidenciado na fala acima da Compa Rita, na Despatronados alguns dos seus membros defendem o anarcossindicalismo, um sindicalismo de base que apoia as lutas populares e se baseia na ação direta e autogestão. Tais posicionamentos provavelmente os levaram a ter uma maior abertura a FOB, pela sua própria característica autonomista e que se opõe às centrais sindicais oficiais (FOB, 2022).

A OAPP e o coletivo C.I.T.A também se mostraram abertos para construir pontes com o movimento sindical, desde que o apoio recebido seja genuíno e venha fortalecer a luta dos entregadores. A CUT em Brasília apoiou financeiramente a fundação da AMAE-DF (CUT, 2021), o Sindicato Autônomo do Rio de Janeiro (SIGA-RJ) e o Sindipetro (RJ) distribuíram máscaras e panfletos durante o primeiro breque, assim como o próprio Sindimoto apoiou o primeiro Breque dos Apps, com carros de som nas ruas de São Paulo.

As aproximações parecem ocorrer mais facilmente quando existe um posicionamento político semelhante, conforme abordado pelo Compa Jorge, uma ética que se aproxima daquilo que o coletivo acredita. Com base nas narrativas e observações feitas, parece haver uma aproximação maior dos coletivos quando há semelhança entre os valores e visões destes com os de determinado sindicato.

Apesar de ocorrer uma rejeição ao sindicato oficial, essa rejeição parece não se reproduzir quando o apoio se dá por parte de sindicatos de outras categorias de trabalhadores. Um exemplo é o caso dos entregadores de São José dos Campos, que declaradamente afirmaram que a greve de seis dias não era organizada por sindicatos e que se tratava de uma luta autonomista, o que de fato era. Durante a greve, esses entregadores receberam o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (FERNANDES; SILVA, 2021). Nesse sentido, parece haver uma maior abertura para a formação de articulações e aceitação de apoio quando vindo de outros movimentos sindicais, para além do oficial dos *motoboy*s, esse é o principal ponto de aproximação destacado. Essa aproximação possivelmente ocorre pelo fato desses movimentos sindicais reconhecerem a autonomia e legitimidade dos movimentos dos

entregadores, sem tentar impor nenhum tipo representação, apenas oferecem apoio, seja financeiramente ou nas ruas em dias de greve.

As aproximações também ocorrem como uma forma de trocar experiências entre diferentes movimentos de entregadores. A OAPP, por exemplo, mantém diálogo com sindicatos como o IWGB do Reino Unido (COMPA JOÃO), esses diálogos promovem a troca de saberes e de práticas de luta. Os saberes compartilhados por movimentos sindicais que também sejam de entregadores, como o IWGB, funcionam como um incentivo para discutirem sobre o seu cotidiano e os métodos de controle algorítmico empregados, o que pode acabar conduzindo a uma solidariedade internacional ativa, como já discutido.

As aproximações identificadas ocorrem por meio de articulações, apoio durante as mobilizações e diálogos que se constituem em uma oportunidade para a troca de experiências. Representam uma forma de estimular a construção de pontes para a formação de conexões mais duráveis entre os diversos movimentos dos entregadores e as organizações sindicais, são pistas e sinais que evidenciam que o apoio mútuo é possível. As aproximações que têm ocorrido são de fundamental importância para a formação de uma rede de lutas que permita o fortalecimento e o avançar do organizar dos entregadores, por meio do “amadurecimento da experiência política de jovens trabalhadores precários” (BRAGA; SANTANA, 2015, p. 537).

Para tanto, ressalto a importância de movimentos sindicais que atuem compartilhando saberes e promovendo conexões com as associações, cooperativas e movimentos auto-organizados de entregadores, reconhecendo as suas lutas auto-organizadas e assembleias de base, sem necessidade de impor um formato organizacional ideal e atrelar os coletivos de luta dos entregadores à partidos ou instituição alguma, sejam oficiais ou não (TRAGTENBERG, 2011). A partir das aproximações descritas podem se formar novas dinâmicas de mobilizações coletivas e ações políticas entre os trabalhadores informais, representados pelos entregadores, e diversas organizações sindicais, sejam elas de entregadores ou não.

De certa forma, os movimentos heterogêneos e plurifacetados construídos pelos entregadores questionam a visão totalizante de que como deve ser o modelo de organizar dos trabalhadores. Esses movimentos não devem ser interpretados como uma oposição simplista entre organização sindical vertical e organização horizontalizada dos entregadores, não há determinismo nas formas de mobilização política e posição dos atores sociais (BRAGA; SANTANA, 2015). As novas dinâmicas organizacionais que tem emergido no contexto do capitalismo de plataforma não anulam ou obscurecem as formas tradicionais de organização dos trabalhadores. As táticas e estratégias de luta de diferentes grupos podem se articular visando fortalecer as fragilidades de ambos.

Na próxima subseção busco traduzir esse organizar diverso e promover uma discussão sobre os principais aspectos associados ao organizar político dos entregadores, tendo como base as epistemologias do Sul.

4.8 INVENTAR FUTUROS

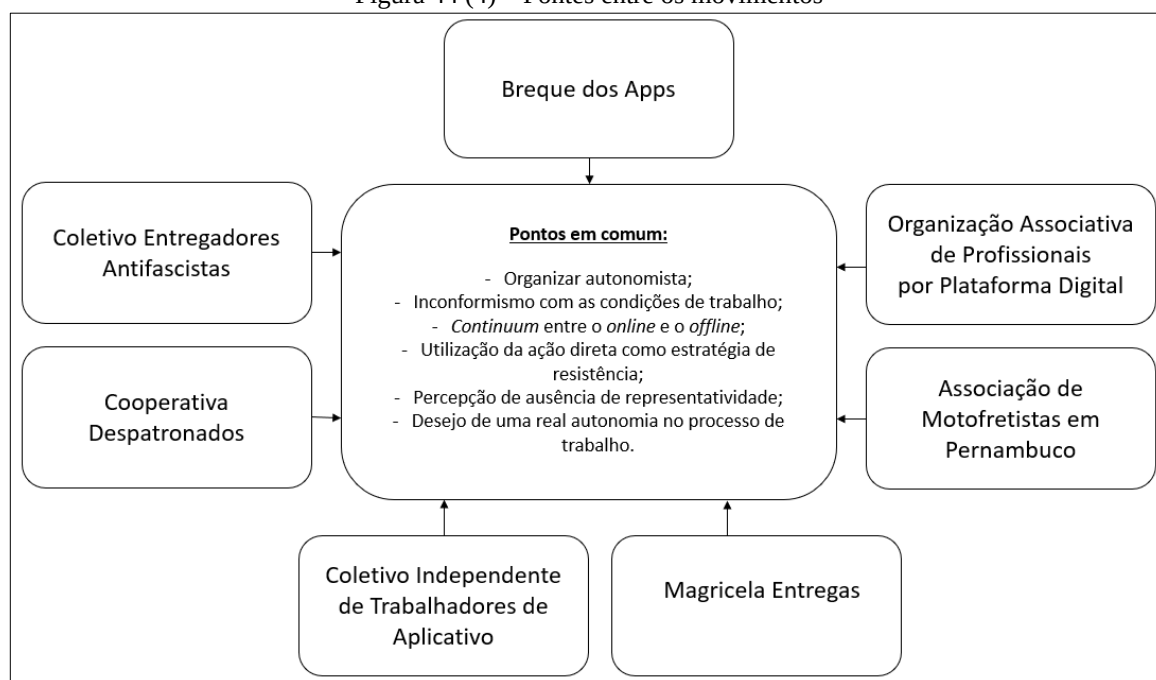
O grande problema contemporâneo é que a dominação atua de forma articulada e a resistência atua de forma fragmentada (SANTOS, 2021, p. 266).

Um organizar plural e diverso contrasta com a ideia totalizante de uma única forma de organizar a classe trabalhadora, contrasta com a ideia de um único sujeito histórico nas lutas empreendidas pelos trabalhadores (SANTOS, 2021). Os modos de organizar identificados trazem luz sobre os movimentos periféricos de trabalhadores considerados despolitizados, sobre movimentos desqualificados por serem pequenos e locais. Essa pluralidade no organizar dos movimentos sul-americanos também representa desafios teóricos e desafios no cotidiano da luta. Como traduzir esses movimentos? Como manter a pluralidade e ao mesmo tempo estimular uma articulação de entregadores a nível nacional e quicá internacional? Como expandir as possibilidades emergentes, se muitas vezes a perspectiva ideológica e os resultados desejados são conflitantes? Quais os diálogos possíveis entre cooperativas de entregadores que desejam estabelecer outras racionalidades econômicas, para além do capitalismo, com associações e coletivos que intentam um trabalho decente dentro do capitalismo? Como esses movimentos podem cooperar entre si?

Para tentar criar pontes entre os movimentos e ampliar os saberes e práticas emergentes analisados, busquei desenvolver o proposto pela hermenêutica diatópica ao identificar possíveis pontos de diálogo entre os coletivos.

Conforme apresentado na Figura 44 (4), os pontos em comum identificados sugerem possibilidades de conversações entre os coletivos. Naturalmente, os pontos elencados são apenas pistas iniciais que facilitam diálogos e podem favorecer conexões mais amplas e a emergência de uma solidariedade ativa (ATZENI, 2010). Destes, destaco três que foram os mais evidenciados nas narrativas e observação participante: o desejo de autonomia, o inconformismo com as condições de trabalho e a percepção de ausência de representatividade.

Figura 44 (4) – Pontes entre os movimentos



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

A análise feita sugere que a busca pela autonomia é um dos pontos que conectam os coletivos elencados. E não se trata de algo novo, a autonomia no processo de trabalho se relaciona com a luta histórica de diversos trabalhadores. Cant e Mogno (2020) também identificaram tal desejo ao estudarem a organização política dos entregadores na Europa. Essa busca pela autonomia assume diferentes formas. Nos Entregadores Antifascistas, Despatronados e Magricela Entregas tentam alcançar a autonomia para além das principais empresas de *delivery*. Já no caso da AMAPPE, Breque dos Apps, C.I.T.A e OAPP lutam para exercerem, dentro das plataformas, a autonomia prometida no discurso organizacional.

Cabe ressaltar que as principais plataformas de entrega ao iniciarem as suas atividades em determinado país tendem a utilizar construções discursivas que envolvam a ideia de autonomia e flexibilidade, como forma de atrair os trabalhadores. São discursos que visam seduzir o trabalhador ao se apresentar como solução para os anseios deste. É construído assim um discurso de liberdade “em oposição à imagem de empresas tradicionais” (FARIA *et al.*, 2021, p. 68). A busca pela autonomia deve ter como horizonte o trabalhador coletivo, a fim de desconstruir a imagem do trabalhador individualizado, característica central do modelo de trabalho uberizado e atomizado.

Com base nas informações analisadas e nas entrevistas feitas, os resultados encontrados apontam que os coletivos parecem ter surgido principalmente por conta do inconformismo com suas condições de trabalho. Os Entregadores Antifascistas, Breque dos Apps surgiram por meio

do inconformismo com os bloqueios frequentes, com a ausência de comunicação, falta de autonomia, menores rendimentos e maior carga de trabalho. A OAPP e a AMAPPE também foram criadas por conta do inconformismo com as condições de trabalho e pela insatisfação com a representação da categoria. A Despatronados surgiu por conta do inconformismo com o modelo de negócio e organização do trabalho das principais plataformas de entrega.

Rizzo e Atzeni (2020) indicam que as condições em comum vivenciadas e compartilhadas pelos trabalhadores permitiram o surgimento das primeiras formas organizativas. Dialogar sobre as insatisfações e o cotidiano de trabalho pode ser uma forma de estimular o sentimento de “que algo precisa ser feito”. Esse aparente sentimento de inconformismo ao ser compartilhado pode ganhar impulso a partir dos diálogos trocados nos grupos de WhatsApp e nos bolsões de entrega, que foi o que ocorreu no caso do breque. Alguns autores encontraram resultados semelhantes ao analisarem o desenvolvimento de movimentos de mobilização e organização dos entregadores e sua dinâmica nos espaços urbanos e virtuais (CANT, 2021; STRECKER *et al.*, 2021).

Apenas um sentimento de inconformismo isolado provavelmente não implicará na construção de organizações políticas e ações de resistência. Tanto fatores contextuais quanto emocionais assumem um papel relevante nesse processo, aspectos como uma tradição militante anterior e o contexto sociopolítico parecem moldar as dinâmicas coletivas (CINI; MACCARRONE; TASSINARI, 2021). Nessa mesma linha, Rizzo e Atzeni (2020) destacam a influência do contexto político e histórico sobre as estratégias e ações coletivas dos entregadores. Destaco que o próprio contexto da pandemia parece ter sido um dos fatores relevantes que possibilitaram a emergência dos coletivos e a intensificação de lutas já existentes. Esse cenário impulsionou a utilização de aplicativos de entrega e ampliou a visibilidade dos entregadores.

Conforme apontam Strecker *et al.* (2021, p. 9), a Covid-19 ampliou não só a notoriedade dos entregadores, mas também a situação vulnerável em que se encontram. Nesse cenário, “a agenda dos trabalhadores ocupou mais espaço nos principais meios de comunicação brasileiros, com entrevistas e notícias sobre o tema, e uma maior atenção às suas demandas”. Para Santos (2019, p. 148), a resistência é estimulada por algumas emoções e pode ser desencadeada a partir de algumas descobertas, como “a de que o opressor possui pontos fracos; a de que há caminhos, por estreitos que sejam, para lutar contra a opressão; e a de que há capacidade para percorrer esses caminhos. É aí que reside a esperança”, que representa uma possibilidade de algo pode ser feito. Nesse sentido, tanto fatores objetivos quanto subjetivos exercem influência na construção do organizar político.

O sentimento de não se sentir representado pelas organizações tradicionais dos trabalhadores, como os sindicatos oficiais, foi identificado por meio das narrativas desenvolvidas nas entrevistas e vídeos analisados, como os trechos a seguir exemplificam, “os próprios ciclistas são invisibilizados por esse sindicato” (COMPA JORGE); “de alguma forma a gente sabe que o sindicato não tá se importando com a luta dos aplicativos” (COMPA LUIZ); “Cê acha que eles vão querer fazer alguma coisa por nós, trabalhador de aplicativo que não contribui com eles?” (VD-YOU-15, 14/03/2021).

Essa percepção de não se sentir representado não é uma particularidade dos trabalhadores brasileiros, tal percepção pode levar a ressignificação do movimento dos trabalhadores (ATZENI, 2021). Não se sentir representado pelas instituições oficiais pode conduzir a criação de novos modos de organizar ou impulsionar uma renovação dos modos existentes. Os aspectos destacados que se referem a autonomia, representatividade e inconformismo são possíveis pontos de contato e convergência que podem facilitar diálogos.

Cabe também destacar os pontos de conflito, a fim de delimitar as possibilidades e limitações de possíveis articulações (SANTOS, 2002). Os resultados demonstram que os principais pontos se relacionam com perspectivas ideológicas e políticas conflitantes, discordâncias sobre como a luta deve ser desenvolvida, discordâncias sobre o reconhecimento do vínculo empregatício ou manutenção do *status* de autônomo. Essas possíveis conversações entre os coletivos, seus pontos de conflito, resistências e modos de organizar que descrevi ao longo desse trabalho, serviram como base para a elaboração das cinco proposições a seguir elencadas, que visam traduzir os principais aspectos associados ao organizar político dos entregadores no Brasil.

- **O organizar político dos entregadores é um organizar autonomista, plurifacetado, sem uma estrutura previamente definida. É um organizar em constante movimento e que mobiliza diversos saberes que produzem uma experiência organizativa.**

Tendo como base os movimentos estudados e as informações analisadas, identifiquei que o organizar político dos entregadores é caracterizado, em grande parte, por coletivos e mobilizações autônomos, construídos de baixo para cima. Os próprios entregadores se dirigem e se organizam para que consigam alcançar os seus objetivos. É um organizar que pode parecer desorganizado e sem rumo aos olhos da esquerda ortodoxa, que sofre de um “fetichismo da forma organizacional” (HARVEY, 2014, p. 224). Idealizando formatos pré-concebidos de lutas e modelos organizacionais com maior “potencial de sucesso”, que devem ser seguidos de forma prescritiva. Luxemburgo (2010) observa que a ação política dos trabalhadores não segue um

esquema rígido de ação linear, antes se desenvolve no cotidiano das lutas, não tem uma forma pré-definida. A consciência política se desenvolve no próprio processo de luta (TRAGTENBERG, 2011).

As lutas autonomistas dos entregadores se manifestam nas ruas e vão ganhando amplitude nos espaços virtuais ou vice-versa. Entrei em campo com a ideia de que os movimentos dos entregadores eram completamente espontâneos. No entanto, à medida que acompanhava os grupos, notícias e aprendia junto com as observações, pude perceber que essa percepção inicial se sustenta apenas em parte, pois depende do movimento ao qual estamos nos referindo. Alguns grupos, como os Entregadores Antifascistas, surgiu como um movimento espontâneo nas ruas de São Paulo. Já o Breque dos Apps estava sendo gestado por alguns entregadores que haviam sido bloqueados (VINÍCIUS, 2021). Já existia um diálogo inicial nos grupos de WhatsApp para falarem sobre as suas condições de trabalho e pensarem em algum nível de articulação. Apesar dessas conversas iniciais, o breque adquiriu um caráter difuso e orgânico à medida que se espalhou pelas redes sociais e pelos espaços urbanos. Nesse sentido, o breque seria um movimento “parcialmente espontâneo” (ESTANQUE, 2014, p. 66).

Segundo Cant (2021), esses trabalhadores se organizam por meio de canais considerados invisíveis, como os aplicativos de mensagem instantânea, e acabam não sendo notados pelas organizações institucionalmente estabelecidas. Nesse sentido, quando rompe uma greve há a impressão que ela surgiu do nada, totalmente espontânea, todavia as movimentações para a construção das greves só não estavam sendo observadas, mas já vinham sendo gestadas.

O caráter autônomo possivelmente é a principal característica desse organizar político, porém vai se desenhando de diferentes formas em cada coletivo. Não há uma organização única ou figura de liderança específica que represente os trabalhadores, são coletivos, movimentos locais, associações e breques nacionais que coexistem nos espaços urbanos e virtuais, são movimentos plurifacetados. Os próprios entregadores representam as suas demandas, elaboram seus cartazes, produzem seus vídeos, participam de *lives* e criam canais no Youtube para discutir sobre o cotidiano das entregas. Ao pesquisar uma Federação de entregadores composta de doze países e trinta organizações, Cant e Mogno (2020) também identificaram esse caráter autonomista. Segundo os autores, a concepção de classe e organização era definida pelos próprios entregadores, que independente do *status* legal, seja empregado ou autônomo, lutavam pelo direito de participar de associações e negociar coletivamente. No Breque dos Apps, “essa percepção de autonomia e horizontalidade foi o que possibilitou um efeito de contágio pelo Brasil [...] e potencializou o movimento” (VINÍCIUS, 2021, p. 17).

Ao mesmo tempo que esse caráter autonomista pode representar uma força também apresenta limitações. Tanto pela possibilidade de isolamento quanto de ser aproveitado pelas empresas de *delivery* como uma forma de impedir o envolvimento do Estado, mantendo a negociação sob o domínio da empresa, o que provoca uma situação favorável para estas. Por exemplo, durante o Fórum Nacional do iFood, que ocorreu em dezembro de 2021, por mais que os entregadores participantes tivessem sido indicados por um entregador que havia se reunido anteriormente com a empresa, quem tomou a decisão final sobre quem seria chamado ou não foi a própria iFood. Essa situação mantém o poder de negociação nas mãos da empresa. Nesse sentido, destaco a importância de que os entregadores tenham um ou vários representantes ou comissões escolhidas e legitimadas pelos próprios, ainda que seja em uma posição rotativa, para que aumentem seu poder de articulação e pressão junto às plataformas de entrega.

Conforme apontam Abílio, Grohmann e Weiss (2021), os desdobramentos desses movimentos só podem ser de fato avaliados a longo prazo, levando em conta que é um organizar que está em constante movimento e não tem uma única face. É uma dinâmica que vai sendo construída à medida que a luta se desenvolve, é um organizar em movimento. A greve dos entregadores em São José dos Campos é um exemplo disso. Ao perceberem que apenas um dia de paralisação não gerou os resultados desejados, a paralisação foi ampliada para um maior número de dias, o que acabou provocando um efeito contágio em outros grupos de entregadores. Tal ampliação também é resultado dos aprendizados que vão se formando no decorrer da luta.

Ao mesmo tempo que novos saberes e estratégias de luta surgem, outras estratégias e táticas podem ser abandonadas por não serem consideradas efetivas. Nos coletivos analisados, o organizar político envolve um processo de aprendizagem, a partir da mobilização de novos saberes e saberes já utilizados em outras lutas. O Compa Pedro destacou em sua narrativa que inicialmente ninguém sabia o que tinha que fazer, foram aprendendo com o tempo, com a própria dinâmica do dia a dia. A Compa Rita também reforça isso ao falar sobre a cooperativa, “nossa forma de organização inicial sofreu muitas adaptações, por que a gente teve muitos problemas, até por que nenhum de nós tinha experiência prática, né”. Apesar disso, a compa já tinha um posicionamento político e uma militância anarquista anterior, são saberes que a Compa Rita trouxe de lutas anteriores para a cooperativa Despatronados.

Esses saberes utilizados na luta e no cotidiano dos coletivos parecem contribuir para formar uma experiência organizativa, e envolve não só os conhecimentos gerados pelos integrantes do coletivo, mas também os conhecimentos gerados ou mobilizados por outros grupos e atores políticos que se articulam com os coletivos. No EAF, como já foi citado, há outros grupos tanto de acadêmicos quanto de profissionais autônomos, como advogados e

designers, que auxiliam e fortalecem o coletivo por meio dos seus conhecimentos. Conforme já discutido, as empresas de *delivery* também mobilizam os seus saberes, com a finalidade de assegurarem a manutenção e a reprodução do seu poder, vide as respostas que a iFood deu aos breques visando proteger a sua imagem institucional. “Os conhecimentos na luta tanto são produtos como produtores de lutas em processo constante de reconstrução. Os conhecimentos que no passado reforçaram as lutas podem enfraquecê-las no presente” (SANTOS, 2019, p. 124). Diante do exposto, identifiquei ao longo da pesquisa saberes que os entregadores trazem para a luta (1), saberes que aprendem durante a luta (2), saberes articulados com diversos atores que apoiam e fortalecem a luta (3) e saberes utilizados pelas empresas para se manterem no poder (4).

A continuidade ou descontinuidade das práticas organizacionais, políticas e de resistência conduzem a formação de novos saberes e experiências de luta. Nesse sentido, as práticas dos entregadores representam um processo de “aquisição e produção de conhecimentos” (CHAUI, 1988, p. 13). São lutas e movimentos que mobilizam diferentes tipos de conhecimentos. Uma cooperativa de entregadores provavelmente mobiliza um conhecimento diferente do que um movimento grevista de entregadores, assim como uma associação formalmente instituída. O organizar político dos entregadores no Brasil é construído no cotidiano, o próprio contexto em que estão inseridos vai delineando as estratégias políticas e ações coletivas.

- **É um organizar que surge a partir dos próprios limites do controle algorítmico. Tal controle não é total, se assim fosse, não haveria margem para resistências.**

A proposição acima corrobora com Woodcock (2021) que aponta os limites do controle algorítmico e critica o foco excessivo das pesquisas em dados e algoritmos, o que pode provocar uma visão limitada sobre as fraquezas da gestão algorítmica, além de ocultar a perspectiva dos trabalhadores. Cini e Tassinari (2018) afirmam que por conta da ampliação sem precedentes do controle sobre os trabalhadores, provocado pela inovação tecnológica, pressupõe-se que a capacidade de ação destes seja consideravelmente reduzida. Ao analisarem a capacidade de ação coletiva dos entregadores na Austrália, Barratt, Goods e Veen (2020) chegaram à conclusão que o potencial é reduzido por conta da forma como o trabalho está organizado, pela ausência de regulamentação estatal e perda de poder dos sindicatos. Nesse cenário, o esperado é um menor envolvimento com mobilizações políticas e ações de resistência que desafiem as plataformas de entrega. No entanto, Cini e Tassinari (2018) afirmam que um novo ciclo de lutas

emergiu com os trabalhadores de entrega na Itália, Bélgica, França e Alemanha. Cant (2021) observou esse fenômeno no Reino Unido. Abílio, Grohmann e Weiss (2021) no Brasil. Vargas e Castañeda (2020) na Colômbia e Crocco e Atzeni (2021) na Argentina e no Chile. No Brasil, apesar das restrições e dificuldades que caracterizam o modelo de trabalho uberizado, as paralisações e ações coletivas tiveram um aumento considerável entre os anos de 2020 e 2021.

As assimetrias de poder e a deterioração nas condições de trabalho possivelmente contribuíram para o surgimento dessas mobilizações. A própria comunicação ineficiente, o controle opaco, os sistemas de pontuação, a ausência de treinamento, os bloqueios indevidos, criam condições para o surgimento do inconformismo e insatisfação dos trabalhadores, que podem servir como um impulso inicial para que dialoguem entre si sobre suas condições de trabalho. Apesar da opacidade e eficiência do controle algorítmico, há brechas que permitem contestações por parte dos trabalhadores, mesmo que pequenas. A contestação às formas de opressão e dominação só é possível quando as pessoas se conectam entre si e compartilham da mesma indignação, situação que é possibilitada pelas redes de comunicação (CASTELLS, 2012).

Cant (2021) aponta que a falta de transparência no processo de trabalho e a impessoalidade da gestão algorítmica dificulta o estabelecimento de vínculos entre os trabalhadores, mas também com a própria empresa. A narrativa abaixo exemplifica como um entregador se sente ao tentar resolver algum problema com a plataforma de entrega:

Quando o robô não consegue solucionar um problema do entregador ele coloca um atendente de telemarketing que tem uma cartilha e ele não consegue te responder nada além daquela cartilha [...]. Não existe relacionamento nenhum, nem de trabalho nenhum, só existe relacionamento de uma corrida de sete quilômetros, ‘custa sete reais, vai lá e faz’ (VD-YOU-01, 11/06/2020).

As poucas informações recebidas pelos entregadores dificultam o entendimento de como funciona a totalidade do processo de trabalho, essa situação não é um *bug* e faz parte da própria programação dos algoritmos. É uma lógica que visa restringir a capacidade de ação e formação de vínculos entre os entregadores (BARRATT; GOODS; VEEN, 2020). Porém, esse próprio contexto pode estimular uma aproximação maior, como a formação de grupos no WhatsApp para que os trabalhadores discutam sobre o seu cotidiano e suas condições, já que esses processos não são claros dentro das plataformas de entrega. O Compa Milton destaca esse desconhecimento em sua narrativa, “nenhum dos trabalhadores de aplicativo tem qualquer ingerência sobre a fórmula matemática no cálculo da taxa de lucro das empresas de aplicativo, é bem nítido, por isso a gente faz greve” (COMPA MILTON).

O controle algorítmico projetado pela empresa depende também da disposição dos trabalhadores de aceitarem ou questionarem a forma como o trabalho está organizado (SHAPIRO, 2017). As contradições estruturais presentes no processo de trabalho se constituem nas bases da solidariedade entre os entregadores, apesar da ética individualista que caracteriza o trabalho uberizado (TASSINARI; MACCARRONE, 2020). “Percepções compartilhadas de injustiça formam uma base sobre a qual as lutas coletivas são travadas” (LINDELL, 2010, p. 212). A ação política é dificultada por um lado, pela própria atomização do modelo plataformizado, pela dinâmica do capitalismo de plataforma e da dependência das plataformas digitais como única fonte de renda, mas também é estimulada pelo inconformismo e esperança diante desse contexto desigual e opressor.

A própria lógica sob a qual o trabalho dos entregadores está estruturada permite a emergência de contestações, por mais óbvia que essa argumentação possa parecer, ela é fundamental de ser destacada, a fim de que não se superestime a gestão algorítmica e universalize o poder das plataformas digitais, invisibilizando as ações coletivas e mobilizações políticas que visam resistir ao trabalho uberizado.

- **É um organizar que se desenvolve em rede nos espaços urbanos e nas redes sociais virtuais. São movimentos que transitam entre o local e o nacional e suas demandas se conectam com a própria luta global dos entregadores.**

O trabalho de entregas se insere dentro da própria dinâmica das cidades, “na produção e reprodução da vida urbana” (HARVEY, 2014, p. 249). Nesse sentido, a luta dos trabalhadores não se restringe a um espaço fixo. Por meio das greves, piquetes e buzinações, os entregadores afetam a circulação de mercadorias, bloqueiam as ruas e evidenciam para a cidade o que está por trás das promoções, frete grátis e *bags* que circulam pelos espaços urbanos. Esses trabalhadores transformaram o espaço urbano em um campo de resistência e organização, contra um novo tipo de controle e gestão do trabalho (ABÍLIO; GROHMANN; WEISS, 2021, p. 599). Os pontos de espera, local onde os entregadores aguardam o próximo pedido, são espaços para a formação de diálogos que facilitam a formação de laços sociais fora do olhar gerencial (TASSINARI; MACCARRONE, 2020).

De forma concomitante, as redes sociais virtuais serviram como espaços para a construção de resistências e o aperfeiçoamento de ações coletivas, como os tuitos, apagões virtuais e ataques à reputação das empresas. Os espaços virtuais se constituem em um componente relevante nesse organizar autonomista e permitem, em alguma medida, uma certa autonomia em relação às mídias hegemônicas e ao panóptico algorítmico.

Os grupos de WhatsApp funcionam como uma extensão das relações formadas nas ruas. Esses grupos geralmente são compostos por entregadores que trabalham em uma região específica e que provavelmente se conhecem desses encontros em parques e praças. No entanto, também existem grupos com alcance nacional ou que foram criados e mediados por coletivos políticos organizados. É comum os trabalhadores fazerem parte de mais de um grupo e se expressarem de maneiras diferentes, de acordo com o grupo e sua finalidade (ABÍLIO; GROHMANN; WEISS, 2021, p. 609).

As redes sociais virtuais se constituem em espaços de fundamental importância para a circulação das lutas, promoção de novas conexões, seja com grupos de entregadores ou não, facilitação da internacionalização dos movimentos e como espaços para a reconstrução de narrativas. Seja nas ruas ou nas redes virtuais, esse organizar não se desenvolve de forma isolada, se caracteriza por se conectar com diferentes movimentos sociais, organizações sindicais, associações, cooperativas, consumidores desses serviços e pequenos negócios locais. É um organizar em que atores sociais diversificados se conectam.

A partir dos coletivos analisados, identifiquei seis tipos de redes de lutas que se desenvolveram no organizar político dos entregadores: conexões com pequenos negócios locais e/ou movimento sociais que visam construir redes alternativas de produção e consumo (1); redes de lutas que se desenvolvem nas ruas com movimentos sociais e coletivos engajados em pautas diversas, envolve lutas mais amplas que afetam toda a sociedade, como a luta pela desigualdade, contra a acumulação, luta pelo direito à terra e moradia e contra a precarização do trabalho (2); redes de lutas que se formam com organizações representativas de entregadores e/ou motoboys, seja nacional ou internacional. Podem envolver tanto sindicatos, associações e coletivos de luta voltados para reivindicar e defender direitos para os entregadores que atuam por meio das plataformas digitais (3); redes de lutas com sindicatos de base diversos (4); conexões com grupos de pesquisa acadêmica e profissionais das mais variadas áreas (5); e redes temporárias com os consumidores dos serviços de *delivery* que apoiam a causa dos entregadores (6).

São redes horizontalizadas, tanto temporárias, como a participação e o apoio dos consumidores durante os breques e o Apagão dos Apps, quanto redes mais sólidas que se mantêm no cotidiano, como a que ocorre entre os Entregadores Antifascistas e a Ocupação 9 de Julho, são redes que se articulam para além de um evento e da luta confrontacional.

Essas articulações contribuem para superar o isolamento e a dispersão espacial a que estão sujeitos os entregadores, ademais tem potencial para ampliar a luta dos trabalhadores para além de categorias profissionais. O que se faz necessário, tendo em vista que a precariedade e exclusão afetam grande parte dos trabalhadores brasileiros, que precisam sobreviver com uma renda abaixo do ideal. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos

Econômicos - DIEESE (s.d), em maio de 2022, o salário mínimo nominal era de R\$ 1212,00. No entanto, o salário mínimo necessário para uma família de quatro pessoas, considerando gastos básicos, seria de R\$ 6535,40. Uma das consequências da insuficiência de renda são as moradias precárias e o acesso desigual aos serviços sociais básicos. “É uma gramática comum que faz a associação entre problemas locais e estruturais, fornecendo uma carga cognitiva para que outras lutas surjam associadas entre si” (SANTOS; RAMOS, 2021, p. 8). Nesse contexto, novas identidades coletivas e alianças entre diferentes movimentos estão sendo formadas (ATZENI, 2021).

Essas lutas são marcadas por especificidades dos contextos locais, como a violência policial, a ausência de ciclovias para os entregadores ciclistas, os deslocamentos diários da periferia ao centro da cidade, onde há uma maior concentração de estabelecimentos comerciais, e o trânsito entre a formalidade e informalidade (SILVA; 2011; ABÍLIO, 2021). Conforme evidenciado nas narrativas abaixo.

Por que antes de ser entregador é... eu era garçom e antes de ser garçom eu era professor de dança e nesse meio tempo eu dava aula de inglês também. E também pego uns trabalhos de tradução para fazer. Eu tenho alguns conhecimentos que eu posso trabalhar em várias outras áreas, vim parar entregador... por que é o que tá... enfim... é o trabalho que me apareceu (COMPA MILTON).

[...] eu era feirante e lá eu já era... eu participava das manifestações contra os abusos das Prefeituras aqui do Rio de Janeiro [...], saí da feira e fui pra trabalhar como motoboy (COMPA RALF).

[...] e aí eu fui ser camelô, fui ser outras coisas, fui ser estoquista de mercado e até que eu encontrei o trabalho como técnico de Telecom, e aí esse trabalho era um trabalho bacana, registrado, tinha um salário. Só que quando minha filha nasceu em 2017 eu fui mandado embora [...]. E quando chegou 2019 eu não tive como, eu tive que ir atrás de algo, de uma moto pra mim parcelar e voltar pra rua. Quando eu fui atrás do mercado de motoboy já tava cercado pelos aplicativos, eu tive que me cadastrar no aplicativo de *delivery* (VD-YOU-03, 17/06/2020).

[...] eu sempre fiz muito bico para conseguir me sustentar [...]. Sou da periferia do Rio de Janeiro, para chegar na faculdade tinha que pegar quatro ônibus, acordar 03:30 da manhã pra enfim conseguir chegar 08:00 h da manhã na faculdade (COMPA RITA).

Os relatos representam particularidades do nosso mercado de trabalho e da realidade social da população subalternizada, que, em muitos casos, se vê excluída do contrato social. As reivindicações explícitas pelo aumento de taxas e o fim dos bloqueios não estão dissociadas das lutas cotidianas nas periferias, da ausência de um trabalho decente que garanta direitos, da discriminação racial e de gênero que se refletem nas relações de trabalho uberizadas. Então o organizar político dos entregadores se constrói dentro dessas especificidades locais, mas também são lutas globais, pois estão conectadas com as reivindicações semelhantes de

entregadores de outras localizações. Conforme aponta Grohmann (2022), apesar das diferenças nos contextos políticos e sociais, existem muitas semelhanças entre as condições de trabalho dos entregadores no Brasil, Índia, África do Sul e Alemanha.

Por mais que oligopólios de *delivery* não adotem o mesmo modelo de gestão e controle do trabalho, percebe-se que os relatos e as reclamações dos entregadores ao redor do mundo são, em certa medida, semelhantes. O que favorece a formação de redes em torno de demandas comuns. Castells (2012, p. 130) ao tratar sobre as características dos movimentos sociais conectados em rede, afirma que:

Os movimentos são simultaneamente locais e globais. Começam em contextos específicos, por motivos próprios, constituem suas próprias redes e constroem seu espaço público ao ocupar o espaço urbano e se conectar às redes de internet. Mas também são globais, pois estão conectados com o mundo inteiro, aprendem com outras experiências e, de fato, muitas vezes são estimulados por essas experiências a se envolver em sua própria mobilização. Além disso, mantêm um debate contínuo na internet e algumas vezes convocam a participação conjunta e simultânea em manifestações globais numa rede de espaços locais.

De uma forma geral, as práticas políticas dos entregadores no Brasil tem se desenvolvido prioritariamente em uma escala local, e durante os breques são formadas articulações locais-nacionais, a fim de viabilizar a construção de uma paralisação nacional. Essas lutas se conectam com as experiências e demandas de outros movimentos de entregadores a nível global. Por exemplo, durante o primeiro breque formou-se uma conexão entre os movimentos de entregadores sul-americanos (COELHO; JESUS; SILVA, 2021). Segundo as autoras, a pandemia de Covid-19 parece ter impulsionado uma tendência à internacionalização latino-americana dos entregadores que atuam subordinados às plataformas digitais de entrega. As quatro paralisações internacionais de entregadores (22 de abril de 2020, 29 de maio de 2020, 01 de julho de 2020 e 08 de outubro de 2020) que ocorreram na América Latina contribuíram para a formação de um diálogo inicial entre entregadores do Sul Global.

Um exemplo bem-sucedido que tem o potencial para ser expandido além das fronteiras nacionais é a produção de um boletim informativo por um grupo de entregadores no Reino Unido. Segundo Cant (2021), o documento foi traduzido em diversos idiomas com o intuito facilitar o processo de comunicação e articulação dos entregadores em nível nacional e internacional, a distribuição foi feita nos espaços urbanos e virtuais. Conforme relatado pelo referido autor (2021), para a produção do boletim foram coletadas e comparadas informações sobre o cotidiano do trabalho e gestão algorítmica, e por meio dessa troca de informações foram identificados diferentes modelos de remuneração empregados pela empresa Deliveroo. Segundo o supracitado autor, a remuneração dos entregadores parece ter sido definida

considerando dois aspectos: “o salário médio e o nível de desemprego e o volume de pedidos em sua área de entrega” (p. 141).

Os contextos locais parecem influenciar a definição da remuneração. Então uma região com maiores índices de desemprego e desigualdade parece implicar em menores rendimentos para os entregadores. Problemas estruturais como o desemprego, desigualdade de renda, relações de trabalho racializadas e generificadas são vistos como contextos a serem explorados para a definição das estratégias de negócios dos oligopólios de *delivery*. Articulações entre diferentes grupos de entregadores podem tornar essas questões mais visíveis e alimentar o inconformismo.

No Brasil, essas articulações ainda são incipientes e seu desenvolvimento depende de como são articuladas as estratégias dos entregadores em nível nacional (EVANS, 2015). Para enfrentar o capitalismo de plataforma e as plataformas multinacionais e globais é necessário uma articulação de entregadores a nível sul-americano e a nível global, sem invisibilizar as particularidades e necessidades dos contextos locais. O impulso inicial para a construção de articulações pode se desenvolver a partir das condições de trabalho em comum e do entendimento de contextos locais específicos, por meio da formação de diálogos entre os entregadores de diferentes regiões (CANT; MOGNO, 2020).

- **As resistências e o organizar político construído pelos entregadores representam práticas de produção da existência.**

Todos os dias milhares de entregadores e entregadoras circulam pelas ruas das capitais e das regiões metropolitanas do Brasil, se inserem nos fluxos urbanos, transitam entre carros com suas *bags* vermelhas, laranjas e verdes. Permanecem aguardando a próxima entrega em frente aos *shoppings*, redes de *fast food* e centros comerciais. Apesar de fazerem parte do cotidiano das cidades, não eram vistos. A sociologia das ausências busca revelar as formas pelas quais a linha abissal produz a não existência e as invisibilidades (SANTOS, 2019).

A não existência se manifesta na vivência dos entregadores de variadas formas, por serem tratados como números para as empresas, pelas moradias precárias, pela ausência de emprego, falta de acessibilidade à assistência médica quando ocorre um acidente, pela classificação social, racial e sexual que são formas fundamentais para a manutenção da relação capital/trabalho, por serem alvo das políticas repressivas do Estado. Se manifesta pela ausência de direitos ou direitos desiguais, pela lógica produtivista que visa intensificar ao máximo o seu trabalho, eliminando os considerados “improdutivos” (SANTOS, 2002). Segundo o referido

autor, o que parece marginalizado foi produzido como tal, é uma invisibilidade produzida. O cotidiano das entregas não se separa do cotidiano das suas vidas, todos esses aspectos estão interligados, trazê-los para a discussão é compreender de baixo para cima os modos como os trabalhadores vivem, interagem, produzem seus saberes, contestam e resistem (GLEDHILL; HITA; PERELMAN, 2020).

Uma situação corriqueira no cotidiano dos entregadores é a desqualificação social por parte de consumidores que os tratam como sendo inferiores, a questão racial está diretamente imbricada nessas situações discriminatórias, conforme demonstrado em algumas notícias publicadas: “Entregador sofre ofensas racistas em condomínio de Valinhos” (G1, 2020); “Cliente reclama de ‘entregador negro’ após fazer pedido em aplicativo e causa protesto em Goiânia” (RODRIGUES, 2022); “Mais um entregador de aplicativo é humilhado em *shopping*, desta vez no DF” (LONGO, 2021). A lógica da desqualificação visa manter a relação de subalternidade.

No grupo de WhatsApp que participei esses tipos de situações provocavam revolta e ensejavam algumas discussões sobre a situação. Em decorrência do racismo praticado por um cliente contra um entregador em Goiânia, acima relatado, diversos entregadores se reuniram em frente ao prédio onde o evento ocorreu e promoveram buzinaços e protestos. A desclassificação social enfrentada no cotidiano parece ser um evento facilitador para gerar uma indignação coletiva e produzir uma subjetividade compartilhada. Essa indignação coletiva pode ou não tomar corpo nas ruas, por meio dos protestos e manifestações contra racismo, discriminação, violência policial, dentre outros. São formas de resistir aos estigmas de subalternidade produzidos pela exclusão abissal. Resistir a opressão e a ausência produzida é antes uma necessidade do que necessariamente uma ação pela liberdade (SANTOS, 2019).

As resistências múltiplas construídas por esses trabalhadores e trabalhadoras e os modos de auto-organização empregados têm funcionado como estratégias de afirmação, como práticas de produção da existência. A partir dos vídeos produzidos pelo Galo denunciando as empresas de *delivery*, da realização do primeiro Breque dos Apps e do aumento da visibilidade durante a pandemia de Covid-19, os entregadores ganharam manchetes na mídia hegemônica e alternativa, produziram *lives*, ganharam espaço no meio acadêmico, discussões e projetos de lei surgiram, e mesmo que, momentaneamente, foi promovida uma reflexão sobre as condições de trabalho nas plataformas digitais de entrega.

Como já discutido, não houve avanços significativos e as principais demandas dos entregadores não foram atendidas. Porém, as resistências construídas tiveram o papel de confrontar a não existência e parecem produzir impactos na subjetividade do trabalhador, o que

merece ser mais aprofundado em estudos posteriores. A não existência permanece das mais variadas formas. No entanto, as formas de atuação política empregadas também são lutas por reconhecimento e tem contribuído para aumentar a visibilidade dos entregadores. Durante as entrevistas e os vídeos visualizados foram comuns as narrativas de que agora são vistos.

E aí foi muito louco, o ato foi muito louco, ali estruturou os Entregadores Antifascistas. E aconteceu uma coisa lá no ato que foi uma coisa assim que marcou meu coração, minha mente pro resto da vida [...], a gente falou, ‘ah, vamos se deslocar e vamos mais pra frente, e aí quando a gente começou se deslocar abriu um mar vermelho assim no meio do ato, a gente foi passando e o pessoal foi batendo palma pros entregadores [...]. Aí os cara vem pra cima de mim, os entregador falou ‘caramba esse negócio do ato aqui é bom mesmo, o negócio é sério’ [...]. Ou seja, aquelas palmas daquele pessoal deu uma autoestima pra eles e pra mim também. Mano, isso é impagável, mano, e aquilo estruturou muita coisa. Se aquelas pessoas que bateram aquelas palmas elas não tem noção do quanto que elas alimentaram uma coisa muito boa assim no coração da gente, tá ligado? E todas aquelas pessoas que tavam ali no ato, depois daquilo elas passaram a continuar se conectando comigo (VD-YOU-03, 17/06/2020).

A narrativa acima destaca como o sentimento de ser visto e se sentir reconhecido produziu impactos na autoestima dos entregadores que estavam ali presentes. Esse sentimento de “ser visto” e de receber o apoio de outros atores sociais pode promover uma maior confiança e um sentimento de pertencimento, que pode facilitar a constituição de uma identidade coletiva.

Um aspecto observado é que o movimento da ausência para a presença também se dá pela contestação da ideologia empreendedora. O trabalhador invisibilizado pelo “empreendedor de si” contesta as narrativas hegemônicas das empresas de *delivery* e exige autonomia no seu processo de trabalho, independente das classificações legais.

Ao mostrar que podem se organizar a partir de baixo, a partir das suas próprias experiências e conhecimentos, os entregadores tornam-se atores políticos “capazes de experienciar e agir em relação a situações cotidianas, dissolvendo, assim, os laços de impotência frente aos ditames que os sujeitam” (PIZZIO; VERONESE, 2008, p. 65). A partir das manifestações, breques e da criação dos coletivos, os saberes e vivências diversas dos entregadores tornam-se presentes, assim como as exclusões abissais a que estão submetidos.

- **O organizar político dos entregadores representa experiências embrionárias do que pode vir a ser.**

Ao longo dessa dissertação descrevi experiências, vivências e características de cada um dos coletivos analisados. Todavia, essa última proposição que faço exige que analisemos os

coletivos em conjunto, exige um exercício de imaginação sociológica para ampliar pistas e tendências identificadas nas práticas concretas de luta.

Coletivos de ciclo entrega, cooperativas de entregadores, coletivos autônomos de luta, movimentos grevistas, associações de entregadores, todos os movimentos que foram aqui descritos possuem em comum um organizar emergente, em construção, repleto de incertezas. Apesar dessas possibilidades não estarem determinadas, elas partem de experiências concretas de luta que nos permitem ampliar o presente (SANTOS, 2002).

Grohmann (2021) trata esse processo como sendo um laboratório da luta de classes, em que se desenvolvem experimentos sobre novas formas de organizar, de reapropriar a tecnologia, novas estratégias de resistência e de construção de cooperativas que visem outras formas de trabalho. Tendo como base a sociologia das emergências, as lutas dos entregadores representam um conjunto de possibilidades emancipatórias (MORAIS; PAIVA-JÚNIOR; MELO, 2020).

No caso das associações e principalmente dos breques, as principais motivações para as suas lutas são em sua essência econômicas e envolvem questões mais urgentes enfrentadas no cotidiano, “são problemas passíveis de gerar uma identificação coletiva, pela empatia, pelo reconhecimento, pelo pertencimento (MORAIS; PAIVA-JÚNIOR; MELO, 2020, p. 13). Os breques podem ter um efeito contágio, vindo a provocar reações e questionamentos ao *status quo*, que, até então, não tinham sido feitos pelos entregadores. Como questionar as relações de poder, a desclassificação social e racial naturalizada na nossa sociedade e que se reproduzem nas relações de trabalho nas plataformas digitais.

Já os coletivos cooperativados descritos evidenciam em suas narrativas o desejo de construir um outro tipo de sociedade e de relações de trabalho. Em tais coletivos são produzidas experiências de trabalho para além da racionalidade imediatista econômica. Nesse sentido, esses trabalhadores tentam reproduzir dentro dos coletivos um outro modelo de trabalho baseado na autogestão, além de criarem conexões de negócios e/ou de luta com pequenos empreendimentos e movimentos sociais, são ações reproduzidas em uma pequena escala, em âmbito local. Representam protótipos que visam solucionar os problemas que os afetam (PARRA, 2017). Isoladamente, correm o risco de se tornarem “bolhas”, porém, em articulação com diversos atores políticos amplia-se as possibilidades de construção de outros futuros.

O grande desafio é ampliar essas ações para além do nível local, considerando e mantendo toda a pluralidade e diversidade dos movimentos. Para promover uma resistência ativa é “imperativo desenvolver algum tipo de articulação entre as experiências subalternas através de ligações locais-globais” (SANTOS, 2010a, p. 50).

Por se conectarem com as demandas de entregadores ao redor do mundo e de outros grupos e movimentos sociais, os coletivos analisados possuem potencial para multiplicação, tanto em nível nacional quanto para uma articulação internacional (WOODCOCK; CANT, 2022), ou seja, possuem potencial para se expandirem e articularem diferentes saberes. Por exemplo, uma greve articulada entre caminhoneiros e entregadores de *delivery* traria impactos significativos no sistema de circulação e distribuição de mercadorias em todo o Brasil, possíveis articulações com toda uma cadeia produtiva aumentaria o alcance da luta e o poder dos trabalhadores. Cant (2021) defende uma articulação entre os entregadores, os trabalhadores das empresas de *delivery* que atuam nos escritórios e os engenheiros desenvolvedores das plataformas, uns são invisíveis aos outros, no entanto, fazem parte da mesma cadeia produtiva. A luta dos entregadores não se restringe a uma classe específica, para além da luta de classes é uma luta contra a exclusão e desigualdade, que são ampliadas no estágio atual do capitalismo.

“As experiências subalternas do Sul Global têm sido forçadas a responder tanto à curta duração das necessidades imediatas de sobrevivência como à longa duração do capitalismo e colonialismo” (SANTOS, 2010a, p. 50). São diferentes temporalidades que constituem esse organizar político. Nesse sentido, as epistemologias do Sul confrontam as dicotomias reforma/revolução, razão/emoção, confrontam a hierarquização das lutas, como se algumas fossem válidas e outras não. O fato do Breque dos Apps ter objetivos mais imediatos que giram em torno do aumento das taxas e coletivos como o EAF e a Despatronados terem objetivos relacionados com a transformação social, ou da AMAPPE e OAPP escolherem a via institucional, não os colocam em oposição, são formas de luta complementares e necessárias, que ampliam as possibilidades existentes.

Representam tanto práticas concretas, visando melhorar as condições de trabalho, ou seja, assumem um caráter reformista e imediato, quanto possibilidades de construir outras relações de trabalho, assumindo um caráter mais amplo. Um organizar não anula o outro, existem de forma concomitante, os saberes produzidos em um coletivo podem fortalecer outros e vice-versa. Os futuros possíveis a partir dessas experiências organizativas concretas, articuladas em rede com outros atores políticos, podem resultar em alternativas credíveis ao capitalismo de plataforma, mas também podem desaparecer por conta das suas vulnerabilidades ou ainda serem cooptados pelo próprio sistema que desejam combater. O futuro é incerto, não há uma direção única e universal para a história. As lutas dos trabalhadores não tem soluções prontas e simplistas, mas é necessário traçar os horizontes desejáveis e ampliar as possibilidades concretas que se desenham no presente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que são as migalhas das pequenas vitórias das pequenas lutas? São a experiência que os excluídos adquirem de sua presença no campo social e político, de interesses e vontades, de direitos e práticas que vão formando uma história, pois seu conjunto lhes dá a dignidade de um acontecimento histórico (CHAUI, 1988, p.12).

O título dessa seção “considerações finais” me parece inapropriado para o que trago aqui, afinal, o que apresento não são conclusões definitivas, mas sim um trabalho em construção, com olhares inacabados. Ao longo dessa caminhada novos questionamentos surgiram, o que foi relatado ao longo desse trabalho é construído no próprio cotidiano das lutas, representam histórias, trajetórias que não são estáveis e fixas, mas estão em constante movimento, o que me impossibilita de afirmar que as considerações que faço são últimas.

O objetivo central desse trabalho foi compreender a construção do organizar político dos entregadores que atuam por meio das plataformas digitais, sob a lente das epistemologias do Sul (SANTOS, 2010a, 2018, 2019). Analisei por meio de uma netnografia, os saberes, as resistências e os modos de organizar desenvolvidos por movimentos de luta e coletivos construídos pelos próprios entregadores. Por meio de observação participante e entrevistas narrativas pude me entranhar no cotidiano e experiências de luta evidenciados nas narrativas e redes sociais e enxergar de perto essa realidade.

No primeiro objetivo específico propus descrever o organizar desenvolvido por coletivos de entregadores, os analisados foram AMAPPE (PE), Breque dos Apps (BR), C.I.T.A (RS), Despatronados (RJ), Entregadores Antifascistas (SP), Magricela Entregas (RJ) e OAPP (DF). Trata-se de um organizar construído por múltiplos atores, alguns com maior evidência nas mídias e outros com menor. Entrei em campo com a ideia de que não havia liderança nos movimentos dos entregadores, mas à medida que a pesquisa se desenvolveu, percebi que de fato não existe uma figura única de liderança, mas existem aqueles que são reconhecidos informalmente como representantes do movimento, como porta-vozes de determinado Estado ou município, para levar suas demandas às empresas, ao Estado ou para articular o breque e paralisações locais.

Ao longo dessa dissertação, identifiquei diferentes modos de organizar que envolvem associações, cooperativas e coletivos de luta. Nesse sentido, não existe uma única alternativa para lutar por melhores condições e modelos de trabalho, são alternativas no plural. O organizar político vai se desenhando em meio a erros e acertos, marcado por avanços e recuos, em que

diferentes saberes são articulados e mobilizados possibilitando a criação de uma experiência organizativa. São movimentos que se organizam localmente, geralmente em nível municipal, e quando ocorre um breque nacional são desenvolvidas articulações com a maioria dos coletivos estudados e outros entregadores representantes dos Estados, que não estão necessariamente associados a algum coletivo ou associação. São ligações locais-nacionais ou locais-locais que vão se constituindo. Em relação as articulações internacionais elas ocorrem de forma mais pontual, geralmente associadas ao apoio em alguma paralisação, troca de experiências ou contato inicial com cooperativas de entregadores ou sindicatos de base.

Quanto ao segundo objetivo de pesquisa envolveu identificar as práticas de resistência utilizadas pelos entregadores. Diferentes práticas foram identificadas, com destaque para a ação direta, por meio de greves e piquetes. Os entregadores utilizaram criativamente as mídias sociais, como o Instagram, Facebook, Youtube e aplicativos de mensagem instantânea para se comunicarem, articularem-se e criarem suas próprias ações de resistência, como os tuitaços, apagão virtual, boicotes nas redes sociais das empresas e *shitstorm*. É preciso realçar que não só o trabalho de entregas é materializado através da tecnologia. Esse também é o meio em que despontam as lideranças e que se erguem resistências em meio às contradições vividas.

Os entregadores têm usado as tecnologias digitais para estabelecerem fluxos de comunicação que são criados e geridos por eles próprios. São empreendidas experiências de comunicação e de informação formando estruturas invisíveis que permitem uma intensa e difusa troca de informações (SANTOS, 2002, 2003; CANT, 2021). Além de estimular trabalhadores oriundos de diferentes contextos a discutirem sobre seu cotidiano de trabalho, a fim de promover comparações que levem a reflexões e incentivem a construção de ações coletivas e mobilizações políticas (CANT; MOGNO, 2020).

Os espaços virtuais representam um local para a circulação de saberes e construção de conexões de lutas. Para além de determinismos tecnológicos ou de subestimar as lutas que utilizam essas mídias, como se fossem incapazes de produzir resultados concretos para a luta. As mídias sociais tiveram um importante papel na redução das desvantagens provocadas pela dispersão geográfica e pela comunicação ineficiente com as empresas de *delivery*. Nesse sentido, essas mídias foram utilizadas como instrumentos para otimizar a comunicação, articulação e divulgação das lutas. Para além de dicotomias *on-line* e *offline*, as práticas de resistência se manifestam tanto nas ruas quanto nas redes sociais virtuais. São construídos repertórios de ações de resistência que geralmente se iniciam nas ruas e posteriormente utilizam as redes sociais como forma de impulsionar, amplificar e visibilizar as lutas. Certamente, existem potencialidades e limites em tais ações.

Os limites envolvem restringir as lutas às redes sociais e não desenvolver estratégias a longo prazo, além disso, corre-se o risco de tornarem-se coletivos “bolhas”, falando para si próprios e distanciados da base dos entregadores. Dentre as potencialidades, envolvem as possibilidades de construir articulações internacionais, ampliar a visibilidade das lutas e consolidar redes com outros atores para além dos entregadores.

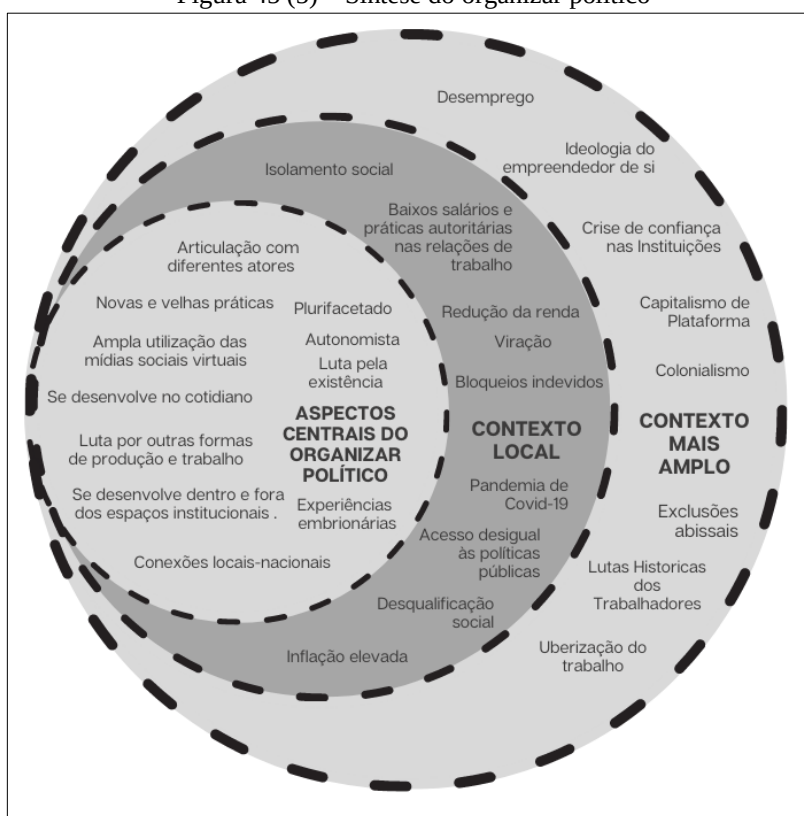
As táticas de resistência se afastam do repertório de ações dos sindicatos tradicionais (CINI; TASSINARI; MACCARONNE, 2021) e não são direcionadas apenas às empresas de *delivery*, elas questionam a desqualificação social, a violência policial e a omissão estatal, questionam o fato de serem vistos como inferiores por parte de alguns clientes, questionam o racismo que sofrem no cotidiano e a não existência produzida, este último conforme Santos (2002). Os resultados sugerem que a ampliação da visibilidade dos entregadores parece alimentar a confiança e autoestima destes.

O terceiro objetivo envolveu compreender as aproximações e distanciamentos entre os sindicatos e os coletivos pesquisados nesse trabalho. De uma forma geral, os coletivos reconhecem a necessidade e importância dos sindicatos e se mostram abertos ao recebimento de apoio. No caso do Breque dos Apps existe um distanciamento maior aos sindicatos e tal rejeição é claramente evidenciada. Em termos gerais, o que todos os coletivos parecem rejeitar é o sindicalismo burocrático, “pelego”, atrelado ao Estado e com pautas distanciadas do desejo dos entregadores. Os resultados apontam que os entregadores desejam ser reconhecidos como atores políticos capazes de construir a sua própria luta, sem intermediadores e sem serem deslegitimados por qualquer organização, seja ela sindical ou não.

Os coletivos pesquisados aparentaram demonstrar uma maior aproximação e menor resistência ao apoio dado por sindicatos de base e independentes, por sindicatos que não os representem diretamente e que não se posicionem de cima para baixo. Os achados indicam que as articulações entre algumas organizações sindicais e coletivos de entregadores existem, mas é necessário que se estabeleça uma relação de confiança e que os valores sejam próximos daquilo que o próprio coletivo acredita. Essa interação e troca são fundamentais para potencializar a luta.

Baseado em tudo que expus e discuti até o momento, a Figura 45 (5) é um esforço de síntese do organizar político dos entregadores e entregadoras no Brasil e os contextos em que se desenvolvem e influenciam esse organizar.

Figura 45 (5) – Síntese do organizar político



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

A Figura 45 (5) deve ser interpretada de forma relacional, o contexto local e mais amplo, apresentados ao longo desta dissertação, estão conectados e são refletidos no organizar político. A luta dos entregadores envolve diversos aspectos que não se resume unicamente a resistência contra as plataformas de entrega. Como os protestos contra a violência policial que refletem aspectos do contexto mais imediato vivenciado pelos entregadores, todavia, essa violência tem sido direcionada apenas a alguns grupos específicos, o que pode ser considerado uma exclusão abissal; as lutas contra a desqualificação social e racismo refletem aspectos vivenciados no cotidiano e ao mesmo tempo são reflexo da herança colonial. A luta por outras formas de trabalho não critica apenas o modelo de trabalho nas plataformas de entrega, mas contesta tanto as relações de trabalho no Brasil, marcadas por baixos salários e práticas autoritárias (COSTA, 2005), quanto as relações de trabalho no próprio capitalismo. A viração se hibridiza ao capitalismo de plataforma (FRANCO, 2021), e é legitimada pelo próprio Estado.

Os achados apontam que a combinação do contexto imediato de trabalho, aspectos sociopolíticos e estruturais, e os saberes e militâncias que os entregadores trazem e desenvolvem ao longo da luta, parecem ter exercido influência na iniciativa e nos modos que esse organizar assume. Por exemplo, o fato de atuarem nas ruas e ser um trabalho sob demanda

(contexto do trabalho imediato), exige o emprego de novas formas de resistir e construir articulações políticas, é preciso repensar greve, boicote, piquetes, comunicação e articulação.

Nesse sentido, acabam utilizando criativamente os recursos e saberes disponíveis, como as mídias sociais virtuais. Essa utilização e intensificação da luta parece ter sido impulsionada durante a pandemia de Covid-19 (contexto social), que evidenciou e aprofundou a situação de desigualdade e vulnerabilidade pelo qual determinados grupos estavam mais expostos (contexto mais amplo). Nesse cenário, as empresas de *delivery* se utilizaram da ameaça subjetiva de desemprego (contexto mais amplo) como uma das estratégias para desarticular as greves, pelo fato de terem um grande número de entregadores disponíveis e que não estão dispostos a participar das greves e mobilizações.

Outro exemplo, o coletivo Despatronados iniciou com o intuito de terem um aplicativo, no entanto, diante da impossibilidade, foi preciso criar outros modos de trabalho. O fato de acreditarem na autogestão e no cooperativismo como modos de organização parece se relacionar com a tradição política anterior dos membros iniciais (saberes e recursos disponíveis) e com suas experiências de opressão e exclusão no mercado de trabalho brasileiro (aspecto sociopolítico local). Nesse sentido, a trajetória política anterior dos membros dos coletivos influenciou a forma como esses trabalhadores vão imaginar esse organizar político. Esse pareceu um ponto que merece ser melhor investigado.

Outro a ser destacado é a desconfiança em relação às instituições políticas e sindicais (aspectos mais amplos), em vez de causar apatia, tem suscitado auto-organização e autonomia dos movimentos analisados (CHAUI, 1988). Os coletivos estudados se dividem em movimentos com um explícito posicionamento político e movimentos que se declaram apolíticos. Essa última declaração não deve ser analisada isoladamente, sob o risco de considerar equivocadamente esses entregadores como alienados e sem consciência de classe. Nesse sentido, a afirmação sobre ser apolítico deve ser analisada em seu contexto imediato e mais amplo, relacionando-a com a própria crise de confiança nas instituições e o temor de cooptação dos movimentos.

Trouxe essas experiências concretas apenas para ilustrar a afirmação feita, a explicação para os modos de se organizarem politicamente não se esgotam nessas experiências elencadas. Durante as entrevistas, pude perceber nas narrativas um certo sentimento de impotência e ao mesmo tempo uma convicção de que não podem parar, e que só por meio da luta o *status quo* será modificado. Esse desânimo provavelmente está associado aos poucos avanços obtidos, e pelo fato de que alguns desses entregadores compreendem que lutam contra algo muito maior que as próprias plataformas de entrega. Esse organizar não ocorre isolado, compreendo que há

uma conexão das experiências cotidianas, saberes mobilizados e articulados, emoções vivenciadas, como desânimo e esperança, com as dinâmicas locais e mais amplas, que influenciam no desenho organizacional e nas resistências empreendidas.

Esse trabalho avança teoricamente na compreensão dos diferentes modos de organizar construídos pelos entregadores no Brasil, contribui ao ir além dos estudos que tendem a privilegiar a organização sindical como única forma legítima de organização dos trabalhadores. Vários dos resultados encontrados vão ao encontro do apresentado em estudos anteriores (ABÍLIO; GROHMANN; WEISS, 2021; TASSINARI; MACCARRONE, 2020; CANT, 2021; CINI; TASSINARI; MACCARONNE, 2021). No entanto, também avança teoricamente ao ampliar o olhar para as diversas camadas e modos que envolvem o organizar político dos trabalhadores sob demanda, não se limitando a divisões micro/macro, objetivo/subjetivo, formal/informal, *on-line/offline*, essas distinções não são tão claramente evidenciadas quando se parte da realidade concreta e quando se analisa saberes que surgem da luta.

As contribuições práticas giram em torno de evidenciar a capacidade de ação, o potencial de expansão e de articulação dos coletivos pesquisados. Outra implicação prática são as possibilidades de conversações a partir dos pontos em comum identificados. Destacando as possibilidades de renovação das lutas dos trabalhadores em um contexto de ampliação da informalidade e reconfiguração dos próprios modos de produção, consumo e trabalho.

As mobilizações de nível local podem impulsionar o nível nacional e se conectar com outros movimentos em nível internacional. Da mesma forma que colonialismo, capitalismo e patriarcado se alinham a uma constelação de poderes (SANTOS, 2020), os trabalhadores também precisam estabelecer suas conexões, a fim de formar uma constelação de articulações capaz de enfrentar a opressão e exclusão a que estão submetidos. O controle algorítmico exercido é sempre incompleto (TASSINARI; MACCARRONE, 2020). As próprias empresas criam as condições para que os trabalhadores se revoltem.

Foram apresentados também os limites desses movimentos, que nem sempre conseguem se apropriar dos instrumentos necessários para avançar na luta. Naturalmente, esse organizar enfrenta problemas, conflitos de interesse, desafios imediatos, como falta de dinheiro e tempo, desafios estruturais, como o desemprego, desafios associados ao modelo de trabalho uberizado, mas também apresentam esperança, possibilidades de futuros alternativos e de formação de uma solidariedade ativa (ATZENI, 2010; TASSINARI; MACCARRONE, 2020).

Dentre as limitações dessa pesquisa, aponto para a grande quantidade de material coletado, dificultando o manuseio e o processo interpretativo. Além disso, não pude ouvir as narrativas diretas da base dos entregadores, que nem sempre participam de coletivos de luta e

de movimentos de mobilização política. Ouvir as suas narrativas possivelmente possibilitaria o aprofundamento no entendimento das motivações para o não envolvimento destes com as greves.

Qual vai ser a longevidade desses coletivos de luta? Ainda não sabemos, afinal são movimentos emergentes, em construção, provavelmente vai depender da capacidade de articulação com outros atores. Será que esses movimentos manteriam seu caráter autonomista à medida que se expandissem e suas práticas fossem legitimadas pelas organizações políticas tradicionais? Quais são as possibilidades de articulações dos movimentos dos entregadores com outros atores envolvidos diretamente com as plataformas de entrega, como os trabalhadores que atuam nos escritórios da iFood e os trabalhadores de tecnologia da informação (TI)? Como a luta dos entregadores brasileiros se assemelha ou se distancia da luta dos entregadores da América Latina? Quais políticas públicas seriam necessárias para o enfrentamento da uberização do trabalho? Esses questionamentos que advém desse trabalho de dissertação representam possibilidades de pesquisas, abrem margem para estudos futuros. Outra possibilidade seria aprofundar o entendimento sobre como a percepção de ser visto e reconhecido socialmente impacta na construção de laços mais fortes entre os entregadores.

Consonante com a sociologia das emergências (SANTOS, 2002), não percebo um futuro do trabalho de forma determinística e estanque, mas sim propomos um olhar múltiplo, plural, relacional e recíproco nas suas trajetórias. Assim, penso em futuros do trabalho, ou seja, nas várias possibilidades emergentes e que podem ou não dar certo. E essas soluções devem ser construídas pelos próprios trabalhadores articulados com outros atores políticos, e não isoladamente por partidos e organizações que utilizem os movimentos dos trabalhadores para construir capital político. Independente das classificações legais, é fundamental a construção de políticas públicas mais amplas que envolvam um piso remuneratório mínimo, que garantam o direito do trabalhador conhecer de forma clara os critérios utilizados para o cálculo da sua remuneração, políticas regulatórias que permitam o acesso aos dados coletados dos trabalhadores e garantam uma maior transparência em como ocorre a organização do trabalho. Focar no contexto mais imediato da luta por direitos básicos pode ser uma possibilidade para a construção de diálogos, a fim de empreender um movimento nacional que se ligue a outros movimentos de entregadores do Sul e/ou do Norte Global. Esse foco não impede que concomitantemente se criem cenários alternativos desejados, que se criem formas embrionárias de racionalidades para além da lógica financeirizada.

Os resultados dessa pesquisa serão publicizados no perfil do Instagram @entregadores.resistencia. Além disso, serão enviados, seja por e-mail ou aplicativo de

mensagem instantânea, a todos os atores entrevistados que contribuíram para que ela fosse efetivada. Que o conhecimento gerado possa contribuir tanto no cotidiano das lutas quanto motivar outros pesquisadores a ir além do que está posto neste trabalho, que por minhas limitações de tempo e conhecimento não pude expandir. Que o conhecimento gerado possa inspirar outras pesquisas engajadas e instigue outros pesquisadores e movimentos de trabalhadores a ampliarem “todas as possibilidades existentes de inconformismo” (SANTOS, 2019, p. 189).

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Revista Psicoperspectivas**, v. 18, n. 3, p. 1-11, nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>
- ABÍLIO, L. C. Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado? **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020a. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38579>
- ABÍLIO, L. C. *et al.* Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, Edição especial – Dossiê COVID-19, p. 1-21, 2020b.
- ABÍLIO, L. C. Breque dos Apps é um freio coletivo na uberização e na degradação e exploração do trabalho. [Entrevista cedida a] Patrícia Fachin. **IHU Unisinos**. São Leopoldo, 05 ago. 2020c. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/601524-breque-dos-apps-e-um-freio-coletivo-na-uberizacao-e-na-degradacao-e-exploracao-do-trabalho-entrevista-especial-com-ludmila-abilio>. Acesso em: 04 maio 2021.
- ABÍLIO, L. C. Uberização e juventude periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 39, n. 3, p. 579-597, set./dez. 2020d. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>
- ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020e. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>
- ABÍLIO, L. C. Relatório de pesquisa: Informalidade e Periferia no Brasil contemporâneo. In: MARQUES, L. (org.). **Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 13-39.
- ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, ano 23, n. 57, p. 26-56, maio/ago. 2021. <http://doi.org/10.1590/15174522-116484>
- ABÍLIO, L. C.; GROHMANN, R.; WEISS, H. C. Struggles of Delivery Workers in Brazil: Working Conditions and Collective Organization during the Pandemic. **Journal of Labor and Society**, 24, p. 598-616, 2021. <https://doi.org/10.1163/24714607-bja10012>
- ADAMS, Z.; DEAKIN, S. Institutional solutions to precariousness and inequality in labour markets. **British Journal of Industrial Relations**, v. 52, n. 4, p. 779-809, 2014. <https://doi.org/10.1111/bjir.12108>
- ALINE OS. Plataformas mais justas e sustentáveis. . [Entrevista cedida a] Juliana César Nunes. **Revista Saber Cooperar**, ano X, nº 36, p. 24-33, out./dez. 2021. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/revista-saber-cooperar> . Acesso em: 23 abr. 2022.

ALVES, G. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”. Ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista de Sociologia política**, Curitiba, v. 15, p. 111-124, nov. 2000a. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782000000200008>

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000b.

ALVES, G. Ocupar Wall Street... e depois? In: HARVEY, D.; DAVIS, M.; ZIZEK, S.; ALI, T.; SAFATLE, V. **Ocupy**: Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 30-39. Edição Kindle.

ALVES, R. Advogada, jornalista e entregadores são agredidos por PMs na Zona Sul do Rio, segundo comissão da OAB. **Portal G1**, São Paulo, 03 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/03/advogada-jornalista-e-entregadores-sao-agredidos-por-pms-na-zona-sul-do-rio-segundo-comissao-de-direitos-humanos-da-oab.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2021.

ANGROSINO, M. **Etnografia e Observação Participante**. São Paulo: Artmed, 2009.

ANTUNES, R. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil (Um estudo sobre a consciência de classe: 1930-35)**. 1980. 279 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1980.

ANTUNES, R.; SILVA, J. B. da. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n.75, p. 511-528, set./dez. 2015a. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000300005>

ANTUNES, R. Fenomenologia de crise brasileira. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 9-16, jul./dez. 2015b. <https://doi.org/10.23925/ls.v19i35.26672>

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: O novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

ANTUNES, R. **Coronavírus**: O trabalho sob o fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020a. Edição Kindle.

ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, V. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>

ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, R (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020b.

ARAÚJO, A. M. C. Estado e Trabalhadores. In: ARAÚJO, A.M.C (org.). **Do corporativismo ao neoliberalismo**: Estado e Trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 29-57.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ALEPE. **Motofretistas e MPT apontam precarização em trabalho de entregas por aplicativo**.

ALEPE, Pernambuco, 28 ago. 2019. Disponível em:
https://www.alepe.pe.gov.br/2019/08/28/motofretistas-e-mpt-apontam-precarizacao-em-trabalho-de-entrega-por-aplicativos/?fbclid=IwAR3nWuf1_upzsrGoq_MI763F0E3EHvHm0Druj_jQZsNGd_7jTLhtCj0rJw . Acesso em: 22 nov. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES – ABRASEL. **Brasileiros usam mais de 250 apps de delivery de comidas diferentes – mas iFood lidera disparado.** ABRASEL, Belo Horizonte, 18 ago. 2021. Disponível em:
<https://abrasel.com.br/noticias/noticias/brasileiros-usam-mais-de-250-apps-de-delivery-de-comida-diferentes-mas-ifood-lidera-disparado/> . Acesso em: 20 dez. 21.

ASSOCIAÇÃO DE COMBATE À PRECARIIDADE. **Manifesto Fundador da Associação de Combate à Precariedade – Precários inflexíveis.** 2012. Disponível em:
<http://www.precarios.net/a-associacao/manifesto/> Acesso em: 24 jan. 21.

ATZENI, M. **Workplace Conflict: Mobilization and Solidarity in Argentina.** London: Palgrave Macmillan, 2010.

ATZENI, M. Workers’ organizations and the fetishism of the trade union form: toward new pathways for research on the labour movement? **Globalizations**, v. 18, n. 8, p. 1349-1362, 2021. <https://doi.org/10.1080/14747731.2021.1877970>

BAKKEN, T.; HERNES, T. Organizing is both a verb and a noun: Weick meets Whitehead. **Organization Studies**, v. 27, n. 11, p. 1599-1616, 2006.
<https://doi.org/10.1177%2F0170840606068335>

BAPTISTELLA, C. V. **Pra quem tem fome: vigilância e controle algorítmicos no processo de trabalho de um aplicativo de entrega em Curitiba.** 2021, 212 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade). Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Curitiba, 2021.

BARRATT, T.; GOODS, C.; VEEN, A. ‘I’m my own boss. . .’: Active intermediation and ‘entrepreneurial’ worker agency in the Australian gig-economy. **Economy and Space**, v. 52, n. 8, p. 1643-1661, 2020. <https://doi.org/10.1177%2F0308518X20914346>

BATISTA-DOS-SANTOS, A. C. **Concepções de administração e administrador em tempos de capitalismo flexível: uma abordagem crítica.** 2013. 295 f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, 2013.

BOITO JÚNIOR, A. De volta para o novo corporativismo. A trajetória política do sindicalismo brasileiro. **São Paulo em perspectiva**, v. 8, n. 4, 1994.

BOITO JÚNIOR, A.; GALVÃO, A.; MARCELINO, P. Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. **OSAL - Observatório Social de América Latina**. Buenos Aires: CLACCSO, Ano X, n. 26, p. 35-55, out. 2009.

BRAGA, R. **A pulsão plebeia: Trabalho, precariedade e rebeliões sociais.** São Paulo: Alameda, 2005.

BRAGA, R.; SANTANA, M. A. Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 529-544, set./dez. 2015. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000300006>

BRAGA, R. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no sul global. São Paulo: Boitempo, 2017. Edição Kindle.

BRAGA, R. GUELERMAN, A. Para além do eurocentrismo: reconstruindo a teoria das greves. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 13, p. 1-6, 2021. <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2021.e76908>

BRASIL. **Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012**. Brasília, DF: Presidência da República, [2012] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12690.htm. Acesso em: 10 dez. 2021.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara aprova medidas de proteção a entregadores de aplicativo durante pandemia**, Brasília, DF, 01 dez. 2021. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/833785-camara-aprova-medidas-de-protecao-a-entregadores-de-aplicativo-durante-pandemia/>. Acesso em: 06. jan. 2022.

CAMARA, G. D.; LOVISON, A. M. Validade e Reflexividade na Pesquisa Qualitativa em Organizações. In: EnEPQ, 1, 2007, Recife, **Anais...** Recife: ANPAD, 2007, p. 1–17.

CANT, C. **Riding for Deliveroo**: Resistance in the new economy. Cambridge: Polity Press, 2019.

CANT, C.; MOGNO, C. Platform Workers of the World, Unite! The Emergence of the Transnational Federation of Couriers. **The South Atlantic Quarterly**, v. 119, n. 2, abr. 2020. <https://doi.org/10.1215/00382876-8177971>

CANT, C.; WOODCOCK, J. Fast Food Shutdown: From disorganisation to action in the service sector. **Capital & Class**, v. 44, n. 4, p. 513-521, 2020, <https://doi.org/10.1177/0309816820906357>

CANT, C. **Delivery Fight**: A luta contra os patrões sem rosto. São Paulo: Veneta, 2021.

CARDOSO, U. C. **Associação**. Brasília: Sebrae, 2014.

CARRIERI, A. de P. O humor como estratégia discursiva de resistência: as charges do Sinttel/MG. **Organizações & Sociedade**, v. 11, n. 30, p. 29-48, 2004. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302004000200002>

CARVALHO, L. Fim do Uber Eats no Brasil: mudança global e treta com iFood podem explicar. **Portal UOL**. 10 jan. 2022a. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2022/01/10/fim-do-uber-eats-no-brasil-mudanca-global-e-treta-com-ifood-podem-explicar.htm>. Acesso em: 04 abr. 2022.

CARVALHO, L. iFood anuncia aumento a entregadores e diz que diminuirá seu lucro. **Portal UOL**. 18 mar. 2022b. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2022/03/18/ifood-anuncia-aumento-a-entregadores.htm>. Acesso em: 16 abr. 2022.

CASILLI, A. **Trabajo, conocimiento y vigilancia – 5 ensayos sobre tecnología**. Agencia de Gobierno Electrónico y Tecnologías de la Información y Comunicación (AGETIC). La Paz - Bolivia, 2018.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CASTELLS, M. **Ruptura: A crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT. **Condições de trabalho, direitos e diálogo social para trabalhadoras e trabalhadores do setor de entrega por aplicativo em Brasília e Recife**. São Paulo: CUT, 2021. Disponível em: <https://www.cut.org.br/acao/condicoes-de-trabalho-direitos-e-dialogo-social-para-trabalhadoras-e-trabalhador-ac01>. Acesso em: 25 jan. 2022.

CHAUI, M. Prefácio. In: SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 9-16.

CHERRY, Miriam. Beyond Misclassification: The Digital Transformation of Work. **Comparative Labor Law & Policy Journal**, v. 37, n. 3, 2016.

CINI, L.; GOLDMAN, B. The Worker Capabilities Approach: Insights from Worker Mobilizations in Italian Logistics and Food Delivery. **Work, Employment and Society**, v. 5, n. 35, p. 948-967, nov. 2020. <https://doi.org/10.1177%2F0950017020952670>

CINI, L.; TASSINARI, A. On Struggles in Logistics: Notes for militant labor activism from the Italian experience. **Notes From Below**. 14 dez. 2018. Disponível em: <https://notesfrombelow.org/article/struggles-logistics-notes-militant-labor-activism>. Acesso em: 07 jan. 2022.

CINI, L.; TASSINARI, A.; MACCARRONE, V. With or without U(nions)? Understanding the diversity of gig workers' organizing practices in Italy and the UK. **European Journal of Industrial Relations** (published online ahead of print 2021), p. 1-22, 2021. <https://doi.org/10.1177%2F09596801211052531>

CHOUDHARY, N. **Informal Workers and Organized Action: Narratives from the Global South**. Phoenix: Palgrave Macmillan, 2022. <https://doi.org/10.1007/978-981-16-4281-4>

COELHO, B. P. de M.; JESUS, A. B. de.; SILVA, M. E. P. S da. A luta coletiva dos entregadores latino-americanos contra a pandemia do capitalismo – movimentos grevistas em tempos de Covid-19. **Middle Atlantic Review of Latin American Studies**, v. 4, n. 3, p. 31-48, 2021. <http://doi.org/10.23870/marlas.331>

COGGIOLA, O. Os inícios das organizações dos trabalhadores. **AURORA**, ano IV, n. 6, p. 11-20, ago. 2010. <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2010.v3n2.1227>

COOPCYCLE. **The Coopcycle Software**. 2021. Disponível em: <https://coopcycle.org/en/software/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

CORDERO, K. H.; DAZA, C. S. Precarización laboral em plataformas digitales: una lectura desde América Latina (A modo de introducción). In: CORDERO, K. H.; DAZA, C. S. (ed.). **Precarización laboral em plataformas digitales: una lectura desde América Latina**. Quito: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), 2020, p. 14-19.

COSTA, A. F. F. da. **Os anarquistas e os imigrantes, no contexto do sindicalismo brasileiro: o resgate do anarcosindicalismo e as tendências contemporâneas**. 2016. 229 f. Dissertação (Mestrado em Direito Privado), Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2016.

COSTA, J. S.; BARBOSA, A. L. N de H.; HECKSHER, M. **Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia da Covid-19**. Texto para Discussão, n. 2684, Rio de Janeiro, IPEA, ago. 2021. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10786/1/td_2684.pdf. Acesso em: 22 jun. 2022.

COSTA, M da S. O SISTEMA DE RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL: alguns traços históricos e sua precarização atual, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, nº 59, p. 111-170, 2005.

COSTELLO, L.; McDERMOTT, M-L.; WALLACE, R. Netnography: Range of Practices, Misperceptions, and Missed Opportunities. **International Journal of Qualitative Methods**, v.16, n.1, p. 1-12, 2017. <https://doi.org/10.1177%2F1609406917700647>

COUTO, F. F.; HONORATO, B. E. F.; SILVA, E. R. da. Organizações outras: diálogos entre a teoria da prática e a abordagem decolonial de Dussel. **Revista de Administração Contemporânea – RAC**, Maringá, v. 23, n. 2, p. 249-267, mar./abr. 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019180057>

COULDRY, N.; MEJIAS, U. A. **The cost of connection: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism**. California: Stanford University Press, 2019.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CROCCO, F. G.; ATZENI, M. Entre la precarización, el control algorítmico y la movilización. El efecto de la pandemia en los repartidores de plataformas en Argentina y Chile. **Revista Internacional Del Trabajo**, 2021. <https://doi.org/10.1111/ilrs.12206>

CZARNIAWSKA, B. On time, space, and action nets. **Organization**, London, v. 11, n. 6, p. 773-791, 2004. <https://doi.org/10.1177%2F1350508404047251>

CZARNIAWSKA, B. Going back to go forward: on studying organizing in action nets. In: HERNES, T.; MAITLIS, S. (org.). **Process, sensemaking, & organizing: perspectives on process organization studies**. New York: Oxford University Press, 2010. p. 140-160.

DAFT, R. L.; WEICK, K. E. Por um modelo de organização concebido como sistema interpretativo. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, v. 45, n. 4, p. 73-86, out./dez. 2005.

DAZA, C. S.; CORDERO, K. H. La aplicación te precariza. Experiencias de personas repartidoras y conductoras en Ecuador. In: CORDERO, K. H.; DAZA, C. S (ed.).

Precarización laboral em plataformas digitais: una lectura desde América Latina. Quito: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), 2020. p. 83–98.

DELGADO, G. N.; CARVALHO, B, V. O movimento coletivo dos entregadores de plataformas digitais no contexto pandêmico. **Revista Eletrônica de Direito Centro Universitário Newton Paiva**. Belo Horizonte, n. 42, p. 396-410, set./dez. 2020.

DEMO, P. Cuidado metodológico: signo crucial da qualidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 349-373, jul./dez. 2002. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922002000200007>

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.). **The sage handbook of qualitative research**. 3. ed. London: SAGE Publications, 2005.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.). **The sage handbook of qualitative research**. 5. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2018.

DESGRANGES, N.; RIBEIRO, W. Narrativas em rede: O Breque dos Apps e as novas formas de manifestação de trabalhadores em plataformas digitais. **Revista Movimentação**, Dourados, MS, v. 7, n. 13, jul./dez. 2020.

DE PEUTER, G.; DYER-WITHEFORD, N. Commons and Cooperatives. **Affinities: A Journal of Radical Theory, Culture, and Action**, v. 4, n. 1, p. 30-56, 2010.

DE STEFANO, V. **The rise of the “just-in-time workforce”**: On-demand work, crowdwork and labour protection in the gig economy. n. 71. Geneva, Suíça: ILO, 2016.

DE STEFANO, V. Labour is not a technology – Reasserting the Declaration of Philadelphia in Times of Platform–Work and Gig–Economy. **IUSLabor**, 2, p. 1-16, 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS – DIEESE. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos**: Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 02. jun. 2022.

DIGI LABOUR. Experiências alternativas no trabalho por plataformas no Brasil. **Digi Labour**. 7 jun. 2021. Disponível em: <https://digilabour.com.br/2021/06/07/experiencias-alternativas-no-trabalho-por-plataformas-no-brasil/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

DOURADO, D. P.; SOARES, A. P.; SILVA, M. L dos S.; MELO, M de N. C. Mundo do trabalho e Covid-19: Um panorama sobre essa relação e a proposição de agenda para um grupo de pesquisa. **FAROL – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, no prelo.

DUARTE, L. P. J. Sindicalismo brasileiro: do anarcosindicalismo à ditadura militar, histórico e resgate. **Revista Digital em Debate**. Florianópolis, n. 3, p.28-43, 2007. <https://doi.org/10.5007/%25x>

DUARTE, M. de F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar (*organizing*) para os estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 76, p. 57-72, jan./mar. 2016. <https://doi.org/10.1590/1984-9230763>

DUDEN. Shitstorm. **Duden Die Grammatik**. 2021. Disponível em: <http://www.duden.de/rechtschreibung/Shitstorm> . Acesso em 29 dez. 2021.

ENGLERT, S.; WOODCOCK, J.; CANT, C. Operaísmo Digital: tecnologia, plataformas e circulação das lutas dos trabalhadores. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 47-58, 2020. <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.05>

ENTREGADOR SOFRE OFENSAS RACISTAS EM CONDOMÍNIO DE VALINHOS; Vídeo. **Portal G1**, São Paulo, 07 de agosto de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/08/07/entregador-registra-boletim-de-ocorrencia-apos-sofrer-ofensas-racistas-em-condominio-de-valinhos-video.ghhtml>. Acesso em 25 jan. 2022.

ESCOBAR, A. Beyond the Third World: imperial globality, global coloniality and antiglobalisation social movements. **Third World Quarterly**, v. 25, n. 1, p. 207-230, 2004. <https://doi.org/10.1080/0143659042000185417>

ESTANQUE, E. Sindicalismo e movimentos sociais: ação coletiva e regulação social no contexto europeu e português. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 23, p. 55-67, 2009. <https://doi.org/10.23925/ls.v0i23.18931>

ESTANQUE, E. Rebeliões de classe média? Precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil (2011-2013). **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 103, p. 53-80, maio/2014. <https://doi.org/10.4000/rccs.5540>

EVANS, P. Movimentos nacionais de trabalhadores e conexões transnacionais: a evolução da arquitetura das forças sociais do trabalho no neoliberalismo. **Caderno CRH**, v. 28, n. 75, p. 457-478, set./dez. 2015. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000300002>

FARIA, J. H. **Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

FARIA, J. H. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 3, Rio de Janeiro, p. 629-650, jul./set. 2017.

FARIA, S. G.; MARRA, A. V; ÁSSIMOS, B. M.; SOUZA, M. M. P de. Atração de pessoas nas startups: Discursos de sedução. **Contextus: Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 19, n. 5, p. 59-70, 2021. <https://doi.org/10.19094/contextus.2021.61610>

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SINDICALISTAS REVOLUCIONÁRIAS DO BRASIL – FOB. Quem Somos. **FOB**. 2022. Disponível em: <https://lutafob.org/quem-somos/>. Acesso em 15 jan. 2022.

FELTRAN, G de S. **Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

FERNANDES, I.; SILVA, V. A greve dos apps mais longa do Brasil. **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**. 24 set. 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/613108-a-greve-dos-apps-mais-longa-do-brasil>. Acesso em: 28. jun. 2022.

FERNÁNDEZ, A.; BARREIRO, M. S. The Algorithms is not My Boss Anymore: Technological appropriation and (new) media strategies in Riders x Derechos and Mensakas. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 65-83, abr./jul. 2020. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38404>

FERRAZ, J. M.; FERRAZ, D. L. S. Do espírito do capitalismo ao espírito empreendedor: a consolidação das ideias acerca da prática empreendedora numa abordagem histórico-materialista. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 20, n° 1, Rio de Janeiro, p. 105-117, jan./fev. 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120200246>

FILGUEIRAS, V. A.; LIMA, U. M. (org.). **Levantamento sobre o trabalho dos entregadores por aplicativos no Brasil**. Relatório de pesquisa. Universidade Federal da Bahia. ago. 2020. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relato%CC%81rio-de-Levantamento-sobre-Entregadores-por-Applicativos-no-Brasil.pdf> . Acesso em: 6 fev. 2020.

FILHO, R. F. Globalização contra-hegemônica e o novo internacionalismo operário. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 6, jun. 2016.

FRANCO, F. L. F. N. Neoliberal Platform Capitalism and Subjectivity: A Study of the Hybridization between Labor Platformization and Viração in Brazil. **The South Atlantic Quarterly**, v. 120, n. 4, p. 795-808, out. 2021. <https://doi.org/10.1215/00382876-9443350>

FRIEDMAN, G. Workers without employers: shadow corporations and the rise of the gig economy. **Review of Keynesian Economics**, v. 2, n. 2, p. 171-188, 2014.

GARCIA, A. C.; STANDLEE, A. I.; BECHKOFF, J.; CUI, Y. Ethnographic Approaches to the Internet and Computer-Mediated Communication. **Journal of Contemporary Ethnography**, v. 38, n. 1, p. 52-84, 2009. <https://doi.org/10.1177%2F0891241607310839>

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes; 2008, p. 64-89.

GLEDHILL, J.; HITA, M. G.; PERELMAN, M. Desigualdade em clave continua: apresentação da segunda edição. In: GLEDHILL, J.; HITA, M. G.; PERELMAN, M. (org.). **Disputas em torno do Espaço Urbano: Processos de [re]produção / construção e apropriação da cidade**. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 9-27.

GLYNN, M. A.; WATKISS, L. Of Organizing and Sensemaking: From Action to Meaning and Back Again in a Half-Century of Weick's Theorizing. **Journal of Management Studies**, v. 57, n. 7, p. 1331-1354, 2020. <https://doi.org/10.1111/joms.12613>

GOHN, M da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 47, p. 333-361, maio/ago. 2011.

GOHN, M da G. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, v. 27, n. 71, p. 431-441, maio/ago. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000200013>

GRAHAM, M.; ANWAR, M. The global gig economy: Towards a planetary labour market? **First Monday**, v. 24, n. 4, abr. 2019. <https://doi.org/10.5210/fm.v24i4.9913>

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. **Revista Eptic**, v. 22, n. 1, jan./abr. 2020.

GROHMANN, R.; QIU, J. Contextualizando o trabalho em plataforma. **Contracampo**, v. 39, n. 1, p. 1-10, abr./jul. 2020. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.42260>

GROHMANN, R.; ZANATTA, R. Cooperativismo de plataforma: quais as possibilidades. **Jornal Nexo**. 19 ago. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2020/Cooperativismo-de-plataforma-quais-as-possibilidades> . Acesso em: 05 dez. 2021.

GROHMANN, R. (org.). **Os laboratórios do trabalho digital**. São Paulo: Boitempo, 2021.

GROHMANN, R. Plataformas de Propriedade de Trabalhadores: Cooperativas e Coletivos de Entregadores. **MATRIZES**, v. 16, n. 1, p. 209-233, jan./abr. 2022.

GUERREIRO, I. A. Lições do Breque entre a cidade e o trabalho. **Passa Palavra**. 27 set. 2021. Disponível em: <https://passapalavra.info/2021/09/140312/>. Acesso em: 07 jan. 2022.

HALL, M. M.; PINHEIRO, P. S. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. **Remate de Males**, n. 5, p. 95-119, 2012. <https://doi.org/10.20396/remate.v5i0.8636360>

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

HARVEY, D. **Anticapitalismo em tempos de pandemia**: marxismo e ação coletiva. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

HEROD, A.; LAMBERT, R. Neoliberalism, precarious work and remaking the geography of global capitalism. In: LAMBERT, R.; HEROD, A. (ed.). **Neoliberal Capitalism and Precarious Work Ethnographies of Accommodation and Resistance**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2016, p. 1-35. <https://doi.org/10.4337/9781781954959>

HUWS, U. Logged Labour: a new paradigm of work organisation? **Work Organisation, Labour & Globalisation**, v. 10, n.1, p. 7-26, 2016.
<https://doi.org/10.13169/workorglaboglob.10.1.0007>

HUWS, U. **Labour in Contemporary Capitalism: What Next?** London: Palgrave Macmillan, 2019.

IBARRA-COLADO, E. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: Thinking otherness from the margins. **Organization**, v. 13, n. 4, p. 463-488, 2006.
<https://doi.org/10.1177%2F1350508406065851>

IFOOD. **Sobre o iFood**. Quem Somos. 2020a. Disponível em:
<https://institucional.ifood.com.br/ifood>. Acesso em: 06 fev. 2021.

IFOOD. **Como é calculado o valor de cada entrega?** Abrindo a Cozinha. 2020b. Disponível em: <https://institucional.ifood.com.br/abrindo-a-cozinha/calculo-entrega>. Acesso em: 16 dez. 2021.

IFOOD. **Fundos de R\$ 2 Milhões para entregadores**. Nossa Entrega. 2020c. Disponível em: <https://institucional.ifood.com.br/nossa-entrega/fundo-entregadores>. Acesso em: 20 dez. 2021.

IFOOD. **Como funciona a relação do iFood com o entregador?** Portal do Entregador. 2020d. Disponível em: <https://entregador.ifood.com.br/abrindo-a-cozinha/transparencia/>. Acesso em: 02 dez. 2021.

IFOOD. **Carta Compromisso – Fórum de Entregadores**. Portal do Entregador. 2021a. Disponível em: <https://entregador.ifood.com.br/quero-fazer-parte/carta-compromisso-forum-de-entregadores/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

IFOOD. **Planejamento**: o novo jeito de agendar entregas no app. Portal do Entregador. 2021b. Disponível em: <https://entregador.ifood.com.br/quero-fazer-parte/entregas-com-hora-marcada-saiba-como-funciona-e-quais-as-vantagens/>. Acesso em: 06 fev. 2022.

IFOOD. **Termos e condições de uso iFood para entregadores**. Portal do Entregador. 2022a. Disponível em: <https://entregador.ifood.com.br/wp-content/uploads/2022/03/Termos-e-condicoes-v2022.pdf> . Acesso em: 05 abr. 2022.

IFOOD. **iFood aumenta a tarifa mínima e o quilômetro rodado**. Conheça o iFood. 17 mar. 2022b. Disponível em: <https://entregador.ifood.com.br/quero-fazer-parte/conheca-o-ifood/ifood-aumenta-a-tarifa-minima-e-o-quilometro-rodado/#:~:text=Por%20isso%20temos%20uma%20not%C3%ADcia,%2C50%20%E2%80%9393%20aumento%20de%2050%25> . Acesso em: 16 abr. 2022.

JAKOBSEN. K. A. A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: JAKOBSEN. K. A.; MARTINS, R.; Dombrowski, O. (org.). **Mapa do Trabalho Informal: Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: CUT/Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 13-18.

JOHNSTON, H.; LAND-KAZLAUSKAS, C. **Organizing On-Demand: Representation, Voice, and Collective Bargaining in the Gig Economy**. Conditions of Work and Employment Series, n. 94. International Labour Office – ILO: Geneva, 2019.

JORNAL DA USP. **Efeitos da pandemia acentuam vulnerabilidade de trabalhadores brasileiros**. São Paulo, 23 abr. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/efeitos-da-pandemia-acentuam-vulnerabilidade-de-trabalhadores-brasileiros/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes; 2008, p. 90-113.

HAIDAR, J.; MENÉNDEZ, N. D.; ARIAS, C. C. La organización vence al algoritmo(?) Plataformas de reparto y procesos de organización de los trabajadores de delivery en Argentina. **Revista Pilquen**, Sección Ciencias Sociales, v. 23, n. 4, p. 15-28, out./dez. 2020.

HAN, B-C. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte, MG: Âyiné, 2018.

HINE, C. **Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday**. London: Bloomsbury Academic, 2015. <http://dx.doi.org/10.5040/9781474218900>

KALIL, R. B. A. **A organização e atuação coletivas dos trabalhadores informais: sindicatos, cooperativas e associações**. 2012. 256 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012.

KALIL, R. B. **Capitalismo de plataforma e direito do trabalho: Crowdwork e trabalho sob demanda por meio de aplicativos**. 2019. 366 f. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2019.

KALIL, R. B. Organização coletiva dos trabalhadores no capitalismo de plataforma. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 2, p. 1-15, ago./nov. 2020. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i0.38570>

KIDD, D. Young Chinese Workers, Contentious Politics, and Cyberactivism in the Global Factory. In: MCCAUGHEY, M (ed). **Cyberactivism on the participatory web**. New York: Routledge, 2014, p. 208-231.

KOZINETS, R. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

KOZINETS, R. Netnography Today: A Call to Evolve, Embrace, Energize, and Electrify. In: KOZINETS, R.; GAMBETTI, R. (ed.). **Netnography Unlimited: UN Understanding Technoculture Using Qualitative Social Media Research**. New York: Routledge, 2021, p. 3-23.

LATOUR, B. On recalling ANT. In: LAW, J.; HASSARD, J. **Actor network theory and after**. Oxford: Blackwell, 1999. cap. 2. p. 15-25.

LEONARDI, V.; HARDMAN F. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20**. São Paulo: Ática, 1991.

LEITÃO, D. K.; GOMES, L. G. Etnografia em ambientes digitais: Perambulações, acompanhamento e imersões. **Revista Antropolítica**, n. 42, Niterói, p. 41-65, 2017. <https://doi.org/10.22409/antropolitica2017.1i42.a41884>

LEJANO, R. P.; LEONG, C. A Hermeneutic Approach to Explaining and Understanding Public Controversies. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 22, n. 4, p. 793-814, 2012. <https://doi.org/10.1093/jopart/mus001>

LINDELL, I. Informality and Collective Organising: identities, alliances and transnational activism in Africa. **Third World Quarterly**, v. 32, n. 2, p. 207-222, 2010. <http://dx.doi.org/10.1080/01436591003711959>

LOGGI. **Termos e Condições de Uso da Plataforma Loggi e da Prestação de Serviços de Agenciamento de Frete - Usuário**. 202-. Disponível em: <https://www.loggi.com/termos-cliente/#acesso>. Acesso em: 03 fev. 2021.

LONGO, I. Mais um entregador de aplicativo é humilhado em shopping, desta vez no DF; veja vídeo. **Fórum**, 19 jul. 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/direitos/mais-um-entregador-de-aplicativo-e-humilhado-em-shopping-desta-vez-no-df-veja-video/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

LOPES, C. M. Processos de organização na economia informal: revisitação ao Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal (STCI) e Sindicato dos Trabalhadores dos Mercados, Feiras e Informal (STMFI), em Luanda. **Revista Angolana de Sociologia**. Ano 14, p. 133-150, 2014. <https://doi.org/10.4000/ras.1121>

LUXEMBURGO, R. Greve de Massas, Partido e Sindicatos. In: BOGO, A. (org.). **Teoria da Organização Política**: escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa, Mao. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 241-333.

MACHADO, F. C. L. **O ordinário, as culturas e a gestão**: um estudo sobre os processos de organizar no artesanato em Piúma (ES). 2018, 138 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória, 2018.

MAIOR, J. L. S. Trabalho por intermédio das cooperativas. **Jornal Trabalhista**, 1995.

MARTIN, R. *et al.* En trabajo em las plataformas digitales de reparto. **Servicio de Estudios de Lá Confederacion de UGT**, 2019.

MARTÍNEZ, A. D. El mercado laboral peruano y las plataformas de delivery: Que dicen los derechos laborales. In: CORDERO, K. H.; DAZA, C. S (ed.). **Precarización laboral em plataformas digitales**: una lectura desde América Latina. Quito: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), 2020, p. 70-82.

MASCARO, A. L. **Crise e Pandemia**. São Paulo: Boitempo, 2020. Edição Kindle.

MATTOS, M. B. **A classe trabalhadora**: De Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MCCAUGHEY, M. Introduction: Cyberactivism 2.0: Studying Cyberactivism a Decade into the Participatory Web. *In*: MCCAUGHEY, M. (ed.). **Cyberactivism on the participatory web**. New York: Routledge, 2014, p. 1-6.

MENESES, M. P. Pensando desde o Sul e com o Sul. *In*: MENESES, M. P.; NUNES, J. A.; AÑON, C. L.; BONET A. A.; GOMES, N. L. (org.). **Construindo as Epistemologias do Sul**: Antologia Essencial. 1. ed. v. 1, Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 23-30.

MENSAKAS. **Al voltant de Mensakas**. Nosaltres. 2021. Disponível em: <https://www.mensakas.com/nosaltres/>. Acesso em: 29 dez. 2021.

MIANI, R. A. Coletâneas de charges da imprensa sindical: fontes visuais para uma história a contrapelo. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 18, p. 249-267. maio/ago. 2016. <https://doi.org/10.5965/2175180308182016249>

MICK, J.; NOGUEIRA, J. C. Racismo e trabalho informal no Brasil: quando desigualdades estruturais se reforçam. *In*: MARQUES, L. (org.). **Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 207-217.

MIGUEZ, P.; MENEDEZ, N. D. Platform workers in Latin America Transnational logics and regional resistances? **Tempo Social**, v. 33, n. 2, p. 231-251, 2021. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.181565>.

MINEIRO. Greve dos entregadores: o que querem os profissionais que fazem paralisação inédita. [Entrevista cedida a] Leandro Machado. **BBC News Brasil**, São Paulo, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53124543>. Acesso em: 11 jan. 2022.

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; BÖHM, S. A práxis da resistência e a hegemonia da organização. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 15, n. 45, p. 181-194, abr./jun. 2008.

MYERS, M. D. Hermeneutics in information systems research. Social theory and philosophy for information systems. *In*: MINGERS, J.; WILLCOCKS, L. **Social Theory and Philosophy for information Systems**. Chichester, England: John Wiley & Sons Ltd, 2004, p. 103-128.

MOED, J. Why Delivery Apps From Uber Eats To Rappi Are Taking Over Latin America. **Forbes**. 20 dez. 2018. Disponível: <https://www.forbes.com/sites/jonathanmoed/2018/11/15/why-delivery-apps-from-ubereats-to-rappi-are-taking-over-latin-america/?sh=5365c157bf7d>. Acesso em: 05 fev. 2021.

MONCAU, G. Em ano de greves, iFood organiza fórum com entregadores escolhidos e agenda desconhecida. **Brasil de Fato**. 12 dez. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/12/em-ano-de-greves-ifood-organiza-forum-com-entregadores-escolhidos-e-agenda-desconhecida>. Acesso em: 20 dez. 2021.

MORAES, A.; PARRA, H. Z. M. Laboratórios do comum: experimentações políticas de uma ciência implicada. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, nº 10, ago. 2020, p. 113-139.

MORAES, F. F. T. Conflicto y Resistencias en las plataformas digitales: el caso de las cooperativas de reparto de comida y mensajería. In: ÁLVAREZ-BENAVIDES, A.; MORAES, F. F. T.; MITTLEMAN, A. S.; PATTON, A. E. S. (ed). **Acción colectiva, movilización y resistencias el siglo XXI**. Espanha: Fundação Betiko, 2020, p. 85-102.

MORAES, R. B. de S.; OLIVEIRA, M. A. G.; ACCORSI, A. Uberização do trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 6, n. 3, p. 647-681, 2019.

MORAIS, H. M.; PAIVA JÚNIOR, F. G.; MELLO, S. C. B de. As Vozes que Ocupam o Movimento Popular pela Reforma Urbana - MPRU: da História de Vida ao Pensamento Pós-Abissal Vigente nos Estudos Organizacionais. In: EnANPAD, 44, 2020, online, **Anais...** ANPAD, 2020, p. 1–17.

MORAIS, P. Paralisação ou greve: existe diferença? **Politize**. 31 maio 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/paralisacao-ou-greve-qual-a-diferenca/>. Acesso em: 26 dez. 2021.

MOTTA, F. C. **Burocracia e autogestão**. A proposta de Proudhon. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MULDOON, J. **Platform Socialism: How to Reclaim our Digital Future from Big Tech**. London: Pluto Press, 2022.

MUÑOZ, M. K. La valoración de la flexibilidad y la libertad en el trabajo en apps. ¿Los trabajadores de plataforma son sujetos neoliberales? In: CORDERO, K. H.; DAZA, C. S (ed.). **Precarización laboral em plataformas digitales: una lectura desde América Latina**. Quito: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), 2020, p. 21-36.

NEGRI, S. D.; Condiciones laborales, proceso de trabajo y movilización de los trabajadores em plataformas de reparto en Argentina. In: CORDERO, K. H.; DAZA, C. S. (ed.). **Precarización laboral em plataformas digitales: una lectura desde América Latina**. Quito: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), 2020, p. 38-54.

NEGRO, A. L.; GOMES, F dos S. As greves antes da “grève”: as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX. **Ciência e Cultura**, v. 65, n. 2, abr./jun. 2013.

NEVES, I. B. S.; VIANNA, F. R. P. M.; SUTIL, B.N. Algocracia: Uma análise crítica sobre a gestão mediada por algoritmos. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 19, n. 16, p. 246-256, 2021. <https://doi.org/10.19094/contextus.2021.67949>

OBSERVATÓRIO DO COOPERATIVISMO DE PLATAFORMA – OCP. **Mas o que é o cooperativismo de plataforma**. OCP, 2021. Disponível em: <https://cooperativismodeplataforma.com.br/> . Acesso em: 30 dez. 2021.

OLIVEIRA, T. B. de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)**. 2009. 267f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Organizar os trabalhadores da economia informal**: Síntese informativa de políticas OIT-ACTRAV. Geneva: ILO, 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_722478.pdf . Acesso em: 04. fev. 2022.

OTTAVIANO, J. M., O'FARRELL, J.; MAITO, M. **Organización sindical de trabajadores de plataformas digitales y criterios para el diseño de políticas públicas**. Análisis, nº 49, Friedrich Ebert Stiftung: Argentina, 2019.

PAES, K. D.; DELLAGNELO, E. H. L. Boaventura de Souza Santos e Guerreiro Ramos: Um Olhar Crítico Sobre as Ausências e Emergências em Organizações. In: EnANPAD, 36, 2012, Rio de Janeiro, **Anais...** ANPAD, 2012, p. 1–16.

PAGÈS, Max; BONETTI, Michel; GAULEJAC, Vicent de; DESCENDRE, Daniel. **O poder das organizações**. São Paulo: Atlas, 2006.

PAGOTTO, C. Cooperação e cooperativas: instrumentos de organização e resistência dos trabalhadores sem-terra. **Revista Lutas Sociais**, n. 11/12, p. 161-172, 2004. <https://doi.org/10.23925/ls.v0i11/12.18709>

PAIVA-JÚNIOR, F. G.; LEÃO, A. L. M. S.; MELLO, S. C. B. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa. **Revista de Ciências da Administração – RCA**, v. 13, n.31, 2011. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2011v13n31p190>

PASQUALE, F. Two Narratives of Platform Capitalism Feature: Essays from the Law and Inequality Conference. **Yale Law & Policy Review**, New Haven, v. 35, p. 309-319, 2016.

PARRA, H. A política do comum e do protótipo. Duas alternativas ao mal-estar contemporâneo. Entrevista especial com Henrique Parra. [Entrevista cedida a] Patrícia Fachin. **Instituto Humanitas Unisinos**. 27 nov. 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/574031-a-politica-do-comum-e-do-prototipo-duas-alternativas-ao-mal-estar-contemporaneo-entrevista-especial-com-henrique-parra>. Acesso em: 23 jan. 2022.

PATTON, M. Q. **Qualitative Research & Evaluation Methods**: Integrating Theory and Practice. 4. ed. United States of America: SAGE publications, 2014.

PEREIRA, A. M. B. A. **Dinâmica formal-informal em lavanderias de Jeans e suas implicações nas relações de trabalho**. 2018. 330 f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2018.

PIZZIO, A.; VERONESE, M. V. Possibilidades conceituais da sociologia das ausências em contextos de desqualificação social. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 11, n. 1, p. 51-67, 2008.

PINHEIRO, D. C.; PAES DE PAULA, A. P. Autogestão e Práticas Organizacionais Transformadoras Contribuições a Partir de um Caso Empírico. **Desenvolvimento em Questão**, ano 14, n. 33, p. 233-266, jan./mar. 2016.

POCHMANN, M. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. Boitempo: São Paulo, 2012.

PORTO, M. F.; FASANELLO, M. T.; ROCHA, D. F da.; PALM, J. L. Emancipatory Urban Greening in the Global South: Interdisciplinary and Intercultural Dialogues and the Role of Traditional and Peasant Peoples and Communities in Brazil. **Frontiers in Sustainable Cities**, v. 3, p.1-14, 2021. <https://doi.org/10.3389/frsc.2021.686458>

PRASAD, A. **Postcolonial Theory and Organizational Analysis: a critical engagement**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

PRIBERAM. **Tuitaço**. Dicionário On line. 2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/tuita%C3%A7o> . Acesso em: 30 dez. 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; Meneses, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010, cap. 2, p. 68-107.

RAPPI. **Termos e Condições de Uso da Plataforma “Rappi”**. 202-. Disponível em: https://legal.rappi.com/brazil/termos-e-condicoes-de-uso-da-plataforma-rappi/?_ga=2.235480257.1707674788.1612657380-1243963512.1612276899. Acesso em: 03. fev. 2021.

REDE DE POLÍTICAS PÚBLICAS & SOCIEDADE. **COVID-19**: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade. A vulnerabilidade dos trabalhadores brasileiros na pandemia da COVID-19. Nota técnica nº 2. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2020/05/boletim2.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

REIS, J. J. **Ganhadores**: a greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, G. F. Entregadores fazem 2ª greve nacional em meio a pequenas vitórias e divisões. **Portal UOL**. 25 jul. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/07/25/entregadores-fazem-2-greve-nacional-em-meio-a-pequenas-vitorias-e-divisoies.htm>. Acesso em: 16 abr. 2022.

RIZZO, M.; ATZENI, M. Workers’ Power in Resisting Precarity: Comparing Transport Workers in Buenos Aires and Dar es Salaam. **Work, Employment and Society**, v. 34, n. 6, p. 1114-1130, 2020. <https://doi.org/10.1177%2F0950017020928248>

RODRIGUES, G. Cliente reclama de ‘entregador negro’ após fazer pedido em aplicativo e causa protesto em Goiânia. **Portal G1**, São Paulo, 21 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/01/21/cliente-reclama-de-entrega-de-lanche-em-aplicativo-pelo-fato-de-o-entregador-ser-negro-em-goiania.ghtml>. Acesso em: 25 jan. 2022.

RODRIGUES, I. J. **O sindicalismo brasileiro**: da confrontação à cooperação conflitiva. São Paulo em perspectiva, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 116-126, 1995.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAKAMOTO, L. Prestador do iFood ameaça pelo WhatsApp entregador que aderir à paralisação. **Portal UOL**. 01 jul. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/07/01/pelo-whatsapp-prestador-do-ifood-ameaca-entregador-que-aderir-a-greve.htm-do-dia-edicao-da-noite/#:~:text=Um%20%C3%A1udio%20que%20circula%20em,tamb%C3%A9m%20s%C3%A3o%20alvos%20do%20movimento>. Acesso em: 19 dez. 2021.

SANDOVAL, M. Entrepreneurial Activism? Platform Cooperativism Between Subversion and Co-optation. **Critical Sociology**, v. 46, n. 6, 2019, p. 1-17. <https://doi.org/10.1177%2F0896920519870577>

SANDOVAL, M. Cooperativas no setor da cultura e o contexto digital. In: GROHMANN, R. (org.). **Os laboratórios do trabalho digital**. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 215-220.

SANDOVAL, S. **Os trabalhadores param**: greves e mudança social no Brasil 1945-1990. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SANTIAGO, H. Trabalhadores de apps marcam nova paralisação contra iFood e Uber na sexta. **Portal Uol**. 31 mar. 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/03/31/breque-dos-apps-entregadores-e-motoristas-de-app.htm>. Acesso em: 16 abr. 2022.

SANTOS, A. H. da S.; RAMOS, P. C. Apresentação. In: MARQUES, L. (org.). **Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 13-39.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, p. 237-280, out. 2002. <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>

SANTOS, B. de S. Poderá o direito ser emancipatório? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 65, p. 3-76, 2003.

SANTOS, B. de S.; COSTA, H. A. Para ampliar o cânone do internacionalismo operário. In: SANTOS, B. de S. (org.). **Trabalhar o mundo**: os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. p. 81-133.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S. de.; Meneses, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010a. cap. 1. p. 29-67.

SANTOS, B. de S. Para uma concepção intercultural dos direitos humanos. In: SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010b. p. 433-470.

SANTOS, B. de S. Entrevista com Boaventura de Sousa Santos: o intelectual de retaguarda. [Entrevista cedida a] Helena Mateus Jerónimo e José Neves. **Análise Social**, v. 47, n. 204, p. 685-711, 2012.

SANTOS, B. de S. **Revueltas de indignación y otras conversas**. La Paz: Proyecto Alice, 2015.

SANTOS, B. de S.; ARAÚJO, S.; BAUMGARTEN, M. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, nº 43, p.14-23, set./dez. 2016. <https://doi.org/10.1590/15174522-018004301>

SANTOS, B. de S. Boaventura reexamina as formas de luta. **Outras Palavras**. 27 set. 2017. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrapolitica/boaventura-reexamina-as-formas-de-luta/>. Acesso em: 19 abr. 2022.

SANTOS, B. de S. Os processos de globalização. In: MENESES, M. P.; NUNES, J. A.; AÑON, C. L.; BONET A. A.; GOMES, N. L. (org.). **Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial**. v. 1, Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 397-483.

SANTOS, B. de S. **O fim do império cognitivo: As afirmações das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, B. de S. Epistemologias do Sul. [Entrevista cedida a] Cleyton Andrade. **Escola Brasileira de Psicanálise**. 28 out. 2020. Disponível em: <https://www.ebp.org.br/epistemologias-do-sul/>. Acesso em: 27 mar. 2022.

SANTOS, B. de S. Contribuciones para una praxis crítica del orden social. **Revista Educación, Política y Sociedad**, v. 6, n. 1, p. 252-289, 2021. <https://doi.org/10.15366/rep>

SANTOS, B. de S.; MARTINS, B. S. (ed.). **Epistemologies of the South: The Pluriverse of Human Rights. The Diversity of Struggles for Dignity**. New York: Routledge, 2021. <https://doi.org/10.4324/9781003177722>

SANTOS, E. C. dos.; HELAL, D. H. Maracatu, trabalho e *organizing*. **Revista de Administração Contemporânea – RAC**, v. 22, n. 4, p. 620-638, jul./ago. 2018. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2018170086>

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SCASSERRA, S. Prólogo - Precarización laboral em plataformas digitales: una lectura desde América Latina. In: CORDERO, K. H.; DAZA, C. S. (ed.). **Precarización laboral em plataformas digitales: una lectura desde América Latina**. Quito: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), 2020. p. 9-11.

SCHATZKI, T. R. On organizations as they happen. **Organization Studies**, v. 27, n.12, p. 1863-1873, 2006. <https://doi.org/10.1177%2F0170840606071942>

- SCHENSUL, S. L.; SCHENSUL, J. J.; LECOMPTE, M. D. **Essential ethnographic methods**: Observations, Interviews, and Questionnaires. Walnut Creek, CA: AltaMira, 1999.
- SCHOLZ, T. **Cooperativismo de Plataforma**: Contestando a economia do compartilhamento corporativa. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
- SCHOLZ, T. **Uberworked and Underpaid**: How Workers Are Disrupting the Digital Economy. Cambridge: Polity, 2017.
- SCOTT, J. C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, Brasília, p. 217-243, jan./jul. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100009>
- SHAPIRO, A. Between autonomy and control: Strategies of arbitrage in the “on-demand” economy. **New Media & Society**, v. 20, n. 8, p. 2954-2971, 2017. <https://doi.org/10.1177%2F1461444817738236>
- SHESTAKOFSKY, B. Stepping back to move forward: Centering capital in discussions of technology and the future of work. **Communication and the Public**, v. 5, n. 3-4, p. 129-133, 2020. <https://doi.org/10.1177%2F2057047320959854>
- SCHOR, J. B.; EDDY, S. The just and democratic platform? Possibilities of platform cooperativism. In: **Workshop on Political Economy and Justice**, Harvard University, 2020.
- SILVA, A. G. **Pós-Desenvolvimento**: uma análise crítica das experiências alternativas conduzidas pela ação comunitária em localidades situadas na Amazônia. 2016. 229 f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2016.
- SILVA, C. F. Viração: o comércio informal dos vendedores ambulantes. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C. S.; TELLES, V. da S. (org.). **Saídas de emergência**: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 57-73.
- SILVA, L. M. Trabalhadores do Mercosul: uni-vos! A construção de uma voz coletiva contra-hegemônica: quando o dissenso é “pôr-se de acordo com, a propósito de”. In: SANTOS, B. de S. (org.). **Trabalhar o mundo**: os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. p.171-205.
- SINDIMOTO. **Câmara promoverá audiência sobre regularização, mas “esquece” de chamar Sindicatos e Federações**. 12 nov. 2021. Disponível em: <http://www.sindimotosp.com.br/noticias/noticia261.html>. Acesso em: 13 jan. 2022.
- SOARES, A. P.; DOURADO, D. C. P. Entre o Colonialismo e o Capitalismo de Plataforma: Indicações de uma Possível Agenda sobre Trabalho Uberizado no Sul Global. In: EnANPAD, 45, 2021, online, **Anais...** ANPAD, 2021, p. 1–15.
- SOPRANA, P. Governo e empresas discutem MEI digital para entregadores. **Folha de São Paulo**. 25 ago. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/08/governo-e-empresas-discutem-mei-digital-para-entregadores.shtml>. Acesso em: 05 dez. 2021.

SORRISO, A. A essência rebelde do “Breque dos Apps”. [Entrevista cedida a] Ana Cláudia Moreira Cardoso e Paula Freitas de Almeida. **Revista Escuta**. 08 jul. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-essencia-rebelde-do-breque-dos-apps/>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity, 2016.

STRECKER, H. *et al.* The Collective Organization of Delivery Workers in Brazil during the covid-19 Pandemic: A View Based on Social Media. **Journal of Labor and Society**, v. 25, n. 1, p. 1-23, 2021. <https://doi.org/10.1163/24714607-bja10038>

STREETNET INTERNATIONAL. Nuestra Historia. **Sobre StreetNet**. Disponível em: <https://streetnet.org.za/es/historia/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SUNDARARAJAN, A. **The sharing economy**: The end of employment and the rise of crowd-based capitalism. Cambridge: The MIT Press, 2016.

TASSINARI, A.; MACCARRONE, V. Riders on the Storm: Workplace Solidarity among Gig Economy Couriers in Italy and the UK. **Work, Employment and Society**. v. 34, n.1, p. 35-54, 2020. <https://doi.org/10.1177%2F0950017019862954>

THEODORO, M. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, M. (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008, p. 15-43

TRAGTENBERG, M. **Autonomia Operária**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

TSOUKAS, H.; CHIA, R. On Organizational Becoming: Rethinking Organizational Change. **Organization Science**, v. 13, n. 5, p. 567-582, 2002. <http://dx.doi.org/10.1287/orsc.13.5.567.7810>

UBER EATS. COVID-19: Pagamento de gel antisséptico, toalhas desinfetantes ou máscaras. **Uber Blog**. 12 maio 2020. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/blog/reembolso-articulos-de-proteccion-personal/>. Acesso em: 23 dez. 2021.

VACLAVIK, M.; ROCHA-DE-OLIVEIRA, S.; OLTRAMARI, A. Empresariando a Informalidade: um debate teórico à luz dos novos modos de organização do trabalho. In: Encontro Nacional da ABET, 16., 2018, Salvador, **Anais [...]**. Salvador: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2018.

VACLAVIK, M. C.; OLTRAMARI, A. P.; ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. Empresariando a informalidade: um debate teórico à luz da gig economy. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 20, n. 2, p. 247-258, mar./abr. 2022.

VAILLANCOURT-LAFLAMME, C. **Trade unions and informal workers' associations in the urban informal economy of Ecuador**. Geneva: International Labour Office, 2005. (Working paper n. 57).

VALENTE, J. Pesquisa revela aumento de pedidos de comida por app durante a pandemia. **Agência Brasil**. 16 dez. 2021. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-12/pesquisa-revela-aumento-de-pedidos-de-comida-por-app-durante-pandemia#:~:text=Os%20pedidos%20de%20refei%C3%A7%C3%B5es%20pela,de%20emerg%C3%Aancia%20de%20sa%C3%BAde%20p%C3%ABlica>. Acesso em: 05 mar. 2022.

VANDAELE, K. **Will trade unions survive in the platform economy?** Emerging patterns of platform workers' collective voice and representation in Europe. Working Paper, European Trade Union Institute, Brussels: ETUI, 2018.

VANDAELE, K. Vulnerable food delivery platforms under pressure: protesting couriers seeking “algorithmic justice” and alternatives. In: NESS, I. **Routledge handbook of the gig economy**. New York: Routledge, forthcoming, 2022.

VAN DOORN, N. Platform labor: on the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the ‘on demand’ economy. **Information, Communication & Society**, v. 20, n. 6, p. 898-914, 2017. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2017.1294194>

VAN DOORN, N. At what price? Labour politics and calculative power struggles in on-demand food delivery. **Work Organisation, Labour & Globalisation**, v. 14, n. 1, p. 136-149, 2020. <https://doi.org/10.13169/workorgalaboglob.14.1.0136>

VAN DOORN, N.; CHEN, J. Y. Odds stacked against workers: datafied gamification on Chinese and American food delivery platforms. **Socio-Economic Review**, v. 19, n. 4, p. 1345-1367, 2021. <https://doi.org/10.1093/ser/mwab028>

VARGAS, D. S.; CASTAÑEDA, O. J. M. Obstáculos, resistencias y repertorios de movilización social de repartidores digitales en Colombia. In: CORDERO, K. H.; DAZA, C. S (ed.). **Precarización laboral em plataformas digitales: una lectura desde América Latina**. Quito: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), 2020. p. 99-117.

VEEN, A.; BARRATT, T.; GOODS, C. Platform-Capital’s ‘App-etite’ for Control: A Labour Process Analysis of Food-Delivery Work in Australia. **Work, Employment and Society**, v. 34, n. 3, p. 388-406, 2020. <https://doi.org/10.1177%2F0950017019836911>

VELLOSO, R; FONSECA, J. P. É greve! **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 13, p. 22-27, 2019. Disponível em: <https://piseagrama.org/e-greve/> . Acesso em: 09 abr. 2022.

VERONESE, M. V. **Sociologia das ausências e emergências na pesquisa com as culturas de resistência (22/10/2020)**. LATER: laboratório de tecnologias sócio-raciais. Youtube. 14 de dez. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wkTgmHxNUTg>. Acesso em: 20 dez. 2021.

VIEIRA, M. M. F.; SILVA, R. C. da. Eight propositions towards new possibilities of studying organizing and organizations. **BAR-Brazilian Administration Review**, v. 8, n. 4, p. 454-467, 2011. <https://doi.org/10.1590/s1807-76922011000400007>

VINÍCIUS, L. Apresentação. In: CANT, C. **Delivery Fight!** A luta contra os patrões sem rosto. São Paulo: Veneta, 2021. p. 11-29.

WALSTROM, M. K. Ethics and engagement in communication scholarship: Analyzing public, online support groups as researcher/participant-experiencer. *In*: BUCHANAN, E. A. (ed.). **Virtual research ethics**: Issues and controversies. Hershey, PA: Information Science Publishing, 2004. p. 174-202.

WEBSTER, E.; LAMBERT, R. Emancipação social e internacionalismo operário. *In*: SANTOS, B. de S. S. (org.). **Trabalhar o mundo**: os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. p. 81-133.

WEICK, K. E. **The social psychology of organizing**. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WEISS, H. C.; DUARTE, M. S. A semiótica da uberização em tempos de pandemia: do autogerenciamento subordinado ao Breque dos Apps. **Revista Contraponto**, v. 7, n. 3, p. 102-121, 2020.

WOODCOCK, J. O Panóptico algorítmico da Deliveroo: mensuração, precariedade e a ilusão do controle. *In*: ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 23-45.

WOODCOCK, J. The Limits of Algorithmic Management: On Platforms, Data, and Workers' Struggle'. **South Atlantic Quarterly**, v. 120, n. 4, p. 703-713, 2021.
<https://doi.org/10.1215/00382876-9443266>

WOODCOCK, J.; CANT, C. Platform Worker Organising at Deliveroo in the UK: From Wildcat Strikes to Building Power. **Journal of Labor and Society** (published online ahead of print 2022), p. 1-17, 2022. <https://doi.org/10.1163/24714607-bja10050>

YU, Z.; TRERÉ, E.; BONINI, T. The emergence of algorithmic solidarity: unveiling mutual aid practices and resistance among Chinese delivery workers. **Media International Australia**, (published online ahead of print 2022), p. 1-17, 2022,
<https://doi.org/10.1177%2F1329878X221074793>

APÊNDICE A – ROTEIRO ABERTO DA ENTREVISTA NARRATIVA

1. Me conte sobre a história do grupo/coletivo que você faz parte. Use o tempo que precisar e responda da forma que achar conveniente.
2. Conte-me sobre a história de resistência do grupo. Vocês resistem contra o que ou contra quem. Qual é a luta de vocês?
3. De que formas vocês praticam essa resistência?
4. Você pode me falar sobre a sua experiência no grupo, o que você faz?
5. Tem algum tipo de divisão de tarefas entre os membros do coletivo?
6. Conte-me se o grupo tem ramificações em todo o Brasil. Como é feita essa articulação com os outros estados.
7. Conte-me se o grupo possui algum estatuto, regimento ou algum documento que direciona as atividades.
8. Conte-me sobre a organização do grupo (como as decisões são tomadas, como é o processo de comunicação, se há uma liderança).
9. Conte-me se há algum tipo de rotina no grupo. Há reuniões, debates?
10. Conte-me sobre o processo de entrada de novos integrantes. Qualquer entregador pode entrar no grupo?
11. Conte-me como é feita a organização nos dias de paralisação.
12. Conte-me sobre as principais reivindicações que são feitas pelo grupo.
13. Conte-me se houve alguma melhoria ou alguma reivindicação que foi atendida, houve algum avanço desde que o movimento foi criado?
14. Conte-me se vocês atuam articulados com outros grupos de entregadores ou outros movimentos sociais, seja em nível nacional ou internacional.
15. Conte-me sobre os maiores desafios enfrentados pelo grupo.
16. Conte-me como vocês enxergam os sindicatos.
17. Como você descreveria o grupo.
18. Tem algum tópico que você gostaria de falar ou destacar e que não foi abordado ou que foi abordado superficialmente.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário(a) na pesquisa intitulada “**Resistir para Existir: o organizar político dos entregadores de plataformas digitais**”, que será conduzida pela pesquisadora Angélica Pereira Soares, sob responsabilidade da orientadora Prof^a. Dra. Débora Coutinho Paschoal Dourado, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O objetivo central do estudo é compreender a construção do organizar político dos entregadores que atuam por meio das plataformas digitais.

Esse documento possui todas as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo realizada. Sua colaboração neste estudo é muito importante, mas a decisão em participar deve ser sua. Para tanto, leia atentamente as informações abaixo e não se apresse em decidir. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento isso não causará nenhum prejuízo a você. Se você concordar em participar basta assinalar a opção “Declaro que li e concordo em participar da pesquisa”.

Procedimentos: Para colaborar com a pesquisa você deverá participar de uma entrevista narrativa, que terá como base um roteiro elaborado pela pesquisadora e concordar que a entrevista seja gravada em áudio e vídeo e posteriormente transcrita para análise. A entrevista ocorrerá *on-line*, através do *google meet*, e levará em torno de 50 minutos. A entrevista narrativa *on-line* será agendada em dia e horário escolhido por você, conforme a sua conveniência. Será enviado um link para o participante que dará acesso a sala virtual que ocorrerá a entrevista. A entrevista será gravada em formato de áudio e vídeo e transcrita para posterior análise. Serão abordados os seguintes assuntos: contar livremente sobre o movimento/coletivo de entregadores que você faz parte, qual a sua participação, práticas de resistência adotadas e como se organizam. Você não é obrigado a responder todas as perguntas e poderá desistir de participar a qualquer momento, sem ser prejudicado por isso. Você tem direito de acesso às suas respostas e caso queira alterá-las poderá fazer.

Sigilo e privacidade: Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas e congressos. Qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante a sua autorização. Todas as suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em

qualquer fase do estudo, a não ser em caso de autorização explícita para esse fim, nesse caso enviaremos um termo de autorização adicional.

Riscos da pesquisa: Dentre os riscos envolvidos, mesmo que mínimos, envolvem a invasão de privacidade e vazamento de informações, mesmo que involuntária e não intencional, cujas consequências serão tratadas nos termos da lei. Para minimizar os riscos serão tomadas as seguintes providências: a sua identificação será convertida em um nome fictício, de forma a impossibilitar qualquer identificação nominal. Além disso, os arquivos serão salvos em uma pasta compactada com senha.

Após o encerramento da entrevista, vamos salvar o vídeo gravado e apagaremos o arquivo eletrônico da nuvem. O arquivo salvo ficará arquivado com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos e após esse tempo será apagado.

Benefícios da pesquisa: Com relação aos benefícios proporcionados pela presente pesquisa, seus resultados poderão ser benéficos no sentido de proporcionar conhecimentos relevantes, que possam ser utilizados por outros coletivos de entregadores, como visualizar os desafios e as potencialidades associados aos movimentos dos entregadores.

Contato: Qualquer dúvida referente à pesquisa poderá ser esclarecida por meio do telefone (86) 9 XXXX-XXXX ou do e-mail: angelica.psoares@ufpe.br.

Consentimento: Após a leitura do presente termo, caso haja aceite, selecione a opção “Declaro que li e concordo em participar da pesquisa”, acusando que leu e está de acordo com o termo apresentado. Ao clicar na referida opção o(a) Senhor(a) concorda em participar da pesquisa de acordo com as informações registradas neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e autoriza a captação de imagens e gravação de voz para fins de pesquisa. Caso não concorde basta assinalar a opção "não aceito participar da pesquisa" ou apenas fechar o seu navegador.

Recife, XX de mês de 2021.

Assinatura do pesquisador

1. Insira o seu nome abaixo (sendo garantidos o sigilo e o anonimato)

2. Insira seu e-mail ou contato de aplicativo de mensagem instantânea para receber a transcrição da sua resposta e os resultados após a conclusão de pesquisa.

3. Após ler este termo e entender as condições de pesquisa:

☐

Declaro que li e concordo em participar da pesquisa.

☐

Não aceito participar da pesquisa.